



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 3; 8 - VGT¥ C-FEIRA, 44 DE PQXGO DTQ DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Ycrif go k' O que?"/"RO F'D O U#5.6+
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)¹
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV) - 25</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹⁴⁾</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p>Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁶⁾</p> <p>Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda</p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁷⁾ Paulo Bauer ⁽⁹⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁸⁾</p> <p>Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾</p>
<p>PR - 7</p> <p>Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾</p> <p>Vice-Líder Clésio Andrade</p>	<p>PTB - 6</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>	<p>PSOL - 2</p> <p>Líder Marinor Brito - PSOL</p>
<p>PSD - 2</p> <p>Líder Kátia Abreu - PSD ⁽¹³⁾</p> <p>Vice-Líder Sérgio Petecão</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patricia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 210ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, o Dia de Zumbi dos Palmares, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, os vinte e três anos da Fundação Cultural Palmares, um ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial, bem como a homenagear o ex-Senador Abdias do Nascimento, nos termos dos Requerimentos nºs 98, 162, 593, 1.099 e 1.336, de 2011, dos Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata, Anibal Diniz e outros Senadores. 47956

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

1.2.2 – Execução das Canções “Sorriso Negro”, de dona Ivone Lara, e “Zé do Carço”, de Lecy Brandão

1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim)

1.2.4 – Oradores

Senadora Lídice da Mata 47960

Senador Valdir Raupp 47965

Senador Anibal Diniz 47966

Senador Geovani Borges 47969

Senador Eduardo Suplicy 47972

Sr. Eloi Ferreira de Araújo (Presidente da Fundação Cultural Palmares) 47976

Sr. Mário Theodoro (Secretário-Geral da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR) 47979

Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald (Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores) 47980

Sra. Márcia Severino (Representante da Sociedade Civil do Movimento Negro) 47981

1.2.5 – Apresentação do Hino Nacional Brasileiro, pela orquestra Batucadas de Zumbi, conduzida pelo Maestro Alex Dias.

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 211ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2011

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nº 246, de 2011, solicitando dilatação de prazo para encaminhamento de resposta ao Requerimento nº 1.102, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin. 47983

2.2.2 – Ofício do Ministro de Estado das Comunicações

Nº 117, de 2011, em resposta ao Requerimento nº 1.039, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin. 47983

2.2.3 – Mensagens da Presidente da República

Nº 144, de 2011 (nº 516/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *André Longo Araújo de Melo* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término de mandato do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro. 47983

Nº 145, de 2011 (nº 518/2011, na origem), encaminhando o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas. 47986

Nº 137, de 2011-CN (nº 521/2011, na origem), encaminhando, ao Congresso Nacional, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2011. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 48016

2.2.4 – Comunicações da Presidência

Adoção pela Presidente da República, em 17 de novembro de 2011, e publicação no dia 18 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 549, de 2011, que *reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP – Importação e da COFINS – Importação incidentes sobre a importa-*

<i>ção e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.</i>	48048	<i>gula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.....</i>	48057
Adoção pela Senhora Presidente da República, em 17 de novembro de 2011, e publicação no dia 18 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 550, de 2011, que altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a micro-empresendedores, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.	48049	Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2011 (nº 5.464/2011, na Casa de origem, da Deputada Gorete Pereira), que institui o Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional.	48061
Arquivamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2010.	48050	2.2.8 – Comunicações da Presidência	
2.2.5 – Leitura de projetos		Abertura do prazo de cinco dias úteis, para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2011, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde será apreciado terminativamente.	48061
Projeto de Lei do Senado nº 690, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que altera a redação do artigo 308 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997, o Código de Trânsito Brasileiro.	48051	Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2007; e aos Projetos de Lei do Senado nºs 301 e 477, de 2011 – Complementares.	48061
Projeto de Lei do Senado nº 691, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que altera as redações dos parágrafos 2º e 3º e do caput do artigo 277 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997, reconhecido como Código de Trânsito Brasileiro.	48052	Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 52, de 2011.....	48061
Projeto de Lei do Senado nº 692, de 2011, de autoria do Senador Gim Argello, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a exposição, a propaganda, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos locais que específica.	48054	2.2.9 – Pareceres	
2.2.6 – Leitura de requerimentos		Nº 1.290, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2011.....	48062
Nº 1.382, de 2011, de autoria do Senador Anibal Diniz, solicitando a retirada do Requerimento nº 1.354, de 2011. Deferido	48056	Nº 1.291, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 2-PLen, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011.....	48066
Nº 1.383, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, solicitando voto de aplauso pelo transcurso do cinquentenário da Universidade Católica de Salvador.	48056	Nº 1.292, de 2011, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2011.....	48070
Nº 1.384, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 307, de 2011; 151 e 505, de 2007; e 99 e 177, de 2011.	48056	Nºs 1.293 e 1.294, de 2011, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003.	48082
2.2.7 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados		2.2.10 – Comunicação da Presidência	
Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2011 (nº 5.022/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, re-		Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2011; e o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. (Ofícios nºs 238 e 239/2011, da Comissão de Assuntos Sociais)	48108
		2.2.11 – Mensagens da Presidente da República	
		Nº 501, de 2011, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2010, sancionado e transformado na Lei nº 12.515, de 2011....	48109
		Nº 502, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2010, sancionado e transformado na Lei nº 12.516, de 2011.....	48109
		Nº 503, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 292, de 2009, sancionado e transformado na Lei nº 12.517, de 2011.....	48109

Nº 505, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 12.519, de 2011.....	48109	perior Eleitoral, do Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, no próximo dia 29.....	48111
Nº 507, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2007, sancionado e transformado na Lei nº 12.520, de 2011.....	48109	SENADORA ANA AMÉLIA, como Líder – Preocupação com o despreparo do Brasil para enfrentar os riscos à segurança ambiental que a exploração de recursos naturais impõe.	48117
Nº 508, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 11, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.521, de 2011.....	48109	SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Comentários sobre artigo do empresário Josué Gomes da Silva, publicado no jornal Folha de S. Paulo , em que ele analisa o censo de 2010.....	48119
Nº 509, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 16, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.522, de 2011.....	48109	2.2.15 – Comunicação da Presidência Realização de sessões deliberativas ordinárias nos dias 25 e 28 do corrente, sexta-feira e segunda-feira, respectivamente.....	48119
Nº 510, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 20, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.523, de 2011.....	48109	2.2.16 – Discursos do Expediente (continuação) SENADOR GEOVANI BORGES – Apelo em favor da incorporação aos quadros da União dos servidores dos extintos territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima.....	48123
Nº 511, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 21, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.524, de 2011.....	48109	SENADOR PEDRO TAQUES – Reflexão sobre o modelo de presidencialismo adotado no Brasil nos últimos anos, destacando que se tem vivido no País o denominado “presidencialismo de cooptação”.....	48125
Nº 512, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 22, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.525, de 2011.....	48109	SENADOR PEDRO SIMON – Destaque para a proposta que aumenta as restrições à ocupação dos cargos de Direção, Chefia e Assessoramento Superiores do Poder Executivo.....	48129
Nº 513, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 25, de 2011-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.526, de 2011.....	48109	SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Expectativa com a regulamentação do Plano Nacional de Contingência, lançado em 2000, que proporia regras e procedimentos bem definidos para os casos de emergências ambientais.....	48132
2.2.12 – Comunicações Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 549, de 2011 (Ofício nº 195/2011, de 21 do corrente). Designação do Senador Alvaro Dias, como titular, e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplente, para compor a referida Comissão.....	48109	SENADOR RICARDO FERRAÇO – Registro de correspondência enviada por S. Ex ^a à Presidenta Dilma, em que se posiciona contrariamente ao novo projeto de partilha dos royalties do petróleo brasileiro, em tramitação no Congresso Nacional.....	48135
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 550, de 2011 (Ofício nº 196/2011, de 21 do corrente). Designação do Senador Alvaro Dias, como titular, e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplente, para compor a referida Comissão.....	48110	SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Reflexões sobre a exclusão e a desigualdade no Brasil ao longo dos séculos, por ocasião da passagem de importantes datas comemorativas nacionais.....	48137
2.2.13 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde Nº 857, de 2011, em resposta ao Requerimento nº 834, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin.....	48110	SENADOR IVO CASSOL – Críticas ao atual Governo do Estado de Rondônia por promessas de campanhas não cumpridas.....	48138
2.2.14 – Discursos do Expediente SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Expectativa quanto ao julgamento, pelo Tribunal Su-		2.2.17 – Comunicação da Presidência Indicação do Consultor Francisco Eugênio Machado Arcanjo como representante desta Casa na IX Reunião Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), no período de 22 a 25 do corrente. (Ofício nº 593/2011)	48142

2.2.18 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA ANA RITA – Registro das desigualdades entre negros e brancos no Brasil por ocasião do transcurso, ontem, do Dia Nacional da Consciência Negra. 48142

SENADOR VALDIR RAUPP – Registro do desenvolvimento econômico da Amazônia nos últimos anos, destacando a importância de maior divulgação dos incentivos fiscais atualmente disponíveis para aplicação naquela região. 48145

SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Homenagem pelo transcurso do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e defesa de políticas públicas voltadas para a população negra do país. 48146

SENADOR ACIR GURGACZ – Preocupação com o atraso na certificação, pelo Incra, do registro das propriedades rurais no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). 48148

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG, como Líder – Homenagem pelo transcurso ontem do Dia Nacional da Consciência Negra. 48150

SENADOR ANIBAL DINIZ – Elogios ao relatório apresentado pelo Senador Jorge Viana ao projeto do novo Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente. 48151

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Registro da entrevista concedida à revista Veja pelo Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. 48157

SENADOR EDUARDO BRAGA – Considerações acerca da conjuntura econômica e da evolução dos indicadores sociais brasileiros. 48163

SENADOR PAULO PAIM – Relato da participação de S. Ex^a. em diversos eventos no Rio Grande do Sul, na última semana; e outros assuntos. 48165

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Registro da participação de S. Ex^a. na solenidade de inauguração da TV-Canaã, em Fortaleza; e outros assuntos. 48173

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Comentários acerca da situação dos professores do Estado do Amapá. 48175

SENADOR WALTER PINHEIRO – Referência ao anúncio, pelo Governo Federal, do novo valor do salário mínimo em 2012; e outros assuntos. 48177

2.2.19 – Comunicação

Do Senador Luiz Henrique, solicitando considerar o registro de sua presença no dia 17 do corrente. (Ofício nº 201/2011, de 21 do corrente).... 48181

2.2.20 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro do editorial intitulado “O jogo perigoso do BC”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 30 de setembro último. 48182

SENADOR ALVARO DIAS – Preocupação com a possibilidade de prorrogação, pelo Governo Federal, de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia vigentes até 2015. 48183

2.2.21 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 22, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 48183

2.3 – ENCERRAMENTO**3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO**

3.1 – PROGRAMA SENADO JOVEM BRASILEIRO

4 – PARECER

Nº 61, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 35, de 2011-CN. 48187

5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 21-11-2011**SENADO FEDERAL****6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 210ª Sessão, Especial, em 21 de novembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 8 minutos e encerra-se às 14 horas e 5 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, o Dia de Zumbi dos Palmares, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, os 23 anos da Fundação Cultural Palmares, um ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial e homenagear o ex-Senador Abdias do Nascimento, nos termos dos **Requerimentos nºs 98, 162, 593, 1.099 e 1.336, de 2011**, deste Senador que vos fala, da Senadora Lídice da Mata, do Senador Anibal Diniz e de outros Senadores.

Nós vamos compor neste momento a Mesa.

Convido para a Mesa Eloi Ferreira, Presidente da Fundação Palmares e ex-Ministro da Seppir. *(Palmas.)*

Convidamos, e já está presente, a Senadora Lídice da Mata, uma das autoras do requerimento. *(Pausa.)*

Convidamos, representando o Comandante da Marinha Brasileira, o Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, ou seu representante. *(Palmas.)*

Estamos esperando, ainda, a chegada a este evento do representante da Seppir, que já está a caminho, meu amigo Eloi Ferreira.

Convidamos também, representando o Movimento Sindical Brasileiro, o presidente da Contratuh e Secretário-Geral da Nova Central, Sr. Moacyr Roberto Tesch. *(Palmas.)*

Nós vamos formatar a mesa à medida que os nossos convidados cheguem.

Neste momento, convido todos para que, de pé, cantemos o Hino Nacional. Em seguida, ouviremos as canções Sorriso Negro, de Dona Ivone Lara, e Zé do Carçoço, de Leczy Brandão, apresentadas pela Orquestra Batucadas de Zumbi.

Uma salva de palmas para a orquestra que está aí. *(Palmas.)*

Vamos ouvir o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desculpem a falha aqui do nosso protocolo. Nós queremos convidar o representante da Aeronáutica, que também está presente, para que venha para a Mesa. *(Palmas.)*

V. Ex^a vai me dar aqui as informações, porque o protocolo falha. Mas é natural isso. É sinal de que aqui é tudo ao vivo. *(Pausa.)*

O Brigadeiro Luís Roberto Lourenço encontra-se conosco, representando aqui a nossa Aeronáutica.

Quero registrar a presença conosco, também, de um grupo de arquitetos que está visitando a Casa, da cidade de Viena – Áustria. Uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Sejam bem-vindos aqui para essa atividade de homenagem à luta dos afrodescendentes.

Então, neste momento, de imediato, nós convidamos a Orquestra Batucadas de Zumbi, para que possam, no primeiro momento, apresentar para nós aqui a sua versão da canção Sorriso Negro. Em seguida, também, a música Zé do Carçoço.

É com vocês, para abrir os nossos trabalhos.

(Procede-se à apresentação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece muito à Orquestra Batucadas de Zumbi, que, segundo informações, no encerramento – podem confirmar ou não –, apresentaria a versão do nosso Hino Nacional pela Batucadas de Zumbi.

Então, aguardaremos vocês para o nosso encerramento.

Meus amigos e minhas amigas, neste momento, eu quero, primeiro, registrar que já se encontra conosco aqui na Mesa o decano dos países africanos e o Embaixador do Zimbábue, Sr. Thomas Bvuma, para quem peço uma salva de palmas para ele e para todos os embaixadores que estão aqui conosco. *(Palmas.)*

Neste momento, cumprindo uma missão protocolar das audiências públicas, farei o meu pronunciamento, que é também o pronunciamento da Mesa Diretora da Casa sobre esta importante sessão.

Meus amigos e minhas amigas, é tradicional no plenário do Senado ou mesmo nas comissões, nós fazermos esta manifestação para lembrarmos o Dia Nacional da Consciência Negra, Zumbi dos Palmares e chamar a atenção para as lutas. A bela reflexão que fazemos, com certeza, aponta para o caminho da justiça e da construção de políticas de igualdade de oportunidades para todos, negros, brancos, índios, ciganos, enfim, toda a nossa população.

Mas, meus amigos e minhas amigas, permitam que eu diga, justiça é olhar a histórica situação de abandono do povo negro após a escravidão e buscar políticas públicas. Justiça é assegurar os direitos constitucionais de nossa população quilombola, considerando as previsões legais contidas no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que eu ajudei a escrever porque fui Deputado Federal Constituinte, combinado com os arts. 215 e 216 da nossa Constituição e o Decreto nº 4.487, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda em 2003, garantindo a titulação das terras dos quilombolas. Justiça é garantir equipamentos públicos que estimulem a prática esportiva, a saúde, a cultura e o estudo nos territórios quilombolas, de forma tal que tenhamos, como temos nas comunidades pobres dos grandes centros – ninguém nega, ninguém vai poder dizer que não é verdade, que comunidade quilombola é comunidade pobre neste País, porque infelizmente lá não chegou ainda, como gostaríamos, a estrutura dos grandes centros ou das pequenas e médias cidades do nosso interior.

Por isso, apresentei, aqui no Congresso, o chamado PL 113, denominado Quilombos do Amanhã, para que tivéssemos centros para atender ao nosso povo quilombola no lazer, no esporte, na educação e na saúde. Quero dizer também que nós, em parceria com os Senadores Cristovam Buarque e Vicentinho Alves, e a Senadora Ana Rita, vamos destinar, este ano, mais de R\$ 200 milhões das emendas da CDH para o fomento e o desenvolvimento do chamado Quilombos do Amanhã.

Justiça é o Congresso Nacional ouvir as vozes da sociedade e aprovar o Projeto de Lei nº 108, de 2008, da Deputada Nice Lobão, do DEM, que institui 50% das reservas de vagas para estudantes da rede pública, sendo um percentual para brancos pobres, negros e indígenas, de acordo com cada Estado da Federação.

Nos últimos 10 anos, os programas de ações afirmativas possibilitaram o ingresso de, aproximadamente, 1,3 milhão jovens da classe pobre, indígena e negros à universidade. Das 98 universidades federais, 70 já possuem algum método de inclusão, ou seja, 71,4% é um dado expressivo das nossas universidades que adotam a política de cotas.

Então, não há motivo nenhum mais para que o Congresso não formalize, não legalize, aprovando de forma definitiva, aqui na Casa, o PL que regulamentará as políticas de cotas no nosso País.

Alguns dizem: “Política de cotas, nos Estados Unidos, não existe mais”. Nós também queremos um dia poder dizer aqui que nós não queremos mais política de cotas. Política de cotas é uma transição que houve lá, e oxalá a gente consiga ter também aqui. É bom lembrar que, nos Estados Unidos da América, o Presidente Barack Obama é negro e a Michelle Obama foi alguém que trabalhou com as políticas de cotas.

Justiça é aprovar a PEC nº 2, que apresentamos também aqui nesta Casa, que cria o Fundo da Promoção da Igualdade Racial. Precisamos, meus amigos e minhas amigas, acabar com a república das exceções, onde nos altos escalões existe somente um negro aqui ou acolá, seja no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e principalmente na iniciativa privada.

Meus amigos, eu digo que li um texto, neste fim de semana, escrito pelo jornalista e antropólogo Jaime Amparo Alves e pelo historiador Douglas Belchior, na revista **Caros Amigos**, em que afirmam algo que vou destacar aqui. Tem uma parte do artigo que diz o seguinte:

O País cresce, se consolida na esfera internacional, redistribui renda, diminui a taxa do analfabetismo, sobe posições em seu IDH e mantém a sua população negra em padrões de vida semelhantes aos países da África Subsaariana. O País vai bem, os negros vão mal.

Ou seja, os negros não vão tão bem.

Em outro trecho, eles dizem:

Em alguns Estados brasileiros, o padrão de vitimização de jovens negros chega a quase 2.000% em relação aos jovens brancos na mesma faixa etária, como mostram os exemplos da Paraíba: 1.971,2% [de assassinatos de jovens negros em relação aos que não são negros]; Alagoas: 1.304% e Bahia: 798,5%, os estados líderes no assassinato de jovens negros.

Dizem ainda que:

Os dados do Ministério da Justiça revelam que, em 2002, em cada grupo de cem mil negros, 30 foram assassinados. Esse número saltou para 33,6 em 2008; enquanto entre os brancos, o número de mortos por homicídio, que era de 20,6 por 100 mil, caiu para 15,9.

Ou seja, enquanto o número de negros assassinados aumentou, o número dos assassinados que não são negros diminuiu. É menos que a metade.

Em 2002, morriam proporcionalmente 46% mais negros que brancos. Esse percentual cresce de forma preocupante, uma vez que salta de 67% para 103%.

Constata-se [enfim] que o grau de vitimização da população negra é alarmante. São 103,4% maiores as chances de morrer uma pessoa negra, se comparada a uma branca [assassinada], sendo 127,6% a probabilidade de morte de um jovem negro, de 15 a 25 anos, à de um branco na mesma faixa etária.

Enfim, não podemos mais conviver com esses indicadores. Estamos perdendo vidas e, principalmente, da juventude negra.

Lembro aqui, se vocês me permitirem, uma música de Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro chamada o **Canto das Três Raças**, que retrata a história do nosso povo, quando diz:

Ninguém ouviu um soluçar de dor no canto do Brasil

Um lamento triste sempre ecoou, desde que o índio guerreiro foi pro cativeiro e de lá cantou

Negro entoou um canto de revolta pelos ares no Quilombo dos Palmares, onde se refugiou

Fora a luta dos Inconfidentes pela quebra das correntes nada adiantou e de guerra em paz, de paz em guerra todo o povo desta terra quando puder cantar canta assim um canto de dor

E ecoa noite e dia, é ensurdecedor ai, mas que agonia o canto do trabalhador esse canto que devia ser um canto de alegria

soa apenas como um soluçar de dor.

Essa letra eu trago aqui ao plenário, porque eu tenho que mostrar neste dia a luta e o sofrimento do povo negro.

Meus amigos, hoje nós comemoramos aqui também o Dia Nacional da Consciência Negra, Dia de

Zumbi dos Palmares e o Ano Internacional dos Afrodescendentes. É bom lembrar – e está aqui a Fundação Cultural Palmares – os 23 anos da Fundação Cultural Palmares, um ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial e aqui lembramos também a homenagem ao nosso querido líder que morreu há pouco tempo, Senador Abdias do Nascimento.

Nós reconhecemos o dia 20 de novembro como a data dedicada à luta por direitos humanos, pela paz e pela solidariedade entre os povos; um dia em que olhamos para os pobres do mundo, para aqueles que enfrentam os conflitos no Oriente Médio, que passam fome na África e que enfrentam a crise financeira na América do Norte, na Europa. Enfim, um dia de estabelecermos uma conexão de amor e solidariedade entre brancos, negros, indígenas, orientais; enfim, a paz, a harmonia e a busca de que ninguém seja discriminado por motivo nenhum nos cinco continentes.

Em todo o Brasil o símbolo de Zumbi dos Palmares, um herói da Pátria, nascido em Alagoas em 1655, avançou pelas praças, pelas igrejas, pelas ruas, pelas favelas, pelas palafitas e pelos campos.

O Quilombo dos Palmares localizado em Alagoas, liderado por Zumbi, era uma comunidade autossustentável, formada por negros, brancos e índios. Praticamente uma república. Zumbi morreu em 20 de novembro de 1695; teve a cabeça cortada, salgada e levada ao Governador Melo e Castro para ser exposta em praça pública no Recife, com o objetivo de desmentir a crença que estava forte na população da imortalidade de Zumbi. Só que não adiantou cortar o pescoço de Zumbi, ele continua vivo. Zumbi não morreu. Cortaram a sua cabeça, mas os seus ideais continuarão a guiar a cruzada da liberdade, da justiça e da igualdade.

Lembro aqui de uma letra de Edson Gomes, chamada Zumbi dos Palmares, que diz:

Zumbi rei dos palmares
Grito de dor, liberdade.
Zumbi rei dos palmares
Um lutador, líder de valor.
Você é o nosso precursor,
De lá pra cá,
Outro não se viu,
De lá pra cá,
Ninguém assumiu.
Você um grande lutador
A nossa luta não acabou
És aqui a retomada
Vamos então encher a praça
Gritar de novo, gritar com raça deliberada.

Sou o Zumbi dos palmares
É o Zumbi dos palmares
É o zumbi dos palmares
Sou o Zumbi dos palmares
É o Zumbi dos palmares.

Hoje, nós podemos encher a boca para dizer: todo dia é dia de Zumbi!

O Ano Internacional dos Afrodescendentes foi instituído pela ONU, nas palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, que retratam exatamente o grande desafio que todos nós temos ao redor do mundo. Disse ele:

A comunidade internacional não pode aceitar que comunidades inteiras sejam marginalizadas por causa da sua pele. Vamos todos intensificar os nossos esforços para assegurar que povos afrodescendentes que possam gozar de todos os seus direitos.

Há muito o que ser feito no mundo, mas primeiro precisamos fazer o dever de casa.

Quero ainda falar sobre outra lei muito importante que eu diria que para mim é a mais importante, meu amigo Elói, meus amigos da Seppir, e também da Fundação Palmares, que é o Estatuto da Igualdade Racial.

A lei trata, em seus 65 artigos, dos direitos fundamentais: direito à saúde; à educação; à cultura; ao esporte; ao lazer; à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício de cultos religiosos; ao acesso à terra – do qual falei tanto com relação à questão quilombola – ; à moradia adequada; ao trabalho; à saúde; aos meios de comunicação; ao sistema nacional de promoção da igualdade; às ouvidorias permanentes; ao acesso à Justiça; à segurança; ao financiamento das iniciativas de promoção da igualdade. O texto foi aprovado no Congresso Nacional, projeto de nossa autoria, e sancionado pelo Presidente Lula.

Quero render minhas homenagens à Seppir e à Fundação Palmares pela força e pelo apoio que deram para a aprovação desse Estatuto. E o faço na figura do nosso querido Presidente da Seppir e ex-Ministro, companheiro Eloi. Uma salva de palmas! (*Palmas.*)

Sabemos do trabalho que a Seppir e a Fundação fizeram para que o Estatuto se tornasse realidade. O Estatuto da Igualdade é um convite à reflexão e aponta caminhos, resguarda direitos, legítimas ações afirmativas. O texto aguarda a regulamentação do Executivo, mas muitos dos seus artigos são auto-aplicáveis.

Senhores, quero abrir um parênteses para destacar algo que me deixou muito feliz em relação aos

negros brasileiros, conforme dados recentes do IBGE. Os dados recentes do IBGE mostram que a grande maioria dos negros do Brasil – e vou comentar o que está escrito – até um tempo atrás não assumiam a cor da sua pele. Hoje, podemos dizer que a ampla maioria dos negros do Brasil já assume que é negro, valoriza a sua cor. Naturalmente, com isso avançamos em nossa auto-estima.

Vamos aos números. No Censo de 2000, 1,2 milhão de pessoas não declarou a sua própria cor. Esse número, em 2010, de 1,2 milhão, caiu para 60 mil pessoas. Observou o Presidente do IBGE: “Isso não quer dizer que a população desse grupo esteja crescendo mais do que as demais.” Não é só isso. É simplesmente importante porque está havendo agora, cada vez mais, o auto-reconhecimento de cada grupamento específico, ou seja, cada qual vai-se reconhecendo cada vez mais como um cidadão da própria sociedade, seja branco, seja negro ou seja índio.

Meus caros, não resta dúvida de que um povo sem cultura é um povo sem memória. Foi com a finalidade de resgatar a herança afrodescendente que, há 23 anos, foi criada a Fundação Palmares, em 1988.

Lembro-me aqui da atuação, quando estávamos juntos lá, de Benedita da Silva, de Edmilson Valentim, de Carlos Alberto Cão, formávamos a bancada negra na Assembleia Nacional Constituinte e tivemos, na época, sem sombra de dúvida, um grande apoio do Presidente da República naquele período, que foi José Sarney.

Por fim, quero terminar essa minha fala, homenageando todos aqueles que foram aqui citados nesta manhã na figura daquele que eu considero o maior líder, dos últimos tempos, do povo negro. Quero falar de Abdias do Nascimento, aquele que foi considerado, para nossa juventude, o grande mestre.

Ó Abdias, eu poderia dizer aqui que saudade dos seus pronunciamentos!

Ó Abdias, que saudade dos teus poemas!

Ó Abdias, que saudade das tuas pesquisas!

Ó Abdias, que saudade das tuas peças teatrais!

Ó Abdias, que saudade da tua coragem, da tua fibra, da tua raça, dos teus conselhos e dos teus pensamentos!

Eu era Deputado Federal, vinha da Câmara aqui assistir aos pronunciamentos do grande Abdias.

Você, Abdias, que não está mais aqui conosco, é patrimônio da humanidade. A sala da Comissão dos Direitos Humanos aqui do Senado, por iniciativa nossa, vai levar o nome de Sala Abdias Nascimento, como símbolo da luta pelos direitos humanos. (*Palmas.*)

Nós faremos uma publicação com os maiores pronunciamentos de Abdias do Nascimento. O lançamento será feito pelo Conselho Editorial do Senado, em 14 de março do próximo ano, dia do aniversário desse grande líder – coincidência ou não, e eu espero que vocês não deem risada, ele nasceu em 14 de março e eu nasci no dia 15 de março. Então, eu acho que peguei um pouco da aura, da fibra e do brilho de Abdias e, por isso, virei Senador.

A juventude brasileira e mundial precisa e deve ter acesso aos pensamentos e às ideias de Abdias.

Por fim, se vocês me permitirem – eu sei que vão permitir, porque estou presidindo a sessão, é difícil vocês dizerem não

Numa certa oportunidade – e aqui vou terminar –, Abdias foi homenageado no Itamaraty, meus comandantes das Forças Armadas aqui presentes e meu amigo que está representando a Seppir, Mario Teodoro. A Ministra não pode estar presente, mas você falará em nome dela. Fui encarregado de homenagear o Abdias. Um evento internacional. E, naquela noite, porque no outro dia eu ia falar em homenagem ao Abdias, escrevi uma poesia ao Abdias. Essa poesia eu já li aqui no plenário, mas, de tudo o que eu pensei para homenageá-lo, achei que o mais bonito era eu ler a poesia que escrevi numa noite em que, na minha casa, eu pensei muito nele.

O que diz a poesia?

Leio o poema que fiz em 1995, quando Abdias completava, se não engano, 95 anos. Eu digo:

Tua vida, Abdias, foi dedicada a essa causa, a nossa causa, à causa da nação negra.

Abdias, meu velho e querido Abdias, o nosso povo há de contar em versos e prosa a tua história. A história de um guerreiro, a história de um lutador.

Os poetas vão lembrar de Abdias falando de paz, rebeldia, coragem e, tenho certeza, a emoção será tão forte como é hoje o que sentimos quando ouvimos nós a batida de cada tambor.

Falarão de um homem negro, de cabelos brancos e barba prateada, que, independentemente do tempo, nunca parou.

Fez da sua guerra a nossa batalha, como ninguém. Abdias, foi dele e é nossa a bandeira da igualdade, da justiça e da liberdade.

E ele estava lá, eu olhava para ele e dizia: Abdias, tu és exemplo para todos nós. Tu és um homem que viveu bem, bem à frente do teu tempo.

Que as gotas de sofrimento arrancadas do teu corpo se tornem pérolas, luzes a iluminar a jornada do nosso povo, da nossa gente. Tu nos deixas, com certeza, Abdias, uma lição de vida.

Viverás, Abdias, para sempre junto a nós. A rebeldia e a coragem de tuas palavras, que somente os guerreiros ousam, estão cravadas na história da humanidade, nos nossos corações, nas nossas almas e nas nossas mentes.

Sei, Abdias, que tu não estavas, ao longo da tua vida, preocupado em agradar a todos, mas sei que sua mensagem sempre foi: jamais, jamais deixem de lutar e sonhar.

Termino dizendo, ainda no poema, e o disse a Abdias, e ele, com a cabeça, concordava: Sonhem, sonhem sempre! Não aquele sonho bonito que você gostaria que acontecesse num passe de mágica, mas, sim, o sonho que com nossa luta, com muita coragem, haveremos de tornar realidade. Esse, sim, será fruto da tua, Abdias, da nossa vitória.

Vida longa, vida longa aos ideais e às ideias do grande Abdias.

(Palmas.)

O pronunciamento é um pouco longo, eu sei, mas eu tinha de fazer. Muitos são os homenageados desta nossa manhã. A partir deste momento, passaremos a palavra àqueles que estão inscritos como oradores.

O primeiro orador inscrito (não sei se está aqui ou deu uma saída) é o Senador Valdir Raupp, do PMDB. Está aqui à minha frente.

Não sei, mas a Lídice da Mata, como autora do requerimento, seria muito bom que abrisse. Eu já fiz o meu, se puder fazer... Então, Lídice da Mata, como autora do requerimento. Pode ser? Em seguida, Senador Valdir Raupp e Senador Eduardo Suplicy.

Uma salva de palmas à Senadora, que fez questão de ser uma das autoras do requerimento para esta sessão. *(Palmas.)*

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes; Embaixador da República do Zimbábue, decano dos países africanos; Secretário-Geral da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Sr. Mario Teodoro; representando o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Juniti Saito, o Brigadeiro-do-Ar, Luís Roberto de Carmo Lourenço; representando o Comando da Marinha Brasileira, Almirante de Esquadra, Julio Soares de Moura Neto, o Comandante do 7º Distrito Naval, Exmº Vice-Almirante Walter Carrara; Presidente da Fundação Cultural Palmares, querido amigo Eloi Ferreira de Araújo; Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Sr. Moacyr Roberto; representante da Sociedade Civil e do Movimento Negro, Srª Márcia Severino; e demais convidados desta Sessão.

É com muito orgulho que participo hoje desta sessão solene dois dias após Salvador, capital do meu Estado, ter sido declarada Capital Negra da América Latina, no último Encontro Afro XXI, realizado nesse fim de semana.

Dessa mesma cidade, que é a maior cidade negra fora da África, assim reconhecida, assim assumida, representando o meu Estado da Bahia, que orgulhosamente se autointitula e se apresenta como um Estado negro, com a consciência da contribuição negra à nossa cultura, à nossa economia, à nossa vida, à nossa existência.

Desde a década de 70 que o movimento negro brasileiro celebra o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. Fruto, inicialmente, do esforço quase que pessoal do poeta, pesquisador e militante do movimento negro gaúcho Oliveira Silveira, ampliou-se no rastro do esforço coletivo das organizações do movimento negro para a consolidação de Zumbi dos Palmares como herói e liderança maior da luta contra a escravidão no Brasil. O dia 20 de novembro é hoje entre nós data a ser celebrada não apenas pelos negros, mas sim por toda a sociedade brasileira, visto que o exemplo de Zumbi é uma referência e um símbolo a ser reverenciado por todos os brasileiros.

Datas como 20 de novembro de 1695, morte de Zumbi dos Palmares, de enorme relevância para a história da resistência negra no País, 25 de janeiro de 1835, da Revolta dos Malês, em Salvador, ou 12 de agosto de 1798, que celebra a Conjuração Baiana, também conhecida como Revolta dos Búzios ou Revolta dos Alfaiates, não deixaram de ser lembradas ao longo do tempo, porém esvaziadas do seu conteúdo de lutas e muitas vezes distorcidas em sua interpretação.

Segundo Clóvis Moura, no livro de sua autoria, **Rebeliões da Senzala:**

A conscientização progressiva da comunidade negra, especialmente nas grandes cidades, iniciou a questionar o problema da história oficial do Brasil, especialmente no que diz respeito ao papel do negro escravo, não apenas na criação da riqueza comum, mas como contestador da construção desse tipo de riqueza da qual ele foi sistemática e totalmente excluído.

Daí porque, Sr. Presidente, o 20 de novembro, Dia da Consciência negra, constituir-se uma data singular dentre as datas nacionais, por ter sido conquistada em consequência de quase quatro décadas de mobilização e pressão dos movimentos negros, independentemente de suas linhas de pensamento, que se uniram

pelo reconhecimento de Zumbi como símbolo da luta antiescravista no Brasil.

Esta data, marco maior da luta da comunidade afrodescendente brasileira contra o racismo, a exclusão social, a desigualdade, tornou-se um fórum permanente de análises, discussões e debates, em busca de soluções para questões a que a sociedade e o Estado ainda não deram respostas satisfatórias.

Faço essa afirmação com a certeza de que a luta contra a discriminação e o racismo empreendida durante séculos em nosso País, não pode e nem deve ser circunscrita às vítimas desses crimes hediondos e de lesa-humanidade que foram a escravidão e o tráfico negroiro.

Por outro lado, o amadurecimento político de nossa sociedade por meio da democracia indica claramente a necessidade do envolvimento e da participação ativa de todos os brasileiros e brasileiras nessa bandeira e nessa luta.

Por isso mesmo, celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra é, antes de tudo, celebrar a democracia; democracia que foi conquistada aos trancos e barrancos ao longo de 21 anos de dura resistência ao governo ditatorial instalado em nosso País e que custou a vida de muitos brasileiros, negros e brancos; democracia que se vem consolidando a partir da Constituinte de 88, quando, finalmente, reinstalamos o regime democrático no Brasil.

V. Ex^a, como Presidente desta sessão, hoje, e Constituinte como eu, sabe da importância, como todos os brasileiros sabem, e do que representa a Constituição de 88 para a instalação de um regime democrático, do Estado de Direito e para a conquista de uma Constituição cidadã para o nosso País – cidadã para garantir a cidadania das maiorias negras e da maioria de mulheres, que, até então, não eram reconhecidas, não era vistas, não eram percebidas pela sociedade.

Naquele tempo, antes da conquista da democracia, falar de questão racial, de luta pela igualdade racial era considerado tão grave quanto falar de questões de liberdade em nosso País. Pelo governo, era considerado subversivo, mas também pelos movimentos de esquerda não era muito fácil tratar desses assuntos.

Naquele momento, para a esquerda, que se reunia, às vezes, de forma clandestina e ouvia, nas reuniões partidárias, falarmos de incluir as mulheres, os negros e até os homossexuais, isso tudo era considerado um desvio pequeno-burguês de alguém ou de militantes que queriam desviar atenção do nosso movimento, que deveria se concentrar apenas na luta pelas liberdades democráticas. Ainda bem que superamos esse momento da luta política no Brasil e con-

seguimos alcançar uma democracia, instituindo, na Constituição, um marco democrático que, promulgado em 1989, no art. 68, reconheceu as terras remanescentes de quilombos, criando a base legal e constitucional para que o Presidente Lula sancionasse o Decreto nº 4.887, de 2003, que regulamentou a certificação e titulação de milhares de territórios remanescentes de quilombos no Brasil.

Foi também na Constituição de 1988 que a prática do racismo passou a ser considerada crime inafiançável imprescritível, o que deu lugar à criação da Lei Caó e, posteriormente, ao Estatuto da Igualdade Racial. E hoje comemoramos um ano da sua aprovação, após anos de luta deste Constituinte, deste Parlamento que honra o Brasil e a comunidade negra no Brasil, Paulo Paim, a quem quero homenagear neste momento. Ambas, ferramentas importantes, mas ainda frágeis para as nossas necessidades; no entanto, vitórias fundamentais na nossa luta contra o racismo.

Claro que muitos dos princípios invocados acima e que estão assegurados na Constituição Federal carecem de concretude no nosso dia a dia. Para transformá-los em realidade será necessário aprofundarmos o processo de mobilização democrática do nosso povo. Mas também é verdade que sem esses pressupostos básicos dificilmente teríamos conquistado os avanços na luta contra o racismo e a discriminação que temos até o momento.

Por mais que tenhamos razão em exigir maior velocidade, amplitude e efetividade na implantação e implementação de políticas públicas de igualdade racial no Brasil, não podemos negar os avanços obtidos na última década e, em particular, no período do governo do Presidente Lula. O reconhecimento desses avanços é fundamental até mesmo para que possamos avaliar os seus impactos, corrigir os seus erros e formular novas políticas. E para que possamos deixar de ter essas políticas como políticas de governo e passemos a tê-las como políticas de Estado.

Nesse sentido vale a pena ressaltarmos a política de quotas para o ensino superior. Em que pese a avassaladora campanha contrária, que V. Ex^a também destacou, realizada por grandes órgãos de mídia nacional, esta política é de um sucesso quase que pleno, não fosse ainda a dificuldade de muitos cotistas de manterem-se na universidade.

Mas, ainda assim, os números são impressionantes. Só nas universidades públicas temos mais 110 mil estudantes cotistas. Se juntarmos a esses os que entram pelo ProUni nas instituições privadas, chegaremos a mais de 400 mil estudantes afro-brasileiros no ensino superior. Isso é maior do que todos os estu-

dantes negros que passaram pelas universidades do Brasil de 1808 a 2001.

Inegavelmente, é um fato a ser comemorado, embora ainda tenhamos algumas resistências daqueles racistas de plantão a contestarem essa política pública.

No campo cultural, temos importantes conquistas a serem celebradas. A Fundação Palmares, que hoje comemora 23 anos de existência, consolidou-se como principal instrumento de política pública, no campo cultural, para os afro-brasileiros. Certificou mais de 1.500 comunidades remanescentes de quilombos, propiciando não apenas o seu reconhecimento enquanto fenômeno cultural, mas a chegada dos serviços públicos básicos, como água, luz, escolas, e políticas públicas de cultura para essas comunidades.

As certificações estimularam a organização social dos quilombolas, que hoje possuem centenas de associações articuladas na Associação Nacional dos Remanescentes de Quilombos e que têm atuação firme e permanente na defesa do Decreto nº 4.887, de 2003. Além disso, a Fundação Palmares estabeleceu uma forte ação internacional, no rastro das ações desenvolvidas pelo governo Lula e pelo Ministério das Relações Exteriores, tanto no continente africano quanto na América Latina. Exemplos nesse sentido foi a presença afro-brasileira na Copa do Mundo da África do Sul, no Festival Mundial de Artes Negras, no Senegal, a criação do Observatório Afro-Latino e Caribenho, e a realização de dois encontros afro-latinos, um deles realizado na cidade de Salvador.

Ainda no campo da cultura, o Ministério da Cultura, por meio do Iphan, promoveu avanços importantes no reconhecimento das manifestações culturais de origem negra enquanto patrimônios brasileiros, propiciando a valorização e a preservação dessas manifestações, a exemplo do que aconteceu com a Roda da Capoeira, o Ofício das Baianas do Acarajé, da minha terra, o Tambor de Crioula, o Samba Carioca, o Jongo do Sudeste e o reconhecimento, por parte da Unesco, do Samba de Roda do Recôncavo Baiano enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade.

Outra vitória importantíssima na luta pela promoção da igualdade racial foi a implementação da Lei nº 10.639, que introduziu o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira na grade curricular do ensino fundamental, quebrando, assim, um histórico secular de ausência da contribuição civilizatória da comunidade negra na formação social, política e cultural do Brasil.

Sr. Presidente, peço licença a V. Ex^a para também registrar aqui a nossa experiência na Prefeitura de Salvador, ainda em 1993, antes da existência da lei, quando definimos, constituímos e criamos os cadernos

pedagógicos para o ensino de educação básica no nosso Município, onde divulgávamos as lendas africanas, as letras do Olodum, do Ilê, que dizem e afirmam com orgulho: “Eu sou negão, eu sou negão. Meu coração é a liberdade”. É a Liberdade, o bairro negro da Bahia, onde se implantou o quilombo, o terreiro de candomblé, que depois dá origem a esse trabalho cultural esplêndido do Ilê Aiyê, de Mãe Hilda, e também a liberdade que campeou e campeia a luta, os sonhos, a utopia dos negros no mundo inteiro na necessidade de realizar a liberdade e a política como uma opção dos homens para viabilizar um mundo justo e igualitário.

Globalizando o debate, a ONU proclamou 2001 como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, visando, entre outras metas, o fortalecimento de ações nacionais e regionais, além da cooperação internacional para o benefício das pessoas descendentes de africanos em relação ao total usufruto de seus direitos econômico, cultural, social, civil e político.

No Brasil, este País de expressiva população negra e parda, além das comemorações do “novembro negro”, já foram realizados importantes eventos referentes ao Ano Internacional dos Afrodescendentes, entre os quais destaco, pela sua magnitude, o Afro XXI – Encontro Iberoamericano do Ano Internacional dos Afrodescendentes, realizado em Salvador, neste fim de semana, que contou com a participação de 18 países, chefes de Estado, ministros, chanceleres, especialistas, representantes da sociedade civil, gestores públicos e da nossa querida Presidente Dilma Rousseff.

O Afro XXI, realizado dez anos após a III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Discriminação Correlatas, ocorrido em Durban, na África do Sul, elaborou o documento-base do novo marco legal internacional regulatório para a criação e execução de políticas públicas de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial.

A Carta de Salvador, como foi denominado o documento, assinada pelos chefes de Estado presentes ao evento, definiu para os próximos dez anos ações conjuntas de promoção à igualdade e de combate ao racismo e à discriminação nos países da diáspora africana.

Um dos pontos principais da Carta de Salvador foi a proposta de criação de um fundo internacional de desenvolvimento econômico para as populações afrodescendentes, voltado, exclusivamente, para ações de educação e cultura.

Esse mesmo fundo, Senador Paim, que V. Ex^a propôs que fosse criado no Estatuto da Igualdade Racial, e que nosso Congresso foi incapaz de reconhecer a importância da sua criação, está sendo criado, hoje,

pelos países da América Latina, e nós, o Brasil, vamos colocar dinheiro nesse fundo. Criaremos o fundo no próprio Estatuto da Igualdade Racial, que V. Ex^a propôs e que, infelizmente, pela necessidade da política, pela necessidade que nós, segmentos majoritários, mas colocados fora do poder político, reconhecemos, precisamos ceder nesse espaço do Congresso Nacional, que, a despeito da luta do povo brasileiro, ainda é um espaço majoritariamente branco, majoritariamente rico e majoritariamente masculino.

Quando nossas vozes se levantam, como se levanta a voz de V. Ex^a há tantos anos para a honra dos negros brasileiros e da população desassistida do nosso País, imediatamente se levantam muitos para podar iniciativas legislativas, fazendo com que tenhamos, sim, um Estatuto da Igualdade Racial, mas muito menos avançado do que aquele proposto por V. Ex^a, em que esse fundo estava colocado e já poderia estar servindo às populações afrodescendentes do Brasil.

Acredito, Sr. Presidente, que o Afro XXI não será apenas mais um encontro internacional realizado, com boas intenções, mas que não produz resultados visíveis. A presença da Presidente Dilma e a sua determinação naquele local, a realização desse esforço concentrado, os compromissos assumidos na Carta de Salvador serão, sem dúvida, o porvir de um novo tempo para os afrodescendentes na América Latina.

O fato de a capital baiana ter sediado esse encontro teve um significado especial para a nossa idade, que, como falei aqui, possui a maior população negra fora da África e conserva fortes vínculos históricos e culturais com esse continente, onde foi inaugurado – e insisto em levar V. Ex^a para conhecê-lo e para lutar conosco para viabilizá-lo – o Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira, o primeiro museu federal especializado na cultura afrodescendente, que, aliás – desculpem-me os outros solos brasileiros, o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro –, não poderia deixar de estar na Bahia. Fazem parte da exposição permanente do museu 260 obras da cultura negra, com fotografias do etnógrafo francês Pierre Verger; a coleção de esculturas do argentino Carybé. Ambos radicados na Bahia.

A memória do período da escravidão é eternizada em trechos literários inscritos no salão. E quero saudar Emanuel Araújo, curador baiano que doou uma parte de suas obras e de sua coleção pessoal para compor o acervo daquele museu, referência da cultura negra em nosso País.

Quero também homenagear o poeta Capinan, Presidente da Amafro, associação do museu afro, e, em sua pessoa, homenagear toda a equipe do museu, que está tornando realidade essa conquista do povo

negro em nosso País, preservando, dessa forma, a memória africana em nosso País, o que também é também um ato de reparação.

Apesar das ações afirmativas, nós ainda temos, no Dia da Consciência Negra, muito a denunciar no que diz respeito à exclusão do povo negro – e V. Ex^a já o fez muito bem. O IBGE, divulgando os dados do Censo 2010, revela que a pobreza no Brasil é negra e feminina. Em todos os campos, ainda são marcantes as desigualdades entre negros, brancos e pardos. Os brancos chegam a receber quase o dobro do que ganham os grupos de negros pardos ou indígenas, e, apesar de amplamente majoritária, a população negra é minoria nos parlamentos, nos cargos executivos e no Judiciário. Se analisarmos o mapa da violência, veremos o que V. Ex^a já disse: a população negra é a mais atingida, e situação mais grave ainda enfrentam as mulheres negras.

Esses dados evidenciam a necessidade de mais e mais ações abrangentes e permanentes para reverter essa realidade, razão pela qual defendo a manutenção da Seppir, criada em 2003, em reconhecimento às lutas históricas do Movimento Negro no Brasil, que vem desempenhando também um papel de grande relevância, estabelecendo iniciativas contra a desigualdade racial no País, defendendo interesses reais da população negra e de outros segmentos étnicos discriminados. É preciso que nós possamos nos levantar para defender o Estado brasileiro.

O Governo brasileiro, quando criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, quando criou também a Secretaria da igualdade de Gênero, ele dá visibilidade a essa luta, que é travada diariamente, cotidianamente pelos negros e mulheres. E não podemos permitir que uma reforma administrativa, visando a dar uma gestão por alguns reivindicada, uma gestão mais leve ao Estado brasileiro, possa nos privar desses instrumentos de organização do nosso movimento.

Referindo-me ao termo “igualdade”, quero felicitar, por último, o Congresso Nacional pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, com todos os percalços por que passou, mas temos que comemorar um ano de Estatuto.

Felicito ainda a Fundação Cultural, o caro companheiro Elói, pelos 23 anos de existência.

Eu não poderia também deixar de homenagear esta personalidade brasileira, cuja vida dedicou à luta sem trégua contra o racismo, pela dignidade e afirmação da cultura e valores da população negra em nosso País e em todo mundo, o ex-Senador e ativista Abdias do Nascimento, falecido em maio deste ano, no Rio de Janeiro.

Essas homenagens que V. Ex^a anunciou para Abdias serão todas, além de justas, pequenas para homenagearmos esse gigante da luta antirracista neste País. Mas quero parabenizá-lo pela escolha da data de 14 de março, porque, além de ser a data de aniversário de Abdias, é também o Dia Nacional da Poesia, em homenagem ao poeta abolicionista Castro Alves, que também nasceu em 14 de março e escreveu a saga da sobrevivência do povo negro atravessando os mares para chegar ao Brasil, no seu *O Navio Negreiro*.

Portanto, quero homenagear todo o povo afrodescendente do nosso País, a minha terra, Bahia, onde os tambores tocam, seja nos blocos afoxés e expressões da resistência cultural negra, seja nos candomblés do nosso Estado, revelando que existe também uma religião afrodescendente que precisa ser homenageada e tratada com respeito. E é por isso que o maior jornal do meu Estado, toda quarta-feira, publica um artigo da grande mãe espiritual dos afrodescendentes, dos candomblés da Bahia, mãe Stella de Oxossi, que, com sua sabedoria, também mostra a espiritualidade tradicional do povo negro.

Um grande axé ao povo negro da Bahia, do Brasil e do mundo nas suas conquistas e na reverência do dia 20 de novembro.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Lídice da Mata, uma das autoras do requerimento.

Já se encontra conosco o Senador Anibal Diniz, que também é um dos signatários do requerimento desta sessão.

Eu vou convidar para usar a tribuna o nobre Senador Valdir Raupp, do PMDB. Enquanto V. Ex^a se encaminha à tribuna, lerei o nome dos nossos convidados.

Quero destacar que se encontram na Mesa, juntamente conosco, a Ex^{ma} Sr^a Senadora Lídice da Mata; o Senador Anibal Diniz; o Embaixador da República do Zimbábue, Ex^{mo} Sr. Thomas Sukutai Bvuma, Decano dos Países Africanos; o Secretário-Geral da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-Seppir, Sr. Mario Teodoro; representando o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito, o Brigadeiro do Ar Luis Roberto do Carmo Lourenço; representando o Comandante da Marinha Brasileira, Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, o Comandante do 7º Distrito Naval, Ex^{mo} Vice-Almirante Walter Carrara Loureiro; o Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sr. Eloi Ferreira de Araújo; o Secretário Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que aqui representa o movimento sindical, Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald; e o Re-

presentante da Sociedade Civil e do Movimento Negro, Sr^a Márcia Severino.

Ainda há os demais convidados presentes conosco. Permita-me, Senador Valdir Raupp, citar os embaixadores que vieram prestigiar esse evento. Não deem muita atenção para a minha pronúncia, mas vou aqui fazer a leitura como está escrito: o Embaixador da África do Sul, Exm^o Sr. Bamgumzi Sifimgo; o Embaixador do Egito, Exm^o Sr. Ahmed Hassan Darwish; a Embaixadora de Barbados, Exm^a Sr^a Ivetty A. Goddard; o Embaixador da Indonésia, Exm^o Sr. Sudaryomo Hartosudarmo; o Embaixador da Sérvia, Exm^o Sr. Ljubomir Milic. Daqui para baixo melhorou. O Diretor Geral do Instituto Rio Branco, Exm^o Sr. Embaixador George Lamaziere; do Presidente do Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Sr. Waldimiro de Souza; Presidente da Associação Nacional de Etnos Ciganos, Sr^a Marlet Queiroz, que está aqui conosco.

Eu peço uma salva de palmas para os ciganos, que são tão discriminados também neste País (*Palmas*.) Ela está sempre aqui presente, ocupando seu espaço, conquistando seu espaço. Também o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, Sr. Lourenço Ferreira do Prado; o Sr. Coordenador do Departamento de Intercâmbio e Assessoria Parlamentar do Centro das Tradições Afro-Brasileiras, Sr. Leonel Ribeiro; o representante do Movimento Negro do PMDB, Sr. Ernesto Luiz.

Então, passamos a palavra, agora, exatamente ao Líder Valdir Raupp, do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim e signatário também do requerimento da presente sessão; Exm^a Sr^a Senadora Lídice da Mata, também signatária do requerimento desta sessão; Embaixador da República do Zimbábue, Exm^o Sr. Thomas Sukutai; Secretário-Geral da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sr. Mário Theodoro, representando aqui a Ministra; representando o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, o Brigadeiro-do-Ar Luís Roberto do Carmo Lourenço; representando o Comandante da Marinha Brasileira, Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto; o Comandante do 7^o Distrito Naval, Exm^o Sr. Vice-Almirante Walter Carrara Loureiro; Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sr. Eloi Ferreira de Araújo; quero cumprimentar também o primeiro Presidente da Fundação, o Carlos Moura, que se encontra também aqui presente; o Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Sr. Moacyr Roberto, a Sr^a representante da Sociedade Civil e do Movimento Negro, Sr^a

Márcia Severino; Srs. Embaixadores, Embaixadoras, Senhoras e Senhores, ocorridos 123 anos da assinatura da Lei Áurea, ainda não ocorreu a verdadeira libertação dos escravos. Outras formas de escravatura e de negação dos direitos dos negros foram criadas, fazendo com que até hoje tenhamos uma dívida social incomensurável para com os afro-brasileiros.

Muitos mecanismos de exclusão contribuíram para a negação histórica dos negros no Brasil: não tiveram direito à educação, à saúde, à habitação, nem a emprego digno, o que levou a população negra a não comemorar o dia 13 de maio como verdadeiro dia da libertação dos escravos. A abolição da escravatura ainda não se completou. Continua a discriminação e o preconceito racial.

O dia 20 de novembro, em que homenageamos a memória de Zumbi dos Palmares, o herói da luta, de resistência à opressão contra os negros, passou a representar um dia de libertação dos escravos. Essa resistência de Zumbi dos Palmares permitiu a existência de comunidades quilombolas em praticamente todos os Estados brasileiros, inclusive no meu Estado de Rondônia – Comunidade de Pimenteiras, Pedras Negras, Porto Murtinho e tantas outras espalhadas pelo Estado. Precisamos garantir e preservar a integridade cultural e a propriedade material desses grupos de brasileiros descendentes de heróis, que resistiram à degradação representada pela escravatura.

Infelizmente, ainda existem em muitos locais do Planeta, em pleno século XXI, a crença na existência de raças superiores. A Constituição Federal, a nossa Constituição brasileira, estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível. No entanto, ainda temos muito a caminhar para prevenir e combater a prática do racismo e outras formas de discriminação.

O Brasil é o país com a maior população negra do Planeta fora do continente africano. Mais da metade da população brasileira tem ascendência africana. Isso nos obriga a um maior compromisso em acabar com a miséria, com a discriminação e em prover o respeito à diversidade cultural e racial, garantindo aos afrodescendentes direitos fundamentais de cidadania, como educação, alimentação e saúde.

Aqui faço um parêntesis, Sr. Presidente, senhoras e senhores, para falar o tanto que o nosso querido Presidente Lula contribuiu para a melhoria da qualidade de vida de toda a população brasileira. E a Presidente Dilma, certamente com o mesmo propósito, vai continuar esse trabalho do Presidente Lula em continuar a melhorar a vida do nosso povo brasileiro.

Já fiz esse pedido, já fiz orações, sei que todo o povo brasileiro hoje está numa grande corrente de orações, pedindo a Deus que proteja o nosso Presidente, que ele possa se recuperar o mais breve possível da enfermidade que ele hoje está acometido. Então, vamos pedir a Deus que possa restabelecer, o mais rápido possível, a saúde do nosso Presidente Lula.

A Organização das Nações Unidas instituiu o ano de 2011 como o Ano Internacional do Afrodescendente, o que nos convida a dedicar especial atenção a essa grande parte da população brasileira que tem sido historicamente vítima da pobreza e da discriminação.

A Conferência da ONU de Durban, em 2001, estabeleceu metas de integração e promoção de equidade racial, com a necessidade de combater o racismo e as desigualdades econômicas e sociais já citadas aqui pela Senadora Lídice da Mata.

Não podemos esquecer o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, comemorado em 21 de março, em homenagem às vítimas do massacre de Shapeville, na África do sul, enquanto realizavam um protesto pacífico contra o regime de **apartheid**, o regime de segregação racial.

A população afro-brasileira continua esperando sua plena inclusão na sociedade brasileira, com mais educação, saúde, habitação, alimentação e cidadania.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, não poderia encerrar este pronunciamento sem ressaltar uma vida de muitas lutas contra a discriminação racial, já também comentada aqui pelo Presidente e autor do requerimento Paulo Paim: o grande líder negro, Abdias do Nascimento, falecido aos 97 anos de idade, no dia 23 de abril de 2011. Um homem dinâmico, uma longa existência e um compromisso permanente com as mais nobres causas da humanidade.

Abdias do Nascimento foi Senador, Deputado, Secretário Estadual, jornalista, pintor, escritor, poeta e autor. O trabalho meritório de Abdias do Nascimento criou as condições necessárias para que tivéssemos o Estatuto da Igualdade Racial – tanto defendido também pelo nobre Senador Paulo Paim e tantos outros Pares da Câmara e do Senado.

Nossas sinceras homenagens à Fundação Cultural Palmares, pelos 23 anos de existência em defesa dos direitos dos afro-brasileiros.

Eu queria aqui também fazer uma referência ao Presidente desta Casa, ex-Presidente da República José Sarney, nosso colega aqui no Senado Federal, que foi quem criou, na época do seu governo, a Fundação Cultural dos Palmares. Ao nosso Presidente Sarney também as nossas homenagens.

O Brasil só poderá tornar-se uma nação verdadeiramente desenvolvida quando conseguirmos eliminar não apenas a miséria, mas também todas as formas de preconceito, de discriminação e de exclusão.

Só assim conseguiremos concretizar os ideais de uma nação fraterna, pluralista, comprometida com a harmonia social, com a garantia dos direitos sociais e individuais, com a liberdade, com a justiça e com o Direito. Todos nós que temos responsabilidade política sonhamos com a concretização desses ideais, que as pessoas não sejam discriminadas nem marginalizadas por causa da cor ou da raça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Senador Valdir Raupp do PMDB. Em seu pronunciamento, deixou muito claro a luta e o compromisso do PMDB contra todo tipo de preconceito.

Quero registrar também a presença conosco de Antônio Santos Graff, que é secretário da nossa querida Cobap. Seja bem-vindo aqui conosco.

Passamos a palavra, neste momento, ao querido Senador Anibal Diniz, que é subscritor do requerimento desta sessão.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Senador Paulo Paim e Exm^a Senadora Lídice da Mata, que são signatários desta sessão solene; Exm^o Sr. Embaixador da República do Zimbábue, Sr. Thomas Sukutai; Secretário-Geral da Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, Sr. Mário Theodoro; representante do Comando da Aeronáutica, o Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito; Brigadeiro do Ar Luis Roberto do Carmo Lourenço; representante do Comando da Marinha Brasileira, o Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto; Comandante do 7^o Distrito Naval, o Exm^o Vice-Almirante Walter Carrara Loureiro; Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sr. Eloi Ferreira de Araújo; Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Sr. Moacyr Roberto Tesch; representante da sociedade civil e do Movimento Negro, Sr^a Márcia Severino; demais convidados que nos honram com sua presença nesta sessão solene, sinto-me honrado de participar desta sessão em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem a um grande líder negro brasileiro, o escritor, dramaturgo, ex-Deputado e ex-Senador Abdias do Nascimento, em homenagem ao Dia de Zumbi dos Palmares e também ao Ano Internacional dos Afrodescendentes e ainda ao primeiro ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial, aprovado pelo Con-

gresso brasileiro, que teve como resultado toda essa mobilização, esse esforço do qual o Senador Paim é um ativista incansável.

Aqui, quero dar meu testemunho e dizer que me sinto absolutamente honrado em fazer parte desta Legislatura e em contar com Senadores da qualidade do Senador Paim, do Senador Suplicy, da Senadora Lídice da Mata, para aprendermos muito de política e de construção de uma igualdade racial no Brasil.

Quero ainda prestar homenagem à Fundação Palmares, criada a partir de uma reivindicação do Movimento Negro para estimular, no debate político, a necessidade do combate ao racismo, em favor da promoção da igualdade racial.

Considero de extrema importância participar hoje desta sessão histórica, repleta de significados. É para mim uma grande alegria ter me associado ao Senador Paulo Paim e à Senadora Lídice da Mata na propositura de requerimento para que, nesta ocasião, homenageássemos também o Ano Internacional dos Afrodescendentes.

A Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o ano de 2011 como Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, com o objetivo central de estimular as ações concretas para que as populações negras possam usufruir plenamente de direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos. Houve eventos determinantes, cujos impactos deverão marcar os próximos anos.

Ao instituir o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu que as pessoas de ascendência africana representam um setor da sociedade cujos direitos humanos devem ser promovidos e protegidos. De fato, as pessoas de ascendência africana são reconhecidas pela comunidade internacional como as que permanecem sofrendo a discriminação como um legado histórico e perverso do comércio transatlântico de escravos. Mesmo aqueles que não são descendentes diretos dos escravos enfrentam, ainda hoje, o racismo e a discriminação.

Estima-se que 150 milhões de pessoas que se identificam como sendo de ascendência africana vivem na América Latina e no Caribe. De acordo com o Censo nacional brasileiro de 2010, mais da metade do povo brasileiro declara-se negro.

O Brasil é o maior País negro fora da África. São noventa milhões de afrodescendentes declarados vivendo em nosso território, enriquecendo nossa cultura, contribuindo com seu trabalho para o progresso e a grandeza do País. Vale a pena ressaltar dois aspectos muito importantes: mesmo que os negros sejam

a maioria da população brasileira, a sua participação nas funções políticas do nosso País é muito restrita. Também nos nossos tribunais e nos nossos organismos de decisão mais importantes do Brasil, a participação dos negros ainda é muito restrita. Vale a pena ressaltar que, nos Estados Unidos, com a participação de apenas 18% da população negra, ocorre uma presença muito maior do negro nos espaços de decisão. Por isso, estamos a dever muito à população negra e afrodescendente aqui, no Brasil. Podemos afirmar, sem exagero, que ainda vivemos, apesar do Estatuto da Igualdade Racial, num regime de segregação racial. Somos, infelizmente, segregacionistas do ponto de vista da participação negra nos espaços de decisão em nosso País e precisamos refletir profundamente sobre como fazer para mudar essa realidade.

Embora sejamos um País de cor, multicolorido, multirracial, sabemos que, mesmo com os importantes avanços alcançados em favor da igualdade racial, ainda temos muito mais a fazer na luta contra a discriminação e o preconceito que perduram em nossa sociedade. As desigualdades ainda são gritantes, e os afrodescendentes são os que mais sofrem com a pobreza e com o desemprego. De acordo com o último Censo de 2010, por exemplo, os rendimentos médios mensais dos brancos são em torno de R\$1,5 mil, aproximando-se do dobro do valor recebido pelos negros, que, em média, é de R\$800,00.

Em relação à educação, o quadro não é diferente. Enquanto, entre os negros de quinze anos de idade ou mais, a taxa de analfabetismo é 14,4%, entre os brancos, essa taxa é em torno de 6%. Essa é uma realidade que precisa mudar.

Quero destacar que, nesses últimos dias, como prova de que a luta contra a intolerância e o racismo toma cada dia mais relevância, a cidade de Salvador, a cidade que tem a maior população de afrodescendentes fora da África, sediou, durante quatro dias, um monumental evento que discutiu e celebrou o Afro XXI, o Encontro Ibero-Americano dos Povos Afrodescendentes.

O Afro XXI reuniu doze Chefes de Estado, inclusive nossa Presidenta Dilma Rousseff, em debates sobre o combate ao racismo, à xenofobia, à discriminação e à intolerância raciais. Foram reuniões importantes com a presença de gestores públicos, de representantes de organizações da sociedade civil, de artistas e de pesquisadores envolvidos com a questão racial. Nesse encontro entre representantes da sociedade civil ibero-americana, caribenha e africana, foram construídas propostas que contribuiram para a assinatura da Carta de Salvador, uma agenda para assegurar a

inclusão plena de dezena de milhões de cidadãos e de cidadãs afrodescendentes. O Afro XXI foi um evento de celebração pela maturidade do movimento social de luta pela igualdade, mas também um momento de reflexão sobre o futuro.

No discurso de encerramento do Encontro Ibero-Americano, em Salvador, nossa Presidenta Dilma Rousseff lembrou que o Brasil, há 123 anos, pôs fim institucional à escravidão, um período em que a herança mais dramática foi a crença de que era possível que o País pudesse crescer e se desenvolver, como Nação próspera, sem inclusão social, sem distribuição de renda, sem considerar o conjunto de sua população. Foi justamente contra esse modelo mental arcaico, atrasado e perverso que houve a contribuição importante do ex-Presidente Lula, a quem rendo todas as homenagens, porque foi o governo mais incluyente que existiu na história de nosso País. Lula deu grande contribuição ao criar mecanismos de inclusão, mantidos e ampliados pelo atual Governo de nossa Presidenta Dilma Rousseff. No Brasil, nos últimos oito anos, conseguimos avanços na inserção socioeconômica da população negra, graças à inclusão dos temas da igualdade racial no debate público e na agenda governamental.

Houve a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003, com o objetivo de combater o racismo e de promover ações afirmativas pela igualdade racial, a obrigatoriedade do ensino da cultura negra e indígena nas escolas, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial – que é outro marco fundamental –, o Programa de Atenção à Saúde dos Negros e o Programa Universidade para Todos.

Ainda há ações voltadas para as comunidades quilombolas e o sistema de cotas das universidades públicas federais brasileiras. Vale ressaltar, inclusive, que há quem se oponha a esse regime de cotas no Brasil, dizendo que o que tem de valer é a meritocracia. Acontece que há uma discriminação tão perversa que coloca a população mais pobre, inclusive, impedida de disputar em igualdade de condições com os demais. Por isso, a gente defende, sim, e vai continuar defendendo a importância dessa política de cotas, para assegurar que, em toda universidade pública brasileira, esteja assegurada a presença do negro, que é o mais pobre e o mais discriminado no nosso País.

Na base dessas mudanças, temos de destacar as ações permanentes de organizações do Movimento Negro e os inúmeros agentes da manutenção e recriação de valores culturais que têm garantido a continuidade de ações para a igualdade racial. Mas sabemos que temos de avançar muito mais, reforçando as políticas

públicas de inclusão, as ações de saúde da mulher e o combate à pobreza.

Aqui, defendo, em especial, o cuidado com o jovem afrodescendente, esse segmento fundamental da nossa sociedade. É nesse contexto de defesa do jovem afrodescendente que quero destacar as informações que foram divulgadas na última sexta-feira, em Salvador, num evento paralelo ao Afro XXI.

Esses dados são fruto de uma pesquisa do Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa), que é uma agência da Organização das Nações Unidas e que lançou em Salvador um relatório sobre a juventude afrodescendente da América Latina. Esse relatório é o primeiro a apresentar um panorama regional das dinâmicas populacionais dos jovens e das jovens afrodescendentes, tanto em termos demográficos, como de distribuição territorial. Esse documento revela que, infelizmente, os jovens e as jovens afrodescendentes da América Latina e do Caribe são um dos grupos populacionais que enfrentam as maiores desvantagens, exclusão e discriminação.

Apenas na América Latina, a juventude afrodescendente representa mais de 24 milhões de pessoas, de um total estimado em mais de 81 milhões de afrodescendentes. O relatório do Unfpa mostra que quase metade da juventude brasileira tem ascendência africana, mas a origem desses jovens no continente latino-americano é causa de discriminação e de exclusão socioeconômica e resulta em baixos índices de saúde, de educação e de emprego.

Da América Latina, o Brasil é o País com maior população de jovens afrodescendentes, são mais de 22,5 milhões de pessoas, o que representa 47,3% do nosso total de jovens. Isso nos torna o País que reúne a maior quantidade de jovens afrodescendentes, tanto em termos relativos, como absolutos. Então, precisamos ter um olhar diferenciado para os nossos jovens.

A desigualdade que caracteriza a América Latina se reflete também na juventude afrodescendente, que sofre uma tripla exclusão: étnico-racial, por ser afrodescendente; de classe, por ser pobre; e geracional, por ser jovem.

Os dados do relatório do Unfpa apontam ainda a existência de diferenças na implementação dos direitos de saúde reprodutiva entre as jovens mulheres afrodescendentes, já que a maternidade em idade precoce é tanto ou mais elevada entre elas que entre as demais jovens.

Essa é a realidade mundial que temos de mudar, principalmente na nossa América Latina. Também é uma realidade que trabalhamos para mudar.

Nos últimos anos, temos tido a felicidade de contar com maior visibilidade dos anseios e demandas da comunidade afrodescendente, graças ao aumento das organizações e das articulações afrodescendentes que defendem seus direitos.

No ano passado, entrou em vigor, no Brasil, o Estatuto da Igualdade Racial. Esse é um instrumento importantíssimo, Senador Paim, para erradicarmos todas as formas de discriminação contra os afrodescendentes e para promovermos o respeito à diversidade de nossa herança cultural. V. Ex^a sabe disso mais do que ninguém, já que trabalhou com afinco, durante anos a fio, para ver implementada essa lei.

Não resta dúvida de que o Estatuto da Igualdade Racial representa um marco na defesa dos direitos dos negros no Brasil. Essa defesa permanece como o marco da nossa luta de ontem e de hoje para construir a verdadeira igualdade racial na sociedade brasileira, que só vai acontecer, de fato, quando, em todas as instituições e em todos os segmentos de poder da nossa sociedade, houver representação negra, para mostrar que o País é, verdadeiramente, respeitador da diversidade racial.

Agradeço-lhes a oportunidade e externo minha solidariedade a esse povo afrodescendente, para o qual temos tanto o que fazer para reparar nossa dívida histórica.

Muito obrigado. Aceitem esta minha solidariedade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Senador Anibal Diniz.

É importante registrar que, prestigiando esta reunião, estão aqui, além de todos os Embaixadores que já citei, o Embaixador da Suíça, Exm^o Sr. Wilhelm Méier; o Embaixador do Benin, Exm^o Sr. Isidore Monssi; o Conselheiro Político da Embaixada de Cuba, Sr. Rafael Hidalgo Fernández; e o Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia, Sr. Abdelhamid Rahmani.

Passo a palavra ao Senador Geovani Borges.

Permita-me, Senador Geovani, dizer àqueles que estão ligando a TV Senado neste momento que esta é uma sessão especial do Senado Federal destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, o Dia de Zumbi do Palmares, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, os 23 anos da Fundação Cultural Palmares e o Ano de Vigência do Estatuto da Igualdade Racial. Por fim, com a mesma importância ou até com maior importância, estamos homenageando o ex-Senador Abdias do Nascimento.

Tem a palavra o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Exm^o Sr. signatário da presente sessão, Senador Paulo Paim, do Estado do Rio Grande do Sul, eu Senador pelo Amapá, do outro extremo, do norte do Brasil, quero cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa, juntamente com a Exm^a Sr^a Lídice da Mata, que há pouco se pronunciou desta tribuna, os nossos cumprimentos também.

Cumprimento o Embaixador da República do Zimbábue, Exm^o Sr. Thomas Sukutai Bvuma, Decano dos Países Africanos; o Sr. Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sr. Eloi Ferreira de Araújo; o Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald – corrijam-me, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui a gente se defende. Vai tocando...

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Com o apoio e o respaldo o meu Presidente, eu vou em frente.

Cumprimento o Secretário-Geral da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sr. Mário Theodoro, representando o Comandante da Aeronáutica Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito; o Brigadeiro-do-Ar, Luis Roberto do Carmo Lourenço, representando o Comandante da Marinha brasileira, Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto; o Comandante do 7^o Distrito Naval, Excelentíssimo Vice-Almirante Walter Carrara Loureiro e os demais convidados.

Quero agradecer ao Senador Suplicy, que foi muito cavalheiro em me ceder esse espaço por permuta. Vou procurar ser muito breve, porque ele tem outro compromisso, e eu tenho um marcado também. Por isso, quanto aos demais convidados, que a Mesa os registre.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, há tempos o Brasil vem procurando resgatar uma dívida histórica com sua população afrodescendente, secularmente discriminada no que concerne à igualdade de direitos e ao reconhecimento de sua contribuição para a formação da nossa sociedade. De fato, a mera consciência dos direitos naturais é insuficiente para ensejar a construção de uma sociedade justa e igualitária, exigindo a materialização desses direitos no ordenamento jurídico e a observância rigorosa desses postulados.

Assim, é com grande satisfação que me associo às homenagens que hoje fazemos aos afrodescendentes brasileiros, festejando o Dia Nacional da Consciência Negra, transcorrido ontem, e o Ano Internacional dos Afrodescendentes, reverenciando dois grandes heróis da raça que se tornaram ícones dessa luta: Zumbi dos Palmares, Líder do Quilombo dos Palmares

no Brasil Colônia, e, mais recentemente, o saudoso Senador Abdias Nascimento – com quem eu tive a honra de conviver na condição de Deputado Federal –, que foi também jornalista, escritor e ativista político. Essas homenagens atendem aos requerimentos dos ilustres Colegas Senador Paulo Paim, Senadora Lídice da Mata, Senador Aníbal Diniz e outros signatários, os quais cumprimento pela feliz iniciativa.

Um dos precursores da resistência à escravidão, Zumbi, um dos maiores e mais genuínos heróis nacionais, foi o último chefe e o maior líder do Quilombo dos Palmares, comunidade por muitos considerada “a primeira república verdadeiramente livre das Américas”. Sua história é bastante conhecida: criado por um padre, fugiu aos 15 anos para o quilombo onde se revelaria um grande guerreiro e um grande líder. Palmares era muito mais do que uma comunidade de negros fugitivos. Era uma alternativa à opressiva e autocrática vida colonial.

O quilombo foi considerado por diversos historiadores uma comunidade avançada para os padrões da época, com uma atividade agrícola diversificada e leis de convívio social bastante rígidas. Para nós, Parlamentares, é significativo saber que as decisões mais importantes para a comunidade eram tomadas em assembleia, com a participação de todos os moradores adultos.

Um dos fatos mais marcantes da vida de Zumbi foi a rejeição ao acordo proposto pelas autoridades coloniais. Sua decisão levou em conta que o acordo livrava de punição e concedia a liberdade aos revoltosos de Palmares, mas não mudava a situação dos escravos nas fazendas.

Durante 14 anos, Zumbi resistiu bravamente às forças do Governo, mas sua coragem e seus conhecimentos militares não impediram que o quilombo fosse destruído por tropas mercenárias. Ferido e localizado graças a uma delação, Zumbi foi capturado e entregue às tropas do bandeirante Jorge Domingos Velho. Foi degolado, como outros colegas se referiram aqui, aos 40 anos de idade, no dia 20 de novembro de 1695.

Essa data, como se sabe, foi escolhida para marcar o Dia Nacional da Consciência Negra. Nada mais justo, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, se considerarmos que Zumbi lutou até a morte pela liberdade do seu povo. A comemoração dessa data é de grande importância, pois representa um momento de conscientização da desigualdade de direitos que ainda persiste em nossa sociedade.

Embora Zumbi tenha sido morto em 1695, a abolição da escravatura, Senador Suplicy, somente ocorreria em 1888, isto é, quase dois séculos depois.

E ainda hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil não conseguiu resgatar plenamente essa dívida histórica com essa grande parcela da população.

Sr. Presidente, eu me aprofundo neste discurso. Gostaria de encerrar, mas antes de fazê-lo, quero solicitar de V. Ex^a, dentro dos termos do Regimento, que considere este meu pronunciamento na íntegra.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é com emoção que me associo às homenagens a Zumbi e a Abdias do Nascimento, e é com grande alegria que me reúno aos nobres colegas na comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, data que, espero, renove sempre, e com crescente vigor, nossa luta por uma sociedade onde os negros tenham não apenas igualdade de direitos, mas também o justo reconhecimento de sua importância no processo de desenvolvimento nacional.

Era o que tinha a dizer na manhã de hoje.

Muito obrigado! Viva este dia, que significa um momento de grande reflexão não só no Brasil, mas também internacionalmente. (*Palmas.*)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR GEOVANI BORGES.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, há tempos o Brasil vem procurando resgatar uma dívida histórica com sua população afrodescendente, secularmente discriminada no que concerne à igualdade de direitos e ao reconhecimento de sua contribuição para a formação da nossa sociedade. De fato, a mera consciência dos direitos naturais é insuficiente para ensejar a construção de uma sociedade justa e igualitária, exigindo a materialização desses direitos no ordenamento jurídico e a observância rigorosa desses postulados.

Assim, é com grande satisfação que me associo às homenagens que hoje fazemos aos afrodescendentes brasileiros, festejando o Dia Nacional da Consciência Negra, transcorrido ontem, e o Ano Internacional dos Afrodescendentes; e reverenciando dois grandes heróis da raça que se tomaram ícones dessa luta – Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares no Brasil Colônia, e, mais recentemente, o saudoso Senador Abdias Nascimento, que foi também jornalista, escritor e ativista político. Essas homenagens atendem aos requerimentos dos ilustres Colegas Paulo Paim, Lídice da Mata, Aníbal Diniz e outros signatários, aos quais cumprimento pela feliz iniciativa.

Um dos precursores da resistência à escravidão, Zumbi, um dos maiores e mais genuínos heróis nacionais, foi o último chefe e o maior líder do Quilombo

dos Palmares, comunidade por muitos considerada “a primeira república verdadeiramente livre das Américas”. Sua história é bastante conhecida: criado por um padre, fugiu aos 15 anos para o quilombo onde se revelaria um grande guerreiro e um grande líder. Palmares era muito mais do que uma comunidade de negros fugitivos, era uma alternativa à opressiva e autocrática vida colonial.

O quilombo foi considerado por diversos historiadores uma comunidade avançada para os padrões da época, com uma atividade agrícola diversificada e leis de convívio social bastante rígidas. Para nós, parlamentares, é significativo saber que as decisões mais importantes para a comunidade eram tomadas em assembleia com a participação de todos os moradores adultos.

Um dos fatos mais marcantes da vida de Zumbi foi a rejeição ao acordo proposto pelas autoridades coloniais. Sua decisão levou em conta que o acordo livrava de punição e concedia a liberdade aos revoltosos de Palmares, mas não mudava a situação dos escravos nas fazendas.

Durante 14 anos Zumbi resistiu bravamente às forças do Governo, mas sua coragem e seus conhecimentos militares não impediram que o quilombo fosse destruído por tropas mercenárias. Ferido e localizado graças a uma delação, Zumbi foi capturado e entregue às tropas do bandeirante Jorge Domingos Velho. Foi degolado aos 40 anos de idade, no dia 20 de novembro de 1695.

Essa data, como se sabe, foi escolhida para marcar o Dia Nacional da Consciência Negra. Nada mais justo, Senhor Presidente, se considerarmos que Zumbi lutou até a morte pela liberdade do seu povo. A comemoração dessa data é de grande importância, pois representa um momento de conscientização da desigualdade de direitos que ainda persiste em nossa sociedade.

Embora Zumbi tenha sido morto em 1695, a abolição da escravatura somente ocorreria em 1888, isso é, quase dois séculos depois. E ainda hoje, Senhoras e Senhores Senadores, o Brasil não conseguiu resgatar plenamente essa dívida histórica com essa grande parcela de sua população.

Nos tempos mais recentes, o movimento pelo reconhecimento da igualdade de direitos e da contribuição dos afrodescendentes à cultura, às artes e ao desenvolvimento nacional foi encabeçado também pelo saudoso Abdias do Nascimento, que honrou com sua presença este egrégio Plenário. Jornalista, escritor e ativista político, Abdias foi também o primeiro Deputado Federal, de acordo com sua agremiação partidária

à época, a se dedicar à defesa dos direitos dos afrodescendentes. Segundo revela o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, ele foi também o autor do primeiro projeto de lei de políticas públicas afirmativas da história brasileira.

Nascido em Franca, no interior de São Paulo, em 1914, Abdias iniciou sua militância já na década de 30, quando ingressou na Frente Negra Brasileira. Uma de suas grandes realizações foi a criação do Teatro Experimental do Negro, que formou toda uma geração de atores e atrizes afrodescendentes. Exilado por 12 anos, no período do regime militar, jamais abandonou suas bandeiras, sempre com destaque para a causa negra. Homenageado pelos governos de diversos países, entre eles México, Estados Unidos e Nigéria, além de organismos internacionais, recebeu também a Ordem do Rio Branco – a mais alta condecoração outorgada pelo Governo brasileiro.

Não poderia encerrar esta breve homenagem, Sr. Presidente, sem falar, ainda que rapidamente, do gaúcho Oliveira Ferreira da Silveira, o idealizador do Dia da Consciência Negra. Professor e pesquisador falecido em 1º de janeiro de 2009 – Dia Mundial da Paz –, ele se destacou no extinto Grupo Palmares, que propôs uma releitura da vida de Zumbi que resultou em sua adoção como herói nacional. Para Oliveira e para o Grupo Palmares, o nome de Zumbi se impunha porque ele recusou um acordo cujos benefícios não se estendiam aos irmãos negros escravizados nas fazendas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com emoção que me associo às homenagens a Zumbi e a Abdias do Nascimento, e é com grande alegria que me reúno aos nobres Colegas na comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, data que, espero, renove sempre, e com crescente vigor, nossa luta por uma sociedade onde os negros tenham não apenas igualdade de direitos, mas também o justo reconhecimento de sua importância no processo de desenvolvimento nacional.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Geovani Borges, pelo seu pronunciamento muito firme, combatendo os preconceitos e homenageando a todos aqueles que foram listados nesta sessão: o Dia da Consciência Negra, Zumbi dos Palmares, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, a Fundação Cultural Palmares, o Estatuto da Igualdade e o ex-Senador Abdias do Nascimento.

Passo a palavra, neste momento, com muita satisfação, ao meu amigo e guerreiro de todas as horas, Senador Eduardo Suplicy, que gentilmente cedeu seu lugar a outros dois ou três Senadores. Agora ele

faz uso da palavra. Em seguida, passaremos a palavra aos componentes da Mesa, para que façam suas saudações.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, querido Senador Paulo Paim, Exm^a Sr^a Senadora Lídice da Mata, proponentes desta sessão; Exm^o Embaixador Thomas Sukutai, Decano dos Embaixadores do Zimbábue; Sr. Presidente Eloi Ferreira de Araújo, da Fundação Cultural Palmares, que assinou com o Presidente Lula, no ano passado, o Estatuto da Igualdade Racial; Sr. Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Moacyr Roberto Tesch Auersvald; Secretário-Geral Mario Teodoro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Sr. Brigadeiro do Ar Luis Roberto do Carmo Lourenço, que aqui representa o Comandante da Aeronáutica Juniti Saito; Comandante do 7^o Distrito Naval, Vice-Almirante Walter Carrara Loureiro, que representa o Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; senhores embaixadores.

Depois que Olorum criou o universo e a Terra, Obatalá, seu primeiro filho, o mais velho dos orixás, o senhor dos panos brancos, criou as plantas, os animais e os homens. A eles deu o Ori, que é a “cabeça”, a capacidade de pensar, de discernir e de criar.

Ori é mais do que a cabeça física do homem ou da mulher; é a força da natureza que habita essa cabeça, é o orixá que acompanha o ser humano do seu nascimento à sua morte, é a impressão digital de cada um de nós.

Ori, portanto, é a nossa consciência. E V. Ex^a, Senador Paulo Paim, hoje nos deu um formidável exemplo do que seja Ori, a consciência do ser humano.

Por que estou falando isso? Justamente em alusão ao 20 de novembro, data em que celebramos o Dia da Consciência Negra, quando quero buscar a união dos nossos oris, das nossas consciências, em busca da construção de um País melhor, de um mundo livre de toda e qualquer discriminação racial.

Seja qual for sua divindade suprema – Olorum, Deus, Alá, Shiva, Brama, Zeus, Tupã, Júpiter, Amon-Rá –, o fato é que ela não criou a raça negra, branca, vermelha ou amarela fazendo distinção entre uma e outra. Independentemente de cor, de credo, de origem ou de classe social, pertencemos originalmente a uma só raça, à raça humana.

O Dia da Consciência Negra não é um dia para celebrarmos uma “casta”, mas para reafirmarmos a nossa igualdade, reconhecendo, por exemplo, a con-

tribuição dos negros para a formação do nosso País. A consciência negra nos leva a resgatar a identidade de um povo que foi inferiorizado durante séculos por conta da cor de sua pele.

Ontem, hoje, amanhã e sempre é dia de resgatar e celebrar os costumes, as tradições, a cultura de um povo que merece respeito e aplausos por sua luta, por sua bravura, por sua resistência. Mais do que uma data, o Dia da Consciência Negra é uma oportunidade que devemos abraçar em todas as suas dimensões.

Oportunidade de nos mirarmos no exemplo de luta, de sonho, de vida do Zumbi dos Palmares, de Martin Luther King Jr., de Nelson Mandela. Oportunidade de pedirmos a bênção à Mãe Menininha do Gantois, de aprendermos com Abdias do Nascimento, de sorrirmos com Grande Otelo. Oportunidade de reverenciarmos as esculturas de Aleijadinho, os gols de Pelé, de Neymar, os sambas de Cartola, a poesia de Cruz e Sousa, a genialidade de Milton Santos.

O Dia da Consciência Negra é a oportunidade de refletirmos sobre um Brasil que nasceu indígena, foi descoberto pelos europeus e redescoberto pelos negros. Oportunidade de sublinharmos que, há milhares de anos, Brasil e África formavam um só continente.

Oportunidade de assumirmos nosso multiculturalismo, cantando nossa diversidade cultural com Olodum, com Gilberto Gil, com Milton Nascimento, com Dorival Caymmi, com os Filhos de Gandhy, com AfroReggae sem medo ou vergonha, com os Racionais MC's, com o Mano Brown e seus companheiros. Oportunidade de enaltecermos o talento de Milton Gonçalves, de Antônio e Camila Pitanga, de Lázaro Ramos, de Zezeh Barbosa e da eterna Tia Nastácia, Jacira Sampaio. Oportunidade de nos inspirarmos na ousadia de mulheres negras, como a Juíza baiana Luislinda Dias de Valois Santos, que aguarda a sua designação para ser Desembargadora pelo Tribunal de Justiça da Bahia, a escrava que virou rainha Chica da Silva, e a líder da revolta dos Malês, Luísa Mahin.

Oportunidade de ovacionarmos os dribles de Garrincha, a coragem do Almirante Negro, João Cândido, os pulos do João do Pulo, a determinação de José do Patrocínio. Oportunidade de assumirmos a importância do negro na culinária, na religião, na dança, na música, no ritmo, na beleza, na linguagem e no folclore brasileiro.

O saci é negro. O samba é negro. O acarajé é negro. A padroeira do Brasil é negra.

Dia da Consciência Negra também é uma oportunidade de questionarmos por que, embora o censo de 2010 aponte que o Brasil possui 56,6% de negros, nunca tivemos ainda um presidente negro. Ali, nos Es-

tados Unidos, o Presidente Barack Obama veio como uma bênção para o universo, inclusive para a comunidade negra em todos os países do mundo. Ah, como foi bonito o seu pronunciamento, em 28 de agosto de 2008, a serem comemorados os 45 anos do discurso **I Have a Dream, Eu tenho um Sonho**, de Martin Luther King Jr, quando resgatou aqueles sonhos tão bem pronunciados por Luther King Jr.

Quantos negros nós temos no Senado? No Banco Central? Na Polícia Federal? No Superior Tribunal de Justiça? Em um levantamento feito em 2007, dos 620 Procuradores da República apenas sete eram negros. Do total de juízes, somente 13% tinham cor negra.

Na atual legislatura, dos 513 Deputados, apenas 43, ou 8,5% se autodeclararam negros. No Senado, a bancada negra conta com apenas três Senadores: Paulo Paim, Magno Malta e Lídice da Mata, uma mulher de ascendência negra. Mas como V. Ex^{as} representam tão bem a voz dos negros e de todos nós!

Apesar dos avanços em relação aos direitos da população afrodescendente conquistados desde o início do Governo Lula, os negros continuam sendo vítimas de um modelo social excludente, tanto que estão, em sua maioria, na base da pirâmide social.

Que bom que a Presidenta Dilma Rousseff tenha avançado em relação àquilo que se consolidou no Governo do Presidente Lula e no ato que a Senadora Lídice da Mata recordou, ocorrido em Salvador no sábado último. Houve um avanço considerável e iniciativas muito importantes, inclusive na designação de Salvador como a capital negra do País.

No Brasil, as crianças negras têm um índice de mortalidade infantil 50% maior que as crianças brancas; os negros são maioria nas penitenciárias; o ganho do negro no mercado de trabalho é metade do ganho do branco que ocupa a mesma posição.

São poucos os negros que podem frequentar uma escola particular ou até mesmo a escola pública, em razão de precisarem trabalhar para ajudar no sustento da casa ou por viverem em regiões de difícil acesso. Que os negros, juntamente com os brancos, mulatos, amarelos, vermelhos e ciganos possam ser os primeiros a receber uma renda básica de cidadania.

O Dia da Consciência Negra é a oportunidade de nos lembrarmos, de nos indignarmos, de dizermos em coro “nunca mais” aos navios negreiros, às chibatadas, à escravidão. Que, como Caetano Veloso, nós possamos cantar que somos quase todos pretos... Afinal, somos um País com alma mestiça. Que brancos e negros possam viver em harmonia, coexistindo democrática,

respeitosa e complementarmente no mesmo espaço, assim como a escuridão da noite e as estrelas.

E, como Ori está sempre com a atenção voltada para transformar nossos sonhos em realidade, nos trazer felicidade, que possamos transformar nossa consciência negra em uma luta conjunta e permanente pela erradicação da pobreza, pela transformação social, pela libertação de cada homem, de cada mulher, de cada criança negra ou não, buscando não só um futuro, mas um presente melhor para a raça humana.

Querido Presidente Paulo Paim, V. Ex^a, que convidou a Sr^a Elisa Larkin Nascimento, viúva de Abdias Nascimento, recebeu, como eu também e todos nós aqui reunidos neste dia na sessão plenária do Senado, um comunicado dela própria. E, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de ler...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a deve ler, em nome de todos nós, já que ela remeteu isso para nós todos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... porque eu acho que é muito especial. Eu até disse há pouco à Sr^a Elisa Larkin que V. Ex^a fez um pronunciamento muito bonito sobre Abdias.

Eis as palavras de Elisa Larkin Nascimento. Queria dizer que a Mãe Sylvia de Oxalá, do Axé Ilê Obá, do Jabaquara, em São Paulo; pessoas que têm tanta afinidade, a própria Juíza Luislinda Valois Santos, estão todas colaborando com este estado de espírito das minhas palavras aqui; também a Sr^a Rose Marie Muraro, amiga de Elisa Larkin Nascimento, que diz o seguinte para todos nós:

Neste dia em que o Senado Federal realiza homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra e lembra o Senador Abdias do Nascimento, meu recém-falecido marido, eu quero saudá-los em nome da família e do Instituto de Pesquisa Afro-Brasileiros, instituição criada por Abdias com minha ajuda e que hoje tenho a honra de dirigir.

Nossa convicção é que a melhor maneira de homenagear a memória de Abdias do Nascimento é continuar sua luta por um mundo melhor para todas as pessoas e por um Brasil melhor para todos os cidadãos. Por isso, o Ipeafro realiza a exposição África-Brasil, Ancestralidade e Expressões Contemporâneas e o Fórum Educação Afirmativa Sankofa e a Oficina Matriz Africana e Ação Educativa em vários Municípios do Rio de Janeiro, contribuindo à implantação da política nacional de

ensino da história e da cultura negras e africanas e das relações étnico-raciais.

Neste Ano Internacional dos Afrodescendentes, nós finalmente assistimos à sanção presidencial à lei que instituiu oficialmente o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, momento em que se torna importante lembrar todas e todos os ativistas que trabalharam desde a década dos 1970 para tornar realidade essa proposta, idealizada pelos saudoso poeta Oliveira Silveira e o Grupo Palmares do Rio Grande do Sul. A proposta foi assumida pelo conjunto do movimento negro do Brasil, reunido no Memorial Zumbi. Essa organização iniciou em 1980 a peregrinação ao alto da Serra da Barriga, em 20 de novembro. Naquele momento, Abdias do Nascimento subiu a pé conduzindo a Mãe Hilda do Ilê Axé Ogum, mãe do Vovô, fundador do Ilê-Aiyê. Ela seguiu em lombo de jegue. Essa visita às terras de Zumbi dos Palmares, com a participação de ativistas de dezenas de entidades do movimento negro, inclusive o Movimento Negro Unificado, marcou uma nova etapa de luta do povo negro brasileiro contra o racismo.

No dia 13 passado, eu e a família – a atriz Léa Garcia e seus dois filhos Henrique Cristóvão e Abdias do Nascimento Filho, o Bida; a bisneta Luíza Guzman do Nascimento e meu filho Osiris Larkin Nascimento – realizamos a deposição das cinzas de Abdias no alto da Serra da Barriga, com o apoio e a participação do conjunto do movimento negro nacional. Plantamos um pé de gameleira branca, árvore que abriga o Iroco, espírito dos ancestrais. Enterramos as cinzas no espaço de plantio de um pé de baobá, árvore considerada sagrada, que vive três a seis mil anos e que simboliza a presença dos ancestrais em nossas vidas.

A plenitude desse momento se complementa com a sanção do Dia Nacional da Consciência Negra, data já comemorada oficialmente em vários Estados e Municípios. A campanha do Governo Federal Igualdade Racial é pra Valer, liderada pela Seppir, dá continuidade à política mais efetiva de combate à pobreza no Brasil: a de “mobilizar agentes econômicos e sociais para vencer o núcleo mais resistente de nossas desigualdades: a desigualdade racial”, nas palavras da Ministra Luíza Bairros.

Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Suplicy e todos os Senadores da República hoje reunidos, meus amigos: não há dúvida de que o recorte racial foi a inovação e o diferencial das políticas recentes que apresentaram resultados positivos no combate à pobreza. Por isso, em nome da memória de Abdias Nascimento, o Ipeafro comemora a oficialização do Dia Nacional da Consciência Negra, proclamando a sociedade brasileira e o Governo Dilma Rousseff a continuar a consolidar cada vez mais a implantação de políticas específicas de combate ao racismo.

E, obviamente, dentre essas políticas está aquela que estamos para votar, acredito nesta semana, Senador Paulo Paim, ali na Comissão de Constituição e Justiça, conforme compromisso do nosso Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Compromisso do Senador Eunício Oliveira.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sim, do Senador Eunício Oliveira.

Essas políticas estão articuladas em vários programas de Governo que precisam dos meios e do compromisso político efetivo para serem efetivamente executadas.

Abdias Nascimento propôs à sociedade brasileira o Quilombismo como modelo de organização política baseada na experiência histórica brasileira dos quilombos. A efetiva implantação de políticas de reparação e de combate às desigualdades raciais seria a melhor maneira de homenagear a sua memória.

Saudações quilombistas, Elisa Larkin Nascimento, viúva de Abdias Nascimento, Diretora do Ipeafro.

Ela aqui enviou-me também em anexo, que peço para constar na íntegra, Sr. Presidente, pois a sessão vai longe – e muitos aqui, e V. Ex^a inclusive, disseram dos passos usados por Abdias Nascimento – quatro páginas mais detalhadas sobre a vida e a arte de um guerreiro, por Elisa Larkin Nascimento, a história e a vida de Abdias do Nascimento”. Peço que conste na íntegra.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.

Abdias Nascimento, Vida e Arte de um Guerreiro

Elisa Larkin Nascimento

Abdias Nascimento nasceu em Franca, SP, no ano de 1914, filho do sapateiro e músico José Ferreira do Nascimento e da doceira e ama de leite Georgina Ferreira do Nascimento. Sua família era tão pobre que, mesmo sendo filho de sapateiro, Abdias passou descalço a sua infância. Trabalhou desde os sete anos de idade. Completou o segundo grau, com diploma em contabilidade, em 1928. Aos 14 anos ele recusou um emprego bem remunerado para os padrões de sua família quando mandaram buscá-lo numa carroça onde ele deveria viajar na parte traseira com suprimentos e animais, tratamento que não seria dado a um contador branco. Deixou Franca para a capital São Paulo, onde se alistou no Exército em 1929.

Formou-se em Economia pela Universidade do Rio de Janeiro em 1938. Ainda nos anos 1930, participou de atos públicos da Frente Negra Brasileira e organizou o Congresso Afro-Campineiro (1938) que discutiu as relações raciais na cidade de Campinas, interior do Estado de São Paulo. Participou da resistência contra o regime do Estado Novo, o que lhe valeu uma prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Preso em razão de incidentes de combate à discriminação racial, Abdias Nascimento criou o Teatro do Sentenciado na Penitenciária do Carandiru em 1942, em que os prisioneiros criavam, ensaiavam e apresentavam seus próprios espetáculos teatrais. Também ajudou a fundar o jornal dos prisioneiros.

Fundou, em 1944, o Teatro Experimental do Negro (TEN), entidade que rompeu a barreira racial no teatro brasileiro e foi a primeira entidade afro-brasileira a ligar a luta pelos direitos civis e humanos dos negros à recuperação e valorização da herança cultural africana. Denunciando a segregação no teatro brasileiro, inclusive a prática de pintar atores brancos de preto para desempenharem papéis dramáticos, o TEN formou a primeira geração de atores e atrizes negros e favoreceu a criação de uma dramaturgia que focalizasse a cultura e a experiência de vida dos afro-brasileiros.

Sob a liderança de Abdias Nascimento, o TEN organizou a Convenção Nacional do Negro (Rio de Janeiro e São Paulo, 1945-46), que propôs à Assembleia Nacional Constituinte a inclusão de um dispositivo constitucional definindo a discriminação racial como crime de lesa-pátria e uma série de medidas afirmativas de combate à discriminação. O TEN realizou também a Conferência Nacional do Negro em 1949, e o 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

À frente do TEN, Abdias mantinha contato com os movimentos de expressão cultural e de libertação africanos e com o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. Ele e os artistas e intelectuais associados ao TEN eram os principais, talvez os únicos, partidários no Brasil do movimento da Negritude liderado por Aimé Césaire, Léon Damas e Léopold Senghor. Entretanto, eles foram excluídos da delegação oficial brasileira ao 1º Festival Mundial das Artes Negras (FESMAN), realizado no Senegal como afirmação internacional do valor da cultura africana e da Negritude. A Carta

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, com a publicação de todos os documentos que V. Ex^a está encaminhando à Mesa.

Neste momento passo a palavra aos nossos convidados da Mesa. Mais ou menos, já fizemos um ajuste aqui.

Passo a palavra, neste momento, ao Presidente da Fundação Cultural Palmares, uma das homenageadas desta manhã, Sr. Eloi Ferreira de Araújo, que foi Ministro da Seppir e hoje preside a Fundação Cultural Palmares.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Boa tarde a todos e todas: Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão; excelentíssima Sr^a Senadora Lídice da Mata, também signatária do requerimento para a presente sessão; Sr. Secretário Executivo da Seppir, Mário Teodoro; Sr. Brigadeiro-do-Ar Luís Roberto do Carmo Lourenço, representando o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Comandante Juniti Saito; Sr. Vice-Almirante Walter Carrara Loureiro, representando o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto; Sr. Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Moacyr Roberto Tesch Auersvald; Sr^a Márcia Severino, aqui representando a sociedade civil, Srs. Senadores, senhores convidados, senhores representantes de outros Estados, Embaixadores, Embaixadoras, enfim, quero cumprimentar todos os que participam desta sessão que tem uma natureza especial, quero cumprimentar V. Ex^a e os demais signatários do requerimento para estabelecimento desta sessão e toda esta Casa, todo o Senado por aprovar esse requerimento.

Esta sessão não é, Senador Paulo Paim, reveste-se de uma importância muito especial. É uma sessão que esta Casa destina para celebrar, para comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra e de Zumbi dos Palmares, agora lei federal, sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff; sessão destinada a comemorar o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, em conformidade com a resolução da ONU; sessão destinada a homenagear S. Ex^a, Secretário, artista, autor, teatrólogo, Senador, Deputado, o multimídia Abdias Nascimento – para usar uma expressão mais contemporânea; esta sessão se reveste então de um momento muito especial, e, sobretudo, ficamos muito honrados por esta sessão também homenagear os 23 anos da Fundação Cultural Palmares.

Como já foi acentuado, a Fundação Cultural Palmares é um órgão vinculado ao Ministério da Cultura

e foi o primeiro órgão criado no Estado brasileiro para tratar das questões da população negra do nosso País; vinculado ao Ministério da Cultura, então, com foco, por conseguinte, nas manifestações da cultura afro-brasileira, a Fundação Cultural Palmares foi criada naqueles anos de 1988, inspirada pelo movimento internacional de retorno do nosso País à democracia, às reivindicações do movimento negro brasileiro e tendo na Assembleia Nacional Constituinte, no Congresso daquela época, parlamentares como a hoje Senadora Lídice da Mata, naquela ocasião Deputada Federal Constituinte; Deputado Federal Constituinte Paulo Paim; Deputada Benedita da Silva; Deputado Edmilson Valentim; Deputado Carlos Alberto Caó, que convenceram e atuaram de uma forma muito intensa para que a Fundação Cultural Palmares tivesse a sua consolidação e a sua presença inscrita e pudesse iniciar uma atuação que, hoje, é uma referência nacional e internacional de defesa de promoção da cultura afro-brasileira.

Eu tenho aqui a honra de suceder dois os inúmeros Presidentes, que foram da Fundação Cultural Palmares, e dois deles estão nesta sessão, a quem cumprimento muito efusivamente. Um deles é o nosso Prof. Carlos Moura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Levante, Dr. Carlos Moura, para o povo vê-lo. Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – E o nosso Zulu Araújo, a quem eu sucedi mais imediatamente. Zulu Araújo não está aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Palmas para Zulu, embora ele tenha se retirado. (*Palmas.*)

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – E sempre me sinto muito desafiado, porque é uma responsabilidade muito grande suceder tantos presidentes que ali passaram. Na semana passada, estivemos em um ato com o ex-Presidente Ubiratan Castro, e aí vemos a responsabilidade de suceder dirigentes tão qualificados como os que ali passaram.

Parece, Senador Paim, que acabo pegando responsabilidades assim. Quando estive à frente da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, também tive o desafio de suceder a Ministra Matilde, uma mulher qualificada, dedicada, com uma estatura intelectual extraordinária, que esteve à frente da Seppir e iniciou aquele trabalho, e, depois, tive que suceder o Ministro Edson Santos, Deputado Federal reeleito pelo Rio de Janeiro, de uma compreensão madura e segura das questões da causa do povo negro, da

causa do povo brasileiro. Com a responsabilidade de suceder esses dois, então eu estou sempre desafiado a encarar essas situações.

Mas, Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, ano passado, o Estatuto da Igualdade Racial chegou a compor o quadro jurídico brasileiro como sendo o primeiro diploma, a primeira legislação, desde 1888. Naquela ocasião, em maio de 1888, a disputa para se aprovar a abolição da escravidão não foi fácil. Os Anais do Congresso brasileiro registram: foi um debate muito intenso, e não houve unanimidade para poder aprovar aquela lei que acabava com a escravidão.

Peço um pouco de água.

Não foi fácil, o debate foi intenso. Diziam, naquela ocasião, que era melhor não acabar com a escravidão porque os ex-escravos ficariam sem a guarda.

Tinha água aqui do meu lado...a emoção desta ocasião me fez não ver a água que já estava aqui, Senador.

Mas, naquela ocasião da votação da abolição da escravidão, foi uma briga intensa, não foi pacífico: não houve unanimidade, o debate foi intenso. Insistiam que acabar com a escravidão seria um despropósito, visto que os ex-cativos não teriam em que trabalhar. Então, era melhor deixar a escravidão mantida daquele jeito. E houve uma luta intensa. E, naquela ocasião, na luta intensa para poder aprovar aquela lei, o Senador Joaquim Nabuco teve um papel destacado e passou à história como um dos mais destacados abolicionistas.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a passa à história também como um dos mais destacados Senadores na luta pela igualdade racial, pelo empenho que V. Ex^a teve para aprovação deste documento... (*Palmas.*) Um documento que é o primeiro desde 1888, que não trata de matéria penal, que trata de construção de políticas públicas. Define, de uma forma meridiana, o que são as ações afirmativas para a construção da igualdade e oportunidade entre negros e não negros.

Neste ano, comemoramos o aniversário de um ano do Estatuto, mas precisamos avançar na regulamentação desse documento. Ainda quando eu estava à frente do Ministério, a Presidenta Dilma, em uma ocasião quando ainda não era Presidenta, ela me disse: “Eloi, eu vou regulamentar esse documento, porque ele é forte, é vigoroso e reúne as possibilidades que nenhum outro documento reúne.” E esse é o desafio que temos hoje. E é um desafio não apenas da população negra brasileira, é um desafio de toda Nação. É um documento da Nação, haja vista que o Congresso brasileiro, quando aprova esse documento, a presença de negros e negras como parlamentares é

muito pequena. Naquela ocasião, o único autodeclarado Senador negro era o Senador Paulo Paim, autor da matéria. Mas isso não foi um óbice a que ele conseguisse aprovação, porque foi um compromisso do Senado brasileiro a aprovação daquela matéria. Assim como foi um compromisso da Câmara dos Deputados com a aprovação daquele documento. E esse documento é vigoroso...

Senadora Lídice da Mata, se não teve o fundo, ele tem o art. 56, que dispõe que nós não temos mais um fundo, nós temos o Orçamento da União e o Plano Plurianual para construção da igualdade de oportunidades no Brasil. Nós temos um documento mais vigoroso. As ações afirmativas são largas, haja vista a política de cotas. Cotas é tipo, é espécie, é gênero de ação afirmativa. Mas, então, o Estatuto da Igualdade Racial permite aprovação das cotas e adoção de cotas. Mas nós temos agora esse projeto de lei que está para ser votado, como acentuou o Senador Suplicy, esta Casa haverá de aprovar esse projeto de lei da Deputada Lobão e passará a vigorar a política de cotas.

O Congresso brasileiro aprovou uma política de cotas na década de 60 – eu insisto sempre em lembrar esse momento – que foi a famosa Lei do Boi, lei que perdeu por cerca de 20 anos, quando foi revogada na década de 80. Essa lei destinava 50% das vagas dos cursos de Ciências Agrárias aos proprietários de terra e aos estudantes das escolas técnicas agrícolas. É bem verdade que é possível que na totalidade daqueles que ingressaram com a política de cotas da Lei do Boi não tivesse nenhum negro naquela condição.

Aí, criou-se um cavalo de batalha para poder levar os negros à universidade. Insiste-se, como se a questão social fosse preponderante. A questão social sempre foi preponderante no Brasil, não é uma novidade. Os nossos colonizadores eram pobres. Mas, como acentua uma pesquisadora da Bahia, Wlamyra Albuquerque, na sua tese de doutoramento, ela aponta nos documentos que ela levanta que mesmo os mais pobres colonos tinham um escravo de ganho. Ou seja, tinham um escravo. Nós não tivemos a escravidão de não negros. É preciso a Nação se reencontrar.

O Estatuto da Igualdade racial cria as condições para que a Nação percorra essa longa avenida para construção da igualdade e para reparar um pouco dos 380 anos de escravidão. V. Ex^a, Senador Paim, foi um dos principais protagonistas e passa a história nessa condição, assim como Joaquim Nabuco.

Este aniversário de um ano é o aniversário do início desta longa caminhada que a Nação brasileira vai percorrer.

A Fundação Cultural Palmares, homenageada nesta ocasião, Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, que teve a orientação da Ministra Ana de Hollanda, acentua o seu trabalho no mesmo campo desde a sua criação, voltada à cultura afro-brasileira, à proteção das comunidades dos remanescentes dos quilombos, à proteção de todas as manifestações culturais com origem africana. E vamos combinar uma coisa: a cultura do Brasil seria nada se não fosse a cultura afro-brasileira. Isso não é nenhuma vaidade, não é nenhum exagero, mas ela não seria o que é, em pujança, em beleza, em riqueza, se não fosse a cultura afro-brasileira.

A Fundação Cultural Palmares atua, insistentemente também, na proteção das religiões de matriz africana. É bom que se diga, também, que o Estatuto da Igualdade Racial, Senador, é o único documento que também faz uma referência e assegura direitos às comunidades das religiões de matriz africana, como nenhum outro diploma assegura no nosso País. Equivale para as demais religiões do nosso País.

Senador Paim, a Fundação Cultural Palmares tem um grande desafio nesta época, que é a construção do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra. Quando o Senador Cristovam Buarque foi governador, a Fundação Cultural Palmares recebeu um terreno, aqui no Distrito Federal, para construir esse que será o primeiro equipamento do Estado brasileiro para reunir memória, pesquisas, sediar a Fundação Cultural Palmares. Será o primeiro equipamento do Estado brasileiro. Não há um equipamento dessa natureza no Estado brasileiro, que será o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra.

Nós queremos o apoio desta Casa para a construção desse Centro Nacional de Referência, aqui em Brasília.

Naturalmente, nós temos São Paulo como o Estado mais negro do Brasil, depois, o Rio de Janeiro, e depois a Bahia. Em população, em números absolutos, em números relativos, a Bahia é o Estado mais negro do Brasil, seguramente.

Esse Centro de Referência aqui em Brasília, acreditamos que reúne o que Brasília é: a capital do Brasil, uma síntese das culturas formadoras da nossa identidade nacional e, por conseguinte, será um equipamento importante também para Brasília, não apenas para todo o Brasil, mas também para Brasília, que terá um centro de pesquisa e de memória da cultura negra no nosso País.

Por fim, Senador Paim, quero fazer menção a este nome extraordinário que foi Abdias do Nascimento.

Tivemos, no dia 13 próximo passado, o depósito das cinzas de Abdias na Serra da Barriga. O Movimento Social nos consultou; a viúva de Abdias, Elisa Larkin, nos procurou; e a Fundação Cultural Palmares, que é guardiã do Parque Memorial, de pronto acolheu aquela construção, aquela formulação, e lá está plantada agora essa gameleira que o Senador Suplicy citou, o baobá, e depositadas as cinzas de Abdias. As cinzas de Abdias vão encontrar, seguramente, uma acolhida muito receptiva naquilo que germinou ali no sangue de tantos e tantos quilombolas que tombaram, mas não tombaram em vão, germinaram, fertilizaram aquele solo e germinaram os corações e mentes de tantos e tantos brasileiros para a construção desses dias que hoje nos vivemos, dias de construção, dias ricos, e que nós vamos avançar na construção da igualdade de oportunidade em todo o Brasil.

Agora, finalizando, lembrei-me, Senador, que V. Ex^a quando convocou esta sessão – peço vênia a V. Ex^{as} que a aprovaram –. mas esta sessão não pode passar também sem homenagear, sem festejar o nosso João Cândido Felisberto. Amanhã, dia 22, estaremos festejando o 101º aniversário daquela revolta que acabou com a chibata em nosso País.

João Cândido é daqueles homens mais fantásticos, mais extraordinários. Passou seus dias sem amargor, sem rancor, construiu a sua família lá na Baixada Fluminense, em São João do Meriti, que hoje inicia o processo de construção de um museu, o Museu do Marinheiro João Cândido, em um ponto alto de São João do Meriti, que dá vista para a baía da Guanabara. É fantástica essa iniciativa do povo da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, que acolheu João Cândido e agora busca construir esse museu que será um centro de memória.

Nós temos uma galeria de heróis em nosso País – Abdias, João Cândido, Milton Santos. Um número muito expressivo de homens e mulheres, negros e negras, que deram uma contribuição muito especial para construção da igualdade de oportunidades em nosso País.

O Presidente Lula, quando criou a Seppir, disse: “O Brasil avança para consolidar a democracia, e a democracia do nosso País vai estar plenamente consolidada no instante que incluir, para terem acesso aos bens econômicos e aos bens culturais em igualdade de oportunidades, os negros, os ciganos, os indígenas e todos aqueles que compõem a nossa Nação, de forma igual, sem discriminação e sem nenhuma forma de preconceito.”

Senador, muito obrigado pela homenagem que V. Ex^a prestou à Fundação Cultural Palmares e por esta data, por esta sessão que o Senado aprovou para comemorarmos essas datas tão importantes. Parabéns a V. Ex^a!

Cumprimento todo o Senado, todos os Senadores e Senadoras, negros e não negros, mas todos juntos, irmanados e ombreados, para construirmos a igualdade racial, a igualdade de oportunidades entre todos os brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Sr. Eloi Ferreira de Araújo, Presidente da Fundação Cultural Palmares, que já foi Ministro da Seppir.

Na sequência, passamos a palavra ao Secretário-Geral da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, Sr. Mário Theodoro.

O SR. MÁRIO THEODORO – Sr. Presidente da sessão, Senador Paulo Paim; Senadora Lídice da Mata, em nome de quem eu gostaria de saudar toda a Mesa, até porque vou dizer poucas palavras pelo adiantado da hora e também pelo adiantado da sessão. Eu também gostaria de saudar os embaixadores, o corpo diplomático dos nossos países amigos, por aqui estarem na comemoração deste dia tão importante para nós, que é o Dia da Consciência Negra. E saudamos novamente o Senador Paim pela iniciativa maravilhosa, importante e momentosa.

Na verdade, vou usar poucas palavras, como já disse. Trago aqui um abraço fraterno da Ministra Luiza Bairros, que, infelizmente, não pôde vir, mas que se confraterniza com a Mesa pelo dia, pela iniciativa.

E trago a ideia de que o Dia da Consciência Negra é, de fato, uma conquista, uma conquista que se renova a cada ano. Percebemos que, a cada ano, esse dia se valoriza, esse dia é mais reconhecido pela sociedade brasileira. E ações como a do Senador Paim e da Senadora Lídice vêm engrandecer este dia. Mas é também dia de reflexão sobre a necessidade de que passe a ser cada vez mais um dia nacional, comemorado por todos os brasileiros e não apenas pelo movimento negro ou pelas pessoas que têm a consciência da questão racial no Brasil. A questão racial no Brasil envolve todos os negros, todas as negras e também todos os brasileiros de maneira geral. A questão racial é uma questão nacional, atinente a todos nós.

As políticas de promoção da igualdade racial vêm atender a uma reivindicação e também combater desigualdades que estão colocadas. Há muito a se fazer.

Foi dito aqui sobre a questão da violência contra jovens negros, contra a posição social da maioria da população negra. Falou-se também da necessidade de políticas de ação afirmativa, de maneira geral, como as cotas.

Vou fazer uma pequena digressão sobre as cotas, falando que, em nenhum momento, da forma com estão colocadas em todas as universidades brasileiras, as cotas afrontam a questão do mérito, da meritocracia no Brasil. Ninguém entra por cotas se não atingir a nota mínima, que é a garantia do mérito para entrar na universidade. Então, reforçando um pouco a ideia de que elas são importantíssimas, porque vão abrir espaço para que outros segmentos da população brasileira atinjam um patamar de conhecimento, um patamar social mais elevado, essas cotas também têm respeitado e vêm respeitando sempre a questão da meritocracia, sem o que não podemos construir um País mais avançado e melhor.

Por fim, gostaria também de fazer uma menção importante ao Estatuto da Igualdade Racial, ao qual a Seppir está envidando todos os esforços para que seja, em curto espaço de tempo, regulamentado, já que a maioria dos seus mecanismos é, de fato, autoaplicável. Mas temos questões importantes no Estatuto, que deve ser regulamentado e, de fato, constitui um marco importante para a efetivação das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil.

Mais uma vez, eu queria, neste curto espaço de tempo que me é dado aqui, agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês e de mostrar um pouco esse papel que temos tido dentro do Governo Federal de levar em frente as políticas de promoção de igualdade racial não como fator de privilégio para alguns grupos, mas como fator de equalização de um País que precisa ser mais igual do que é.

Grupos como o dos negros, como o das mulheres, como o dos homossexuais e outros grupos, os étnicos, como os próprios ciganos, são grupos que merecem a atenção do governo para que possamos ter um País, de fato, mais igual e, enfim, possamos falar que temos efetivamente uma democracia que leva em conta a questão racial.

Era o que tinha a falar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Secretário-Geral da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, Sr. Mário Theodoro.

Já que o representante do Comandante da Aeronáutica, o Brigadeiro do Ar Luis Roberto do Carmo Lourenço, declinou devido ao horário da nossa sessão,

e também declinou o representante do Comandante da Marinha Brasileira, o Comandante do 7º Distrito Naval, Exmº Vice-Almirante Walter Carrara Loureiro, passamos a palavra, neste momento, ao Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald, que falará pelo Movimento Sindical e o compromisso ao combate de todo tipo de preconceito.

E vamos encerrar, nada mais do que legítimo, com a representante das mulheres e da sociedade civil brasileira, Srª Márcia Severina.

Com a palavra o Sr. Moacyr Roberto.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, na sua pessoa, eu gostaria de cumprimentar todos os Senadores e autoridades aqui presentes; também gostaria de cumprimentar as Senadoras e as mulheres presentes na pessoa da Senadora Lídice da Mata; e toda a sociedade civil, na pessoa da Srª Márcia Severino.

Meus senhores, minhas senhoras, autoridades aqui presentes, eu tinha até feito um improviso para falar sobre o Dia Nacional da Consciência Negra, que hoje é celebrado, da importância desta data, da homenagem que foi feita a Zumbi, mas, se eu fizesse esse improviso, talvez eu estaria repetindo o que já foi falado.

Eu gostaria de deixar a nossa posição, a posição do movimento sindical, Senador Paim, e agradecer, em especial, sem demérito a todos os Senadores e Senadoras, à sua pessoa, o Senador da igualdade racial, do Estatuto do Idoso, do Estatuto do Deficiente, enfim, o Senador das causas sociais. Tenho absoluta certeza de que os demais membros do Senado, companheiros seus, da mesma forma que nós, do movimento sindical, reconhecem e respeitam o trabalho que V. Exª desenvolve aqui.

Zumbi se foi, Abdias também nos deixou no dia 24 de maio de 2011, mas eles deixaram sementes, soldados. E entre essas grandes personalidades para as quais esses exemplos foram deixados, está V. Exª.

Nós, os trabalhadores, também temos uma grande preocupação: que a discriminação racial, que foi tão batida nesta Casa no dia de hoje, não termine. Mas há outras discriminações: a do pobre, a do índio, a dos ciganos. Aliás, boa parte dos ciganos que hoje existe não é sequer registrada. Uma das grandes dificuldades que a comunidade cigana enfrenta é a de tornar seus membros cidadãos, porque eles não têm condições de fazer o registro de nascimento dos seus filhos, do seu povo.

Nós, trabalhadores, sentimos na pele, no dia a dia, o que é a discriminação: é a discriminação em função da cor, a discriminação por ser gordo, a discriminação por ser magro, a discriminação em função do local onde moramos, a discriminação por ser mulher, por ser homem, por ter outra opção sexual, enfim, vivemos em nosso dia a dia com a discriminação.

Nós, do movimento sindical, trabalhamos muito, Senador, Senadores, Senadoras, Srs. Ministros aqui presentes, em relação ao trabalho decente. O Governo Federal tem dado uma importância muito grande a esse tema, mas ainda encontramos, nos dias de hoje, escravos por este Brasil afora através do Ministério do Trabalho. E não são só escravos em função da cor; são escravos de todas as raças, de todas as cores. Pessoas que vêm de fora, inclusive de outros países, são tratadas como escravas, o que também é uma discriminação que temos que trabalhar.

Senador, tenho absoluta certeza de que uma das formas que temos e que é a grande arma para mudarmos esse quadro chama-se voto. É através do voto que nós mudamos.

Em 2012, temos eleições. É o início da preparação. Teremos novos Senadores e novos Deputados. É no início que temos de nos articular, lá na base, lá nos Municípios, para mudar o quadro que temos hoje.

Nós, os trabalhadores, e todo esse povo que é discriminado não sabemos a força que temos. Se nós utilizarmos a arma do voto e se votarmos em pessoas comprometidas com os nossos ideais, se votarmos em pessoas comprometidas com as nossas bandeiras, se votarmos em pessoas comprometidas com o fim da discriminação de todas as formas, é dentro desta Casa, é dentro da Casa vizinha que vamos fazer essa guerra, uma guerra silenciosa.

Temos absoluta certeza de que temos o comprometimento das pessoas que vão fazer essa mudança.

Nós conclamamos todos os negros, os índios, os ciganos, os trabalhadores, todas as pessoas que sentem que são discriminadas para que lutem e continuem lutando. E a arma é o voto. Temos a absoluta certeza disso.

Quero agradecer ao seu gabinete, na pessoa do Tiago Tobias, que são irmãos de cor, e também ao Roberto Rodrigues, da Comissão de Direitos Humanos.

Que exemplo o seu gabinete dá!

Agradeço a todos.

Finalizando e usando a expressão mais forte de dentro da nossa confederação: juntos nós somos fortes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o Sr. Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, que falou pelo movimento sindical.

E passamos a palavra, neste momento, à representante da Sociedade Civil do Movimento Negro, Sr^a Márcia Severino.

A SRA. MÁRCIA SEVERINO – Bom dia a todos aqui presentes. Agradeço a oportunidade ao nobre Senador Paulo Paim e a toda a Mesa. Aqui estou representando a sociedade civil.

Considero-me um exemplo de superação. Sou uma mulher negra de 43 anos, professora, readaptada. Por quê? Por ter um dia sofrido discriminação racial no local de trabalho. Por ter sido vítima de assédio moral e discriminação racial.

Esse motivo me levou a criar um projeto chamado Quebrando a Cultura do Medo. Hoje é denominado Quebrando a Cultura do Medo Brasil, no qual se trabalha o combate da violência na educação escolar, pois a escola é também um local de segregação racial e social.

Com esse projeto, tenho a intenção de mostrar a verdadeira violência que ocorre no ambiente escolar decorrente da discriminação racial, bem como o **bullying**, o assédio moral.

Com relação à segregação racial e social, trabalhamos também com a Lei nº 10.639, em que enfatizamos a contribuição do negro não somente na formação cultural do Brasil, como nos mostram, mas enfatizando a contribuição da raça negra para a economia do País. É também uma forma de elevar a autoestima de nossos alunos negros e não negros, mostrando que tivemos heróis e líderes negros: Luíza Mahin; João Cândido, o Almirante negro; Zumbi dos Palmares, um símbolo de resistência.

Então, houve resistência. Não nos acovardamos como tentam nos passar. Nós resistimos! Houve resistência por parte do negro. Mas nos livros didáticos isso nunca foi passado, pelo menos no nosso tempo.

A Lei 10.639 mostra a contribuição do negro e a Lei 11.645 mostra a contribuição dos judeus, elevando-os, e mostra também a valorização dos ciganos e dos indígenas. Dessa forma, nós devemos mostrar dentro do local de trabalho escolar, na instituição escolar, mostrar aos nossos alunos que nós não viemos, nós, negros, não viemos de senzala, como sempre nos passaram, e, sim, do continente africano. Isso faz com que se eleve a autoestima de nossos alunos.

O Quebrando a Cultura do Medo veio para isto, gente: quebrar essa forma que tentaram nos passar, para que nós não acreditássemos em nós mesmos. Mas, não, nós somos capazes, começando em quê? Acreditando no nosso potencial.

É o que tenho a dizer.

Agradeço pela oportunidade.

Desculpem-me, mas eu não vim preparada para falar em público.

Pegaram-me de surpresa.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PT – RS) – Que dirá se viesse preparada, pois está falando muito bem, viu?

A SRA. MÁRCIA SEVERINO – Pegaram-me de surpresa.

Agradeço a oportunidade e peço a vocês também para nos darem força para que o Quebrando a Cultura do Medo não seja utilizado apenas na cidade piloto. Nós o utilizamos nas cidades do entorno, nas cidades do entorno. Hoje nós temos com a região de Pitanga, região de Pitanga, Deputada Distrital, a cultura da paz nas escolas. Já foi um grande avanço a parte distrital. Mas nós queremos chegar a um combate à violência em nível nacional. E precisamos da cultura da paz nas escolas em nível nacional. Isso é o quê? A parte racial e social.

Agradeço.

Boa tarde a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Essa foi a Sr^a Márcia Severino, representante da sociedade civil e do Movimento Negro, que fez o encerramento, em nome da Mesa, com uma bela apresentação.

Agora, conforme o combinado, nós vamos ver e ouvir a apresentação da Orquestra Batucadas de Zumbi, encerrando este evento, que executará o Hino Nacional.

Solicito a todos que fiquem de pé para ver e ouvir a interpretação do Hino Nacional pela Orquestra Batucadas de Zumbi.

Após a apresentação, vamos encerrar esta nossa sessão.

Está com vocês, moçada!

(Procede-se à execução do Hino Nacional brasileiro.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece muito à Orquestra Batucadas de Zumbi, que, espontaneamente, sem cobrar nenhum cachê, fez essa bela apresentação para nós,

aqui, como fez também outro dia na Comissão de Direitos Humanos.

Já que não há cachê, outra salva de palmas. *(Palmas.)*

Estamos juntos nesta caminhada.

Eu queria agradecer a todos os convidados. Eu já fiz o meu pronunciamento na abertura, mas vou rapidamente dizer da alegria de ter recebido os seguintes embaixadores: Embaixador da África do Sul, Embaixador do Egito, Embaixador de Barbados, Embaixador da Indonésia, Embaixador da Sérvia, Embaixador da Suíça, Embaixador de Benin, Representante do Instituto Rio Branco, Representante da Embaixada de Cuba, Representante da Embaixada da Argélia, enfim, todos os nossos convidados aqui da Mesa, com muito carinho, especialmente a Orquestra Batucadas de Zumbi, que fez três apresentações: Canção Sorriso Negro, Canção Zé do Caroco e, agora, o Hino Nacional.

Foi uma sessão especial do Senado Federal que festejou, lembrou e comemorou o Dia Nacional da Consciência Negra, o Dia de Zumbi dos Palmares, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, os 23 anos da Fundação Cultural Palmares, um ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial, e homenageou o grande líder e inesquecível ex-Senador Abdias do Nascimento.

Agradeço aos nossos convidados da Mesa, à Senadora Lídice da Mata, ao nosso querido Senador Anibal Diniz, também signatário. Agradeço a todos os que estão aqui neste momento. Não preciso repetir o nome de todos. Só vou citar o Embaixador da República do Zimbábue, o Secretário Geral da Seppir, o representante do Comando da Aeronáutica, o representante do Comando da Marinha Brasileira, o Presidente da Fundação Cultural Palmares, o Secretário Geral da

Nova Central Sindical, representando o movimento sindical, e a representante do Movimento Negro e da sociedade civil.

Só quero terminar dizendo, sem fazer outro pronunciamento, o que seria um abuso, tendo em vista o nosso horário, que só acredito efetivamente que este País, que tem tudo para dar certo, será um País de primeiro mundo no momento em que.... Lembro, aqui, as palavras de um grande pensador que foi assassinado nos Estados Unidos. Ele disse, um dia, que sonhava que aquele país haveria de ser uma grande potência no momento em que brancos, negros, índios, ciganos, sentassem-se à sombra de uma mesma árvore e comessem do mesmo pão. Referi-me a Martin Luther king.

Só acredito que o Brasil será uma Nação do primeiro mundo – e tem tudo para ser – plagiando e reproduzindo esta mesma fala. Só quando negros, brancos, índios, pessoas de todos os segmentos sociais, idosos, mulheres, crianças, todos os que são discriminados se derem as mãos e fizerem a mesma caminhada; quando combatermos todos os preconceitos. Repito: quando ninguém for discriminado por motivo nenhum, aí, sim, venceremos e seremos um País de primeiro mundo.

É bom lembrar Gandhi, para concluir, para não falar só de Zumbi, de Mandela, de Martin Luther King. Gandhi derrubou o imperito britânico pregando a paz e as mãos dadas de todo o seu povo, sem violência.

Viva o país com igualdade de oportunidade para todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 5 minutos.)

Ata da 211ª Sessão, Não Deliberativa, em 21 de novembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Waldemir Moka, Paulo Paim, José Pimentel, Pedro Taques,
Anibal Diniz, Walter Pinheiro e Randolfe Rodrigues*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 11 minutos encerra-se às 20 horas e 43 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o seguinte Aviso de Ministro de Estado:

– **Nº 246, de 11 de novembro de 2011**, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em que solicita dilatação de prazo para encaminhamento de resposta ao Requerimento nº 1.102, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin.

O requerimento ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o seguinte Ofício de Ministro de Estado:

– **Nº 117, de 10 de novembro de 2011**, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 1.039, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 144, de 2011** (nº 516/2011, na origem), da Senhora Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. André Longo Araújo de Melo para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 144, DE 2011 (nº 516/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor **ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO**, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro.

Brasília, 17 de novembro de 2011.

CURRICULUM VITAE**DADOS PESSOAIS:**

NOME COMPLETO: ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO

DATA DE NASCIMENTO: 16/08/1971

LOCAL DE NASCIMENTO: PATOS-PB

FILIAÇÃO: ERIBERTO ARAÚJO DE MELO
EGMAR LONGO ARAÚJO DE MELO

ESTADO CIVIL: CASADO

DOCUMENTOS: RG 1326943 S.S.P – PB
CPF 768999934/49
CRM 11.284-PE
TÍTULO DE ELEITOR 481152808 25-PE S17 Z 4ª
CERT. MILITAR 23075242776 MEX.

ENDEREÇO RESIDENCIAL – RUA PAULINO GOMES DE SOUZA, 145– Apto 1601 CEP 52050-250 – GRAÇAS - RECIFE – PE

E-MAIL LONGOA@UOL.COM.BR

FORMAÇÃO:

1º GRAU COLÉGIO CRISTO REI – PATOS – PB

2º GRAU COLÉGIO CONTATO – RECIFE – PE

3º GRAU FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS – RECIFE – PE
CURSO DE MEDICINA PERÍODO: 1989/1995
EMISSÃO DO DIPLOMA: 18/07/1995

PÓS-GRADUAÇÃO :

1-RESIDÊNCIA MÉDICA EM CLÍNICA MÉDICA:

LOCAL: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO OSWALDO CRUZ (FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO)
PERÍODO: 03/1996 A 02/1998
CARGA HORÁRIA: 2880/ANO

2-RESIDÊNCIA MÉDICA EM CARDIOLOGIA:

LOCAL: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO OSWALDO CRUZ (FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO)
PERÍODO: 03/1998 A 02/2000
CARGA HORÁRIA: 2880/ANO

TÍTULOS DE ESPECIALISTA

1-TÍTULO DE ESPECIALISTA EM CLÍNICA MÉDICA PELA CNRM/SESU/MEC COM REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DESDE 2002.

2-TÍTULO DE ESPECIALISTA EM CARDIOLOGIA PELA CNRM/SESU/MEC COM REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DESDE 2002.

3-TÍTULO DE ESPECIALISTA EM CARDIOLOGIA PELA SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) DESDE 2006.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

1-MÉDICO PLANTONISTA DA CLÍNICA UNICORDIS – URGÊNCIAS CARDIOLÓGICAS DESDE OUTUBRO DE 1995

2-MÉDICO CARDIOLOGISTA DA SECRETÁRIA ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO-SSES-PE DESDE JUNHO DE 1998

3-MÉDICO CARDIOLOGISTA DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO DESDE 2006

4-PRECEPTOR DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO/RESIDÊNCIA MÉDICA EM CARDIOLOGIA DA FUNCORDIS 2000 A 2001

5-CONSELHEIRO EFETIVO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE PERNAMBUCO (CREMEPE) ELEITO NAS GESTÕES 1998 – 2003; 2003-2008; E DESDE 2008

6-PRESIDENTE DO SINDICATO DOS MÉDICOS DE PERNAMBUCO DE 2002 A 2006.

7-DIRETOR DE FORMAÇÃO, RESIDÊNCIA MÉDICA E EDUCAÇÃO MÉDICA CONTINUADA DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS (FENAM) DE 2004 A 2008.

8-MEMBRO TITULAR DA COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA (CNRM/SESU/MEC) 2004 A 2008.

9-VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREMEPE) DE ABRIL 2006 A SETEMBRO DE 2008.

10-PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREMEPE) DE OUTUBRO DE 2008 ATÉ ABRIL DE 2011.

11-CONSELHEIRO FEDERAL SUPLENTE POR PERNAMBUCO NO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) DESDE OUTUBRO DE 2009.

12-MEMBRO DA COMISSÃO DE SAÚDE SUPLEMENTAR DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) DESDE MAIO DE 2011.

13-COORDENADOR ADJUNTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) DESDE FEVEREIRO 2011.

14-VICE-CORREGEDOR DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE PERNAMBUCO (CREMEPE) DESDE ABRIL DE 2011.


CURRÍCULO - ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO

Aviso nº 811 - C. Civil.

Em 17 de novembro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro.

Atenciosamente,


GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Sociais)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 145, de 2011** (nº 518/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República encaminha, nos

termos do art. 70 da Lei nº 12.309, de 2010, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

É a seguinte a Mensagem:

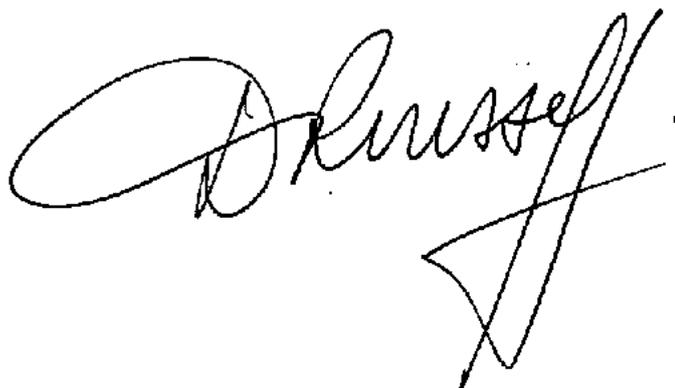
MENSAGEM Nº 145, DE 2011

Mensagem nº 518

Senhor Presidente do Senado Federal,

Em cumprimento ao disposto no art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, encaminho a Vossa Excelência o relatório contendo os limites de empenho e movimentação financeira que caberão a essa Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

Brasília, 17 de novembro de 2011.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'D. Russell', is written over a horizontal line. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'D' and a long, sweeping tail.

EM Interministerial nº 00294/2011/MP/MF

Brasília, 17 de novembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. O art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e o art. 69 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011, LDO-2011, determinam, para os Poderes e o Ministério Público da União – MPU, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma anual de desembolso mensal em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.
2. Tendo em vista a publicação da Lei Orçamentária de 2011, Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, LOA-2011, em 10 de fevereiro de 2011, o Poder Executivo editou o Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, contendo sua programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso.
3. Concomitantemente, com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2011, foi procedida a reavaliação dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal e decidiu-se disponibilizar R\$ 175,8 bilhões para empenho e pagamento de despesas discricionárias, no âmbito do Poder Executivo, inferior em R\$ 36,2 bilhões ao autorizado na LOA-2011, até a elaboração da avaliação bimestral determinada pelo art. 9º da LRF.
4. O relatório, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foi encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição, por meio da Mensagem nº 48, de 1º de março de 2011, e aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, mediante o Ofício Interministerial nº 56/SE/MP/MF, de 2 de março de 2011.
5. O art. 9º da LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o MPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
6. A LDO-2011, por sua vez, estabelece em seu art. 70 que, caso seja necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre.

7. Importante destacar que o § 9º do art. 70 da LDO-2011 determina a elaboração e o encaminhamento do mencionado relatório também nos bimestres em que não houver limitação ou restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira.
8. Assim, em março foi procedida reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal relativa ao primeiro bimestre de 2011 e verificou-se a necessidade de limitação adicional de despesas discricionárias no montante de R\$ 577,1 milhões. Desse modo, a limitação total de empenho e movimentação financeira em relação à LOA-2011 foi de R\$ 36,8 bilhões, distribuída entre os Poderes e o MPU.
9. O relatório, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foi encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição por meio da Mensagem nº 74, de 18 de março de 2011, e aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, mediante as Mensagens nºs 70 a 73, de 18 de março de 2011. Posteriormente, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.477, de 10 de maio de 2011, atualizando os Anexos do Decreto nº 7.445, de 2011.
10. Encerrado o segundo e o terceiro bimestres de 2011, as receitas e despesas primárias de execução obrigatória foram reavaliadas, verificando-se a possibilidade de manutenção, em ambos os bimestres, dos limites de empenho e movimentação financeira previamente estabelecidos.
11. Os relatórios exigidos pelo § 9º do art. 70 da LDO-2011, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foram encaminhados à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio das Mensagens nºs 145, de 19 de maio de 2011, e 276, de 20 de julho de 2011, respectivamente, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio das Mensagens nºs 141 a 144, de 19 de maio de 2011, referentes ao segundo bimestre, e 272 a 275, de 20 de julho de 2011, referentes ao terceiro bimestre.
12. Os Anexos do Decreto nº 7.445, de 2011, foram atualizados por meio dos Decretos nºs 7.534, de 21 de julho de 2011, e 7.558, de 30 de agosto de 2011.
13. Em setembro foi procedida reavaliação completa de todos os itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal, considerando-se a execução até o quarto bimestre de 2011. Desta vez, tendo em vista o acréscimo na receita líquida superior ao crescimento da projeção das despesas primárias obrigatórias, verificou-se a possibilidade de ampliação parcial das despesas discricionárias então contingenciadas no montante de R\$ 10,2 bilhões.
14. Ressalte-se que a ampliação que coube ao Poder Executivo, de R\$ 10,0 bilhões, foi inteiramente destinada à ampliação da meta de resultado primário, a fim de proteger o país de possíveis reflexos da crise econômica internacional.
15. O relatório referente a essa avaliação, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foi encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio da Mensagem nº 388, de 16 de setembro de 2011, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio das Mensagens nºs 384 a 387, de 16 de setembro de 2011. O Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.575, de 29 de setembro de 2011, atualizando os Anexos do Decreto nº 7.445, de 2011.
16. Após o término do quinto bimestre de 2011, o Poder Executivo reviu as projeções das receitas primárias e das despesas primárias de execução obrigatória, tendo como base parâmetros

macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente, e observando, de modo geral, dados realizados até o mês de setembro e dados prévios do mês de outubro para alguns itens.

17. A previsão do crescimento real do PIB para 2011 e o índice de inflação (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) foram revistos de 4,5% para 3,8% e de 5,8% para 6,4%, respectivamente. A estimativa de inflação é compatível com a meta de inflação perseguida pela política monetária e com a trajetória para este índice observada até o momento.

18. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a Estados e Municípios, exceto a Contribuição ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, demonstra um acréscimo de R\$ 12,0 bilhões, o que representa uma variação de 2,05% em relação ao previsto na quarta avaliação bimestral de 2011.

19. No que tange às receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda – RFB/MF, exceto a Contribuição para o RGPS, a reestimativa realizada incorporou os valores arrecadados até outubro e atualizou a projeção até o final do exercício, apontando para um pequeno acréscimo de R\$ 931,7 milhões na arrecadação anual, correspondendo a um aumento de 0,15% em relação à previsão contida na quarta avaliação bimestral de 2011. Esse acréscimo concentrou-se na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, nas Contribuições para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e na arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, superando a queda na projeção dos demais itens de receita.

20. As demais receitas primárias do Governo Central têm expectativa de aumento, em relação ao montante estimado na quarta avaliação bimestral de 2011, da ordem de R\$ 11,0 bilhões, o que corresponde a um acréscimo de 9,58%, distribuídos nos seguintes itens: Dividendos (+ R\$ 4,7 bilhões), Concessões (+ R\$ 3,5 bilhões), Demais Receitas (+ R\$ 1,0 bilhão), Cota-Parte de Compensações Financeiras (+ R\$ 631,3 milhões), Salário-Educação (+ R\$ 600,0 milhões) e Receita Própria (+ R\$ 521,3 milhões).

21. Nas despesas primárias de execução obrigatória, os seguintes itens foram alterados: aumento na previsão do abono salarial, do seguro-desemprego, dos subsídios, das sentenças judiciais de despesas correntes e de capital, dos benefícios de prestação continuada da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e da Renda Mensal Vitalícia – RMV e das Transferências à Agência Nacional de Águas – ANA; e redução na complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, nas sentenças judiciais de pessoal, nos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste – FDA e FDNE, nas despesas de custeio e capital do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, no ressarcimento a Estados e Municípios – combustíveis fósseis e nas despesas de custeio com anistiados.

22. O resultado do RGPS foi reduzido em R\$ 2,2 bilhões (-5,90% no déficit previdenciário em relação à quarta avaliação bimestral de 2011). A previsão de arrecadação foi majorada em R\$ 3.198,5 milhões (variação de 1,30%) e de desembolso com os benefícios acrescida em R\$ 1.025,3 milhões (variação de 0,36%).

23. Por fim, foram incorporados às despesas discricionárias do Poder Judiciário, do MPU e do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP os créditos adicionais já publicados e os constantes de projetos de lei em tramitação, totalizando R\$ 83,8 milhões.

24. Diante da combinação dos fatores citados, constatou-se que os limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos na quarta avaliação bimestral de 2011 podem ser ampliados no montante de R\$ 12,2 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	R\$ milhões
	Variações em relação à 4ª Avaliação Bimestral
1. Receita Primária Total, exceto Contribuição para o RGPS	11.799,5
2. Transferências a Estados e Municípios	(188,0)
3. Receita Líquida (1 – 2)	11.987,5
4. Despesas Obrigatórias	1.789,4
5. Déficit do RGPS	(2.173,2)
6. Créditos Adicionais do Poder Judiciário, do MPU e do CNMP	83,8
7. Despesas Custeadas com Recursos de Doações e Convênios	133,8
8. Ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira	12.153,7
(3 – 4 – 5 – 6 – 7)	

Fonte/Elaboração: SOF/MP

25. Isso posto, submetemos à consideração de Vossa Excelência o relatório de avaliação das receitas e despesas primárias do quinto bimestre de 2011, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 70 da LDO-2011, propondo seu encaminhamento à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, bem como cópia deste aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior, Guido Mantega

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

5º Bimestre de 2011

Brasília-DF

Novembro / 2011

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 5º bimestre de 2011

O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS é uma publicação bimestral, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Secretaria de Orçamento Federal (*)

Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria do Tesouro Nacional

Secretaria de Receita Federal do Brasil

Secretaria de Política Econômica

() Coordenação Técnica*

Distribuição Eletrônica

https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orcamento_2011/

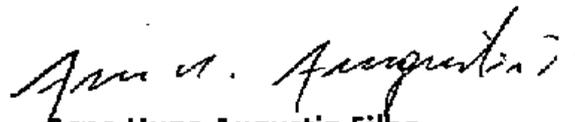
É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.

MENSAGEM AOS MINISTROS

1. O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promovam limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
2. O § 1º desse mesmo artigo preconiza que, no caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.
3. O art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, estabelece os critérios requeridos pela LRF, determinando que o Poder Executivo apure o montante da limitação necessário e informe aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União até o 20º dia após o encerramento do bimestre.
4. Este documento foi preparado em cumprimento ao § 4º do art. 70 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, que determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional, aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das alterações das projeções.
5. Em obediência aos normativos supracitados, neste relatório são apresentadas a revisão dos parâmetros macroeconômicos que serviram de base para as projeções, a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias de execução obrigatória, a demonstração de que os limites de empenho e movimentação financeira indicados na quarta avaliação bimestral de 2011 podem ser ampliados em R\$ 12,2 bilhões e a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais.

Respeitosamente,


George Alberto de Aguiar Soares
Secretário-Adjunto de Orçamento Federal
Assuntos Fiscais


Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional

ÍNDICE GERAL

LISTA DE TABELAS _____

SIGLAS E ABREVIATURAS _____

1. DISPOSIÇÕES LEGAIS _____

2. HISTÓRICO _____

3. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO _____

4. PARÂMETROS (LDO-2011, art. 70, § 4º, inciso II) _____

5. ANÁLISE DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2011, ART. 70, § 4º, INCISOS I E IV) _____

5.1. Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto Contribuição para o RGPS _____

5.2. Outras Receitas _____

5.3. Transferências a Estados e Municípios por Repartição de Receita _____

6. ANÁLISE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2011, ART. 70, § 4º, INCISOS I E III) _____

7. CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS, CRÉDITOS ADICIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO, DO MPU E DO CNMP e DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE DOAÇÕES E CONVÊNIOS (LDO-2011, art. 70, § 4º, inciso I) _____

8. RESULTADO DO RGPS (LDO-2011, art. 70, § 4º, incisos I, III e IV) _____

9. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2011, art. 70, § 4º, inciso V) _____

10. AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA _____

ANEXO - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF, EXCETO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS _____

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: *Demonstrativo da possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira* _____

Tabela 2: *Parâmetros Macroeconômicos* _____

Tabela 3: *Comparativo das Receitas Primárias* _____

Tabela 4: *Despesas Primárias Obrigatórias que suportaram variação* _____

Tabela 5: *Créditos Adicionais do Poder Judiciário, do MPU e do CNMP* _____

Tabela 6: *Memória de cálculo da receita previdenciária* _____

Tabela 7: *Déficit do RGPS* _____

Tabela 8: *Demonstrativo de que a receita primária desta avaliação supera a estimativa do PLOA- 2011* _____

Tabela 9: *Demonstrativo da Base Contingenciável (Art. 70, §§ 1º e 2º da LDO-2011)* _____

Tabela 10: *Distribuição da variação de limites entre os Poderes e o MPU* _____

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA:	Agência Nacional de Águas	IDF:	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro
CIDE:	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	IPI:	Imposto sobre Produtos Industrializados
CNMP:	Conselho Nacional do Ministério Público	IPI-EE:	Transferência do IPI aos Estados Exportadores
COFINS:	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	LDO:	Lei de Diretrizes Orçamentárias
CPMF:	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	LOA:	Lei Orçamentária Anual
CPSS:	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	LOAS:	Lei Orgânica de Assistência Social
CSLL:	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	LRF:	Lei de Responsabilidade Fiscal
DF:	Distrito Federal	MF:	Ministério da Fazenda
FCDF:	Fundo Constitucional do Distrito Federal	MP:	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
FDA:	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	MPU:	Ministério Público da União
FDNE:	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	PIB:	Produto Interno Bruto
FGTS:	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	PIS/ PASEP:	Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
FPE:	Fundo de Participação dos Estados	PLOA:	Projeto de Lei Orçamentária Anual
FPM:	Fundo de Participação dos Municípios	Proagro:	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Fundeb:	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	RFB:	Secretaria da Receita Federal do Brasil
IGP-DI:	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna	RGPS:	Regime Geral de Previdência Social
IPCA:	Índice de Preços ao Consumidor - Amplo	RMV:	Renda Mensal Vitalícia
		SELIC:	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
		SOF:	Secretaria de Orçamento Federal
		SPE:	Secretaria de Política Econômica
		STN:	Secretaria do Tesouro Nacional

1. DISPOSIÇÕES LEGAIS

1. O art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, LRF, e o art. 69 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, LDO-2011, determinam, para os Poderes e o MPU, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma anual de desembolso mensal em até trinta dias após a publicação da LOA.

2. O art. 9º da LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o MPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.

3. A LDO-2011, por sua vez, estabelece em seu art. 70 que, caso seja necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre.

4. Adicionalmente, o § 4º do citado art. 70 determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional e aos órgãos pertencentes aos outros Poderes da União, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

a) a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

b) a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXV do Anexo II e o Anexo de Metas Fiscais da LDO-2011;

c) a justificação das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

d) os cálculos da frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XII do Anexo II da LDO-2011, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

e) a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

5. Cumpre ressaltar ainda que, apesar de o art. 9º da LRF exigir avaliação da receita orçamentária, torna-se também necessário proceder, para fins de uma completa avaliação para cumprimento das metas, à análise do comportamento das despesas primárias de execução obrigatória, uma vez que suas reestimativas em relação às dotações constantes da LOA podem afetar a obtenção do referido resultado.

6. Conforme determinado no inciso III do § 4º do art. 70 da LDO-2011, se verificada elevação na estimativa dessas despesas, o Poder Executivo tomará, em momento posterior, providências relativas à alteração das respectivas dotações orçamentárias envolvidas. Tais providências se referem à abertura de crédito suplementar, se autorizado na LOA-2011, ou a encaminhamento de projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório, nos prazos previstos no art. 56 da LDO-2011.

2. HISTÓRICO

7. Tendo em vista a publicação da LOA-2011, Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, em 10 de fevereiro de 2011, o Poder Executivo editou o Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, contendo sua programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso.
8. Concomitantemente, com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2011, foi procedida à reavaliação dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal. Como resultado dessa análise, decidiu-se disponibilizar para empenho e pagamento, no âmbito do Poder Executivo, R\$ 175,8 bilhões para despesas discricionárias, inferior em R\$ 36,2 bilhões ao autorizado na LOA-2011, até que fosse efetuada a avaliação bimestral determinada pelo art. 9º da LRF.
9. O relatório contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo foi encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio da Mensagem nº 48, de 1º de março de 2011, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio do Ofício Interministerial nº 56/SE/MP/MF, de 2 de março de 2011.
10. Em obediência ao art. 9º da LRF, em março foi procedida reavaliação completa de todos os itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal relativa ao primeiro bimestre de 2011. Na ocasião, verificou-se a necessidade de limitação adicional de despesas discricionárias no montante de R\$ 577,1 milhões. Desse modo, a limitação total de empenho e movimentação financeira em relação à LOA-2011 ficou em R\$ 36,8 bilhões, tendo sido distribuída entre os Poderes e o MPU.
11. O relatório referente a essa nova avaliação, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foi encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio da Mensagem nº 74, de 18 de março de 2011, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio das Mensagens nºs 70 a 73, de 18 de março de 2011. O Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.477, de 10 de maio de 2011, atualizando os anexos do Decreto nº 7.445, de 2011.
12. Encerrado o segundo e o terceiro bimestres de 2011, as receitas e despesas primárias de execução obrigatória foram reavaliadas, verificando-se a possibilidade de manutenção, em ambos os bimestres, dos limites de empenho e movimentação financeira previamente estabelecidos.
13. Os relatórios exigidos pelo § 9º do art. 70 da LDO-2011, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foram encaminhados à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio das Mensagens nºs 145, de 19 de maio de 2011, e 276, de 20 de julho de 2011, respectivamente, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio das Mensagens nºs 141 a 144, de 19 de maio de 2011, referentes ao segundo bimestre, e 272 a 275, de 20 de julho de 2011, referentes ao terceiro bimestre.
14. Os Anexos do Decreto nº 7.445, de 2011, foram atualizados por meio dos Decretos nºs 7.534, de 21 de julho de 2011, e 7.558, de 30 de agosto de 2011.
15. Em setembro foi procedida reavaliação completa de todos os itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal, considerando-se a execução até o quarto bimestre de 2011. Desta vez, tendo em vista o acréscimo na receita líquida superior ao crescimento da projeção das despesas primárias obrigatórias, verificou-se a possibilidade de ampliação parcial das despesas discricionárias então contingenciadas no montante de R\$ 10,2 bilhões.
16. Ressalta-se que a ampliação que coube ao Poder Executivo, de R\$ 10,0 bilhões, foi inteiramente destinada à ampliação da meta de resultado primário, a fim de proteger o país de possíveis reflexos da crise econômica internacional.

17. O relatório referente a essa avaliação, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foi encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio da Mensagem nº 388, de 16 de setembro de 2011, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio das Mensagens nºs 384 a 387, de 16 de setembro de 2011. O Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.575, de 29 de setembro de 2011, atualizando os Anexos do Decreto nº 7.445, de 2011.

3. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO

18. Após o término do quinto bimestre de 2011, o Poder Executivo reviu as projeções das receitas primárias e das despesas primárias de execução obrigatória, tendo como base parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente, e observando, de modo geral, dados realizados até o mês de setembro e dados prévios do mês de outubro para alguns itens.

19. A previsão do crescimento real do PIB para 2011 e o índice de inflação (IPCA) foram revistos de 4,5% para 3,8% e de 5,8% para 6,4%, respectivamente. A estimativa de inflação é compatível com a meta de inflação perseguida pela política monetária e com a trajetória para este índice observada até o momento. As demais projeções serão demonstradas na seção “Parâmetros” deste Relatório.

20. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a Estados e Municípios, exceto a Contribuição ao RGPS, demonstra um acréscimo de R\$ 12,0 bilhões, o que representa uma variação de 2,05% em relação ao previsto na quarta avaliação bimestral de 2011.

21. No que tange às receitas administradas pela RFB/MF, exceto a Contribuição para o RGPS, a reestimativa realizada incorporou os valores arrecadados até outubro e atualizou a projeção até o final do exercício, apontando para um pequeno acréscimo de R\$ 931,7 milhões na arrecadação anual, correspondendo a um aumento de 0,15% em relação à previsão contida na quarta avaliação bimestral de 2011. Esse acréscimo concentrou-se na CSLL, na COFINS, nas Contribuições para o PIS/PASEP e na arrecadação da CPMF, superando a queda na projeção dos demais itens de receita.

22. As demais receitas primárias do Governo Central têm expectativa de aumento, em relação ao montante estimado na quarta avaliação bimestral de 2011, da ordem de R\$ 11,0 bilhões, o que corresponde a um acréscimo de 9,58%, distribuídos nos seguintes itens: Dividendos (+ R\$ 4,7 bilhões), Concessões (+ R\$ 3,5 bilhões), Demais Receitas (+ R\$ 1,0 bilhão), Cota-Parte de Compensações Financeiras (+ R\$ 631,3 milhões), Salário-Educação (+ R\$ 600,0 milhões) e Receita Própria (+ R\$ 521,3 milhões).

23. Nas despesas primárias de execução obrigatória, os seguintes itens foram alterados: aumento na previsão do abono salarial, do seguro-desemprego, dos subsídios, das sentenças judiciais de despesas correntes e de capital, dos benefícios de prestação continuada da LOAS e da RMV e das Transferências à ANA; e redução na complementação da União ao Fundeb, nas sentenças judiciais de pessoal, nos fundos FDA e FDNE, nas despesas de custeio e capital do FCDF, no ressarcimento a Estados e Municípios – combustíveis fósseis e nas despesas de custeio com anistiados.

24. O resultado do RGPS foi reduzido em R\$ 2,2 bilhões (-5,90% no déficit previdenciário em relação à quarta avaliação bimestral de 2011). A previsão de arrecadação foi majorada em R\$ 3.198,5 milhões (variação de 1,30%) e de desembolso com os benefícios em R\$ 1.025,3 milhões (variação de 0,36%).

25. Por fim, foram incorporados às despesas discricionárias dos Poderes Judiciário e Legislativo e do MPU os créditos adicionais já publicados e os constantes de projetos de lei em tramitação, totalizando R\$ 83,8 milhões.

26. Diante da combinação dos fatores citados, constatou-se que os limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos na quarta avaliação bimestral de 2011 podem ser ampliados no montante de R\$ 12,2 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 1: Demonstrativa da possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira

Discriminação	R\$ milhões	
	Variações em relação à 4ª Avaliação Bimestral	
1. Receita Primária Total, exceto Contribuição para o RGPS	11.799,5	
2. Transferências a Estados e Municípios	(188,0)	
3. Receita Líquida (1 - 2)	11.987,5	
4. Despesas Obrigatórias	1.789,4	
5. Déficit do RGPS	(2.173,2)	
6. Créditos Adicionais do Poder Judiciário, do MPU e do CNMP	83,8	
7. Despesas Custeadas com Recursos de Doações e Convênios	133,8	
8. Ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira (3 - 4 - 5 - 6 - 7)	12.153,7	

Fonte/Elaboração: SOF/MP

4. PARÂMETROS (LDO-2011, art. 70, § 4º, inciso II)

27. A revisão das hipóteses macroeconômicas utilizadas para a elaboração da quarta avaliação bimestral de 2011 mostra alteração em diversos parâmetros, conforme segue:

Tabela 2: Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetros	4ª Avaliação Bimestral (a)	5ª Avaliação Bimestral (b)	Taxa de Variação (c = b/a)
PIB real (%)	4,50	3,80	-15,5%
PIB Nominal (R\$ bilhões)	4.109,9	4.086,6	-0,6%
IPCA acum (%)	5,80	6,40	10,3%
IGP-DI acum (%)	6,14	5,87	-4,4%
Taxa Over - SELIC Média (%)	11,79	11,69	-0,9%
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	1,61	1,67	3,5%
Massa Salarial Nominal (%)	13,36	15,37	15,1%
Preço Médio do Petróleo (US\$)	112,52	113,04	0,5%
Valor do Salário-Mínimo (R\$ 1,00)	545,00	545,00	-

Fonte: SPE/MF

Elaboração: SOF/MP

28. A alteração dos parâmetros reflete a atualização das projeções dos índices de preço, com a ampliação da projeção do IPCA para 6,4%, e a deterioração do cenário externo, que tem repercussões tanto sobre a taxa de crescimento real do PIB, reduzida para 3,8%, como sobre a cotação do câmbio médio, que sofreu leve depreciação.

29. Essas alterações repercutiram na ampliação da massa salarial, mas não foram capazes de reverter, em termos do PIB nominal, o impacto do menor crescimento real da economia. Os problemas na zona do Euro e a ausência de sinais de recuperação da economia norte-americana repercutem numa possível desaceleração interna do crescimento e no câmbio, cenário que levou o Banco Central a reduzir a taxa de juros básica da economia (Selic). O preço médio do Petróleo em dólares foi reavaliado para cima (US\$ 113,04), seguindo a tendência de elevação verificada ao longo dos três primeiros trimestres do ano.

5. ANÁLISE DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2011, ART. 70, § 4º, INCISOS I E IV)

30. A projeção das receitas da União segue, de modo geral, um modelo incremental, em que se utilizam os principais parâmetros de projeção das contas públicas sobre uma base de cálculo composta pela arrecadação realizada no ano imediatamente anterior, excluídas da base de projeção as receitas extraordinárias. Aplicam-se a essa base também os efeitos decorrentes das alterações na legislação tributária.

31. A estimativa atual das receitas primárias do Governo Central, líquida de transferências e exceto a Contribuição para o RGPS, apresentou acréscimo de R\$ 12,0 bilhões em relação à quarta avaliação bimestral de 2011, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Tabela 3: Comparativo das Receitas Primárias

Discriminação	4ª Avaliação Bimestral (a)	5ª Avaliação Bimestral (b)	Diferença (c = b - a)
I. RECEITA TOTAL	751.864,8	763.664,3	11.799,5
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	637.722,4	638.654,1	931,7
Imposto de importação	26.062,3	25.891,1	(171,2)
IPI	43.623,3	43.507,5	(115,8)
Imposto sobre a Renda	238.567,9	238.420,3	(147,6)
IOF	32.760,3	32.484,5	(275,9)
COFINS	161.506,3	162.153,8	647,5
PIS/PASEP	42.816,2	42.846,0	29,8
CSLL	60.065,2	62.267,6	2.202,4
CPMF	68,8	78,2	9,3
CIDE - Combustíveis	9.537,0	9.227,5	(309,5)
Outras Administradas pela RFB/MF	22.714,9	21.777,6	(937,3)
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	114.359,3	125.313,4	10.954,0
Concessões	2.383,6	5.883,6	3.500,0
Dividendos	17.169,5	21.869,5	4.700,0
CPSS	9.466,9	9.466,9	0,0
Cota-Parte de Compensações Financeiras	29.048,6	29.680,0	631,3
Receita Própria (fontes 50, 81 e 82)	14.083,1	14.604,5	521,3
Salário-Educação	13.024,8	13.624,8	600,0
Complemento do FGTS	2.839,0	2.839,0	0,0
Operações com Ativos	3.000,0	3.000,0	0,0
Demais Receitas	23.343,8	24.345,2	1.001,4
Incentivos Fiscais	(216,9)	(303,1)	(86,2)
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	165.756,4	165.568,4	(188,0)
FPE/FPM/IPI-EE	132.797,0	132.544,2	(252,9)
Subsídio aos Fundos Constitucionais	3.769,2	3.761,3	(7,9)
Repasso Total	8.458,9	8.451,0	(7,9)
Superávit Fundos	(4.689,7)	(4.689,7)	0,0
Salário Educação	7.923,6	7.923,6	0,0
Compensações Financeiras	18.495,7	18.523,2	27,6
CIDE - Combustíveis	2.138,4	2.109,7	(28,7)
Demais	632,5	706,4	73,9
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	586.108,4	598.095,9	11.987,5

Fontes: RFB/MF; SOf/MP; STN/MF

Elaboração: SOf/MP

5.1. Receltas Administradas pela RFB/MF, exceto Contribuição para o RGPS

32. A memória de cálculo de todas as receitas administradas pela RFB/MF encontra-se no Anexo deste relatório.

5.2. Outras Receitas

33. As variações em relação às estimativas feitas por ocasião da quarta avaliação bimestral de 2011 nas demais receitas arrecadadas pela União ocorreram nos seguintes itens:

a) Concessões (+ R\$ 3,5 bilhões), em função do adiantamento do pagamento da Banda "H" da telefonia, dentre outros;

b) Dividendos (+ R\$ 4,7 bilhões), tendo em vista a reestimativa do pagamento de dividendos pelas empresas estatais em 2011; e

c) Demais Receitas (+ R\$ 1,0 bilhão), Cota-Parte de Compensações Financeiras (+ R\$ 631,3 milhões), Salário-Educação (+ R\$ 600,0 milhões) e Receita Própria (+ 521,3 milhões), pela incorporação dos valores arrecadados até outubro e revisão da projeção até o fim do exercício. Além disso, destacam-se na receita própria o aumento na previsão de receita de convênios no montante de R\$ 132,4 milhões e nas demais receitas o acréscimo de R\$ 1,4 milhão na previsão de receita de doações.

5.3. Transferências a Estados e Municípios por Repartição de Receita

34. O decréscimo na atual projeção das transferências constitucionais, no valor de R\$ 188,0 milhões, ocorreu em função da redução na previsão do IR e do IPI. O aumento nas estimativas de arrecadação da Cota-Parte de Compensações Financeiras e do Salário Educação está previsto para acontecer no final do exercício, tendo como consequência que parte significativa das transferências aos entes federados relativas a essas receitas aconteçam somente no próximo exercício.

6. ANÁLISE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2011, ART. 70, § 4º, INCISOS I E III)

35. Vários itens de despesas obrigatórias tiveram alteração na sua projeção de desembolso até o fim do exercício, conforme tabela a seguir:

Tabela 4: Despesas Primárias Obrigatórias que suportaram variação

Itens de despesa primária que sofreram variação	R\$ milhões		
	4ª Avaliação Bimestral (a)	5ª Avaliação Bimestral (b)	Diferença (c = b - a)
Abono e Seguro Desemprego	32.088,6	35.312,9	3.224,3
Subsídios, Subvenções Econômicas e Progra	6.342,1	6.842,1	500,0
Sentenças Judiciais - Despesas Correntes e de Capital	2.332,5	2.607,4	274,9
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS e RMV	25.228,2	25.451,1	222,9
Transferências à ANA - Receita pelo Uso de Recursos Hídricos	220,4	234,5	14,1
Complementação da União ao Fundeb	10.410,6	9.328,8	(1.081,8)
Pessoal e Encargos Sociais	179.866,6	179.137,2	(829,4)
Fundos FDA e FDNE	1.500,0	1.100,0	(400,0)
Fundo Constitucional do DF - Despesas Correntes e de Capital	806,4	744,0	(62,4)
Ressarcimento a Estados e Municípios - Combustíveis Fósseis	116,6	55,0	(61,6)
Anistiados	195,0	183,4	(11,6)

Fontes: SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

36. O acréscimo de R\$ 3,2 bilhões nas previsões do Abono Salarial e do Seguro-Desemprego decorre de um redimensionamento das premissas que embasaram o aumento na previsão dessas despesas constante da quarta avaliação bimestral de 2011, principalmente a maior formalização do emprego e o aumento da rotatividade de mão-de-obra.

37. As despesas com subsídios foram majoradas em R\$ 500,0 milhões em função da maior expectativa de desembolso até o final do exercício.

38. A previsão de desembolso das sentenças de pequeno valor de despesas correntes e de capital está R\$ 274,9 milhões maior.

39. O aumento de R\$ 222,9 milhões nas projeções dos benefícios de prestação continuada da LOAS e da RMV é resultado da incorporação dos valores realizados até outubro e da reestimativa para os meses de novembro e dezembro, além de créditos adicionais para as sentenças de pequeno valor.

40. As transferências à ANA foram majoradas em R\$ 14,1 milhões, em função da conversão de depósitos judiciais referentes ao pagamento pelo uso de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

41. A redução da complementação da União ao Fundeb tem o objetivo de adequar a despesa aos desembolsos previstos em novembro e dezembro na Portaria Interministerial nº 477, de 28 de abril de 2011, que divulgou o cronograma de repasses mensais da Complementação da União aos entes governamentais beneficiários.

42. A alteração em pessoal e encargos sociais decorre de dois movimentos: o primeiro, aumentando a despesa com pessoal do FCDF em R\$ 62,4 milhões, com subtração do mesmo valor nas despesas de custeio e capital do Fundo; o segundo, reduzindo a previsão de pagamento de sentenças judiciais em R\$ 891,8 milhões, conforme créditos adicionais publicados e em tramitação.

43. Por fim, os decréscimos nos Fundos FDA e FDNE, em Ressarcimento a Estados e Municípios – Combustíveis Fósseis e em Anistiados, de R\$ 400,0, R\$ 61,6 e R\$ 11,6 milhões, respectivamente, devem-se à revisão da previsão de desembolso dessas despesas até o fim do exercício tendo em vista a execução até o mês de outubro.

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 5º bimestre de 2011

7. CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS, CRÉDITOS ADICIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO, DO MPU E DO CNMP e DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE DOAÇÕES E CONVÊNIOS (LDO-2011, art. 70, § 4º, inciso I)

44. Em 29 de outubro foi publicada a Medida Provisória nº 548, de 28 de outubro de 2011, no valor de R\$ 460,5 milhões, destinando recursos ao Ministério da Educação. A previsão de desembolso com créditos extraordinários, entretanto, não foi alterada, uma vez que o saldo existente na projeção feita no quarto relatório é suficiente para efetuar o pagamento dos créditos abertos em 2011.

45. Por sua vez, os créditos adicionais publicados e em tramitação para o Poder Judiciário, o MPU e o CNMP foram considerados conforme a tabela a seguir:

Tabela 5: Créditos Adicionais do Poder Judiciário, do MPU e do CNMP

Finalidade/Órgão	R\$ mil
Benefícios aos Servidores - MPU, CNMP e Poder Judiciário	61.514,9
Construção e/ou Restauração de Edifícios - Justiça do Trabalho	98,4
Realização de Concursos Públicos - Justiça Federal, Eleitoral e do Trabalho	15.974,8
Apreciação e Julgamento de Causas - STJ	1.553,2
Apreciação e Julgamento de Causas no DF - TJDF	3.900,0
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - MPDFT	770,0
TOTAL	83.811,3

Fonte/Elaboração: SOF/MP

46. Por último, esta avaliação considera uma maior previsão de despesas custeadas com recursos de doações e convênios, que foram ampliadas em R\$ 133,8 milhões, mesmo montante acrescido na previsão de receita dessas fontes.

8. RESULTADO DO RGPS (LDO-2011, art. 70, § 4º, incisos I, III e IV)

47. A previsão de arrecadação previdenciária está R\$ 3,2 bilhões maior que a efetuada na quarta avaliação bimestral de 2011. Esse acréscimo deve-se à previsão de crescimento da massa salarial nominal, revista de 13,36% para 15,37%, parâmetro base da projeção dessa receita.

48. A tabela a seguir demonstra a memória de cálculo mensal da estimativa dessa receita:

Tabela 6: Memória de cálculo da receita previdenciária

							R\$ milhões
Mês	Arrecadação	REFIS	SIMPLES	FIES	Transferências a Terceiros	TOTAL	
Arrecadação	jan	18.275,1	215,7	1.864,3	43,2	(3.282,5)	17.115,8
	fev	18.266,1	75,7	1.389,8	0,0	(1.954,0)	17.777,6
	mar	18.386,1	117,0	1.445,8	0,0	(1.928,7)	18.020,2
	abr	18.751,6	135,5	1.528,2	72,0	(1.941,1)	18.546,2
	mai	19.300,0	71,9	1.573,9	47,9	(1.953,9)	19.039,8
	jun	19.713,1	160,6	1.727,2	49,3	(2.038,0)	19.612,1
	jul	19.942,8	104,1	1.691,4	34,8	(2.017,1)	19.756,1
	ago	20.620,6	161,8	1.738,2	21,6	(2.091,2)	20.450,9
	set	20.171,5	(51,0)	1.779,9	21,8	(2.128,8)	19.793,4
	out	20.506,1	339,6	1.753,3	42,7	(2.120,1)	20.521,6
Projeção	nov	21.719,3	141,1	1.808,4	52,0	(2.173,0)	21.547,8
	dez	36.491,8	244,0	1.956,4	65,7	(2.166,4)	36.601,5
TOTAL	252.143,9	1.716,2	20.266,8	451,0	(25.794,8)	248.783,1	

49. A estimativa das despesas com benefícios previdenciários foi majorada em R\$ 1,0 bilhão, sendo R\$ 760,4 milhões para benefícios normais, devido à realização maior que o previsto nos meses de setembro e outubro, e R\$ 264,9 milhões para sentenças judiciais de pequeno valor.

50. A tabela a seguir demonstra as diferenças de projeção no déficit do RGPS:

Tabela 7: Déficit do RGPS

Discriminação	R\$ milhões		
	4ª Avaliação Bimestral (a)	5ª Avaliação Bimestral (b)	Diferença (c = b - a)
Arrecadação Líquida para o RGPS	245.584,6	248.783,1	3.198,5
Benefícios Previdenciários	282.404,0	283.429,3	1.025,3
Déficit	36.819,4	34.646,2	(2.173,2)

Fonte/Elaboração: SOF/MP

9. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2011, art. 70, § 4º, inciso V)

51. Ficam mantidas as projeções constantes do Anexo IV do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio da Mensagem nº 48, de 1º de março de 2011, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio do Ofício nº 56/SE/MP/MF, de 2 de março de 2011.

10. AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

52. A revisão das estimativas das receitas primárias e das despesas obrigatórias indica que os limites de empenho e de movimentação financeira constantes da quarta avaliação bimestral de 2011 podem ser ampliados em R\$ 12,2 bilhões.

53. O art. 9º da LRF estabelece que tal recomposição deve ser feita de forma proporcional às reduções efetivadas, mediante ato próprio de cada um dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do MPU, segundo critérios fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

54. A LDO-2011, por sua vez, determina em seu art. 70 que a recomposição das dotações limitadas previamente ocorra proporcionalmente à participação de cada Poder na base contingenciável, definida nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo. A participação dos Poderes na base, contudo, depende do montante reestimado da receita primária; se esta apresentar frustração em relação à estimativa contida no PLOA-2011, as exclusões da base contingenciável das dotações das despesas ressalvadas, constantes da Seção II do Anexo IV da LDO-2011, e das atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU constantes do PLOA-2011 devem ser realizadas apenas na proporção de tal frustração. Se, por outro lado, a reestimativa da receita superar a contida no PLOA-2011, as exclusões citadas são feitas em sua totalidade.

55. Conforme demonstrado na tabela a seguir, a reavaliação das receitas primárias, inclusive a contribuição para o RGPS, está superior à estimativa contida no PLOA-2011, o que implica excluir integralmente da base contingenciável as despesas ressalvadas e os valores das atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU constantes no PLOA-2011.

Tabela 8: Demonstrativo de que a receita primária desta avaliação supera a estimativa do PLOA-2011

Discriminação	Projeto de Lei Orçamentária (a)	Avaliação do 5º Bimestre (b)	R\$ milhões	
			Diferença	
			(c = b - a)	(d = c / a)
RECEITA TOTAL	967.626,1	1.012.447,5	44.821,4	4,63%
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	632.109,3	638.654,1	6.544,8	1,04%
Arrecadação Líquida para o RGPS	233.853,4	248.783,1	14.929,7	6,38%
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	101.781,6	125.313,4	23.531,8	23,12%
Incentivos Fiscais	(118,3)	(303,1)	(184,8)	156,28%

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

Tabela 9: Demonstrativo da Base Contingenciável (Art. 70, §§ 1º e 2º da LDO-2011)

	R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	VALORES
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.966.015.896.211
B. Total de Despesas Financeiras	1.029.295.939.419
C. Total de Despesas Primárias (A - B)	936.719.956.792
D. Despesas Obrigatórias integrantes da Seção I do Anexo IV da LDO-2011	791.833.793.474
E. Demais Despesas Ressalvadas de Limitação de Empenho (Seção II do Anexo IV da LDO-2011) ⁽¹⁾	10.327.802.736
F. Atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e da MPU - Posição PLOA - 2011 ⁽²⁾	4.526.892.802
G. Despesas Classificadas com o identificador de resultado primário 3 ⁽³⁾	40.590.215.314
H. Despesas custeadas com recursos de doações e convênios	606.758.337
I. Base Contingenciável (C - D - E - F - G - H)	88.834.494.129

⁽¹⁾ Exceto doações e convênios, que estão considerados no Item "H".

⁽²⁾ Exceto doações e convênios e contribuições a organismos Internacionais, que estão considerados nos Itens "H" e "E", respectivamente.

⁽³⁾ Exceto doações e convênios, que estão considerados no Item "H".

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

56. Assim, a ampliação nos limites de empenho e movimentação financeira que cabe aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao MPU é de, respectivamente, R\$ 11.963,0 milhões, R\$ 26,7 milhões, R\$ 123,3 milhões e R\$ 40,8 milhões, conforme a tabela a seguir:

Tabela 10: Distribuição da variação de limites entre os Poderes e o MPU

	R\$ 1,00		
Poderes, MPU e CNMP	Base Contingenciável	Participação %	Ampliação
Poder Executivo	87.440.460.297	98,43	11.963.000.000
Poderes Legislativo, Judiciário e MPU	1.394.033.832	1,57	190.722.083
Câmara dos Deputados	137.709.502	0,16	18.840.463
Senado Federal	20.320.000	0,02	2.780.042
Tribunal de Contas da União	36.763.063	0,04	5.029.668
Supremo Tribunal Federal	32.677.296	0,04	4.470.682
Superior Tribunal de Justiça	40.626.537	0,05	5.558.242
Justiça Federal	271.279.475	0,31	37.114.585
Justiça Militar da União	7.158.000	0,01	979.308
Justiça Eleitoral	156.826.788	0,18	21.455.958
Justiça do Trabalho	218.236.923	0,25	29.857.669
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	51.025.970	0,06	6.981.021
Conselho Nacional de Justiça	123.535.500	0,14	16.901.274
Ministério Público da União	237.874.778	0,27	32.544.385
Conselho Nacional do Ministério Público	60.000.000	0,07	8.208.786
Total	88.834.494.129	100,00	12.153.722.083

ANEXO
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF,
EXCETO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS e CPSS

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação dos impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (exceto receitas previdenciárias) foi elaborada tomando-se como base a arrecadação efetivamente realizada de janeiro a dezembro de 2010, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 04/11/11 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 04/11/11 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2011 em relação a 2010, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP):.....	7,53%
PIB:.....	3,80%
Taxa Média de Câmbio:.....	-5,30%
Taxa de Juros (Over):.....	19,66%
Massa Salarial:.....	15,37%

A arrecadação-base 2010 foi ajustada em função de atipicidades em relação ao ano de 2011.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês e por tributo, os indicadores específicos relativamente a preço e quantidade e os efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária. Para os tributos que não se dispõe de indicadores específicos, e àqueles que se ajustam melhor aos indicadores gerais, utilizou-se, como indicador de preço, um índice ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI) e, como indicador de quantidade, o PIB.

O valor da previsão de arrecadação bruta para o período de novembro a dezembro de 2011, em consonância com as premissas citadas, resultou em um montante de R\$ 112.029 milhões. A esse valor foi acrescido o montante de R\$ 6.757 milhões referente a receitas extraordinárias. Com isso, o valor da previsão para o período totaliza R\$ 118.786 milhões. Adicionada a arrecadação bruta efetiva dos meses de janeiro a outubro de 2011 (R\$ 536.990 milhões), a arrecadação bruta para o ano de 2011 resultou em R\$ 655.776 milhões. Excluídas as restituições (R\$ 17.122 milhões), a arrecadação líquida correspondente é de R\$ 638.654 milhões.

Receita Federal

PREVISÃO DE ARRECAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB (EXCETO CPSSS E PREVIDENCIÁRIA)

Parâmetros SPE - Versão: 09/set/11

CONSOLIDAÇÃO DAS PLANILHAS MENSAIS

(A PREÇOS CORRENTES)

PERÍODO: NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2011

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	ARRECAÇÃO BASE - 2010 (1)	ARRECAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA (3)	EFEITOS BÁSICOS (Média)			PREVISÃO 2011 (7)	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
				PREÇO (4)	QUANT. (5)	LEGISL. (6)			
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	3.956	(45)	3.951	1,0271	1,0984	0,9813	4.374	77	4.451
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	4	-	4	1,0274	1,0410	1,0000	4	-	4
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	8.105	(25)	8.080	-	-	-	8.023	79	8.102
I.P.I. - FUMO	634	-	634	1,0000	0,8433	1,0000	535	-	535
I.P.I. - BEBIDAS	458	-	458	1,0000	0,9137	1,1635	487	-	487
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	1.259	-	1.259	1,0095	0,9596	1,0000	1.219	-	1.219
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.223	(25)	2.198	1,0271	1,0983	0,8858	2.196	-	2.196
I.P.I. - OUTROS	3.531	-	3.531	1,0399	0,9952	0,9811	3.585	79	3.664
IMPOSTO SOBRE A RENDA	39.462	(1.031)	38.431	-	-	-	44.733	1.144	45.878
I.R. - PESSOA FÍSICA	2.744	-	2.744	1,0746	1,0258	1,0258	3.050	447	3.497
I.R. - PESSOA JURÍDICA	14.037	(1.031)	13.006	1,0651	1,0411	0,9980	14.394	236	14.630
I.R. - RETIDO NA FONTE	22.681	-	22.681	-	-	-	27.289	462	27.751
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	12.014	-	12.014	1,1312	1,0000	1,0254	13.934	247	14.181
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	6.958	-	6.958	1,1338	1,1810	1,0000	9.317	132	9.449
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	2.554	-	2.554	1,0247	1,0533	1,0000	2.756	59	2.816
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	1.156	-	1.156	1,0655	1,0410	1,0000	1.282	23	1.305
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	4.901	-	4.901	1,0619	1,0410	1,1305	6.124	100	6.225
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	91	-	91	1,0528	1,0000	1,0000	96	-	96
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	28	-	28	-	-	-	-	-	-
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	26.307	(484)	25.823	1,0656	1,0410	0,9964	28.599	1.482	30.082
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10.808	(4.082)	6.726	1,0656	1,0410	0,9978	7.445	747	8.192
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	7.112	(336)	6.776	1,0653	1,0411	1,0000	7.516	2.830	10.346
CIDE - COMBUSTÍVEIS	1.339	-	1.339	1,0000	1,1430	0,7619	1.166	175	1.340
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP	102	(23)	79	1,0619	1,0410	1,3134	114	-	114
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	1.089	2.310	3.399	-	-	-	3.834	123	3.957
RECEITAS DE LOTERIAS	491	102	593	1,0619	1,0000	1,0000	630	-	630
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	227	-	227	1,0283	1,0410	1,0000	243	-	243
DEMAIS	371	2.208	2.579	1,0619	1,0410	1,0388	2.962	123	3.085
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB (EXCETO CPSSS E PREVIDENCIÁRIA)	103.341	(3.715)	99.626	-	-	-	112.029	6.757	118.786

A seguir, o detalhamento da planilha básica que consolida as planilhas mensais por tributo.

DETALHAMENTO (PLANILHA BÁSICA – EFEITOS)

Discriminação, por tributo, dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação para o ano de 2011.

A) CORREÇÃO DE BASE:

Foi efetuada correção de base em função, principalmente, de fatores atípicos como as receitas extraordinárias.

- 1) **I. Importação: (-R\$ 45 milhões); IPI-Vinculado: (-R\$ 25 milhões).**
 - Ajuste de dias úteis.
- 2) **IRPJ: (-R\$ 1.031 milhões); CSLL: (-R\$ 336 milhões)**
 - Recomposição da base para refletir o aumento da lucratividade das empresas em 2010;
 - Normalização da base do IRPJ e da CSLL para refletir o comportamento da arrecadação de 2011.
- 3) **COFINS: (-R\$ 484 milhões)**
 - Ajuste de dias úteis e arrecadação atípica concentrada, principalmente, no setor financeiro.
- 4) **PIS/PASEP: (-R\$ 4.082 milhões)**
 - Ajuste de dias úteis e arrecadação de depósitos judiciais.
- 5) **FUNDAF: (-R\$ 23 milhões)**
 - Normalização de base.
- 6) **Outras Receitas Administradas-Receita de Loterias: (+R\$ 102 milhões)**
 - Normalização de base.
- 7) **Outras Receitas Administradas-Demais (+R\$ 2.208 milhões)**
 - Arrecadação atípica decorrente de regularização de depósitos judiciais e ajuste da base em decorrência do parcelamento previsto na Lei 11.941/09 e do Crédito Prêmio do IPI (MP 470/09);
 - Consolidação dos débitos da Lei 11.941/09.

B) EFEITO PREÇO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

- 1) **Imposto de Importação: 1,0271; Imposto de Exportação: 1,0274; IPI-Vinculado à Importação: 1,0271; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0283**
 - Variação da taxa média de câmbio.

- 2) **IPI-Fumo; IPI-Bebidas e Cide-Combustíveis: 1,0000**
 - O imposto é fixo por unidade de medida do produto. Portanto, o preço não interfere no valor do imposto.
- 3) **IPI-Automóveis: 1,0095**
 - Índice de preço específico do setor.
- 4) **IPI-Outros: 1,0399**
 - Índice de preço da indústria de transformação.
- 5) **IRPF: 1,0746**
 - Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2010. Incorpora variação de preço e de quantidade;
 - Ganhos em Bolsa: sem variação;
 - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2011.
- 6) **IRPJ: 1,0651 e CSLL: 1,0653**
 - Declaração de Ajuste: Índice Ponderado (IER) de 2010;
 - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2011.
- 7) **IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,1312**
 - Setor privado: crescimento da massa salarial;
 - Setor público: variação da folha de pagamento dos servidores públicos. Incorpora variação de preço e de quantidade.
- 8) **IRRF-Rendimentos do Capital: 1,1338**
 - Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação da taxa de juros "over";
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
 - Fundos de Renda variável: sem variação;
 - SWAP: Câmbio;
 - Demais: Índice Ponderado (IER).
- 9) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0247**
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
 - Demais: Câmbio.
- 10) **IRRF-Outros Rendimentos: 1,0655; IOF: 1,0619; ITR: 1,0528; COFINS: 1,0656; PIS/PASEP: 1,0656; FUNDAF: 1,0619; Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: 1,0619; e Outras Receltas Administradas-Demais: 1,0619**
 - Índice Ponderado (IER).

C) EFEITO QUANTIDADE (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

- 1) **I. Importação: 1,0984 e IPI-Vinculado à Importação: 1,0983**
 - Variação, em dólar, das importações.
- 2) **IPI-Fumo: 0,8433**
 - Vendas de cigarros ao mercado interno.
- 3) **IPI-Bebidas: 0,9137**
 - Produção física de bebidas.
- 4) **IPI-Automóveis: 0,9596**
 - Vendas de automóveis nacionais ao mercado interno.
- 5) **IPI-Outros: 0,9952**
 - Produção física da indústria de transformação.
- 6) **IRPF: 1,0258**
 - Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2010 já considerado no efeito-preço;
 - Ganhos em Bolsa: Sem variação;
 - Demais: PIB de 2011.
- 7) **IRPJ: 1,0411 e CSLL: 1,0411**
 - Declaração de ajuste: PIB de 2010;
 - Demais: PIB de 2011.
- 8) **IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0000**
 - Crescimento da massa salarial já considerado no efeito-preço.
- 9) **IRRF-Rendimentos do Capital: 1,1810**
 - Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação das aplicações financeiras;
 - Fundos de Renda variável: sem variação;
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
 - Demais: PIB.
- 10) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0533**
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
 - Demais: PIB.
- 11) **CIDE-Combustíveis: 1,1430**
 - Variação no volume comercializado de gasolina e diesel.

12) I. Exportação: 1,0410; IRRF-Outros Rendimentos: 1,0410; IOF: 1,0410; COFINS: 1,0410; PIS/PASEP: 1,0410; FUNDAF: 1,0410; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0410; e Receitas Administradas- Demais: 1,0410

- PIB.

D) EFEITO LEGISLAÇÃO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) I. Importação: 0,9813

- Variação da alíquota média.

2) IPI-Bebidas: 1,1635

- Atualização da tabela dos preços de referência de bebidas (Decreto 7.455/11).

3) IPI-Vinculado: 0,8858

- Variação da alíquota média.

4) IPI-Outros: 0,9811

- Alteração das alíquotas incidentes sobre móveis (Decreto 7.145/10) e prorrogação, até 31/12/2011, das desonerações para caminhões, tratores, comerciais leves, construção civil e bens de capital (Decreto 7.394/10).

5) IRPF: 1,0258 e IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0254

- Efeito tabela e alteração de tabela do IRPF (Lei 11.945/09 e MP 528/2011).

6) IRPJ: 0,9980

- Redução do prazo de depreciação para a indústria de bens de capital e para o setor automotivo (Lei 11.774/08);
- Depreciação acelerada sobre vagões, locomotivas, locotratores e tênderes (MP 470/09).

7) IOF: 1,1305

- Alteração das alíquotas do IOF sobre as operações de câmbio nas transações que envolvam entrada e saída de moedas (Decretos 7.323/10, 7.330/10, 7.454/11 e 7.457/11);
- Aumento das alíquotas do IOF, nas operações de crédito, quando o mutuário for pessoa física (Decreto 7.458/11).

8) COFINS: 0,9984

- Redução do prazo para utilização do crédito do PIS/Cofins, de 24 para 12 meses, de Bens de Capital (Lei 11.774/08);
- Prorrogação até 31/12/11 da alíquota reduzida de PIS/Cofins para farinha de trigo e pão comum (Lei 12.096/09);

- Atualização da tabela dos preços de referência de bebidas (Decreto 7.455/11);
- Adição do “tablet” no programa de Inclusão Digital (MP 534/11);
- Mudança na sistemática de desconto dos créditos de PIS/Cofins, introduzida pela MP 540/11.

9) PIS/PASEP: 0,9978

- Redução do prazo para utilização do crédito do PIS/Cofins, de 24 para 12 meses, de Bens de Capital (Lei 11.774/08);
- Prorrogação até 31/12/11 da alíquota reduzida de PIS/Cofins para farinha de trigo e pão comum (Lei 12.096/09);
- Atualização da tabela dos preços de referência de bebidas (Decreto 7.455/11);
- Adição do “tablet” no programa de Inclusão Digital (MP 534/11);
- Mudança na sistemática de desconto dos créditos de PIS/Cofins, introduzida pela MP 540/11.

10) CIDE-Combustíveis: 0,7619

- Redução das alíquotas incidentes sobre a gasolina e diesel (Decretos 7.570 e 7.591/11).

11) Fundaf: 1,3134

- Atos Declaratórios RFB números 05 e 06 de 2011 – Atualização dos valores de Selos de Controle.

12) Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0388

- Reajuste da taxa de utilização do Siscomex (Portaria MF nº 257/11).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal e, em cópia, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu da Senhora Presidente da República a **Mensagem nº 137, de 2011-CN** (nº

521/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2011.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 137, DE 2011-CN
(nº 521/2011, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Avaliação de Reccitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2011, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Brasília, 17 de novembro de 2011.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'D. Russel', written in a cursive style. The signature is positioned in the lower right quadrant of the page.

EM Interministerial nº 00294/2011/MP/MF

Brasília, 17 de novembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. O art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e o art. 69 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011, LDO-2011, determinam, para os Poderes e o Ministério Público da União – MPU, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma anual de desembolso mensal em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.
2. Tendo em vista a publicação da Lei Orçamentária de 2011, Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, LOA-2011, em 10 de fevereiro de 2011, o Poder Executivo editou o Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, contendo sua programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso.
3. Concomitantemente, com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2011, foi procedida a reavaliação dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal e decidiu-se disponibilizar R\$ 175,8 bilhões para empenho e pagamento de despesas discricionárias, no âmbito do Poder Executivo, inferior em R\$ 36,2 bilhões ao autorizado na LOA-2011, até a elaboração da avaliação bimestral determinada pelo art. 9º da LRF.
4. O relatório, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foi encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição, por meio da Mensagem nº 48, de 1º de março de 2011, e aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, mediante o Ofício Interministerial nº 56/SE/MP/MF, de 2 de março de 2011.
5. O art. 9º da LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o MPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
6. A LDO-2011, por sua vez, estabelece em seu art. 70 que, caso seja necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre.

7. **Importante destacar que o § 9º do art. 70 da LDO-2011 determina a elaboração e o encaminhamento do mencionado relatório também nos bimestres em que não houver limitação ou restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira.**
8. Assim, em março foi procedida reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal relativa ao primeiro bimestre de 2011 e verificou-se a necessidade de limitação adicional de despesas discricionárias no montante de R\$ 577,1 milhões. Desse modo, a limitação total de empenho e movimentação financeira em relação à LOA-2011 foi de R\$ 36,8 bilhões, distribuída entre os Poderes e o MPU.
9. O relatório, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foi encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição por meio da Mensagem nº 74, de 18 de março de 2011, e aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, mediante as Mensagens nºs 70 a 73, de 18 de março de 2011. Posteriormente, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.477, de 10 de maio de 2011, atualizando os Anexos do Decreto nº 7.445, de 2011.
10. Encerrado o segundo e o terceiro bimestres de 2011, as receitas e despesas primárias de execução obrigatória foram reavaliadas, verificando-se a possibilidade de manutenção, em ambos os bimestres, dos limites de empenho e movimentação financeira previamente estabelecidos.
11. Os relatórios exigidos pelo § 9º do art. 70 da LDO-2011, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foram encaminhados à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio das Mensagens nºs 145, de 19 de maio de 2011, e 276, de 20 de julho de 2011, respectivamente, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio das Mensagens nºs 141 a 144, de 19 de maio de 2011, referentes ao segundo bimestre, e 272 a 275, de 20 de julho de 2011, referentes ao terceiro bimestre.
12. Os Anexos do Decreto nº 7.445, de 2011, foram atualizados por meio dos Decretos nºs 7.534, de 21 de julho de 2011, e 7.558, de 30 de agosto de 2011.
13. Em setembro foi procedida reavaliação completa de todos os itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal, considerando-se a execução até o quarto bimestre de 2011. Desta vez, tendo em vista o acréscimo na receita líquida superior ao crescimento da projeção das despesas primárias obrigatórias, verificou-se a possibilidade de ampliação parcial das despesas discricionárias então contingenciadas no montante de R\$ 10,2 bilhões.
14. Ressalte-se que a ampliação que coube ao Poder Executivo, de R\$ 10,0 bilhões, foi inteiramente destinada à ampliação da meta de resultado primário, a fim de proteger o país de possíveis reflexos da crise econômica internacional.
15. O relatório referente a essa avaliação, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foi encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio da Mensagem nº 388, de 16 de setembro de 2011, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio das Mensagens nºs 384 a 387, de 16 de setembro de 2011. O Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.575, de 29 de setembro de 2011, atualizando os Anexos do Decreto nº 7.445, de 2011.
16. Após o término do quinto bimestre de 2011, o Poder Executivo reviu as projeções das receitas primárias e das despesas primárias de execução obrigatória, tendo como base parâmetros

macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente, e observando, de modo geral, dados realizados até o mês de setembro e dados prévios do mês de outubro para alguns itens.

17. A previsão do crescimento real do PIB para 2011 e o índice de inflação (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) foram revistos de 4,5% para 3,8% e de 5,8% para 6,4%, respectivamente. A estimativa de inflação é compatível com a meta de inflação perseguida pela política monetária e com a trajetória para este índice observada até o momento.

18. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a Estados e Municípios, exceto a Contribuição ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, demonstra um acréscimo de R\$ 12,0 bilhões, o que representa uma variação de 2,05% em relação ao previsto na quarta avaliação bimestral de 2011.

19. No que tange às receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda – RFB/MF, exceto a Contribuição para o RGPS, a reestimativa realizada incorporou os valores arrecadados até outubro e atualizou a projeção até o final do exercício, apontando para um pequeno acréscimo de R\$ 931,7 milhões na arrecadação anual, correspondendo a um aumento de 0,15% em relação à previsão contida na quarta avaliação bimestral de 2011. Esse acréscimo concentrou-se na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, nas Contribuições para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e na arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, superando a queda na projeção dos demais itens de receita.

20. As demais receitas primárias do Governo Central têm expectativa de aumento, em relação ao montante estimado na quarta avaliação bimestral de 2011, da ordem de R\$ 11,0 bilhões, o que corresponde a um acréscimo de 9,58%, distribuídos nos seguintes itens: Dividendos (+ R\$ 4,7 bilhões), Concessões (+ R\$ 3,5 bilhões), Demais Receitas (+ R\$ 1,0 bilhão), Cota-Parte de Compensações Financeiras (+ R\$ 631,3 milhões), Salário-Educação (+ R\$ 600,0 milhões) e Receita Própria (+ R\$ 521,3 milhões).

21. Nas despesas primárias de execução obrigatória, os seguintes itens foram alterados: aumento na previsão do abono salarial, do seguro-desemprego, dos subsídios, das sentenças judiciais de despesas correntes e de capital, dos benefícios de prestação continuada da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e da Renda Mensal Vitalícia – RMV e das Transferências à Agência Nacional de Águas – ANA; e redução na complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, nas sentenças judiciais de pessoal, nos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste – FDA e FDNE, nas despesas de custeio e capital do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, no ressarcimento a Estados e Municípios – combustíveis fósseis e nas despesas de custeio com anistiados.

22. O resultado do RGPS foi reduzido em R\$ 2,2 bilhões (-5,90% no déficit previdenciário em relação à quarta avaliação bimestral de 2011). A previsão de arrecadação foi majorada em R\$ 3.198,5 milhões (variação de 1,30%) e de desembolso com os benefícios acrescida em R\$ 1.025,3 milhões (variação de 0,36%).

23. Por fim, foram incorporados às despesas discricionárias do Poder Judiciário, do MPU e do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP os créditos adicionais já publicados e os constantes de projetos de lei em tramitação, totalizando R\$ 83,8 milhões.

24. Diante da combinação dos fatores citados, constatou-se que os limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos na quarta avaliação bimestral de 2011 podem ser ampliados no montante de R\$ 12,2 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	R\$ milhões
	Variações em relação à 4ª Avaliação Bimestral
1. Receita Primária Total, exceto Contribuição para o RGPS	11.799,5
2. Transferências a Estados e Municípios	(188,0)
3. Receita Líquida (1 – 2)	11.987,5
4. Despesas Obrigatórias	1.789,4
5. Déficit do RGPS	(2.173,2)
6. Créditos Adicionais do Poder Judiciário, do MPU e do CNMP	83,8
7. Despesas Custeadas com Recursos de Doações e Convênios	133,8
8. Ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira	12.153,7
(3 – 4 – 5 – 6 – 7)	

Fonte/Elaboração: SOF/MP

25. Isso posto, submetemos à consideração de Vossa Excelência o relatório de avaliação das receitas e despesas primárias do quinto bimestre de 2011, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 70 da LDO-2011, propondo seu encaminhamento à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, bem como cópia deste aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior, Guido Mantega

Aviso nº 812 - C. Civil.

Em 17 de novembro de 2011.

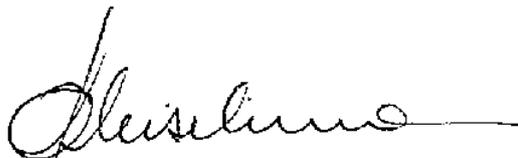
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Relatório.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República referente ao Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do quinto bimestre de 2011, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

5º Bimestre de 2011

Brasília-DF
Novembro / 2011

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 5º bimestre de 2011

O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS é uma publicação bimestral, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Secretaria de Orçamento Federal (*)
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria do Tesouro Nacional
Secretaria de Receita Federal do Brasil
Secretaria de Política Econômica

(*) *Coordenação Técnica*

Distribuição Eletrônica

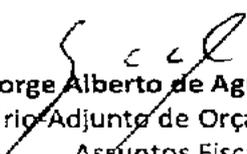
https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orcamento_2011/

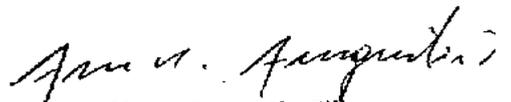
É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.

MENSAGEM AOS MINISTROS

1. O art. 9º da **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF**, determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promovam limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
2. O § 1º desse mesmo artigo preconiza que, no caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.
3. O art. 70 da **Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011**, estabelece os critérios requeridos pela LRF, determinando que o Poder Executivo apure o montante da limitação necessário e Informe aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União até o 20º dia após o encerramento do bimestre.
4. Este documento foi preparado em cumprimento ao § 4º do art. 70 da **Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011**, que determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional, aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das alterações das projeções.
5. Em obediência aos normativos supracitados, neste relatório são apresentadas a revisão dos parâmetros macroeconômicos que serviram de base para as projeções, a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias de execução obrigatória, a demonstração de que os limites de empenho e movimentação financeira indicados na quarta avaliação bimestral de 2011 podem ser ampliados em R\$ 12,2 bilhões e a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais.

Respeitosamente,


George Alberto de Aguiar Soares
Secretário Adjunto de Orçamento Federal
Assuntos Fiscais


Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional

ÍNDICE GERAL

LISTA DE TABELAS	_____
SIGLAS E ABREVIATURAS	_____
1. DISPOSIÇÕES LEGAIS	_____
2. HISTÓRICO	_____
3. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO	_____
4. PARÂMETROS (LDO-2011, art. 70, § 4º, inciso II)	_____
5. ANÁLISE DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2011, ART. 70, § 4º, INCISOS I E IV)	_____
5.1. Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto Contribuição para o RGPS	_____
5.2. Outras Receitas	_____
5.3. Transferências a Estados e Municípios por Repartição de Receita	_____
6. ANÁLISE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2011, ART. 70, § 4º, INCISOS I E III)	_____
7. CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS, CRÉDITOS ADICIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO, DO MPU E DO CNMP e DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE DOAÇÕES E CONVÊNIOS (LDO-2011, art. 70, § 4º, inciso I)	_____
8. RESULTADO DO RGPS (LDO-2011, art. 70, § 4º, incisos I, III e IV)	_____
9. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2011, art. 70, § 4º, inciso V)	_____
10. AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	_____
ANEXO - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF, EXCETO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	_____

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: *Demonstrativo da possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira* _____

Tabela 2: *Parâmetros Macroeconômicos* _____

Tabela 3: *Comparativo das Receitas Primárias* _____

Tabela 4: *Despesas Primárias Obrigatórias que suportaram variação* _____

Tabela 5: *Créditos Adicionais do Poder Judiciário, do MPU e do CNMP* _____

Tabela 6: *Memória de cálculo da receita previdenciária* _____

Tabela 7: *Déficit do RGPS* _____

Tabela 8: *Demonstrativo de que a receita primária desta avaliação supera a estimativa do PLOA- 2011* _____

Tabela 9: *Demonstrativo da Base Contingenciável (Art. 70, §§ 1º e 2º da LDO-2011)* _____

Tabela 10: *Distribuição da variação de limites entre os Poderes e o MPU* _____

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA:	Agência Nacional de Águas	IOF:	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro
CIDE:	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	IPI:	Imposto sobre Produtos Industrializados
CNMP:	Conselho Nacional do Ministério Público	IPI-EE:	Transferência do IPI aos Estados Exportadores
COFINS:	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	LDO:	Lei de Diretrizes Orçamentárias
CPMF:	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	LOA:	Lei Orçamentária Anual
CPSS:	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	LOAS:	Lei Orgânica de Assistência Social
CSLL:	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	LRF:	Lei de Responsabilidade Fiscal
DF:	Distrito Federal	MF:	Ministério da Fazenda
FCDF:	Fundo Constitucional do Distrito Federal	MP:	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
FDA:	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	MPU:	Ministério Público da União
FDNE:	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	PIB:	Produto Interno Bruto
FGTS:	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	PIS/ PASEP:	Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
FPE:	Fundo de Participação dos Estados	PLOA:	Projeto de Lei Orçamentária Anual
FPM:	Fundo de Participação dos Municípios	Proagro:	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Fundeb:	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	RFB:	Secretaria da Receita Federal do Brasil
IGP-DI:	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna	RGPS:	Regime Geral de Previdência Social
IPCA:	Índice de Preços ao Consumidor - Amplo	RMV:	Renda Mensal Vitalícia
		SELIC:	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
		SOF:	Secretaria de Orçamento Federal
		SPE:	Secretaria de Política Econômica
		STN:	Secretaria do Tesouro Nacional

1. DISPOSIÇÕES LEGAIS

1. O art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, LRF, e o art. 69 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, LDO-2011, determinam, para os Poderes e o MPU, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma anual de desembolso mensal em até trinta dias após a publicação da LOA.
2. O art. 9º da LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o MPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.
3. A LDO-2011, por sua vez, estabelece em seu art. 70 que, caso seja necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre.
4. Adicionalmente, o § 4º do citado art. 70 determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional e aos órgãos pertencentes aos outros Poderes da União, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 156, § 1º, da Constituição, contendo:
 - a) a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;
 - b) a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXV do Anexo II e o Anexo de Metas Fiscais da LDO-2011;
 - c) a justificação das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;
 - d) os cálculos da frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XII do Anexo II da LDO-2011, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e
 - e) a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.
5. Cumpre ressaltar ainda que, apesar de o art. 9º da LRF exigir avaliação da receita orçamentária, torna-se também necessário proceder, para fins de uma completa avaliação para cumprimento das metas, à análise do comportamento das despesas primárias de execução obrigatória, uma vez que suas reestimativas em relação às dotações constantes da LOA podem afetar a obtenção do referido resultado.
6. Conforme determinado no inciso III do § 4º do art. 70 da LDO-2011, se verificada elevação na estimativa dessas despesas, o Poder Executivo tomará, em momento posterior, providências relativas à alteração das respectivas dotações orçamentárias envolvidas. Tais providências se referem à abertura de crédito suplementar, se autorizado na LOA-2011, ou a encaminhamento de projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório, nos prazos previstos no art. 56 da LDO-2011.

2. HISTÓRICO

7. Tendo em vista a publicação da LOA-2011, Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, em 10 de fevereiro de 2011, o Poder Executivo editou o Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, contendo sua programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso.
8. Concomitantemente, com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2011, foi procedida à reavaliação dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal. Como resultado dessa análise, decidiu-se disponibilizar para empenho e pagamento, no âmbito do Poder Executivo, R\$ 175,8 bilhões para despesas discricionárias, inferior em R\$ 36,2 bilhões ao autorizado na LOA-2011, até que fosse efetuada a avaliação bimestral determinada pelo art. 9º da LRF.
9. O relatório contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo foi encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio da Mensagem nº 48, de 1º de março de 2011, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio do Ofício Interministerial nº 56/SE/MP/MF, de 2 de março de 2011.
10. Em obediência ao art. 9º da LRF, em março foi procedida reavaliação completa de todos os itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal relativa ao primeiro bimestre de 2011. Na ocasião, verificou-se a necessidade de limitação adicional de despesas discricionárias no montante de R\$ 577,1 milhões. Desse modo, a limitação total de empenho e movimentação financeira em relação à LOA-2011 ficou em R\$ 36,8 bilhões, tendo sido distribuída entre os Poderes e o MPU.
11. O relatório referente a essa nova avaliação, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foi encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio da Mensagem nº 74, de 18 de março de 2011, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio das Mensagens nºs 70 a 73, de 18 de março de 2011. O Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.477, de 10 de maio de 2011, atualizando os anexos do Decreto nº 7.445, de 2011.
12. Encerrado o segundo e o terceiro bimestres de 2011, as receitas e despesas primárias de execução obrigatória foram reavaliadas, verificando-se a possibilidade de manutenção, em ambos os bimestres, dos limites de empenho e movimentação financeira previamente estabelecidos.
13. Os relatórios exigidos pelo § 9º do art. 70 da LDO-2011, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foram encaminhados à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio das Mensagens nºs 145, de 19 de maio de 2011, e 276, de 20 de julho de 2011, respectivamente, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio das Mensagens nºs 141 a 144, de 19 de maio de 2011,

referentes ao segundo bimestre, e 272 a 275, de 20 de julho de 2011, referentes ao terceiro bimestre.

14. Os Anexos do Decreto nº 7.445, de 2011, foram atualizados por meio dos Decretos nºs 7.534, de 21 de julho de 2011, e 7.558, de 30 de agosto de 2011.

15. Em setembro foi procedida reavaliação completa de todos os itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal, considerando-se a execução até o quarto bimestre de 2011. Desta vez, tendo em vista o acréscimo na receita líquida superior ao crescimento da projeção das despesas primárias obrigatórias, verificou-se a possibilidade de ampliação parcial das despesas discricionárias então contingenciadas no montante de R\$ 10,2 bilhões.

16. Ressalta-se que a ampliação que coube ao Poder Executivo, de R\$ 10,0 bilhões, foi inteiramente destinada à ampliação da meta de resultado primário, a fim de proteger o país de possíveis reflexos da crise econômica internacional.

17. O relatório referente a essa avaliação, contendo os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e de despesas com as respectivas memórias de cálculo, foi encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio da Mensagem nº 388, de 16 de setembro de 2011, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio das Mensagens nºs 384 a 387, de 16 de setembro de 2011. O Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.575, de 29 de setembro de 2011; atualizando os Anexos do Decreto nº 7.445, de 2011.

3. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO

18. Após o término do quinto bimestre de 2011, o Poder Executivo reviu as projeções das receitas primárias e das despesas primárias de execução obrigatória, tendo como base parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente, e observando, de modo geral, dados realizados até o mês de setembro e dados prévios do mês de outubro para alguns itens.

19. A previsão do crescimento real do PIB para 2011 e o índice de inflação (IPCA) foram revistos de 4,5% para 3,8% e de 5,8% para 6,4%, respectivamente. A estimativa de inflação é compatível com a meta de inflação perseguida pela política monetária e com a trajetória para este índice observada até o momento. As demais projeções serão demonstradas na seção "Parâmetros" deste Relatório.

20. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a Estados e Municípios, exceto a Contribuição ao RGPS, demonstra um acréscimo de R\$ 12,0 bilhões, o que representa uma variação de 2,05% em relação ao previsto na quarta avaliação bimestral de 2011.

21. No que tange às receitas administradas pela RFB/MF, exceto a Contribuição para o RGPS, a reestimativa realizada incorporou os valores arrecadados até outubro e atualizou a projeção até o final do exercício, apontando para um pequeno acréscimo de R\$ 931,7 milhões na arrecadação anual, correspondendo a um aumento de 0,15% em relação à previsão contida na quarta avaliação bimestral de 2011. Esse acréscimo concentrou-se na CSLL, na COFINS, nas Contribuições para o PIS/PASEP e na arrecadação da CPMF, superando a queda na projeção dos demais itens de receita.

22. As demais receitas primárias do Governo Central têm expectativa de aumento, em relação ao montante estimado na quarta avaliação bimestral de 2011, da ordem de R\$ 11,0 bilhões, o que corresponde a um acréscimo de 9,58%, distribuídos nos seguintes itens: Dividendos (+ R\$ 4,7 bilhões), Concessões (+ R\$ 3,5 bilhões), Demais Receitas (+ R\$ 1,0 bilhão), Cota-Parte de Compensações Financeiras (+ R\$ 631,3 milhões), Salário-Educação (+ R\$ 600,0 milhões) e Receita Própria (+ R\$ 521,3 milhões).

23. Nas despesas primárias de execução obrigatória, os seguintes itens foram alterados: aumento na previsão do abono salarial, do seguro-desemprego, dos subsídios, das sentenças judiciais de despesas correntes e de capital, dos benefícios de prestação continuada da LOAS e da RMV e das Transferências à ANA; e redução na complementação da União ao Fundeb, nas sentenças judiciais de pessoal, nos fundos FDA e FDNE, nas despesas de custeio e capital do FCDF, no ressarcimento a Estados e Municípios – combustíveis fósseis e nas despesas de custeio com anistiados.

24. O resultado do RGPS foi reduzido em R\$ 2,2 bilhões (-5,90% no déficit previdenciário em relação à quarta avaliação bimestral de 2011). A previsão de arrecadação foi majorada em R\$ 3.198,5 milhões (variação de 1,30%) e de desembolso com os benefícios em R\$ 1.025,3 milhões (variação de 0,36%).

25. Por fim, foram incorporados às despesas discricionárias dos Poderes Judiciário e Legislativo e do MPU os créditos adicionais já publicados e os constantes de projetos de lei em tramitação, totalizando R\$ 83,8 milhões.

26. Diante da combinação dos fatores citados, constatou-se que os limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos na quarta avaliação bimestral de 2011 podem ser ampliados no montante de R\$ 12,2 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 1: Demonstrativo da possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira

Discriminação	R\$ milhões
	Variações em relação à 4ª Avaliação Bimestral
1. Receita Primária Total, exceto Contribuição para o RGPS	11.799,5
2. Transferências a Estados e Municípios	(188,0)
3. Receita Líquida (1 - 2)	11.987,5
4. Despesas Obrigatórias	1.789,4
5. Déficit do RGPS	(2.173,2)
6. Créditos Adicionais do Poder Judiciário, do MPU e do CNMP	83,8
7. Despesas Custeadas com Recursos de Doações e Convênios	133,8
8. Ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira (3 - 4 - 5 - 6 - 7)	12.153,7

Fonte/Elaboração: SQF/MP

4. PARÂMETROS (LDO-2011, art. 70, § 4º, inciso II)

27. A revisão das hipóteses macroeconômicas utilizadas para a elaboração da quarta avaliação bimestral de 2011 mostra alteração em diversos parâmetros, conforme segue:

Tabela 2: Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetros	4ª Avaliação Bimestral (a)	5ª Avaliação Bimestral (b)	Taxa de Variação (c = b/a)
PIB real (%)	4,50	3,80	-15,5%
PIB Nominal (R\$ bilhões)	4.109,9	4.086,6	-0,6%
IPCA acum (%)	5,80	6,40	10,3%
IGP-DI acum (%)	6,14	5,87	-4,4%
Taxa Over - SELIC Média (%)	11,79	11,69	-0,9%
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	1,61	1,67	3,5%
Massa Salarial Nominal (%)	13,36	15,37	15,1%
Preço Médio do Petróleo (US\$)	112,52	113,04	0,5%
Valor do Salário-Mínimo (R\$ 1,00)	545,00	545,00	-

Fonte: SPE/MF

Elaboração: SOF/MP

28. A alteração dos parâmetros reflete a atualização das projeções dos índices de preço, com a ampliação da projeção do IPCA para 6,4%, e a deterioração do cenário externo, que tem repercussões tanto sobre a taxa de crescimento real do PIB, reduzida para 3,8%, como sobre a cotação do câmbio médio, que sofreu leve depreciação.

29. Essas alterações repercutiram na ampliação da massa salarial, mas não foram capazes de reverter, em termos do PIB nominal, o impacto do menor crescimento real da economia. Os problemas na zona do Euro e a ausência de sinais de recuperação da economia norte-americana repercutem numa possível desaceleração interna do crescimento e no câmbio, cenário que levou o Banco Central a reduzir a taxa de juros básica da economia (Selic). O preço médio do Petróleo em dólares foi reavaliado para cima (US\$ 113,04), seguindo a tendência de elevação verificada ao longo dos três primeiros trimestres do ano.

5. ANÁLISE DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2011, ART. 70, § 4º, INCISOS I E IV)

30. A projeção das receitas da União segue, de modo geral, um modelo incremental, em que se utilizam os principais parâmetros de projeção das contas públicas sobre uma base de cálculo composta pela arrecadação realizada no ano imediatamente anterior, excluídas da base de projeção as receitas extraordinárias. Aplicam-se a essa base também os efeitos decorrentes das alterações na legislação tributária.

31. A estimativa atual das receitas primárias do Governo Central, líquida de transferências e exceto a Contribuição para o RGPS, apresentou acréscimo de R\$ 12,0 bilhões em relação à quarta avaliação bimestral de 2011, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Tabela 3: Comparativo das Receitas Primárias

Discriminação	R\$ milhões		
	4ª Avaliação Bimestral (a)	5ª Avaliação Bimestral (b)	Diferença (c = b - a)
I. RECEITA TOTAL	751.864,8	763.664,3	11.799,5
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	637.722,4	638.654,1	931,7
Imposto de Importação	26.062,3	25.891,1	(171,2)
IPI	43.623,3	43.507,5	(115,8)
Imposto sobre a Renda	238.567,9	238.420,3	(147,6)
IOF	32.760,3	32.484,5	(275,9)
COFINS	161.506,3	162.153,8	647,5
PIS/PASEP	42.816,2	42.846,0	29,8
CSLL	60.065,2	62.267,6	2.202,4
CPMF	68,8	78,2	9,3
CIDE - Combustíveis	9.537,0	9.227,5	(309,5)
Outras Administradas pela RFB/MF	22.714,9	21.777,6	(937,3)
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	114.359,3	125.313,4	10.954,0
Concessões	2.383,6	5.883,6	3.500,0
Dividendos	17.169,5	21.869,5	4.700,0
CPSS	9.466,9	9.466,9	0,0
Cota-Parte de Compensações Financeiras	29.048,6	29.680,0	631,3
Receita Própria (fontes 50, 81 e 82)	14.083,1	14.604,5	521,3
Salário-Educação	13.024,8	13.624,8	600,0
Complemento do FGTS	2.839,0	2.839,0	0,0
Operações com Ativos	3.000,0	3.000,0	0,0
Demais Receitas	23.343,8	24.345,2	1.001,4
Incentivos Fiscais	(216,9)	(303,1)	(86,2)
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	165.756,4	165.568,4	(188,0)
FPE/FPM/IPI-EE	132.797,0	132.544,2	(252,9)
Subsídio aos Fundos Constitucionais	3.769,2	3.761,3	(7,9)
Repasso Total	8.458,9	8.451,0	(7,9)
Superávit Fundos	(4.689,7)	(4.689,7)	0,0
Salário Educação	7.923,6	7.923,6	0,0
Compensações Financeiras	18.495,7	18.523,2	27,6
CIDE - Combustíveis	2.138,4	2.109,7	(28,7)
Demais	632,5	706,4	73,9
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	586.108,4	598.095,9	11.987,5

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

5.1. Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto Contribuição para o RGPS

32. A memória de cálculo de todas as receitas administradas pela RFB/MF encontra-se no Anexo deste relatório.

5.2. Outras Receitas

33. As variações em relação às estimativas feitas por ocasião da quarta avaliação bimestral de 2011 nas demais receitas arrecadadas pela União ocorreram nos seguintes itens:

a) Concessões (+ R\$ 3,5 bilhões), em função do adiantamento do pagamento da Banda "H" da telefonia, dentre outros;

b) Dividendos (+ R\$ 4,7 bilhões), tendo em vista a reestimativa do pagamento de dividendos pelas empresas estatais em 2011; e

c) Demais Recelctas (+ R\$ 1,0 bilhão), Cota-Parte de Compensações Financeiras (+ R\$ 631,3 milhões), Salário-Educação (+ R\$ 600,0 milhões) e Receita Própria (+ 521,3 milhões), pela incorporação dos valores arrecadados até outubro e revisão da projeção até o fim do exercício. Além disso, destacam-se na receita própria o aumento na previsão de receita de convênios no montante de R\$ 132,4 milhões e nas demais receitas o acréscimo de R\$ 1,4 milhão na previsão de receita de doações.

5.3. Transferências a Estados e Municípios por Repartição de Receita

34. O decréscimo na atual projeção das transferências constitucionais, no valor de R\$ 188,0 milhões, ocorreu em função da redução na previsão do IR e do IPI. O aumento nas estimativas de arrecadação da Cota-Parte de Compensações Financeiras e do Salário Educação está previsto para acontecer no final do exercício, tendo como consequência que parte significativa das transferências aos entes federados relativas a essas receitas aconteçam somente no próximo exercício.

6. ANÁLISE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2011, ART. 70, § 4º, INCISOS I E III)

35. Vários itens de despesas obrigatórias tiveram alteração na sua projeção de desembolso até o fim do exercício, conforme tabela a seguir:

Tabela 4: Despesas Primárias Obrigatórias que suportaram variação

Itens de despesa primária que sofreram variação	R\$ milhões		
	4ª Avaliação Bimestral (a)	5ª Avaliação Bimestral (b)	Diferença (c = b - a)
Abono e Seguro Desemprego	32.088,6	35.312,9	3.224,3
Subsídios, Subvenções Econômicas e Proagro	6.342,1	6.842,1	500,0
Sentenças Judiciais - Despesas Correntes e de Capital	2.332,5	2.607,4	274,9
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS e RMV	25.228,2	25.451,1	222,9
Transferências à ANA - Receita pelo Uso de Recursos Hídricos	220,4	234,5	14,1
Complementação da União ao Fundeb	10.410,6	9.328,8	(1.081,8)
Pessoal e Encargos Sociais	179.966,6	179.137,2	(829,4)
Fundos FDA e FDNE	1.500,0	1.100,0	(400,0)
Fundo Constitucional do DF - Despesas Correntes e de Capital	806,4	744,0	(62,4)
Ressarcimento a Estados e Municípios - Combustíveis Fósseis	116,6	55,0	(61,6)
Anistiados	195,0	183,4	(11,6)

Fontes: SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

36. O acréscimo de R\$ 3,2 bilhões nas previsões do Abono Salarial e do Seguro-Desemprego decorre de um redimensionamento das premissas que embasaram o aumento na previsão dessas despesas constante da quarta avaliação bimestral de 2011, principalmente a maior formalização do emprego e o aumento da rotatividade de mão-de-obra.

37. As despesas com subsídios foram majoradas em R\$ 500,0 milhões em função da maior expectativa de desembolso até o final do exercício.

38. A previsão de desembolso das sentenças de pequeno valor de despesas correntes e de capital está R\$ 274,9 milhões maior.

39. O aumento de R\$ 222,9 milhões nas projeções dos benefícios de prestação continuada da LOAS e da RMV é resultado da incorporação dos valores realizados até outubro e da reestimativa para os meses de novembro e dezembro, além de créditos adicionais para as sentenças de pequeno valor.
40. As transferências à ANA foram majoradas em R\$ 14,1 milhões, em função da conversão de depósitos judiciais referentes ao pagamento pelo uso de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.
41. A redução da complementação da União ao Fundeb tem o objetivo de adequar a despesa aos desembolsos previstos em novembro e dezembro na Portaria Interministerial nº 477, de 28 de abril de 2011, que divulgou o cronograma de repasses mensais da Complementação da União aos entes governamentais beneficiários.
42. A alteração em pessoal e encargos sociais decorre de dois movimentos: o primeiro, aumentando a despesa com pessoal do FCDF em R\$ 62,4 milhões, com subtração do mesmo valor nas despesas de custeio e capital do Fundo; o segundo, reduzindo a previsão de pagamento de sentenças judiciais em R\$ 891,8 milhões, conforme créditos adicionais publicados e em tramitação.
43. Por fim, os decréscimos nos Fundos FDA e FDNE, em Ressarcimento a Estados e Municípios – Combustíveis Fósseis e em Anistiados, de R\$ 400,0, R\$ 61,6 e R\$ 11,6 milhões, respectivamente, devem-se à revisão da previsão de desembolso dessas despesas até o fim do exercício tendo em vista a execução até o mês de outubro.

7. CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS, CRÉDITOS ADICIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO, DO MPU E DO CNMP e DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE DOAÇÕES E CONVÊNIOS (LDO-2011, art. 70, § 4º, inciso I)

44. Em 29 de outubro foi publicada a Medida Provisória nº 548, de 28 de outubro de 2011, no valor de R\$ 460,5 milhões, destinando recursos ao Ministério da Educação. A previsão de desembolso com créditos extraordinários, entretanto, não foi alterada, uma vez que o saldo existente na projeção feita no quarto relatório é suficiente para efetuar o pagamento dos créditos abertos em 2011.

45. Por sua vez, os créditos adicionais publicados e em tramitação para o Poder Judiciário, o MPU e o CNMP foram considerados conforme a tabela a seguir:

Tabela 5: Créditos Adicionais do Poder Judiciário, do MPU e do CNMP

Finalidade/Órgão	R\$ mil
Benefícios aos Servidores - MPU, CNMP e Poder Judiciário	61.514,9
Construção e/ou Restauração de Edifícios - Justiça do Trabalho	98,4
Realização de Concursos Públicos - Justiça Federal, Eleitoral e do Trabalho	15.974,8
Apreciação e Julgamento de Causas - STJ	1.553,2
Apreciação e Julgamento de Causas no DF - TJDF	3.900,0
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - MPDFT	770,0
TOTAL	83.811,3

Fonte/Elaboração: SOF/MP

46. Por último, esta avaliação considera uma maior previsão de despesas custeadas com recursos de doações e convênios, que foram ampliadas em R\$ 133,8 milhões, mesmo montante acrescido na previsão de receita dessas fontes.

8. RESULTADO DO RGPS (LDO-2011, art. 70, § 4º, incisos I, III e IV)

47. A previsão de arrecadação previdenciária está R\$ 3,2 bilhões maior que a efetuada na quarta avaliação bimestral de 2011. Esse acréscimo deve-se à previsão de crescimento da massa salarial nominal, revista de 13,36% para 15,37%, parâmetro base da projeção dessa receita.

48. A tabela a seguir demonstra a memória de cálculo mensal da estimativa dessa receita:

Tabela 6: Memória de cálculo da receita previdenciária

							R\$ milhões
Mês	Arrecadação	REFIS	SIMPLES	FIES	Transferências a Terceiros	TOTAL	
Arrecadação	jan	18.275,1	215,7	1.864,3	43,2	(3.282,5)	17.115,8
	fev	18.266,1	75,7	1.389,8	0,0	(1.954,0)	17.777,6
	mar	18.386,1	117,0	1.445,8	0,0	(1.928,7)	18.020,2
	abr	18.751,6	135,5	1.528,2	72,0	(1.941,1)	18.546,2
	mai	19.300,0	71,9	1.573,9	47,9	(1.953,9)	19.039,8
	jun	19.713,1	160,6	1.727,2	49,3	(2.038,0)	19.612,1
	jul	19.942,8	104,1	1.691,4	34,8	(2.017,1)	19.756,1
	ago	20.620,6	161,8	1.738,2	21,6	(2.091,2)	20.450,9
	set	20.171,5	(51,0)	1.779,9	21,8	(2.128,8)	19.793,4
	out	20.506,1	339,6	1.753,3	42,7	(2.120,1)	20.521,6
Projeção	nov	21.719,3	141,1	1.808,4	52,0	(2.173,0)	21.547,8
	dez	36.491,8	244,0	1.966,4	65,7	(2.166,4)	36.601,5
TOTAL		252.143,9	1.716,2	20.266,8	451,0	(25.794,8)	248.783,1

Fonte/Elaboração: SOF/MP

49. A estimativa das despesas com benefícios previdenciários foi majorada em R\$ 1,0 bilhão, sendo R\$ 760,4 milhões para benefícios normais, devido à realização maior que o previsto nos meses de setembro e outubro, e R\$ 264,9 milhões para sentenças judiciais de pequeno valor.

50. A tabela a seguir demonstra as diferenças de projeção no déficit do RGPS:

Tabela 7: Déficit do RGPS

Discriminação	R\$ milhões		
	4ª Avaliação Bimestral (a)	5ª Avaliação Bimestral (b)	Diferença (c = b - a)
Arrecadação Líquida para o RGPS	245.584,6	248.783,1	3.198,5
Benefícios Previdenciários	282.404,0	283.429,3	1.025,3
Déficit	36.819,4	34.646,2	(2.173,2)

Fonte/Elaboração: SOF/MP

9. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2011, art. 70, § 4º, inciso V)

51. Ficam mantidas as projeções constantes do Anexo IV do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias encaminhado à Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal por meio da Mensagem nº 48, de 1º de março de 2011, assim como aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU, por meio do Ofício nº 56/SE/MP/MF, de 2 de março de 2011.

10. AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

52. A revisão das estimativas das receitas primárias e das despesas obrigatórias indica que os limites de empenho e de movimentação financeira constantes da quarta avaliação bimestral de 2011 podem ser ampliados em R\$ 12,2 bilhões.

53. O art. 9º da LRF estabelece que tal recomposição deve ser feita de forma proporcional às reduções efetivadas, mediante ato próprio de cada um dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do MPU, segundo critérios fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

54. A LDO-2011, por sua vez, determina em seu art. 70 que a recomposição das dotações limitadas previamente ocorra proporcionalmente à participação de cada Poder na base contingenciável, definida nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo. A participação dos Poderes na base, contudo, depende do montante reestimado da receita primária; se esta apresentar frustração em relação à estimativa contida no PLOA-2011, as exclusões da base contingenciável das dotações das despesas ressalvadas, constantes da Seção II do Anexo IV da LDO-2011, e das atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU constantes do PLOA-2011 devem ser realizadas apenas na proporção de tal frustração. Se, por outro lado, a reestimativa da receita superar a contida no PLOA-2011, as exclusões citadas são feitas em sua totalidade.

55. Conforme demonstrado na tabela a seguir, a reavaliação das receitas primárias, inclusive a contribuição para o RGPS, está superior à estimativa contida no PLOA-2011, o que implica excluir integralmente da base contingenciável as despesas ressalvadas e os valores das atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU constantes no PLOA-2011.

Tabela 8: Demonstrativo de que a receita primária desta avaliação supera a estimativa do PLOA-2011

Discriminação	Projeto de Lei Orçamentária	Avaliação do 5º Bimestre	R\$ milhões	
			Diferença	
			(c = b - a)	(d = c / a)
[a]	[b]			
RECEITA TOTAL	967.626,1	1.012.447,5	44.821,4	4,63%
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	632.109,3	638.654,1	6.544,8	1,04%
Arrecadação Líquida para o RGPS	233.853,4	248.783,1	14.929,7	6,38%
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	101.781,6	125.313,4	23.531,8	23,12%
Incentivos Fiscais	(118,3)	(303,1)	(184,8)	156,28%

Fontes: RFB/MF; SOf/MP; STN/MF

Elaboração: SOf/MP

Tabela 9: Demonstrativo da Base Contingenciável (Art. 70, §§ 1º e 2º da LDO-2011)

	R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	VALORES
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.966.015.896.211
B. Total de Despesas Financeiras	1.029.295.939.419
C. Total de Despesas Primárias (A - B)	936.719.956.792
D. Despesas Obrigatórias Integrantes da Seção I do Anexo IV da LDO-2011	791.833.793.474
E. Demais Despesas Ressalvadas de Limitação de Empenho (Seção II do Anexo IV da LDO-2011) ⁽¹⁾	10.327.802.736
F. Atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU - Posição PLOA - 2011 ⁽²⁾	4.526.892.802
G. Despesas Classificadas com o Identificador de resultado primário 3 ⁽³⁾	40.590.215.314
H. Despesas custeadas com recursos de doações e convênios	606.758.337
I. Base Contingenciável (C - D - E - F - G - H)	88.834.494.129

⁽¹⁾ Exceto doações e convênios, que estão considerados no item "H".

⁽²⁾ Exceto doações e convênios e contribuições a organismos internacionais, que estão considerados nos itens "H" e "E", respectivamente.

⁽³⁾ Exceto doações e convênios, que estão considerados no item "H".

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

56. Assim, a ampliação nos limites de empenho e movimentação financeira que cabe aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao MPU é de, respectivamente, R\$ 11.963,0 milhões, R\$ 26,7 milhões, R\$ 123,3 milhões e R\$ 40,8 milhões, conforme a tabela a seguir:

Tabela 10: Distribuição da variação de limites entre as Poderes e o MPU

	R\$ 1,00		
Poderes, MPU e CNMP	Base Contingenciável	Participação %	Ampliação
Poder Executivo	87.440.460.297	98,43	11.963.000.000
Poderes Legislativo, Judiciário e MPU	1.394.033.832	1,57	190.722.083
Câmara dos Deputados	137.709.502	0,16	18.840.463
Senado Federal	20.320.000	0,02	2.780.042
Tribunal de Contas da União	36.763.063	0,04	5.029.668
Supremo Tribunal Federal	32.677.296	0,04	4.470.682
Superior Tribunal de Justiça	40.626.537	0,05	5.558.242
Justiça Federal	271.279.475	0,31	37.114.585
Justiça Militar da União	7.158.000	0,01	979.308
Justiça Eleitoral	156.826.788	0,18	21.455.958
Justiça do Trabalho	218.236.923	0,25	29.857.669
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	51.025.970	0,06	6.981.021
Conselho Nacional de Justiça	123.535.500	0,14	16.901.274
Ministério Público da União	237.874.778	0,27	32.544.385
Conselho Nacional do Ministério Público	60.000.000	0,07	8.208.786
Total	88.834.494.129	100,00	12.153.722.083

ANEXO

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF, EXCETO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS e CPSS

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação dos impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (exceto receitas previdenciárias) foi elaborada tomando-se como base a arrecadação efetivamente realizada de janeiro a dezembro de 2010, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 04/11/11 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 04/11/11 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2011 em relação a 2010, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP):.....	7,53%
PIB:.....	3,80%
Taxa Média de Câmbio:.....	-5,30%
Taxa de Juros (Over):.....	19,66%
Massa Salarial:.....	15,37%

A arrecadação-base 2010 foi ajustada em função de atipicidades em relação ao ano de 2011.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês e por tributo, os indicadores específicos relativamente a preço e quantidade e os efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária. Para os tributos que não se dispõe de indicadores específicos, e àqueles que se ajustam melhor aos indicadores gerais, utilizou-se, como indicador de preço, um índice ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI) e, como indicador de quantidade, o PIB.

O valor da previsão de arrecadação bruta para o período de novembro a dezembro de 2011, em consonância com as premissas citadas, resultou em um montante de R\$ 112.029 milhões. A esse valor foi acrescido o montante de R\$ 6.757 milhões referente a receitas extraordinárias. Com isso, o valor da previsão para o período totaliza R\$ 118.786 milhões. Adicionada a arrecadação bruta efetiva dos meses de janeiro a outubro de 2011 (R\$ 536.990 milhões), a arrecadação bruta para o ano de 2011 resultou em R\$ 655.776 milhões. Excluídas as restituições (R\$ 17.122 milhões), a arrecadação líquida correspondente é de R\$ 638.654 milhões.

Receita Federal

PREVISÃO DE ARRECAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB (EXCETO CPSSS E PREVIDENCIÁRIA)

Parâmetros SPE - Versão: 09/set/11

CONSOLIDAÇÃO DAS PLANILHAS MENSAIS

(A PREÇOS CORRENTES)

PERÍODO: NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2011

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	ARRECAÇÃO BASE - 2010 {1}	ARRECAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA {3}	EFEITOS BÁSICOS (Média)			PREVISÃO 2011 {7}	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
				PREÇO {4}	QUANT. {5}	LEGISL. {6}			
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	3.996	(45)	3.951	1,0271	1,0984	0,9813	4.374	77	4.451
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	4	-	4	1,0274	1,0410	1,0000	4	-	4
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	8.105	(25)	8.080	-	-	-	8.023	79	8.102
I.P.I. - FUMO	634	-	634	1,0000	0,8433	1,0000	535	-	535
I.P.I. - BEBIDAS	458	-	458	1,0000	0,9137	1,1635	487	-	487
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	1.259	-	1.259	1,0095	0,9596	1,0000	1.219	-	1.219
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.223	(25)	2.198	1,0271	1,0983	0,8858	2.196	-	2.196
I.P.I. - OUTROS	3.531	-	3.531	1,0399	0,9952	0,9811	3.585	79	3.664
IMPOSTO SOBRE A RENDA	39.462	(1.031)	38.431	-	-	-	44.733	1.144	45.878
I.R. - PESSOA FÍSICA	2.744	-	2.744	1,0746	1,0258	1,0258	3.050	447	3.497
I.R. - PESSOA JURÍDICA	14.037	(1.031)	13.006	1,0651	1,0411	0,9980	14.394	236	14.630
I.R. - RETIDO NA FONTE	22.681	-	22.681	-	-	-	27.289	462	27.751
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	12.014	-	12.014	1,1312	1,0000	1,0254	13.934	247	14.181
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	6.958	-	6.958	1,1338	1,1810	1,0000	9.317	132	9.449
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	2.554	-	2.554	1,0247	1,0533	1,0000	2.756	59	2.816
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	1.156	-	1.156	1,0655	1,0410	1,0000	1.282	23	1.305
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	4.901	-	4.901	1,0619	1,0410	1,1305	6.124	100	6.225
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	91	-	91	1,0528	1,0000	1,0000	96	-	96
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	28	-	28	-	-	-	-	-	-
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	26.307	(484)	25.823	1,0656	1,0410	0,9984	28.599	1.482	30.082
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10.808	(4.082)	6.726	1,0656	1,0410	0,9978	7.445	747	8.192
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	7.112	(335)	6.776	1,0653	1,0411	1,0000	7.516	2.830	10.346
CIDE - COMBUSTÍVEIS	1.339	-	1.339	1,0000	1,1430	0,7619	1.166	175	1.340
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDEF	102	(23)	79	1,0619	1,0410	1,3134	114	-	114
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	1.089	2.310	3.399	-	-	-	3.834	123	3.957
RECEITAS DE LOTERIAS	491	102	593	1,0619	1,0000	1,0000	630	-	630
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	227	-	227	1,0283	1,0410	1,0000	243	-	243
DEMAIS	371	2.208	2.579	1,0619	1,0410	1,0388	2.962	123	3.085
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB (EXCETO CPSSS E PREVIDENCIÁRIA)	103.341	(3.715)	99.626	-	-	-	112.029	6.757	118.786

A seguir, o detalhamento da planilha básica que consolida as planilhas mensais por tributo.

DETALHAMENTO (PLANILHA BÁSICA – EFEITOS)

Discriminação, por tributo, dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação para o ano de 2011.

A) CORREÇÃO DE BASE:

Foi efetuada correção de base em função, principalmente, de fatores atípicos como as receitas extraordinárias.

- 1) **I. Importação: (-R\$ 45 milhões); IPI-Vinculado: (-R\$ 25 milhões).**
 - Ajuste de dias úteis.
- 2) **IRPJ: (-R\$ 1.031 milhões); CSLL: (-R\$ 336 milhões)**
 - Recomposição da base para refletir o aumento da lucratividade das empresas em 2010;
 - Normalização da base do IRPJ e da CSLL para refletir o comportamento da arrecadação de 2011.
- 3) **COFINS: (-R\$ 484 milhões)**
 - Ajuste de dias úteis e arrecadação atípica concentrada, principalmente, no setor financeiro.
- 4) **PIS/PASEP: (-R\$ 4.082 milhões)**
 - Ajuste de dias úteis e arrecadação de depósitos judiciais.
- 5) **FUNDAF: (-R\$ 23 milhões)**
 - Normalização de base.
- 6) **Outras Receitas Administradas-Receita de Loterias: (+R\$ 102 milhões)**
 - Normalização de base.
- 7) **Outras Receitas Administradas-Demais (+R\$ 2.208 milhões)**
 - Arrecadação atípica decorrente de regularização de depósitos judiciais e ajuste da base em decorrência do parcelamento previsto na Lei 11.941/09 e do Crédito Prêmio do IPI (MP 470/09);
 - Consolidação dos débitos da Lei 11.941/09.

B) EFEITO PREÇO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

- 1) **Imposto de Importação: 1,0271; Imposto de Exportação: 1,0274; IPI-Vinculado à Importação: 1,0271; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0283**
 - Variação da taxa média de câmbio.

- 2) **IPI-Fumo; IPI-Bebidas e Cide-Combustíveis: 1,0000**
 - O imposto é fixo por unidade de medida do produto. Portanto, o preço não interfere no valor do imposto.
- 3) **IPI-Automóveis: 1,0095**
 - Índice de preço específico do setor.
- 4) **IPI-Outros: 1,0399**
 - Índice de preço da indústria de transformação.
- 5) **IRPF: 1,0746**
 - Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2010. Incorpora variação de preço e de quantidade;
 - Ganhos em Bolsa: sem variação;
 - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2011.
- 6) **IRPJ: 1,0651 e CSLL: 1,0653**
 - Declaração de Ajuste: Índice Ponderado (IER) de 2010;
 - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2011.
- 7) **IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,1312**
 - Setor privado: crescimento da massa salarial;
 - Setor público: variação da folha de pagamento dos servidores públicos. Incorpora variação de preço e de quantidade.
- 8) **IRRF-Rendimentos do Capital: 1,1338**
 - Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação da taxa de juros “over”;
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
 - Fundos de Renda variável: sem variação;
 - SWAP: Câmbio;
 - Demais: Índice Ponderado (IER).
- 9) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0247**
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
 - Demais: Câmbio.
- 10) **IRRF-Outros Rendimentos: 1,0655; IOF: 1,0619; ITR: 1,0528; COFINS 1,0656; PIS/PASEP: 1,0656; FUNDAF: 1,0619; Outras Receita Administradas-Receitas de Loterias: 1,0619; e Outras Receita Administradas-Demais: 1,0619**
 - Índice Ponderado (IER).

C) EFEITO QUANTIDADE (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

- 1) **I. Importação: 1,0984 e IPI-Vinculado à Importação: 1,0983**
 - Variação, em dólar, das importações.
- 2) **IPI-Fumo: 0,8433**
 - Vendas de cigarros ao mercado interno.
- 3) **IPI-Bebidas: 0,9137**
 - Produção física de bebidas.
- 4) **IPI-Automóveis: 0,9596**
 - Vendas de automóveis nacionais ao mercado interno.
- 5) **IPI-Outros: 0,9952**
 - Produção física da indústria de transformação.
- 6) **IRPF: 1,0258**
 - Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2010 já considerado no efeito-preço;
 - Ganhos em Bolsa: Sem variação;
 - Demais: PIB de 2011.
- 7) **IRPJ: 1,0411 e CSLL: 1,0411**
 - Declaração de ajuste: PIB de 2010;
 - Demais: PIB de 2011.
- 8) **IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0000**
 - Crescimento da massa salarial já considerado no efeito-preço.
- 9) **IRRF-Rendimentos do Capital: 1,1810**
 - Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação das aplicações financeiras;
 - Fundos de Renda variável: sem variação;
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
 - Demais: PIB.
- 10) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0533**
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
 - Demais: PIB.
- 11) **CIDE-Combustíveis: 1,1430**
 - Variação no volume comercializado de gasolina e diesel.

12) I. Exportação: 1,0410; IRRF-Outros Rendimentos: 1,0410; IOF: 1,0410; COFINS: 1,0410; PIS/PASEP: 1,0410; FUNDAF: 1,0410; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0410; e Receitas Administradas- Demais: 1,0410

- PIB.

D) EFEITO LEGISLAÇÃO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) I. Importação: 0,9813

- Variação da alíquota média.

2) IPI-Bebidas: 1,1635

- Atualização da tabela dos preços de referência de bebidas (Decreto 7.455/11).

3) IPI-Vinculado: 0,8858

- Variação da alíquota média.

4) IPI-Outros: 0,9811

- Alteração das alíquotas incidentes sobre móveis (Decreto 7.145/10) e prorrogação, até 31/12/2011, das desonerações para caminhões, tratores, comerciais leves, construção civil e bens de capital (Decreto 7.394/10).

5) IRPF: 1,0258 e IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0254

- Efeito tabela e alteração de tabela do IRPF (Lei 11.945/09 e MP 528/2011).

6) IRPJ: 0,9980

- Redução do prazo de depreciação para a indústria de bens de capital e para o setor automotivo (Lei 11.774/08);
- Depreciação acelerada sobre vagões, locomotivas, locotratores e tânderes (MP 470/09).

7) IOF: 1,1305

- Alteração das alíquotas do IOF sobre as operações de câmbio nas transações que envolvam entrada e saída de moedas (Decretos 7.323/10, 7.330/10, 7.454/11 e 7.457/11);
- Aumento das alíquotas do IOF, nas operações de crédito, quando o mutuário for pessoa física (Decreto 7.458/11).

8) COFINS: 0,9984

- Redução do prazo para utilização do crédito do PIS/Cofins, de 24 para 12 meses, de Bens de Capital (Lei 11.774/08);
- Prorrogação até 31/12/11 da alíquota reduzida de PIS/Cofins para farinha de trigo e pão comum (Lei 12.096/09);

- Atualização da tabela dos preços de referência de bebidas (Decreto 7.455/11);
- Adição do “tablet” no programa de Inclusão Digital (MP 534/11);
- Mudança na sistemática de desconto dos créditos de PIS/Cofins, introduzida pela MP 540/11.

9) PIS/PASEP: 0,9978

- Redução do prazo para utilização do crédito do PIS/Cofins, de 24 para 12 meses, de Bens de Capital (Lei 11.774/08);
- Prorrogação até 31/12/11 da alíquota reduzida de PIS/Cofins para farinha de trigo e pão comum (Lei 12.096/09);
- Atualização da tabela dos preços de referência de bebidas (Decreto 7.455/11);
- Adição do “tablet” no programa de Inclusão Digital (MP 534/11);
- Mudança na sistemática de desconto dos créditos de PIS/Cofins, introduzida pela MP 540/11.

10) CIDE-Combustíveis: 0,7619

- Redução das alíquotas incidentes sobre a gasolina e diesel (Decretos 7.570 e 7.591/11).

11) Fundaf: 1,3134

- Atos Declaratórios RFB números 05 e 06 de 2011 – Atualização dos valores de Selos de Controle.

12) Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0388

- Reajuste da taxa de utilização do Siscomex (Portaria MF nº 257/11).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 21-11-2011

até 26/11 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;

até 11/12 prazo para apresentação de relatório;

até 16/12 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

até 2/2/2012 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminha-

mento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 22 de novembro do corrente.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senhora Presidente da República adotou, em 17 de novembro de 2011, publicou no dia 18 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 549, de 2011**, que *Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da*

Seguridade Social – COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP – Importação e da COFINS – Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV)

Renan Calheiros	Vital do Rêgo
Francisco Dornelles	Ana Amélia
Eduardo Amorim	Eduardo Braga
Paulo Davim	Waldemir Moka

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

Humberto Costa	Marcelo Crivella
Acir Gurgacz	Lindbergh Farias
Antonio Carlos Valadares	Cristovam Buarque
Inácio Arruda	Lídice da Mata

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)

Mário Couto	Alvaro Dias
Demóstenes Torres	Jayme Campos

PTB

Gim Argello	João Vicente Claudino
-------------	-----------------------

PR

Magno Malta	Clésio Andrade
-------------	----------------

***PSD**

Kátia Abreu	Sérgio Petecão
-------------	----------------

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Paulo Teixeira	Henrique Fontana
Arlindo Chinaglia	Artur Bruno

PMDB

Henrique Eduardo Alves	Teresa Surita
Marcelo Castro	Antônio Andrade

Bloco (PSB/PTB/PCdoB)

Jovair Arantes	Givaldo Carimbão
Osmar Junior	Edson Silva

PSDB

Duarte Nogueira	Otávio Leite
-----------------	--------------

PP

Aguinaldo Ribeiro	Jerônimo Goergen
-------------------	------------------

DEM

Antonio Carlos Magalhães Neto	Pauderney Avelino
-------------------------------	-------------------

Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)

Lincoln Portela	José Rocha
-----------------	------------

PDT

Giovanni Queiroz	André Figueiredo
------------------	------------------

Bloco (PV/PPS)

Sarney Filho	Rubens Bueno
--------------	--------------

***PSOL**

Chico Alencar	Ivan Valente
---------------	--------------

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 18-11-2011
- Designação da Comissão: 21-11-2011(SF)
- Instalação da Comissão: 22-11-2011
- Emendas: até 24-11-2011 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 18-11-2011 a 1º-12-2011 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 1º-12-2011
- Prazo na CD: de 2-12-2011 a 15-12-2011 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 15-12-2011
- Prazo no SF: de 16-12-2011 a 8-2-2012 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 8-2-2012
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 9-2-2012 a 11-2-2012 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12-2-2012 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 26-2-2012

A matéria será publicada em avulsos.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senhora Presidente da República adotou, em 17 de novembro de 2011, publicou no dia 18 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 550, de 2011**, que *Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de*

baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV)

Renan Calheiros	Vital do Rêgo
Francisco Dornelles	Ana Amélia
Eduardo Amorim	Eduardo Braga
Paulo Davim	Waldemir Moka

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

Humberto Costa	Marcelo Crivella
Acir Gurgacz	Lindbergh Farias
Antonio Carlos Valadares	Cristovam Buarque
Inácio Arruda	Lídice da Mata

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)

Mário Couto	Alvaro Dias
Demóstenes Torres	Jayme Campos

PTB

Gim Argello	João Vicente Claudino
-------------	-----------------------

PR

Magno Malta	Clésio Andrade
-------------	----------------

*PSOL

Marinor Brito

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Paulo Teixeira	Henrique Fontana
Arlindo Chinaglia	Artur Bruno

PMDB

Henrique Eduardo Alves	Teresa Surita
Marcelo Castro	Antônio Andrade

Bloco (PSB/PTB/PCdoB)

Jovair Arantes	Givaldo Carimbão
Osmar Junior	Edson Silva

PSDB

Duarte Nogueira	Otávio Leite
-----------------	--------------

PP

Aguinaldo Ribeiro	Jerônimo Goergen
-------------------	------------------

DEM

Antonio Carlos Magalhães Neto	Pauderney Avelino
-------------------------------	-------------------

Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)

Lincoln Portela	José Rocha
-----------------	------------

PDT

Giovanni Queiroz	André Figueiredo
------------------	------------------

Bloco (PV/PPS)

Sarney Filho	Rubens Bueno
--------------	--------------

*PSC

Ratinho Junior	Zequinha Marinho
----------------	------------------

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 18-11-2011
- Designação da Comissão: 21-11-2011(SF)
- Instalação da Comissão: 22-11-2011
- Emendas: até 24-11-2011 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 18-11-2011 a 1º-12-2011 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 1º-12-2011
- Prazo na CD: de 2-12-2011 a 15-12-2011 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 15-12-2011
- Prazo no SF: de 16-12-2011 a 8-2-2012 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 8-2-2012
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 9-2-2012 a 11-2-2012 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12-2-2012 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 26-2-2012

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2010**, do Senador Flexa Ribeiro, que *susta o Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, que “aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, e dá outras providências”, em seu efeito autorizativo*

de licenciamento de aprovados em concursos públicos de admissão ao CESD – Curso de Especialização de Soldados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 690, DE 2011

Altera a redação do artigo 308 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997, o Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 308 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente.

.....
 § 1º Se da conduta resultar lesão corporal de natureza leve, aplica-se a pena de detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 2º Se da conduta resultar lesão corporal de natureza grave, aplica-se a pena de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 3º Se da conduta resultar lesão corporal de natureza gravíssima, aplica-se a pena de reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 4º Se da conduta resultar morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, aplica-se a pena de reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 5º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) a 1/2 (metade) se a condução se dá:

I – sem possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação ou, ainda, se suspenso ou cassado o direito de dirigir;

II – com Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação de categoria diferente da do veículo que esteja conduzindo;

III – nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas;

IV – transportando menor, idoso, gestante ou pessoa que tenha seu discernimento reduzido;

V – no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros ou cargas;

VI – em veículos que exijam Carteira de Habilitação na categoria C, D ou E;

VII – em rodovias;

VIII – gerando perigo de dano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo deste Projeto de Lei do Senado é promover alterações ao Código Brasileiro de Trânsito, isto é, à Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997, para incorporar irrestritos anseios da população brasileira, quanto à responsabilidade na condução regular de veículos automotores em vias públicas.

Os brasileiros têm manifestado inconformismo e a partir daí o sentimento de intolerância com a impunidade benéfica àqueles motoristas que cometem gravíssimos acidentes de trânsito porque se arvoram em usufruir de uma aparente permissividade ou leniência enxergada no atual texto da lei. São zombadores da segurança pública, que é direito de toda cidadã e cidadão do nosso País, para ampliar, cotidianamente, displicentemente, inescrupulosamente as estatísticas de vítimas fatais do trânsito brasileiro, além dos fabulosos prejuízos materiais que acarretam.

A população brasileira tem se manifestado no sentido de dar um “basta”, tanto à irresponsabilidade desses motoristas meliantes quanto à omissão dos legisladores com a lenidade do atual texto legal, quando aborda o problema do chamado “racha” entre condutores de veículos automotores. Os representantes parlamentares da população brasileira têm a incumbência inalienável de legislar, isto é, de dizer, de forma muito clara, o que é ou não é permitido às cidadãs e aos cidadãos, para harmonizar seus convívios e ainda estabelecer o grau de repulsa às transgressões, ao indicar o calibre de suas penas.

Este projeto procura responder ao reiterado clamor que vem da nossa população e então estabelecer condições que permitam aos agentes de trânsito atuar de forma inibidora das más utilizações de veículos automotores, quando conduzidos por verdadeiros sociopatas que os transformam de um meio de transporte

em uma arma letal, que acabará por vitimar pessoas indefesas.

Considerando então o objetivo pretendido, este Projeto de Lei do Senado Federal, propõe alterar o art. 308 da Lei nº 9.503, mais conhecida como o Código de Trânsito Brasileiro, que versa sobre o ato de participar de corridas em vias públicas, não autorizadas por autoridade competente e com veículos automotores.

As alterações propostas são para, retirar do caput do artigo o trecho do texto que estabelece uma ressalva perigosa, ao remeter à infração cometida apenas quando houver acontecido um acidente ou quando for enxergado *dano potencial à incolumidade pública ou privada*. Também para acrescentar os parágrafos de números 1 até 5, estabelecendo penalidades em conformidade com os efeitos causados a partir do cometimento da infração.

Para melhor visualização das alterações propostas ao Art. 308, sua atual integralidade é reproduzida a seguir:

Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, desde que resulte dano potencial à incolumidade pública ou privada:

Penas – detenção, de seis meses a dois anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

O trecho grifado mostra a alteração necessária, isto é, a supressão da ressalva implícita que, por excesso de zelo cautelar, se submete antes a constatação de que o risco está em curso e requer então a coibição, quando não deveria correr quaisquer riscos e buscar que a prevenção substitua o fator sorte. Vale o adágio popular que não devemos chorar pelo leite derramado, mas evitar seu derramamento. Aliás, é bom lembrar que infelizmente estamos buscando evitar outro tipo de derramamento.

Solicito aos meus nobres pares o concurso para aprovar esta proposição em razão das efetivas contribuições que traz para a segurança da população, mas também na obtenção de um trânsito mais pacificado e civilizado.

Sala das Sessões, – Senador **Ricardo Ferraço**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

Código de Trânsito Brasileiro.

Artigo 308:

Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, desde que resulte dano potencial à incolumidade pública ou privada:

Penas – detenção, de seis meses a dois anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 691, DE 2011

Altera as redações dos parágrafos 2º e 3º e do caput do artigo 277 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997, reconhecido como Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 277 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 277. Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir após uso de álcool será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo CONTRAN, permitam certificar seu estado.

§ 2º As infrações previstas nos art. 165 e 306 deste Código poderão ser caracterizadas pelo agente de trânsito mediante a obtenção de outras provas em direito admitidas, acerca dos notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor apresentados pelo condutor.

§ 3º Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas e criminais estabelecidas no art. 165 deste Código ao condutor que se recusar a se submeter a qualquer dos procedimentos previstos no caput deste artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo final deste Projeto de Lei do Senado é, ao propor alterações ao Código de Trânsito Brasileiro, permitir que irrestritos anseios da população brasileira, no sentido ampliar sua segurança enquanto estabelece dispositivos que estimulem maior responsabilidade

ao ato de conduzir um veículo automotor, se transformem em normas.

Os brasileiros têm manifestado inconformismo e a partir daí o sentimento de não mais tolerar a impunidade daqueles motoristas que cometem gravíssimos acidentes de trânsito porque estavam sob a influência de substâncias consideradas psicoativas, principalmente as bebidas alcoólicas. São dolorosas performances que ampliam cotidianamente as estatísticas com o número de mortes de seres humanos, além dos fabulosos prejuízos materiais.

A população delega aos seus representantes parlamentares a incumbência inalienável de legislar, isto é, de dizer, de forma muito clara, o que é ou não é permitido às cidadãs e aos cidadãos, para harmonizar seus convívios e ainda estabelecer o grau de repulsa às transgressões, ao indicar o calibre de suas penas.

Este projeto procura responder a alguns desses reiterados questionamentos aplicados ao peculiar convívio que é o trânsito de veículos automotores, que dependem da capacidade de direção humana enquanto conduzem seres humanos. Então, com esse objetivo fazemos as explanações seguintes.

O texto atual do Código Brasileiro de Trânsito diz em seu artigo 277:

Art. 277. Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo CONTRAN, permitam certificar seu estado.

O projeto propõe que o trecho grifado no texto original da Lei nº 9.503 seja substituído por **após uso**, para deixar muito claro que a ingestão de álcool é incompatível com o ato de dirigir, ou conduzir, veículo automotor. A razão para ausência de transigência é a incerteza quanto à natureza dos efeitos causados em cada organismo, considerando também que não é possível estabelecer uma regra fixa para a atuação dos metabolismos individuais, conforme as dosagens às quais sejam submetidos.

A proposta para alterar o parágrafo 2º do Art. 277 tem o objetivo de permitir ao agente de trânsito caracterizar como infração o que é previsto atualmente no Art. 306 do Código Brasileiro de Trânsito e para isso então fazer o enquadramento do infrator *mediante a obtenção de outras provas em direito admitidas, acerca dos notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor apresentados pelo condutor*, conforme estabelece o

texto do referido parágrafo, mas ainda restrito ao disposto no Art. 277.

O parágrafo 3º do Art. 277 também é proposto de alteração em sua abrangência para que, com o acréscimo da expressão **e criminal**, todas as punições previstas no Art. 165, não só aquelas de caráter meramente administrativo, sejam aplicadas ao condutor *que se recusar a se submeter a qualquer dos procedimentos previstos no caput do artigo 277*. O objetivo é permitir que o agente de trânsito obtenha as condições necessárias para o pleno exercício de sua função, naquele momento em que se defronta com as mais claras evidências de ocorrência de infração aos artigos 277 e 306.

Solicito aos meus nobres pares o concurso para aprovar esta proposição em razão das efetivas contribuições, com origem nas manifestações da população brasileira, cujo objetivo final é a obtenção de um trânsito mais pacificado e civilizado.

Sala das Sessões, – Senador **Ricardo Ferraço**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Código de Trânsito Brasileiro.

Artigo 277:

Art. 277. Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo CONTRAN, permitam certificar seu estado. [\(Redação dada pela Lei nº 11.275, de 2006\)](#)

§ 1º Medida correspondente aplica-se no caso de suspeita de uso de substância entorpecente, tóxica ou de efeitos análogos. [\(Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 11.275, de 2006\)](#)

§ 2º A infração prevista no art. 165 deste Código poderá ser caracterizada pelo agente de trânsito mediante a obtenção de outras provas em direito admitidas, acerca dos notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor apresentados pelo condutor. [\(Redação dada pela Lei nº 11.705, de 2008\)](#)

§ 3º Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas estabelecidas no art. 165 deste Código ao condutor que se recusar a se submeter a qualquer dos procedimentos previstos no caput deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008\)](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 692, DE 2011

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a exposição, a propaganda, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos locais que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
Parágrafo único. Consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos desta Lei, as bebidas potáveis com teor alcoólico igual ou superior a meio grau Gay-Lussac.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-B:

“Art. 4º-B. São proibidos a exposição, a propaganda, a comercialização, e o consumo de bebidas alcoólicas nos seguintes locais:

- I – em vias e logradouros públicos;
- II – em postos de combustíveis e estabelecimentos comerciais neles situados;
- III – em aeronaves e veículos de transporte coletivo;

IV – em recintos de uso coletivo pertencentes ou administrados pelo Poder Público ou utilizados para a prestação de serviços públicos;

V – em recintos de uso coletivo e eventos coletivos com a presença de menores de dezoito anos;

VI – em eventos esportivos;

VII – em eventos realizados ou patrocinados pelo Poder Público.

§ 1º A proibição prevista no *caput* e em seus incisos estende-se aos atos de portar e transportar bebidas alcoólicas de forma ostensiva.

§ 2º Aplicam-se à pessoa natural ou jurídica infratora deste artigo as penalidades previstas no art. 9º desta Lei, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

Há muito nosso país clama por medidas mais severas para conter o uso abusivo de álcool e a violência que ele gera. O consumo de bebidas alcoólicas traz malefícios para toda a sociedade, pois está na origem da maior parte dos atos violentos e dos acidentes de trânsito que vitimam milhares de brasileiros a cada ano.

Assim, motivado por iniciativas legislativas do Governo e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, apresento este projeto de lei que tem o propósito de reduzir a exposição visual dos nossos jovens às bebidas alcoólicas, exposição essa que representa um apelo para que eles consumam álcool como se isso fosse um ato natural da vida.

Estou convicto de que a medida proposta irá beneficiar nossa sociedade, e especialmente nossos jovens, contribuindo para reduzir a violência originada do abuso de álcool. Essa convicção leva-me a contar com o apoio dos Parlamentares desta Casa Legislativa para a aprovação do projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Gim Argello**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996

Regulamento

Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O uso e a propaganda de produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco, de bebidas alcoólicas, de medicamentos e terapias e de defensivos agrícolas estão sujeitos às restrições e condições estabelecidas por esta Lei, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos desta Lei, as bebidas potáveis com teor alcoólico superior a treze graus Gay Lussac.

Art. 4º Somente será permitida a propaganda comercial de bebidas alcoólicas nas emissoras de rádio e televisão entre as vinte e uma e as seis horas.

§ 1º A propaganda de que trata este artigo não poderá associar o produto ao esporte olímpico ou de competição, ao desempenho saudável de qualquer atividade, à condução de veículos e a imagens ou idéias de maior êxito ou sexualidade das pessoas.

§ 2º Os rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas conterão advertência nos seguintes termos: “Evite o Consumo Excessivo de Álcool”.

Art. 4º-A. Na parte interna dos locais em que se vende bebida alcoólica, deverá ser afixado advertência escrita de forma legível e ostensiva de que é crime dirigir sob a influência de álcool, punível com detenção. (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

Art. 9º Aplicam-se ao infrator desta Lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, especialmente no Código de Defesa do Consumidor e na Legislação de Telecomunicações, as seguintes sanções:(Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

I – advertência;

II – suspensão, no veículo de divulgação da publicidade, de qualquer outra propaganda do produto, por prazo de até trinta dias;

III – obrigatoriedade de veiculação de retificação ou esclarecimento para compensar propaganda distorcida ou de má-fé;

IV – apreensão do produto;

V – multa de R\$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais) a R\$ 7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta reais), cobrada em dobro, em triplo e assim sucessivamente, na reincidência.

V – multa, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aplicada conforme a capacidade econômica do infrator; (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VI – suspensão da programação da emissora de rádio e televisão, pelo tempo de dez minutos, por cada minuto ou fração de duração da propaganda transmitida em desacordo com esta Lei, observando-se o mesmo horário. (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VII – no caso de violação do disposto no inciso IX do artigo 3ºA, as sanções previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo do disposto no art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 1º As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas gradativamente e, na reincidência, cumulativamente, de acordo com as especificidade do infrator.

§ 2º Em qualquer caso, a peça publicitária fica definitivamente vetada.

~~§ 3º Consideram-se infratores, para efeitos deste artigo, os responsáveis pelo produto, pela peça publicitária e pelo veículo de comunicação utilizado.~~

§ 3º Considera-se infrator, para os efeitos desta Lei, toda e qualquer pessoa natural ou jurídica que, de forma direta ou indireta, seja responsável pela divul-

gação da peça publicitária ou pelo respectivo veículo de comunicação.(Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 4º Compete à autoridade sanitária municipal aplicar as sanções previstas neste artigo, na forma do art. 12 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ressalvada a competência exclusiva ou concorrente: (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

I – do órgão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde, inclusive quanto às sanções aplicáveis às agências de publicidade, responsáveis por propaganda de âmbito nacional; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

II – do órgão de regulamentação da aviação civil do Ministério da Defesa, em relação a infrações verificadas no interior de aeronaves; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

III – do órgão do Ministério das Comunicações responsável pela fiscalização das emissoras de rádio e televisão; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

IV – do órgão de regulamentação de transportes do Ministério dos Transportes, em relação a infrações ocorridas no interior de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários de passageiros. (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

~~§ 5º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)~~

§ 5º O Poder Executivo definirá as competências dos órgãos e entidades da administração federal encarregados em aplicar as sanções deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO VIII Da Ordem Social

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no Art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I – regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II – estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no Art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

obs.dji.grau.4: Manifestação do Pensamento; Meios de Comunicação; Pensamento

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

.....
(*Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.382, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada “em definitivo” do Requerimento nº 1.354/2011.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 2011. – Senador **Aníbal Diniz**, PT – AC

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.383, DE 2011

Requeiro nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedido voto de aplausos pelo transcurso do cinquentenário da Universidade Católica de Salvador.

Justificação

Neste mês de novembro, a Universidade Católica do Salvador – Ucsal completa 50 anos de bons serviços prestados à sociedade brasileira. Por ali passaram estudantes que hoje são grandes nomes nas artes, na política, na educação e nos esportes e isso só vem ratificar a excelente qualidade dos professores, mestres e doutores da Ucsal, considerados como verdadeiros tutores da formação acadêmica, com a qualidade e credibilidade que só a Universidade Católica de Salvador ofereceu nestes últimos 50 anos.

Por tal ocasião, não poderia deixar de citar o Grão-Chanceler Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil e o Reitor José Carlos Almeida da Silva pelo inestimável legado que deixaram para essa importante instituição de ensino da Bahia.

Que a Universidade Católica de Salvador continue desempenhando esse papel, enormemente relevante para o desenvolvimento do Brasil.

Sala das Sessões, – Senadora **Lídice da Mata**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.384, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nº 151, de 2007, e nº 505, de 2007, que tramitam apensados, e com os Projetos de Lei do Senado nº 99, de 2011, e nº 177, de 2011, que também tramitam em conjunto, por versarem sobre a mesma matéria (publicidade de bebidas alcoólicas).

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Amélia**.

(*À Mesa para decisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2011** (nº 5.022/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *assegura validade nacional à Declaração de Nascimento Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.*

É o seguinte o Projeto

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2011

(Nº 5.022/2009, na Casa de origem)

(De iniciativa da Presidência da República)

Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regula a expedição e a validade nacional da Declaração de Nascido Vivo.

Art. 2º A Declaração de Nascido Vivo tem validade em todo o território nacional até que seja lavrado o assento do registro do nascimento.

Art. 3º A Declaração de Nascido Vivo será emitida para todos os nascimentos com vida ocorridos no País e será válida exclusivamente para fins de elaboração de políticas públicas e lavratura do assento de nascimento.

§ 1º A Declaração de Nascido Vivo deverá ser emitida por profissional de saúde responsável pelo acompanhamento da gestação, do parto ou do recém-nascido, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES ou no respectivo Conselho profissional.

§ 2º A Declaração de Nascido Vivo não substitui ou dispensa, em qualquer hipótese, o registro civil de nascimento, obrigatório e gratuito, nos termos da Lei.

Art. 4º A Declaração de Nascido Vivo deverá conter número de identificação nacionalmente unificado, a ser gerado exclusivamente pelo Ministério da Saúde, além dos seguintes dados:

- I – nome e prenome do indivíduo;
- II – dia, mês, ano, hora e Município de nascimento;
- III – sexo do indivíduo;
- IV – informação sobre gestação múltipla, quando for o caso;
- V – nome e prenome, naturalidade, profissão, endereço de residência da mãe e sua idade na ocasião do parto;
- VI – nome e prenome do pai; e
- VII – outros dados a serem definidos em regulamento.

§ 1º O prenome previsto no inciso I não pode expor seu portador ao ridículo.

§ 2º Caso não seja possível determinar a hora do nascimento, prevista no inciso II, admite-se a declaração da hora aproximada.

§ 3º A declaração e o preenchimento dos dados do inciso VI são facultativos.

§ 4º A Declaração de Nascido Vivo deverá conter inscrição indicando que o registro civil de nascimen-

to permanece obrigatório, não sendo substituído por esse documento.

Art. 5º Os dados colhidos nas Declarações de Nascido Vivo serão consolidados em sistema de informação do Ministério da Saúde.

§ 1º Os dados do sistema previsto no **caput** poderão ser compartilhados com outros órgãos públicos, para elaboração de estatísticas voltadas ao desenvolvimento, avaliação e monitoramento de políticas públicas, respeitadas as normas do Ministério da Saúde sobre acesso a informações que exigem confidencialidade.

§ 2º O sistema previsto no **caput** deverá assegurar a interoperabilidade com o sistema de registro eletrônico determinado pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, de modo a permitir a troca de dados com os serviços de registro civil de pessoas naturais.

Art. 6º Os arts. 49 e 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49.
.....

§ 3º No mapa de que trata o **caput** deverá ser informado o número da identificação da Declaração de Nascido Vivo.

§ 4º Os mapas dos nascimentos deverão ser remetidos aos órgãos públicos interessados no cruzamento das informações do registro civil e da Declaração de Nascido Vivo conforme regulamento, com o objetivo de integrar a informação e promover a busca ativa de nascimentos.

§ 5º Os mapas previstos no **caput** e no § 4º deverão ser remetidos por meio digital quando o registrador detenha capacidade de transmissão de dados.”(NR)

“Art. 54.
.....

10) número de identificação da Declaração de Nascido Vivo – com controle do dígito verificador, ressalvado na hipótese de registro tardio previsto no art. 46 desta Lei.

§ 1º Não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do Registrador Civil das Pessoas Naturais:

- I – equívocos ou divergências que não comprometam a identificação da mãe;
- II – omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai;
- III – divergência parcial ou total entre o nome do recém-nascido constante da declara-

ração e o escolhido em manifestação perante o registrador no momento do registro de nascimento, prevalecendo este último;

IV – divergência parcial ou total entre o nome do pai constante da declaração e o verificado pelo registrador nos termos da legislação civil, prevalecendo este último;

V – demais equívocos, omissões ou divergências que não comprometam informações relevantes para o registro de nascimento.

§ 2º O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo não constitui prova ou presunção da paternidade, somente podendo ser lançado no registro de nascimento quando verificado nos termos da legislação civil vigente.

§ 3º Nos nascimentos frutos de partos sem assistência de profissionais da saúde ou parteiras tradicionais, a Declaração de Nascido Vivo será emitida pelos Oficiais de Registro Civil que lavrarem o registro de nascimento, sempre que haja demanda das Secretarias Estaduais ou Municipais de Saúde para que realizem tais emissões.”(NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.022, DE 2009

Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição e dá outras providências:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV.

Art. 2º A DNV tem fé pública e validade em todo território nacional e será emitida para todos os nascimentos com vida ocorridos no país.

Parágrafo único. A DNV deverá ser emitida por profissional de saúde responsável pelo acompanhamento da gestação, do parto ou do recém-nascido, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e no respectivo conselho profissional.

Art. 3º A DNV deverá conter número de identificação nacionalmente unificado, a ser gerado exclusivamente pelo Ministério da Saúde, além dos seguintes dados:

I – nome e prenome do indivíduo;

II – dia, mês, ano, município e a hora certa ou aproximada do nascimento, caso não seja possível determiná-la;

III – sexo do indivíduo;

IV – informação sobre gestação quando for o caso;

V – nome e prenome, naturalidade, profissão, endereço de residência da mãe, e sua idade na ocasião do parto;

VI – nome e prenome do pai; e

VII – outros dados a serem definidos em regulamento.

§ 1º A DNV não poderá possuir prenome suscetível de expor ao ridículo o seu portador.

§ 2º O preenchimento dos dados do inciso VI é facultativo.

Art. 4º O Ministério da Saúde deverá implementar sistema de informações para consolidação e tratamento dos dados das DNVs emitidas.

Parágrafo único. Os dados do sistema previsto no **caput** poderão ser compartilhados com outros órgãos públicos para a elaboração de estatísticas voltadas à gestão de políticas públicas.

Art. 5º Os arts. 49 e 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49.
.....

§ 3º No mapa de que trata o **caput** deverá ser informado o número da identificação da Declaração de Nascido Vivo – DNV.” (NR)

“Art. 54.
.....

10. número de identificação da DNV, ressaltado na hipótese de registro tardio previsto no art. 46 desta Lei.

§ 1º As informações contidas no assento de nascimento não poderão ser diferentes daquelas contidas na DNV.

§ 2º Fica resguardado o direito de averbar, no registro civil de nascimento, o patronímico e a identificação do pai, caso o nome e prenome deste não constem na DNV.” (NR)

Art. 6º A exigência contida no § 1º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 1973, não se aplica aos nascimentos ocorridos anteriormente à vigência desta Lei.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 182, DE 2009

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Assegura validade nacional a Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, e dá outras providências”.

Brasília, 24 de março de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Interministerial nº 00012-MS/MJ/SEDH-PR

Brasília, 23 de março de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV como ferramenta na estratégia de erradicação do sub-registro civil de nascimento.

A demanda pela universalização do registro civil de nascimento advém do Estado moderno. É a partir do registro civil que a ordem jurídica passa a individualizar as pessoas, atribuindo-lhes direitos e deveres, além de assegurar-lhes herança histórica e familiar, permitindo a identificação de sua origem, bem como de seus descendentes e ascendentes.

O artigo 6º da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma esse direito ao dispor que “*Todos os homens têm o direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica*”. De igual forma, o artigo 7º da Convenção das Nações Unidas para os Direitos da Criança determina que “*A criança será registrada imediatamente após seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e a ser cuidada por eles*”. Além disso, a parte geral da Declaração do Milênio das Nações Unidas indica ser o registro civil estratégia e pressuposto para a efetivação das metas do Milênio.

No Brasil, o registro civil de nascimento é o primeiro passo para o exercício da cidadania plena. Sem ele, não é possível obter outros documentos, como a Carteira de Identidade e o Título de Eleitor. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2002, a taxa nacional de sub-registro atingiu o patamar acima de 20% (830 mil crianças nascidas vivas que não eram registradas em seu primeiro ano de vida). Em 2007, esse percentual havia caído para 12,2% (382.397 mil crianças nascidas vivas e não registradas). A existência de um grande contingente populacional sem registro civil acaba por afetar a capa-

cidade do Estado de prover serviços públicos básicos e elaborar políticas públicas adequadas, em razão da indisponibilidade de informações confiáveis sobre a população existente.

Como estratégia para enfrentamento do problema, o governo brasileiro iniciou, em 2003, a Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento, com a adesão de sessenta organizações em âmbito federal, e com a cooperação de todas as unidades federativas, que se organizaram em comitês de mobilização. A Mobilização Nacional ajudou a decrescer as taxas de sub-registro, entre 2003 e 2007, e o IBGE informa que essa taxa continua decrescendo, o que é um indicativo de muito sucesso.

No entanto, os consideráveis avanços são ainda insuficientes para o propósito de erradicação, pois muitas regiões ainda apresentam taxas de sub-registro consideradas muito altas. As Regiões Norte e Nordeste concentram os maiores índices de sub-registro de nascimento. Nesse período (2003-2007), em 10 (dez) Estados dessas Regiões, o percentual de sub-registro atingiu um quarto da população de um ano de vida; em 6 (seis) Estados, esse percentual estava acima de 30% e, no Amazonas ultrapassou os 40%.

A utilização da DNV como documento com fé que identifica o cidadão, possibilita um grande avanço do ponto de vista da garantia dos direitos de cidadania para as crianças brasileiras, desde o seu nascimento, antes mesmo de terem uma certidão de nascimento. A estratégia de utilização da DNV é uma forma de estancar o aumento do número de pessoas ignoradas pelo Estado do ponto de vista legal e contribui decisivamente para a redução do sub-registro civil, bem como do registro tardio de nascimento no País.

Segundo dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, atualmente, as DNVs são emitidas para 92% dos nascidos vivos. Essa cobertura é em média 6% superior à captada pelo registro civil, consolidada pelo IBGE.

Assim, é fundamental que a DNV tenha respaldo legal e validade em todo território nacional, de forma a garantir que os nascidos vivos registrados nos sistemas de saúde possam ser identificados, ainda que problemas conjunturais ou estruturais dificultem ou retardem a obtenção do registro civil de nascimento.

O status atribuído à DNV, por meio deste Projeto de Lei, torna factível desencadear um processo de normatização de padrões a serem seguidos pelos setores públicos que trabalham com informações sobre nascimentos, possibilitando a troca de informações digitais entre os órgãos governamentais.

Além disso, o fato deste Projeto de Lei prever que as informações constantes da DNV sejam as mesmas da certidão de nascimento possibilita uma troca de informações entre os estabelecimentos de saúde e os cartórios de registro civil, que certamente irá facilitar a comunicação e a integração entre a saúde e os cartórios de forma a agilizar o processo de registro civil dos recém-nascidos.

A DNV, por conseguinte, torna-se ferramenta valiosa como estratégia complementar no combate ao sub-registro civil de nascimento, pois permite a identificação da criança no local de nascimento, até que obtenha o seu registro civil de nascimento permanente.

São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência o encaminhamento do Projeto de Lei em questão ao Congresso Nacional.

Respeitosamente, – **Jose Gomes Temporão, Tarso Fernando Herz Genro e Paulo de Tarso Vannuchi.**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

Art. 49. Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.

§ 1º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem necessárias.

§ 2º Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas, incorrerão na multa de um a cinco salários mínimos da região, que será cobrada como dívida ativa da União, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

Art. 54. O assento do nascimento deverá conter: (Renumerado do art. 55, pela Lei nº 6.216, de 1975).

1º) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada;

2º) o sexo do registrando; (Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1975).

3º) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido;

4º) o nome e o prenome, que forem postos à criança;

5º) a declaração de que nasceu morta, ou morreu no ato ou logo depois do parto;

6º) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido;

7º) Os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, o lugar e cartório onde se casaram, a idade da genitora, do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal.

8º) os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos;

9º) os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento, quando se tratar de parto ocorrido sem assistência médica em residência ou fora de unidade hospitalar ou casa de saúde. (Redação dada pela Lei nº 9.997, de 2000)

LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e à Comissão de Constituição, Justiça, e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2011, vai às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2011 (nº 5.464/2011, na Casa de origem, da Deputada Gorete Pereira), que institui o Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional.

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, DE 2011

(Nº 5.464/2009, na Casa de origem,
da Deputada Gorete Pereira)

Institui o Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional, a ser anualmente celebrado, em todo o território nacional, no dia 13 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.464, DE 2009**Institui o Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional”, a ser anualmente celebrado, em todo o território nacional, no dia 13 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Fisioterapia e a Terapia Ocupacional, profissões plenas da área da saúde, foram regulamentadas pelo Decreto Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969. A referida regulamentação determinou um marco histórico para os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais brasileiros, uma vez que assegurou para essas categorias a prerrogativa de exercerem suas atividades como profissionais de nível superior e que, entre outros benefícios, delimitou que a fisioterapia e a terapia ocupacional fossem profissões privativas do fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, respectivamente.

Assim, desde o ano da homologação do referido Decreto Lei, o dia 13 de outubro passou a ser comemorado como o dia nacional do fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. Desta forma, justifica-se a apresentação deste PL para que o dia em tela figure oficialmente no calendário nacional das datas comemorativas.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2009. – Deputada **Gorete Pereira**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno,

a matéria será apreciada terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se, na última 6ª-feira, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2007** (nº 1.907/2003, na Casa de origem, do Deputado Rubens Otoni), que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagens educativas sobre os males e os riscos do tabaco e do álcool em cadernos e livros escolares;

– **Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2011** – Complementar, do Senador Inácio Arruda, que altera o art. 3º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias para incluir, entre os objetivos da política do Conselho Monetário Nacional, a plena utilização da capacidade produtiva nacional; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2011** – Complementar, do Senador Lindbergh Farias, que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão “perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos”.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 52, de 2011**, do Senador Vicentinho Alves, que *acrescenta o art. 66-B ao Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre o registro de frente parlamentar*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

O Projeto de Resolução nº 52, de 2011, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal*, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 1.290, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2011 (nº 49/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 509, de 26 de agosto de 2010, submetê ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo decorrente da referida mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Posteriormente, foi objeto de análise das Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O projeto de decreto legislativo recebeu a chancela do Plenário daquela casa em 22 de setembro de 2011.

No Senado Federal, onde foi registrada como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 239, de 2011, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e designada para o relator signatário em 20 de outubro de 2011, sem recebimento de emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Cuida-se aqui de um acordo entre Brasil e Belize, que visa a fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, por meio da cooperação educacional e interuniversitária, conscientes de que o desenvolvimento científico e tecnológico global exige o uma nova visão para buscar a excelência de seus recursos humanos e da importância da cooperação no plano educacional (Preâmbulo).

Os objetivos do acordo são o fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária, o treinamento de docentes e pesquisadores, o desenvolvimento de programas de mobilidade acadêmica, o intercâmbio de informações e experiências em educação e o fortalecimento da cooperação entre equipes de pesquisadores (artigo II).

Para alcançar os objetivos, as partes adotarão programas de intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores para cursos de graduação ou pós-graduação e elaborarão e executarão conjuntamente projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente definidas (artigo III).

Sob os auspícios do acordo, as partes se comprometem a promover a difusão e o ensino da cultura e língua da outra Parte em seu território (artigo IV).

As partes definirão, por instrumentos adequados, as modalidades de financiamento das atividades previstas no acordo (artigo VI) e poderão, quando aplicável, estabelecer sistemas de bolsas ou facilidades que permitam a pesquisadores e estudantes adquirir aperfeiçoamento acadêmico e profissional (Artigo V).

O acordo poderá ser emendado e entrará em vigor a partir da data de recebimento da segunda das notificações de ratificação. Terá vigência por cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das partes (artigo VII).

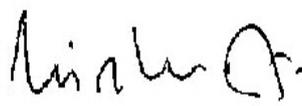
Convém registrar que a cooperação entre os povos é princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. No caso em apreço, reveste-se de importância especial, porque inaugura esse tipo de relacionamento com uma importante nação da América Central, que se espera seja marcado pelo dinamismo e benefícios recíprocos.

III – VOTO

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2011.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2011.

SENADOR MARCELLO CRIVELARI, Presidente


, Relator

Secretaria de Comissões
 Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 239, DE 2011
 ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 10/11/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI	
RELATOR: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAÍRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRÓ MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER

Nº 1.291, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Emenda nº 2, de Plenário, à Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, primeiro signatário o Senador José Sarney, que altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.

RELATOR: Senador **RENAN CALHEIROS**

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos regimentais, a Emenda nº 2, de Plenário, que tem como primeiro signatário o Senador Aloysio Nunes Ferreira, à Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, que altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses, e cujo primeiro signatário é o Senador José Sarney.

A Emenda em questão estabelece que independentemente da data de seu início, os mandatos dos deputados estaduais e distritais eleitos em 2014 encerrar-se-ão no dia 31 de janeiro de 2019.

Na Justificação está posto que as diversas propostas pertinentes à reforma política estão modificando, em boa hora, a data da posse de diversos agentes públicos, tais como o Presidente da República, Governadores e Prefeitos.

De acordo com a Justificação, os Governadores de Estado hoje tomam posse em 1º de janeiro e os Deputados Estaduais chegam a tomar posse até o dia 15 de março, não havendo sentido manter tal defasagem, pois mesmo que os Governadores passem a tomar posse dia 10, como proposto pela presente PEC, ficariam mais de dois meses governando com Assembléia Legislativa que não mais representaria a vontade dos eleitores do Estado.

A Justificação conclui afirmando que, sem ofender direitos, a emenda em tela propõe determinar a posse dos Deputados Estaduais vinte dias após a posse dos Governadores.

II – ANÁLISE

No que diz respeito à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da emenda em tela, nada obsta à sua livre tramitação. Quanto ao mérito opinamos pela sua aprovação.

Com efeito, embora na verdade praticamente em todos os Estados hoje a posse dos Deputados Estaduais ocorra em 1º de fevereiro, como proposta pela emenda, há ainda um ou outro que não segue essa data, mais especificamente o Estado de São Paulo, no qual os Deputados Estaduais tomam posse dia 15 de março; Rio Grande do Sul, com posse no dia 31 de janeiro e Roraima, cuja posse ocorre em 1º de janeiro (também no Distrito Federal os Deputados Distritais toma posse dia 1º de janeiro).

Por outro lado, poder-se-ia indagar se os Estados em que hoje a posse dos Deputados Estaduais não ocorre em 1º de fevereiro não poderiam – se assim for de seu interesse – alterar a data eles mesmos, por meio de Emenda às respectivas Constituições estaduais.

Entendemos que sim, em princípio os Estados poderiam alterar a data de posse dos respectivos Deputados Estaduais, pois a Constituição Federal não estabelece uma data específica para tal posse.

Todavia, a Constituição estabelece que o mandato dos Deputados Estaduais é de quatro anos (art. 27, § 1º) e os Estados não têm competência para alterar esse mandato, ainda que excepcional e transitoriamente.

Com efeito, só emenda à Constituição Federal pode modificar a duração de mandato eletivo e, mesmo assim, apenas para o futuro, para mandatos ainda não em exercício.

Por essa razão, propomos o acolhimento da Emenda nº 2, de Plenário, à PEC nº 38, de 2011, que de forma adequada, preservando os direitos dos atuais Deputados Estaduais, estabelece que os mandatos dos deputados estaduais e distritais eleitos em 2014 encerrar-se-ão no dia 31 de janeiro de 2019, para unificar a posse dos Deputados Estaduais e Distritais em 1º de fevereiro, a partir das eleições de 2018.

III – VOTO

Como conclusão, opinamos pela aprovação da Emenda nº 2, de Plenário, à Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2011.


Senador EUNÍCIO OLIVEIRA, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 38 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/11/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador EUNÍCIO OLIVEIRA</i>	
RELATOR: <i>"Ad Hoc" Senador Ricardo Santana</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA <i>[assinatura]</i>
PEDRO TAQUES <i>[assinatura]</i>	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA <i>[assinatura]</i>	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC e PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>	1. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO <i>[assinatura]</i>
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO <i>[assinatura]</i>
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA <i>[assinatura]</i>
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>[assinatura]</i>	2. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	4. JOSÉ AGRIPINO
RTB	
ARMANDO MONTEIRO <i>[assinatura]</i>	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO <i>[assinatura]</i>	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

PARECER

Nº 1.292, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2011 (nº 206/2003, na origem, do Deputado Roberto Magalhães), que revoga a alínea *f* do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de excluir a embriaguez habitual ou em serviço como causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.

RELATOR: Senador PAULO BAUER

I – RELATÓRIO

Em análise, em decisão terminativa, iniciativa do Deputado Roberto Magalhães, que tem por objetivo excluir a possibilidade de demissão do empregado por justa causa em decorrência de embriaguez habitual ou em serviço, alegada pelo empregador.

A proposição exclui a alínea *f* do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata do tema.

Em sua justificção, o autor registra que o alcoolismo já é “consensualmente considerado uma patologia ou, em certos casos, fruto de crises emocionais” e que o Poder Judiciário já reconhece a injustiça das

demissões por justa causa, fundamentadas na embriaguez. A Justiça orienta-se pela exigibilidade de um tratamento médico prévio destinado a recuperar o doente, antes de qualquer medida punitiva mais radical.

Originalmente, a proposta não previa a pura e simples exclusão da embriaguez habitual ou em serviço como justa causa para demissão, pelo empregador, mas sim a exigência de prévia licença para tratamento de saúde. Depois de exaustivos debates chegou-se, naquela Casa, à conclusão de que a melhor solução passa pela retirada pura e simples dessa hipótese do rol de “causas justas” para a demissão por iniciativa patronal.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Estamos tratando aqui de tema relativo às relações de trabalho e de emprego. Nos termos do art. 90, inciso I, c/c o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre o presente projeto de lei.

A proposição não apresenta vícios de constitucionalidade nem de legalidade. Está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais e foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61 e *caput* do art. 48 da Carta Magna, respectivamente).

Quanto ao mérito, são razoáveis os argumentos expostos pelos analistas que se debruçaram sobre o tema. A legislação social evoluiu e as relações de trabalho não podem mais ser visualizadas apenas no contexto do ambiente estrito em que se realizam as atividades. Há, em toda a conjuntura, direitos humanos e sociais a serem respeitados. Para que isso ocorra, Estado e empresas devem atuar em conjunto em prol de manutenção da saúde pública, da inserção social dos cidadãos e da produtividade. Sendo o alcoolismo um problema médico, nada justifica que o alcoolista seja abandonado à própria sorte.

O texto celetista, nesse aspecto, perdeu parte de sua eficácia e adequação histórica, dada a evolução da ciência médica, com a compreensão dos efeitos físicos e psicológicos das substâncias químicas utilizadas.

Também já é reconhecida a existência de fatores genéticos na propensão para o vício. Tudo isso torna injustificável a punição, pura e simples, do alcoolista, quando for possível diagnosticar a existência de uma doença.

Sensível a essas novas circunstâncias, o Poder Judiciário vem reconhecendo, em casos concretos, a inexistência de justa causa, quando o empregado age sob os efeitos do álcool e está incapacitado de resistir, individualmente, ao quadro clínico de dependência.

O texto aprovado na Câmara dos Deputados, entretanto, opta por uma solução que nos parece radical demais, ou seja, a pura e simples supressão da alínea celetista que trata do tema. O alcoolismo é uma doença progressiva e precisa ser combatido principalmente no seu início, mediante controles sociais, quando a pessoa começa a apresentar sinais de inmoderação e desleixo.

Nesse sentido, o texto atual da alínea *f* do art. 482 da CLT possui, no mínimo, qualidades educativas, dado o seu efeito moderador e indutor do controle pessoal e equilíbrio mental do trabalhador. Para os jovens, principalmente, trata-se de uma norma pedagógica importante, mesmo que não seja utilizada, como instrumento de rescisão contratual, pelo empregador.

É preciso que a “embriaguez habitual ou em serviço” seja coibida ou restringida até para sinalizar ao trabalhador os riscos que ele próprio corre com o seu comportamento. Na maioria dos casos, trata-se apenas de um desleixo eventual que pode, infelizmente, descambar para a habitualidade. Nesse sentido, a norma trabalhista é bem menos rigorosa do que as normas da legislação de trânsito, que pune com rigor os motoristas embriagados, sem questionar a situação médico-clínica da pessoa infratora.

Ademais, no ambiente de trabalho também podem estar presentes condições de periculosidade que, em estado de embriaguez, o trabalhador pode não estar em condições de enfrentar, colocando em risco não só a si próprio como aos seus colegas.

Por todas essas razões, firmamos entendimento pela manutenção do texto atual da legislação trabalhista, no que se refere ao alcoolismo no trabalho. Entretanto, julgamos cabível a introdução de uma ressalva para que os casos de doença sejam previamente sujeitos a uma avaliação  os empregados tenham a oportunidade de receber o tratamento devido.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2011, com o seguinte substitutivo:

**EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2011**

Acrescenta § 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a suspensão do contrato de trabalho, pelo empregador, caso o empregado apresente sintomas de dependência crônica do álcool e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 482, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o parágrafo único como § 1º:

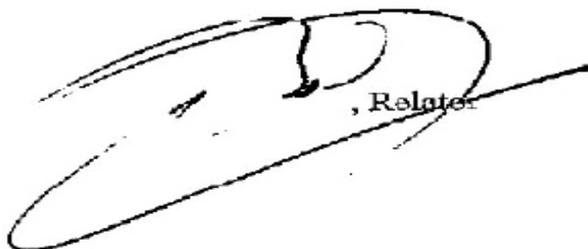
“Art. 482.

.....
§ 2º Caso o empregado apresente sintomas de dependência crônica do álcool, na hipótese da alínea f deste artigo, o empregador deverá suspender a vigência do contrato de trabalho e determinar que o empregado submeta-se à perícia junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para a concessão de auxílio-doença e posterior tratamento, sendo cabível a justa causa em caso de negativa do benefício, recusa ou resistência do empregado ao tratamento médico cabível.(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011.

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

TITULARES		SUPLENTE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)			
PAULO PAIM (PT)		1- EDUARDO SUPLYCY (PT)	
ÂNGELA PORTELA (PT)		2- MARTA SUPLYCY (PT)	
HUMBERTO COSTA (PT)		3- VAGO	
WELLINGTON DIAS (PT)		4- ANA RITA (PT)	
VICENTINHO ALVES (PR)		5- LINDBERGH FARIAS (PT)	
JOÃO DURVAL (PDT)		6- CLÉSTO ANDRADE (PR)	
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)		7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	
VANESSA GRAZZIOTTIN (PC do B)		8- LÍDICE DA MATA (PSB)	
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)			
WALDEMIR MOKA (PMDB)		1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	
PAULO DAVIM (PV)		2- PEDRO SIMON (PMDB)	
ROMERÓ JUCÁ (PMDB)		3- LOBÃO FILHO (PMDB)	
CASILDO MALDANER (PMDB)		4- EDUARDO BRAGA (PMDB)	
RICARDO FERRAÇO (PMDB)		5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	
EDUARDO AMORIM (PSC)		6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)	
ANA AMÉLIA (PP)		7- BENEDITO DE LIRA (PP)	
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)			
CÍCERO LUCENA (PSDB)		1- AÉCIO NEVES (PSDB)	
LÚCIA VÂNIA (PSDB)		2- CYRO MIRANDA (PSDB)	
VAGO		3- PAULO BAUER (PSDB)	
JAYME CAMPOS (DEM) <i>Presidente</i>		4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	
PTB			
MOZARILDO CAVALCANTI		1- ARMANDO MONTEIRO	
JOÃO VICENTE CLAUDINO		2- GIM ARGELLO	

EMENDA Nº 1-CAS (SUBSTITUTIVO) AO PLC Nº 12, DE 2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

INTEGRANTES		SUPLENTE		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)		Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)									
PAULO PAIM (PT)				X				X			
ANGELA PORTELA (PT)											
HUMBERTO COSTA (PT)								X			
WELINGTON DIAS (PT)											
VICENTINHO ALVES (PIB)				X				X			
JOÃO D'URVAL (PDI)											
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)				X				X			
VANESSA GRAZZIOTTIN (PC do B)				X				X			
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)				X							
PAULO DAVIM (PV)											
ROMERO JUCA (PMDB)				X							
CASILDO MALDANER (PMDB)											
RICARDO FERRAÇO (PMDB)											
EDUARDO AMORIM (PSC)											
ANA AMÉLIA (PE)											
Bloco Parlamentar Minorias (PSDB, DEM)				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)											
LUCLA VÂNIA (PSDB)								X			
VAGO								X			
JAYME CAMPOS (DEM)				Presença							
PTB				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI				X							
JOÃO VICENTE CLAUDINO											

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 11 ABSTENÇÃO; - AUTOR: - PRESIDENTE 01 SALA DA COMISSÃO, EM 26/10/2011.

Obs.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIDERANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM art. 12, § 7º, RBSP.

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**TEXTO FINAL DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 12, DE 2011, APROVADO PELA
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM REUNIÃO DO
DIA DE NOVEMBRO DE 2011**

EMENDA Nº 1-CAS (SUBSTITUTIVO)

Acrescenta § 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a suspensão do contrato de trabalho, pelo empregador, caso o empregado apresente sintomas de dependência crônica do álcool e das outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 482, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 482.

.....

§ 2º Caso o empregado apresente sintomas de dependência crônica do álcool, na hipótese da alínea f deste artigo, o empregador deverá suspender a vigência do contrato de trabalho e determinar que o empregado submeta-se à perícia junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para a concessão de auxílio-doença e posterior tratamento, sendo cabível a justa causa em caso de negativa do benefício, recusa ou resistência do empregado ao tratamento médico cabível (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2011.

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

OFÍCIO Nº 238/2011 – PRES/CAS**Brasília, 16 de novembro de 2011.**

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2011, que *Revoga a alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de excluir a embriaguez habitual ou em serviço como causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador*, de autoria do Deputado Roberto Magalhães.

Respeitosamente,


Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

f) embriaguez habitual ou em serviço;

.....

Parágrafo único - Constitui igualmente justa causa para dispensa de empregado a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
(Incluído pelo Decreto-lei nº 3, de 27.1.1966)

.....

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador PAULO BAUER

I – RELATÓRIO

Em análise, em decisão terminativa, iniciativa do Deputado Roberto Magalhães, que tem por objetivo excluir a possibilidade de demissão do empregado por justa causa em decorrência de embriaguez habitual ou em serviço, alegada pelo empregador.

A proposição exclui a alínea *f* do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata do tema.

Em sua justificação, o autor registra que o alcoolismo já é “consensualmente considerado uma patologia ou, em certos casos, fruto de crises emocionais” e que o Poder Judiciário já reconhece a injustiça das demissões por justa causa, fundamentadas na embriaguez. A Justiça orienta-se pela exigibilidade de um tratamento médico prévio destinado a recuperar o doente, antes de qualquer medida punitiva mais radical.

Originalmente, a proposta não previa a pura e simples exclusão da embriaguez habitual ou em serviço como justa causa para demissão, pelo empregador, mas sim a exigência de prévia licença para tratamento de saúde. Depois de exaustivos debates chegou-se, naquela Casa, à conclusão de que a melhor solução passa pela retirada pura e simples dessa hipótese do rol de “causas justas” para a demissão por iniciativa patronal.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Estamos tratando aqui de tema relativo às relações de trabalho e de emprego. Nos termos do art. 90, inciso I, c/c o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre o presente projeto de lei.

A proposição não apresenta vícios de constitucionalidade nem de legalidade. Está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais e foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61 e *caput* do art. 48 da Carta Magna, respectivamente).

Quanto ao mérito, são razoáveis os argumentos expostos pelos analistas que se debruçaram sobre o tema. A legislação social evoluiu e as relações de trabalho não podem mais ser visualizadas apenas no contexto do ambiente estrito em que se realizam as atividades. Há, em toda a conjuntura, direitos humanos e sociais a serem respeitados. Para que isso ocorra, Estado e empresas devem atuar em conjunto em prol de manutenção da saúde pública, da inserção social dos cidadãos e da produtividade. Sendo o alcoolismo um problema médico, nada justifica que o alcoolista seja abandonado à própria sorte.

O texto celetista, nesse aspecto, perdeu a sua razão de ser, dada a evolução da ciência médica, com a compreensão dos efeitos físicos e psicológicos das substâncias químicas absorvidas. Também já é reconhecida a existência de fatores genéticos na propensão para o vício. Tudo isso torna injustificável a punição, pura e simples, do alcoolista.

Sensível a essas novas circunstâncias, o Poder Judiciário já firmou jurisprudência que praticamente tornou letra morta a alínea que se pretende revogar com o projeto em análise.

Em suma, é preciso retirar o alcoolismo do âmbito meramente trabalhista e individual para remetê-lo ao seu devido lugar: as clínicas de tratamento médico ou à Previdência Social.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



PARECERES

N^{os} 1.293 E 1.294, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003, do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta parágrafo ao artigo 166 e altera a redação dos artigos 167 e 193, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidentes do trabalho, e dá outras providências.

PARECER Nº 1.293, DE 2011 **(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão iniciativa do Senador Marcelo Crivella que acrescenta parágrafo ao art. 166 e altera a redação dos artigos 167 e 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõem sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidente de trabalho, e acrescenta inciso ao art. 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

A justificação da proposta fundamenta-se em relatório preparado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, “que aponta alarmante estatística dos acidentes fatais ou de que resultam lesões corporais de toda sorte, ocorridos nos últimos cinco anos, no trânsito das vias públicas, tanto na Região Metropolitana do Estado como nos municípios do interior, envolvendo motocicletas e veículos similares, destacadamente com os motociclistas conhecidos como “moto-boys”. Foram nada menos que 1.060 mortes e, por incrível que pareça, 116.683 acidentados, o que dá uma média de duzentos acidentes fatais por ano, embora sem mortes, mas certamente causadores de lesões corporais de todo tipo ou gravidade”.

Considerando o elevado número de acidentes, entende o autor da proposta que um melhor disciplinamento legal, quanto às medidas de proteção à saúde, ao bem-estar, à incolumidade física e à proteção dos motociclistas, é desejável, embora por disposição constitucional seja dever do empregador a adoção de medidas que garantam a proteção e a segurança do trabalhador.

Além de propiciar adequadas condições de trabalho aos motociclistas, o PLS em análise propõe o enquadramento, como atividade perigosa, definida no art. 193 da CLT, a realização de serviços que importem freqüentes riscos de lesões corporais ou de morte

Define, finalmente, como infração de trânsito (mediante inclusão de inciso no art. 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997) o transporte "de cargas ou mercadorias de terceiros acondicionadas em mochilas, malotes, caixas ou similares presas ao corpo do condutor".

A princípio, a matéria foi distribuída somente à Comissão de Assuntos Sociais – CAS. Entretanto, o Requerimento nº 525, de 2005, do Senador Nezinho Alencar, solicitou que, além da CAS, a matéria fosse distribuída previamente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, nos termos do art. 255, II, c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, o que foi aprovado em Plenário no dia 6 de julho de 2005.

No prazo regimental não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, de acordo com o disposto no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de Comissão para o Plenário.

Nessa linha, estando a proposta analisada em conformidade com os incisos I e XI do art. 22 da Constituição Federal, que tratam da competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho e sobre trânsito, entendemos que a matéria não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, posto que atende também aos pressupostos relativos às atribuições do Congresso Nacional e iniciativa de leis (art. 48 e *caput* do art. 61 da CF).

Quanto ao mérito, consideramos louváveis os argumentos expostos pelo autor e a preocupação manifesta com a saúde, a vida e a integridade física dos motociclistas.

Ocorre, no entanto, que, recentemente, foi aprovada nesta Casa, proposição que deu origem à Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, que "regulamenta o exercício das atividades dos profissionais de transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado

de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências”.

Creemos que, pelo menos em parte, o conteúdo da proposição em análise perdeu a sua oportunidade e não seria razoável, dadas as mudanças recentes na legislação, promover alterações significativas na regulamentação da matéria, eis que a referida lei decorreu de fortes pressões políticas dos motociclistas profissionais e de um acordo costurado com alguma dificuldade.

Na realidade, o PLS nº 193, de 2003, promove cinco mudanças na legislação trabalhista. Analisaremos cada uma delas em relação às novas normas a respeito do tema, para definir o aproveitamento parcial que julgamos possível dos dispositivos propostos pelo autor da iniciativa.

A primeira mudança refere-se ao art. 166 da CLT, que obriga as empresas a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual adequados ao risco e em perfeito estado de funcionamento, quando as medidas de proteção geral não forem suficientes. Por sua vez, o PLS nº 193, de 2003, insere parágrafo único no referido artigo para enquadrar “os veículos motorizados, inclusive motocicletas, motonetas e ciclomotores, próprios da empresa ou cedidos pelo empregado, utilizados para a execução de serviços externos no trânsito das vias públicas”.

Tal dispositivo apresenta problemas ao enquadrar veículos motorizados (o que incluiria automóveis) e não os profissionais que os utilizam. E a Lei nº 12.009, de 2009, relaciona em seu art. 4º, que introduz capítulo específico na Lei nº 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), uma série de exigências para a condução do *moto-frete*, muitas delas dependentes de regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito – Contran. De qualquer forma, a legislação recente trata das características mínimas de segurança dos veículos. Quanto aos empregados celetistas, eles já se encontram protegidos pela regra geral do referido art. 166 da CLT, não sendo necessária uma referência explícita.

De forma semelhante, a segunda mudança prevista no PLS remete “os tipos ou modelos de equipamentos e das roupas de proteção, inclusive bagageiros e outros acessórios compatíveis com as cargas transportadas” às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e do Emprego. Ora, bagageiros e outros acessórios necessários ao transporte pertencem à legislação de trânsito. Roupas de proteção corporal, por outro lado, são Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s, inscritos na regra geral celetista que obriga as empresas a fornecê-las (art. 166 da CLT). Ademais, para o trabalho nas ruas, talvez o Contran tenha mais elementos para definir as roupas de proteção, dadas as informações de que dispõe ou pode dispor sobre acidentes.

A terceira mudança proposta concede adicional de periculosidade às atividades que, “por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem frequentes riscos de lesões corporais ou de morte”. Essa expressão parece-nos extremamente vaga.

Daria ao Ministério do Trabalho e do Emprego ampla liberdade para definir o que é perigoso ou não. Um tema de tal relevância, em nosso entendimento, não pode ser remetido para regulamentação posterior. Ademais, a preocupação do autor do PLS refere-se ao trabalho em motocicletas, motonetas ou similares, para o qual é concedido o adicional na quinta alteração proposta, como veremos.

Antes, porém, analisemos a quarta alteração. Trata-se de introduzir inciso no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 1997), tornando infração o "transporte de cargas e mercadorias de terceiros acondicionadas em mochilas, malotes, caixas ou similares presas ao corpo do condutor". Por sua vez, a Lei nº 12.009, de 2009, introduz no mesmo Código dois incisos, com previsão de penalidades (multa e apreensão do veículo para regularização). Além disso, torna punível qualquer transporte feito em desacordo com os termos e as exigências relativas ao moto-frete e mototaxi. A legislação recente é, portanto, mais completa do que aquela proposta pelo nobre Senador.

Finalmente, a quinta alteração, constante do art. 4º do PLS, remete ao Ministério do Trabalho e do Emprego a competência para incluir, entre as atividades perigosas, aquelas realizadas com motocicletas, motonetas e ciclomotores para a execução de serviços externos no trânsito das vias públicas. Além de ser inconstitucional a ingerência do Poder Legislativo nas atribuições do Poder Executivo, mais fácil seria citar esses profissionais explicitamente no texto do art. 193 da CLT.

Por todas essas razões, consideramos que o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003, perdeu muito de sua razão de ser em face da promulgação da Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009. Entretanto, parece-nos justa a concessão do adicional de periculosidade, mediante o enquadramento da atividade como perigosa, aos trabalhadores que se utilizam desses tipos de veículos em seu trabalho. Assim, estamos propondo um substitutivo para disciplinar a matéria.

III – VOTO

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2003

Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades de transporte de passageiros e mercadorias e serviços comunitários de rua,

regulamentadas pela Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, e dá outras providências.

Art. 1º O art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 193. São consideradas atividades perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem permanente contato com inflamáveis e explosivos e as atividades de mototaxista, de motoboy e de moto-frete, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, regulamentados pela Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de junho de 2010.

Sen. DEMÓSTENES TORRES , Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 193 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/06/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Sen. DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: Sen. EDUARDO SUPLICY	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
TIÃO VIANA	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. HÉLIO COSTA
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
EDISON LOBÃO	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

PARECER Nº 1.294, DE 2011
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

I – RELATÓRIO

Originariamente, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 193, de 2003, pretendia alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidente de trabalho, e acrescentar inciso ao art. 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O PLS nº 193, de 2003, foi distribuído, em princípio somente à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Entretanto, por força da aprovação do Requerimento nº 525, de 2005, a matéria foi remetida, preliminarmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que a aprovou nos termos de uma emenda substitutiva, em 09 de junho do corrente.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, a teor do que dispõe o art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal discutir e votar, em caráter terminativo, matérias que se refiram ao Direito do Trabalho.

O projeto não apresenta vícios de constitucionalidade nem de legalidade. A iniciativa está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais.

Ocorre, entretanto, que durante a tramitação do projeto ora analisado, foi promulgada a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, que *regulamenta o exercício das atividades dos profissionais de transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.*

Conforme apontou o Senador Eduardo Suplicy, que relatou a matéria na CCJ, em razão das recentes alterações havidas na legislação, o PLS nº 193, de 2003, perdeu a oportunidade naquilo que dispunha sobre equipamentos de segurança e proteção corporal dos motoristas e a proibição de transporte de cargas em artefatos acoplados ao corpo do condutor, porquanto essa matéria ficou regulada pela Lei nº 12.009, de 2009, de maneira mais completa e adequada.

Dessa maneira, restou apenas a questão, não menos importante, da extensão do adicional de periculosidade para aqueles que exercem profissionalmente as atividades de mototaxista, motoboy e moto-frete, como matéria objeto do PLS nº 193, de 2003, ainda pendente de regulação.

A questão, da forma como resolvida pela CCJ – uma emenda substitutiva que regule o pagamento de adicional de periculosidade para essa categoria – é a alternativa que permite a aprovação do projeto.

Necessário ressaltar, que, não obstante a dimensão do problema que atinge essa categoria, a eliminação dos riscos a que se submetem esses trabalhadores relaciona-se com a necessidade de educação, fiscalização e efetivo cumprimento das normas já existentes.

Não se deve encarar, portanto, o pagamento desse adicional como um alibi que nos faça esquecer a absoluta necessidade de capacitar esses profissionais para que possam exercer suas funções de forma responsável e segura.

É necessário, porém, fazer algumas adequações referentes à técnica legislativa, adequando o Projeto aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, razão pela qual apresentamos ao final uma emenda substitutiva que incorpora as alterações realizadas pela CCJ.

III – VOTO

Com essas considerações, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003, na forma do seguinte Substitutivo:

EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2003

Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades de transporte de passageiros e mercadorias e serviços comunitários de rua, regulamentadas pela Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, e dá outras providências.

Art. 1º O *caput* do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 193.** São consideradas atividades perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem permanente contato com inflamáveis e explosivos e as atividades de mototaxista, de motoboy e de moto-frete e o serviço comunitário de rua, regulamentados pela Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009.

.....(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

; Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003 (SUBSTITUTIVO)	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26 / 10 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS	
RELATORIA: <i>Senador Cícero Lucena</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PALM (PT) <i>[Signature]</i>	1- EDUARDO SUPPLY (PT)
ÂNGELA PORFELA (PT)	2- MARTA SUPPLY (PT) <i>[Signature]</i>
HUMBERTO COSTA (PT)	3- VAGO
WELLINGTON DIAS (PT)	4- ANA RITA (PT) <i>[Signature]</i>
VICENTINHO ALVES (PR)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	6- CLÉSIO ANDRADE (PR)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>[Signature]</i>	8- LÍDICE DA MATA (PSB) <i>[Signature]</i>
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB) <i>[Signature]</i>	1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
PAULO DAVIM (PV)	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB) <i>[Signature]</i>	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)
ANA AMÉLIA (PP) <i>[Signature]</i>	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB) <i>[Signature]</i>	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CYRO MIRANDA (PSDB) <i>[Signature]</i>
VAGO	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM) <i>[Signature]</i>	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTR	
MOZARILDO CAVALCANTI <i>[Signature]</i>	1- ARMANDO MONTEIRO <i>[Signature]</i>
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDA Nº 2-CAS (SUBSTITUTIVO) AO PLS Nº 193, DE 2003

OPINIONES		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		AUTOR		NÃO AUTOR		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)																	
PAULO PAIM (PT)		X											X				
ANGELA PORTELA (PT)																	
HUMBERTO COSTA (PT)													X				
WELLINGTON DIAS (PT)																	
VICENTINHO ALVES (PR)													X				
JOÃO DURVAL (PDT)																	
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)													X				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)													X				
Bloco Parlamentar (PMDB; PP; PSC; PMN; PV)													SIM	NÃO			ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)													X				
PAULO DAVIM (PV)																	
ROMERO JUCA (PMDB)													X				
CASILDO MALDANER (PMDB)													X				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)																	
EDUARDO AMORIM (PSC)													X				
ANA AMÉLIA (PE)													X				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB; DEM)													SIM	NÃO			ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)													X				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)																	
VAGO																	
JAYME CAMPOS (DEM)																	
PTB													SIM	NÃO			ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI													X				
JOÃO VICENTE CLAUDINO													X				

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 26 / 10 / 2011.

Obs: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 133, § 8º - RBF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

TEXTO FINAL
EMENDA Nº 2 – CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2003

Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades de transporte de passageiros e mercadorias e serviços comunitários de rua, regulamentadas pela Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, e dá outras providências.

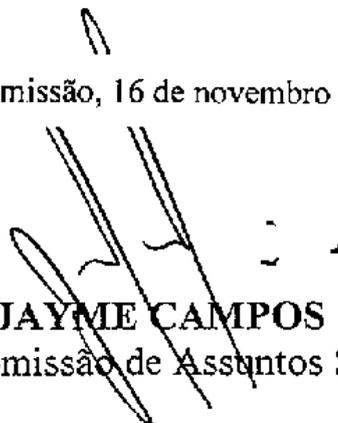
Art. 1º O *caput* do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 193.** São consideradas atividades perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem permanente contato com inflamáveis e explosivos e as atividades de mototaxista, de motoboy e de moto-frete e o serviço comunitário de rua, regulamentados pela Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009.

.....(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2011.



Senador JAYME CAMPOS
 Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

XI - trânsito e transporte;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....

Art. 244. Conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor:

.....

LEI Nº 12.009, DE 29 DE JULHO DE 2009.

Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.

.....

Art. 4º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo XIII-A:

.....

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

~~Art. 166. A ventilação artificial, realizada por meio de ventiladores, exaustores, insufladores e outros recursos, será obrigatória sempre que a ventilação natural não preencher as condições exigidas no artigo anterior.~~

~~Art. 166. Nenhum equipamento de proteção individual poderá ser posto à venda ou utilizado sem que possua certificado de aprovação do respectivo modelo, expedido pela autoridade competente em segurança e higiene do trabalho. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)~~

Art. 166 - A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

~~Art. 167. Se as condições do ambiente se tornarem desfavoráveis por efeito de instalações geradoras de calor, será prescrito o uso de capelas, anteparos, paredes duplas e isolamento térmico e recursos similares.~~

~~Parágrafo único. As instalações geradoras de calor, quando possível, serão instaladas em compartimentos especiais, ficando sempre isoladas 50 centímetros, pelo menos, das paredes próximas.~~

~~Art. 167. Será obrigatório o exame médico dos empregados por ocasião da admissão e renovado periodicamente. Nas localidades onde houver serviço de abnegrafia deverá ser utilizado este recurso, na rotina de exames, ao tempo da admissão e todas as vezes em que o mesmo se fizer necessário, a critério médico. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)~~

~~§ 1º Nas atividades e operações insalubres será obrigatório o exame médico periódico dos empregados, de seis em seis meses. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)~~

~~§ 2º A Previdência Social elaborará, dentro das possibilidades de seus serviços médicos, na realização dos exames previstos neste artigo. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)~~

~~§ 3º Os exames médicos deverão ser orientados no sentido de investigar a capacidade física do empregado para a função que exerça ou venha a exercer. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)~~

Art. 167 - O equipamento de proteção só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

.....

~~Art. 193. Haverá nas máquinas dispositivos de partida que lhe permitam o início de movimentos sem perigo para os trabalhadores.~~

~~Art. 193. Não serão permitidas a fabricação, a venda, a locação e o uso de máquinas e equipamentos que não atendam às disposições deste Capítulo. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)~~

Art. 193 - São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

.....

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OFÍCIO Nº 239/2011 – PRES/CAS

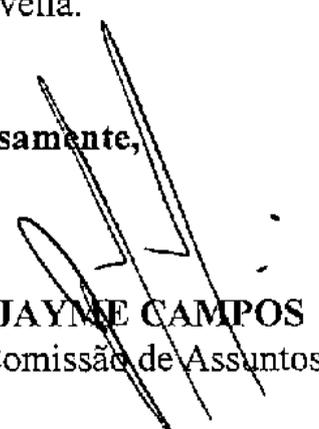
Brasília, 16 de novembro de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo (Emenda nº 2-CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003, que *Acréscenta parágrafo ao artigo 166 e altera a redação dos artigos 167 e 193, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidentes do trabalho, e dá outras providências*, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Respeitosamente,


Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador LEONEL PAVAN

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão, em caráter terminativo, iniciativa do Senador Marcelo Crivella que altera a redação dos artigos 167 e 193, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidente de trabalho e acrescenta inciso ao art. 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Citando relatório preparado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, que aponta a ocorrência de um grande número de acidentes envolvendo motocicletas e veículos similares, fazendo vítimas fatais ou com sérias lesões, o autor argumenta que é necessário tornar a norma que trata dos equipamentos de proteção pessoal do trabalhador mais incisiva e específica para os chamados “moto boys”.

Ainda segundo o autor da proposta, as medidas impostas pela proposição fariam com que ao menos os “moto boys” vinculados a um contrato de emprego formal estivessem mais protegidos, pois, as empresas para as quais trabalham estariam obrigadas a fornecer-lhes motocicletas em

perfeito estado de funcionamento, com todos os equipamentos de segurança previstos no Código de Trânsito, bem como bagageiro compatível com o veículo e carga transportada, além de roupas próprias de proteção corporal.

O projeto prevê a inclusão de parágrafo único ao art. 166 da CLT, para enunciar que esse artigo se aplica aos veículos motorizados, inclusive motocicletas e afins, utilizados para a execução de serviços externos.

Determina também a alteração de redação do art. 167 da CLT, que passaria a conter a determinação que os tipos e modelos de equipamentos e roupas de proteção corporal, inclusive bagageiro e outros acessórios, devem constar das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde, conforme previsão constante no art. 155, inciso I da CLT.

O art. 193 também seria alterado para incluir no conceito legal de atividade perigosa as “atividades em que incorram freqüentes riscos de lesões corporais ou de morte”. Atualmente o texto legal prevê o pagamento de adicional de periculosidade somente para as atividades que impliquem permanente contato com explosivos e/ou inflamáveis.

Finalmente, a proposição acrescenta inciso ao art. 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro para tipificar como infração de trânsito conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor transportando cargas ou mercadorias de terceiros, acondicionadas em mochilas, malotes, caixas ou similares, presas ao corpo do condutor.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Preliminarmente, assinalamos que o projeto não apresenta vícios de constitucionalidade nem de legalidade. A iniciativa, no âmbito do Direito do Trabalho, está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais e foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61 e *caput* do art. 48 da Carta Magna, respectivamente).

Quanto ao mérito, temos que é bem vinda a iniciativa porquanto as alterações que promove possibilitarão um aumento na segurança dos

trabalhadores que atuam no trânsito, o que, em última análise, beneficia a toda a sociedade, vez que contribuirá para a diminuição dos acidentes que ceifam tantas vidas.

Razão assiste ao autor da proposta quando afirma que, em face da gravidade do problema, fazer constar de forma expressa nos artigos 166 e 167 da CLT que as normas relativas aos equipamentos de proteção individual ali contidas se aplicam aos condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores, fará com que as empresas diligenciem no sentido de providenciar os equipamentos necessários à segurança dos empregados, garantindo-lhes condições de trabalho adequadas, quais sejam: veículos em perfeito estado de conservação, equipamentos de segurança previstos no Código de Trânsito e roupas próprias a prevenir escoriações em caso de quedas e colisões.

A nova redação dada ao art. 193 da CLT também está afinada com os objetivos do projeto e tem grande alcance social. O exercício das atividades perigosas, disciplinado pelo art. 193 da CLT, enseja o pagamento de adicionais aos empregados submetidos a rotinas de trabalho em condições ou com métodos que impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos, em condições de risco acentuado.

Salientamos que, em verdade, não há qualquer compensação financeira que possa indenizar a ocorrência de um grave sinistro que venha a debilitar séria e permanentemente o trabalhador.

Importante observar que o ideal seria não haver a necessidade de pagamento de qualquer adicional, pois o trabalho em condições atentatórias à saúde e à segurança dos indivíduos já deveria estar banido das rotinas laborais.

Por outro lado, muito embora não seja nunca o dinheiro capaz de compensar o desgaste da integridade física de uma pessoa, ele pode e deve responder pelos eventuais acréscimos das despesas permanentes com saúde. Deve ser suficiente para proporcionar algum conforto àqueles que trabalharam até o limite do sacrifício. Sob essa ótica é que devem ser encarados os ditos adicionais.

Assim sendo, estender o pagamento de adicional de periculosidade não só aos "moto boys", mas a todos os empregados que estejam expostos a freqüentes riscos à sua integridade física na execução de

seus trabalhos é medida de alcance social e que atenta para a necessidade de respeito à dignidade humana.

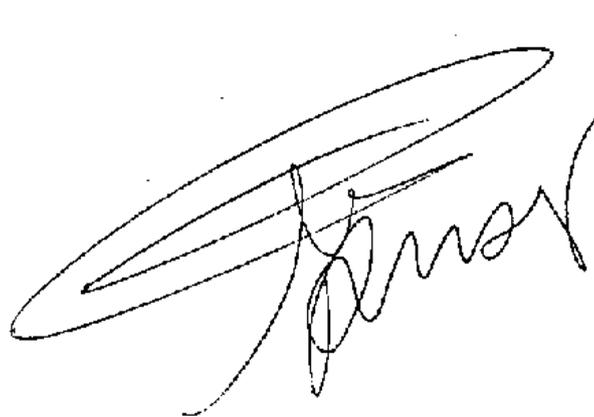
Finalmente, em relação à alteração proposta ao art. 244, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, temos que tipificar como infração o transporte de cargas mal acondicionadas, presas ao corpo do condutor de motocicletas e similares é medida que contribui para maior segurança desses profissionais.

Lembramos que quanto maior for o risco a que estejam expostos esses profissionais no trânsito, maior o risco de toda a população, vez que acidentes de trânsito vitimam não só condutores de motocicletas, mas também, outros motoristas, passageiros e pedestres.

III – VOTO

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: **Senador Eduardo Matarazzo Suplicy**

I – RELATÓRIO

Distribuído para apreciação vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *acrescenta parágrafo ao art. 166 e altera a redação dos arts. 167 a 193, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e proteção individual contra os riscos de acidente de trabalho e acrescenta inciso ao art. 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.*

Foi apresentado como Justificativa do Projeto **“Relatório preparado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo que aponta alarmante estatística dos acidentes fatais ou de que resultam lesões corporais de toda sorte ocorridos nos últimos cinco anos, no trânsito das vias públicas, tanto na Região Metropolitana do Estado como nos municípios do interior, envolvendo motocicletas e veículos similares, destacadamente com os motociclistas conhecidos como “moto-boys”. Foram nada menos que 1.060 mortes e, por incrível que pareça, 116.683 acidentados, o que dá uma média de 200 acidentes fatais por ano, embora sem mortes, mas certamente causadores de lesões corporais de todo tipo ou gravidade.**

Considerando o elevado número de acidentes, entende o autor da proposta que um melhor disciplinamento legal quanto às medidas de proteção à saúde, ao bem estar, à incolumidade física e à proteção dos motociclistas, ainda estão a desejar, embora por disposição constitucional seja dever do empregador a proteção do meio ambiente do trabalho, com adoção de medidas que garantam a proteção e segurança do trabalhador.

Além do fornecimento de adequadas condições de trabalho pelo empregador, objetiva também o PLS em análise a equiparação dos "moto-boys" ao "transportador rodoviário autônomo", para os casos em que não haja relação empregatícia, onde os serviços são executados por profissionais autônomos com veículos próprios e novo enquadramento da atividade perigosa, definida no art. 193 da CLT, para incluir as que importem em freqüentes riscos de lesões corporais ou de morte.

A princípio a matéria em questão foi distribuída tão-somente à Comissão de Assuntos Sociais – CAS. Entretanto, o Requerimento nº 525, de 2005, do Senador Nezinho Alencar, solicitou que, além da CAS, a matéria fosse distribuída previamente à Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, nos termos do art. 255, II, c, item 12, Regimento Interno do Senado Federal – RISF, o que foi aprovado em Plenário no dia 06/07/2005.

Aberto o prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposição em exame.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, de acordo com o disposto no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer

comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.

Nesta esteira, estando o PLS ora analisado em conformidade com os incisos I e XI do art. 22 da CF/88, pois compete privativamente à União **legislar sobre direito do trabalho** e sobre trânsito, entendemos que a matéria não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, posto que atende aos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 48 e art. 61 e *caput*, da CF/88).

Quanto ao mérito, reputamos por louvável a preocupação do autor, que através de sua proposta leva para o texto da CLT entendimento que já vinha sendo aplicado doutrinariamente e jurisprudencialmente para o fornecimento do adicional de periculosidade, evitando o abarrotamento do Judiciário brasileiro com tais pleitos.

Analisando pontualmente o PLS em questão destacamos que a atual redação do art. 166 da CLT dispõe:

“Art. 166 – A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados”.

A primeira alteração na CLT proposta pelo autor da matéria é que se acrescente ao art. 166, acima mencionado, o parágrafo único, estabelecendo que se enquadram nos equipamentos de proteção **“os veículos motorizados, inclusive motocicletas, motonetas e ciclomotores, próprios da empresa ou cedidos pelo empregado, utilizados para a execução de serviços externos no trânsito das vias públicas”**.

Observa-se pelo acima exposto, que o autor preocupa-se com o fornecimento de equipamentos de proteção individual do trabalhador tanto nos

veículos/equipamentos fornecidos pela empresa para o trabalho de "moto-boys" como os cedidos pelo próprio empregado.

Em nenhum momento busca o Projeto obrigar os empregadores a fornecerem veículos motorizados para que os empregados executem serviços externos no trânsito das vias públicas, mas tão-somente equipamentos de segurança, deixando mais clara uma norma implícita que vinha obrigando os trabalhadores a recorrerem ao Judiciário Trabalhista.

A realidade brasileira demonstra que os veículos motorizados muitas vezes pertencem aos trabalhadores que são indenizados pelo uso de seu equipamento, sem que haja uma preocupação maior do empregador a fornecer equipamentos de proteção aos trabalhadores quando da utilização de seus próprios veículos.

O § 2º do art. 458 da CLT dispõe que **vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço, são considerados utilidades** que não têm natureza salarial quando concedidas pelo empregador, ou seja, devem ser fornecidas gratuitamente. O PLS em análise explicita que os uniformes, os capacete, os bonés, as ferramentas, os impermeáveis, as fardas, muitos dos quais são exigidos pelo Ministério do Trabalho para tutelar a integridade física do empregado, também são considerados **utilidades** e, portanto, deverão ser fornecidas pelo empregador gratuitamente, como meio necessário ou conveniente para uma melhor execução dos serviços.

Assim sendo, a aprovação desse dispositivo contribuirá para que as empresas aumentem a diligência no fornecimento de equipamentos de segurança previstos no Código de Trânsito e roupas próprias a prevenir escoriações em caso de acidentes.

Nesse sentido, a CLT no Capítulo V, que trata **DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**, observamos, em seu art. 157, que cabe às empresas: I – cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho; II – instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais, dentre outros, constituindo, inclusive, ato faltoso do empregado a recusa injustificada: a) à

observância das instruções expedidas pelo empregador; b) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidas pela empresa (art. 158, parágrafo único da CLT).

Um dos objetivos da República Federativa do Brasil consiste em promover o bem de todos (art. 3º, IV da Constituição vigente), garantindo-se no art. 6º no Capítulo dos Direitos Sociais, o direito à saúde à todos, o qual corresponde a um dever do Estado. Sendo assim, a saúde é um direito subjetivo público, que se exige do Estado. Quando o empregado é admitido pelo empregador, leva consigo uma série de bens jurídicos (vida, saúde, capacidade de trabalho), que deverão ser protegidos por este último.

Diversas foram as convenções internacionais assinadas pelo Brasil, dentre as quais a Convenção nº 148 da OIT, já ratificada, que **dispõe sobre meio ambiente de trabalho e se aplica a todas as categorias e também** da Convenção nº 155 **sobre segurança, saúde dos trabalhadores e meio ambiente, ratificada pelo Brasil em 1992, que estabelece a competência do Estado na elaboração e execução de políticas nacionais de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho.**

Sendo assim, nada mais justo que conceder o adicional de periculosidade àqueles que trabalhem em atividades que incorram freqüentes riscos de lesões corporais ou de morte. Esse adicional é de 30% sobre o salário contratual, **sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios e participação nos lucros.** Nesse sentido é a Sumula nº 364 do Tribunal Superior do Trabalho dispõe:

Súmula Nº 364 do TST

Adicional de periculosidade. Exposição eventual, permanente e intermitente. (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 5, 258 e 280 da SDI-1) - Res. 129/2005 - DJ 20.04.05

1 - Faz jus ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente

III – VOTO

Diante do acima exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Sala da Comissão,

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 238 e 239, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunicam a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2011; e do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios

OFÍCIO Nº 238/2011 – PRES/CAS

Brasília, 16 de novembro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2011, que “Revoga a alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de excluir a embriaguez habitual ou em serviço como causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador”, de autoria do Deputado Roberto Magalhães.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**,
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

OFÍCIO Nº 239/2011 – PRES/CAS

Brasília, 16 de novembro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo (Emenda nº 2-CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003, que “Acréscita parágrafo ao artigo 166 e altera a redação dos artigos 167 e 193, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidentes do trabalho, e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**,
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência aos **Ofícios nºs 238 e 239, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

- **nº 501, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2010 (nº 2.414/2007, na Casa de origem, do Deputado Aelton Freitas), que denomina Rodovia Francisco Domingos Ribeiro o trecho da BR-265 entre as cidades de Bom Jesus da Penha e Jacuí, no Estado de Minas Gerais, sancionado e transformado na Lei nº 12.515, de 2011;
 - **nº 502, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2010 (nº 4.089/2008, na Casa de origem, do Deputado Roberto Santiago), que denomina Viaduto Centenário da Imigração Japonesa o viaduto localizado no Km 43/44 da BR-381, Rodovia Fernão Dias, no Município de Atibaia, Estado de São Paulo, sancionado e transformado na Lei nº 12.516, de 2011;
 - **nº 503, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 292, de 2009 (nº 2.415/2007, na Casa de origem, do Deputado Aelton Freitas), que denomina “Rodovia Deputado Jaime Martins do Espírito Santo” o trecho da BR-494 entre a cidade de Oliveira e o entroncamento com a BR-262, no Estado de Minas Gerais, sancionado e transformado na Lei nº 12.517, de 2011;
 - **nº 505, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003, da Senadora Serys Slhessarenko, que institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, sancionado e transformado na Lei nº 12.519, de 2011;
 - **nº 507, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2007 (nº 3.815/2004, na Casa de origem, do Deputado Cezar Schirmer), que denomina Rodovia Luiz Alves Rolim Sobrinho e Rodovia Senador Tarso Dutra os trechos urbanos da BR-287 que passam pela cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, sancionado e transformado na Lei nº 12.520, de 2011;
 - **nº 508, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 11, de 2011-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 135.786.558,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.521, de 2011;
 - **nº 509, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 16, de 2011-CN, que altera a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, sancionado e transformado na Lei nº 12.522, de 2011;
 - **nº 510, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 20, de 2011-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 593.754.077,00 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2011, sancionado e transformado na Lei nº 12.523, de 2011;
 - **nº 511, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 21, de 2011-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R\$ 10.930.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.524, de 2011;
 - **nº 512, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 22, de 2011-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 8.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.525, de 2011; e
 - **nº 513, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 25, de 2011-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 20.843.096,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.526, de 2011.
- Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência designa o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Mário Couto, como titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, em substituição ao Senador Alvaro Dias, como suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 549, de 2011**, que *reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP – Importação e da COFINS – Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona*, conforme o Ofício nº 195, de 2011, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 195/11-GLPSDB

Brasília, 21 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão Mista para análise da Medida Provisória nº 549 de 2011:

TITULAR	SUPLENTE
Senador Álvaro Dias	Senador Aloysio Nunes Ferreira

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Mário Couto, como titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, em substituição ao Senador Alvaro Dias, como suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 550, de 2011**, que altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a micro-empresendedores, e dá outras providências, conforme o Ofício nº 196, de 2011, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 196/11-GLPSDB

Brasília, 21 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão Mista para análise da Medida Provisória nº 550 de 2011:

TITULAR	SUPLENTE
Senador Álvaro Dias	Senador Aloysio Nunes Ferreira

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Aviso nº 857, de 17 de novembro de 2011**, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 834, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O requerimento vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Presidente Paulo Paim.

Queria, primeiro, cumprimentá-lo pela cerimônia, que acabou de ser encerrada, Zumbi dos Palmares. Foi uma cerimônia tocante, mostrando realmente que V. Ex^a tem razão: os princípios de liberdade e igualdade devem prevalecer para que este País de concórdia continue se desenvolvendo com esse entendimento de todos os brasileiros.

Queria também, Senador Paim, aproveitar o pela ordem e pedir a V. Ex^a que me inscreva para falar. Eu já estou inscrita, mas, se for possível, porque tenho uma audiência com a Ministra Idelli Salvati para tratar de um tema no qual V. Ex^a também tem interesse, que é a Santa Casa de Porto Alegre. Quero, então, dependendo dos inscritos, ser inscrita pela Liderança do PP.

Peço-lhe licença também, Sr. Presidente, para fazer este registro.

Terminaram, na última sexta-feira, as atividades do Projeto Jovem Senador, reunindo 27 estudantes entre 16 e 19 anos de todo o País. Foi um momento de muita confraternização, de convivência com esses estudantes. Além das premiações pelas redações finalistas do 4º Concurso de Redação do Senado, os alunos das escolas públicas tiveram uma experiência inédita de trabalhar por três dias como parlamentares, vivenciando o dia a dia desta Casa e convivendo com os Senadores.

Queria, por fim, parabenizar intensamente e sinceramente os finalistas e a todos os que participaram dessa iniciativa promovida pelo Senado Federal, cumprimentando em especial o Presidente José Sarney e as nossas gauchinhas, a estudante Carolina Barreto Pereira, da Escola Estadual Cônego Luiz Walter Hanquet, de Camaquã, finalista no nosso Estado Rio Grande do Sul, na edição deste ano de 2011. Carolina escreveu a sua redação baseada na afirmação: O Brasil que a gente quer é reflexo das nossas escolhas. Um belo título, aliás.

Registro também a presença na semana passada, em Brasília, de outra estudante gaúcha, do Rio Grande do Sul, nossa Fernanda Rodrigues, da Escola Estadual de Educação Básica Vidal de Negreiros, de Estrela, que recebeu a premiação de ter sido a grande

vencedora da edição anterior do Concurso de Redação do Senado 2010.

É motivo de satisfação ver o entusiasmo desses jovens pela prática escrita, pela comunicação, pelo interesse na política e na construção da cidadania.

Penso que V. Ex^a, como o Senador Pedro Simon, também endossam esse registro de cumprimento as nossas duas estudantes, de Camaquã e do Município de Estrela.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendida na forma regimental, Senadora Ana Amélia.

V. Ex^a está inscrita como Líder do PP.

Passamos a palavra, por permuta com o Senador Cristovam, ao Senador Mozarildo Cavalcanti e, em seguida, para a Senadora Ana Amélia, como Líder do PP.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a dispõe do tempo regimental de 20 minutos, com a devida tolerância desta Presidência.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, tenho falado recentemente sobre um tema que me constrange, por um lado, e que, por outro lado, estimula-me a insistir na questão.

Sou roraimense e filho de um cearense que foi para o meu Estado quando, na verdade, ele ainda era Município do Amazonas. Meus avós maternos foram para lá na década de 30, quando ainda era Município do Amazonas. Nasci lá, de lá saí para estudar e para lá voltei. Trabalhei, por quatorze anos, como profissional médico. Depois, decidi entrar na política, justamente porque eu via, no modelo de território federal, um modelo injusto com as pessoas que moravam no então território. Ali nasci quando já era território federal.

Fui Deputado, primeiramente, em 1982; depois, em 1986, fui Deputado Constituinte. Trabalhei intensamente, Senador Paim, para que houvesse a emancipação, a libertação – posso dizer este termo – do meu povo desse jugo. Na verdade, o território era comandado por governadores que para lá eram mandados, mas muitos nem queriam ir para lá, muitos iam para lá, inicialmente, por acordo político e, depois, durante o regime militar, por questão estratégica, na visão deles. O certo é que os governadores iam para lá sem nunca ter vivido um dia lá. Um deles, inclusive, deu uma entrevista folclórica, ao ser nomeado governador.

Quando o repórter lhe perguntou se conhecia Roraima, ele disse: “Eu me lembro vagamente. Mas me lembro que passei por lá, de avião, quando fui à Venezuela”. Ele disse que tinha passado por lá.

Então, lutamos para, realmente, alcançar a condição de Estado, para o povo eleger seus governadores de maneira livre, para os deputados estaduais representarem os interesses em nível estadual. Quando era território, havia apenas quatro deputados federais, mas passou a haver o mínimo constitucional previsto de oito deputados. Passamos a ter representação no Senado, embora sendo o menor Estado. E estamos lutando até hoje, Senador Paim!

O Estado se instalou em 1991, com a posse do primeiro governador eleito. Portanto, passados vinte anos de instalação definitiva como Estado legalmente constituído, estamos lutando ainda para, de fato, haver uma autodeterminação para as pessoas que vivem lá, sejam as que nasceram lá, sejam as que foram para lá, sejam as que vão para lá. Aliás, Senador Paulo Paim e Senadora Ana Amélia, muitas pessoas dos Estados de V. Ex^{as} foram muito bem recebidas e produziram muito ali. Inclusive, alguns deles foram desterrados da famosa reserva indígena Raposa Serra do Sol, juntamente com as quatrocentas famílias que lá estavam há muito tempo.

Infelizmente, por esses caminhos que, às vezes, o destino traça, tem havido altos e baixos na nossa caminhada rumo à plena liberdade, à plena emancipação do jugo de certos interesses que manipulam a vontade do povo.

Hoje, li no jornal do meu Estado, **Folha de Boa Vista**, uma matéria que é deprimente:

Delegacias estão abandonadas, diz [o Presidente do] Sindpol.

O Sindicato dos Policiais Civis de Roraima denunciou que as delegacias estão abandonadas. Conforme a entidade, não há profissionais suficientes para atender a demanda de ocorrências, deixando a população desassistida. Em duas semanas, será lançada a campanha ‘Cumpra-se a lei’, orientando agentes e escrivães para que se limitem a cumprir apenas as suas atividades. O presidente [...] afirmou [ainda] que existe uma portaria editada pela Polícia Civil que reduz o efetivo de agentes nas delegacias.

Aí segue uma longa matéria que peço que conste na íntegra nos **Anais** da Casa.

Mas isso ocorre na área da segurança. Pior está a situação na educação, com escolas caindo aos pedaços, com maracutaia de todo jeito, seja com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), seja com a merenda escolar, seja com o transporte escolar.

Da saúde nem se fala! Na saúde, nem há mais caos, mas um verdadeiro desastre, uma roubalheira sem fim, comprovada por uma operação feita pelo Ministério Público Estadual, pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, em que se constatou o roubo de R\$30 milhões na aquisição de medicamentos e de outros materiais hospitalares.

Esse caos que estamos vivendo, Senador Paim, começamos a vivê-lo em dezembro de 2007, quando o vice-governador que foi eleito junto com o Governador Ottomar Pinto assumiu o governo pelo falecimento do titular. Desde lá, esse cidadão outra coisa não tem feito a não ser dilapidar, roubar os recursos públicos. É um homem desequilibrado emocionalmente, que ocupa as rádios e televisões pertencentes ao seu grupo político. Aliás, ele adquiriu, e estou pedindo informações ao Ministério das Comunicações, uma estação de televisão que pertencia ao ex-governador. Essa estação foi comprada de maneira meio nebulosa e está em nome de laranjas. Precisamos, realmente, esclarecer isso.

Ele vai à televisão e à rádio e, mostrando nítido desequilíbrio emocional, usa palavras de baixo calão, ofende, de maneira grosseira, os deputados estaduais, os deputados federais, a mim, porque fazemos oposição a ele desde quando ele realmente, ao assumir o Governo pelo falecimento do Brigadeiro Ottomar, desviou o rumo de tudo que tinha sido pactuado, durante a campanha política, com os que o apoiaram, com os que apoiaram o Governador Ottomar e com o povo. Ele passou a priorizar, realmente, o seu próprio enriquecimento.

Consta que ele está construindo uma mansão, consta que ele já adquiriu várias fazendas, também consta que comprou para sua ex-mulher uma rede de postos de gasolina em Fortaleza, onde ela mora. Durante o período em que ele tem governado e, principalmente, durante a campanha, ele usou aviões do governo para fazer campanha política, para, misteriosamente, ir 69 vezes a uma localidade de Mato Grosso chamada Juara e para ir 28 vezes a outra localidade do Amazonas chamada Moura, para manipular, tudo leva a crer, títulos falsos de terra e para titular as terras

que o Governo Federal, depois de longa luta, passou para o Estado. Ele as está intitulado em nome de um grupelho e perseguindo aqueles que fazem oposição.

Mas surge uma luz no fim do túnel.

Esse governador corrompeu a eleição de maneira muito escandalosa, por sinal. Corromper e roubar já é escandaloso por natureza, mas há aqueles que têm, pelo menos, um pouco de escrúpulos ao cometer certos delitos. Ele não! Tanto é que todo o tipo de delito foi filmado, fotografado e documentado durante a eleição. Só para ilustrar, sempre repito, durante o primeiro turno das eleições no Brasil, em 2010, a Polícia Federal apreendeu em todo o Brasil R\$4 milhões, e, só em Roraima, que é o menor colégio eleitoral, o Estado que tem menos eleitores, foram apreendidos R\$2,5 milhões. Então, vê-se qual foi nível da corrupção.

Fora isso, ele abusou de todas as formas, coagindo funcionários, comprando empresários. O Governo tem uma rádio, e ele a usou para fazer campanha permanentemente. Ele perdeu a eleição no primeiro turno por uma margem considerável de votos e a ganhou no segundo turno por uma margem de mil votos apenas, roubando de maneira escancarada e usando a rádio do Governo para fazer campanha positiva, a favor dele, e negativa, em desfavor do candidato adversário.

Ele assumiu esse mandato indevido em janeiro de 2011 e, já em fevereiro de 2011, foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Ele entrou com recursos sucessivos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que concedeu o direito de ele recorrer ao TRE permanecendo no cargo. Ele recorreu, e o TRE manteve a cassação. Ele recorreu para cá, está aqui na mão do Ministro Versiani. Ele, obviamente, fez uma série de procrastinações, mudando de advogado, entrando com novos advogados. Por fim, quando a Procuradoria-Geral Eleitoral deu o parecer pela cassação, no dia 13 de setembro, o Vice-Governador entrou com um pedido de vista, como se o Vice-Governador não estivesse acompanhando o processo desde o início do período eleitoral, porque, na verdade, a ação foi protocolada contra ele em setembro de 2010, durante a eleição.

O Tribunal Superior Eleitoral garantiu ao Governador todos os direitos que a lei assegura de ampla defesa. Sempre repito para as pessoas que se agniam com a demora da Justiça que existe um princípio que, na verdade, serve para proteger os bons, que é o da ampla defesa. Todo mundo tem direito a recorrer usando todos os artifícios que puder, com testemunhas, com documentos, trocando de advogado etc. Mas, infelizmente, esse mesmo instrumento que serve para proteger os bons também protege os maus, porque,

segundo a lei, ninguém é culpado até que o processo tenha sido julgado e transitado em julgado.

Finalmente, foi marcado para o dia 29, na próxima terça-feira, o julgamento do Governador, que se caracteriza por uma incontinência verbal permanente, por uma verbosidade um pouco esquizofrênica, porque ele fala mal de todo mundo de maneira depreciativa, sem combater as ideias, sem combater o que se fala a respeito dele. Ele combate querendo desqualificar as pessoas que o combatem. É uma tática elementar de quem não tem realmente razão no que quer defender, nem tem equilíbrio emocional para exercer um cargo como o de governador do Estado.

Confio plenamente que, na próxima terça-feira, haverá o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral. Ele se gaba e diz para todo mundo, devido a ser um boquiroto, que está tudo sob controle, que ele tem o melhor advogado de Brasília, um ex-Ministro do TSE, que é o Ministro Fernando Neves, que respeito muito e que é muito competente. E tem um irmão que é Ministro substituto do TSE. Ele se gaba de que está tudo sob controle, insinuando até que, portanto, também outros Ministros do TSE estariam sob controle. Não sei que controle é esse.

O certo é que confio plenamente na Justiça. É bem verdade que é recente, Senador Ferraço, o fato de algum Governador ou de algum Senador ser cassado. Mas, recentemente, temos assistido a isso. E tenho a certeza de que esse Governador será cassado no dia 29 deste mês, depois de quase um ano de idas e vindas com o processo, o que faz com que as pessoas desacreditem a Justiça, o que é lamentável. A culpa não é da Justiça. A culpa é da legislação, que, repito, permite que as pessoas se defendam, embora exista também aí a defesa de má-fé, a defesa feita com a intenção de apenas empurrar com a barriga, de procrastinar o julgamento final.

Mas esse julgamento final está chegando. O parecer da Procuradora eleitoral, depois de examinar a primeira cassação e o julgamento dos embargos, é muito claro no que tange à prática do delito feito pelo Governador, e não há por que fugir.

Senador Ferraço, essa é a primeira das ações que foram julgadas. Há uma dezena de outras ações contra esse Governador envolvendo roubo de dinheiro ou uso do dinheiro. Aqui, foi uso da máquina pública, mas ele também corrompeu. Existem gravações em que a esposa dele, a primeira-dama, aparece oferecendo dinheiro para pessoas. Não é possível que os cidadãos e cidadãs de bem, os homens e as mulheres de bem do meu Estado, principalmente a juventude, vão ficar

desencantados, sem acreditar que vale a pena votar de maneira séria.

Em julho de 2008, quando fui alertá-lo de que eu estava discordando do rumo que ele estava dando ao Governo depois que assumiu – ele ganhou, digamos assim, de mão beijada um Governo para o qual não teve voto –, ele me disse claramente que, no meu Estado, em Roraima, ganhava eleição quem tinha poder e dinheiro. Em julho de 2008, ele dizia que já tinha R\$50 milhões para a eleição e que, portanto, tinha o poder – ele era Governador – de demitir, nomear, coagir, comprar, não comprar, pagar, não pagar.

Enfim, o nosso Estado está aí, caindo aos pedaços, como diz o artigo do Presidente do Sindicato dos Policiais Civis, na segurança, na saúde, na educação, nas rodovias.

Nesta semana, vou voltar a abordar esse tema aqui, que é escandaloso no meu Estado. Vou falar da questão da produção, da questão do antigo Vale Solidário – consta, por superficial análise, que deve ter havido um desvio fantástico de recursos desse programa, e ele instituiu outro para tentar tapar o sol com a peneira.

Mas quero repetir: confio na Justiça e tenho a certeza de que será punido esse Governador, que não tem preparo para exercer o cargo; que não tem condições morais para ser Governador, porque praticou atos de corrupção e atos de conduta ilícita; que não tem compromisso com o nosso Estado. É um homem que “está passando uma chuva” lá, diferentemente daqueles que vão para lá para morar, para viver e para colaborar com o desenvolvimento do Estado, como ocorreu com meu pai, com meus avós maternos e com milhares de pessoas que vão para lá de todos os Estados do Brasil – falei do Rio Grande do Sul, do Senador Paulo Paim, mas são de todos os pontos do País –, notadamente do Nordeste.

Quero, portanto, Senador Paulo Paim, encerrar meu pronunciamento, pedindo a V. Ex^a que autorize a transcrição, como parte integrante do meu discurso, da matéria do jornal **Folha de Boa Vista** que fala hoje sobre o julgamento do atual Governador no dia 29, da matéria do Presidente do Sindicato dos Policiais Civis e também do resumo cronológico da grande novela da cassação desse Governador, que, espero, termine no dia 29.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Julgamento de Anchieta será no dia 29, diz advogada de Neudo

ÉLISSAN PAULA RODRIGUES

A advogada Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro, que defende os interesses do ex-governador Neudo Campos (PP), informou à Folha que o julgamento do Recurso Ordinário 169677, pelo pleno do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), será na terça-feira, 29, e não no dia 22, como chegou a ser divulgado ontem pela Folha.

Segundo ela, apenas ontem, 18, o pedido de pauta foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico, quando é necessário o mínimo de 48 horas para que a ação seja incluída em votação. O processo trata da cassação do governador Anchieta Júnior (PSDB), ocorrida em fevereiro passado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima.

Ela explicou ser improvável que o processo seja retirado de pauta neste dia para posterior apreciação, frisando que a pauta foi marcada pelo próprio relator da ação, ministro Arnaldo Versiani. "Sempre é possível acontecer, mas altamente improvável porque a data foi marcada pelo relator", salientou.

Um fato que demonstra a intenção do TSE em julgar o processo nesta data, segundo ela, é o fato de os advogados já terem começado a pedir audiências com todos os ministros. "Os advogados das partes já marcaram audiências com todos os ministros para entregar memoriais, conversar e explicar o processo", informou. O chamado memorial é uma espécie de resumo do caso feito pelos advogados com informações complementares e que pode conter mídias com imagens e áudios.

Questionada sobre um possível pedido de vistas do processo por um dos ministros, Maria Cláudia informou que sempre é possível, mas que não trabalha com essa hipótese. "Se acontecer de interromper o julgamento, retoma com a apresentação do voto vistas", explicou. Caso isso ocorra, não há um prazo limite para que o ministro devolva o processo e apresente seu voto.

"Se houver, não acredito que retorne este ano, porque o Tribunal entra em recesso no dia 15 de dezembro, e o processo tem pelo menos sete volumes. Mas nossa estimativa é de que a decisão sai ainda no dia 29", frisou.

Resumo processo contra José de Anchieta Junior

Procs. Nº RP 169677, MS 28686 e RO 169677

Representação impetrada por Neudo Campos e Marília Pinto contra Anchieta e Chico Rodrigues por abuso do poder econômico e político e uso indevido dos meios de comunicação.

Foi protocolada no TRE , 22-09-2010

Julgada precedente, o TRE-RR decidiu pela cassação do Governador Anchieta, em 11-02-2011.

José de Anchieta, impetrou Mandado de Segurança contra ato do TRE_RR, em face da cassação por conduta vedada, naquele colegiado. Neudo campos requereu participação como litisconsorte passivo.

protocolado no TSE, em 14-02-2011, no mesmo dia foi concedida a liminar.

Foram opostos embargos de declaração, em 18-02-2011, os quais foram rejeitados pelo TRE, pois não havia omissão ou contradição, apenas inconformismo dos embargantes.

Julgamento ocorrido, em 21-06-2011.

O governador e o vice apresentaram Recurso Ordinário 169677, protocolado em 20-07-2011, foi encaminhado a PGE, em 25-07-2011.

O MP opina pela improcedência da alegação de nulidade do aresto regional, com a manifesta responsabilidade do Governador, por propaganda negativa, contra Neudo Campos, e ao final pela improcedência do Recurso Ordinário, em 13-09-2011.

O processo foi encaminhado ao Gabinete do Relator, em 14-09-2011

Foi solicitada vista para o Vice governador, Francisco Rodrigues, em 21-09-2011

O processo foi retirado pelo advogado do recorrente, Francisco Rodrigues, em 29-09-2011.

Foi designada audiência dos representantes de José de Anchieta, Francisco Rodrigues e Neudo campos com a Ministra Nancy Andrighi, no dia 22-11, às 18:30h.

Delegacias estão abandonadas, diz Sindpol

ANDREZZA TRAJANO

O Sindicato dos Policiais Civis de Roraima (Sindpol) denunciou que as delegacias estão abandonadas. Conforme a entidade, não há profissionais suficientes para atender a demanda de ocorrências, deixando a população desassistida. Em duas semanas será lançada a campanha "Cumpra-se a lei", orientando agentes e escrivães para que se limitem a cumprir apenas as suas atividades.

O presidente do Sindpol, José Nilton Pereira, afirmou que existe uma portaria editada pela Polícia Civil que reduz o efetivo de agentes nas delegacias. Segundo ele, estão sendo feitas remoções tanto na Capital quanto no interior, onde algumas unidades chegam a ficar com metade do efetivo que dispunha anteriormente.

Pereira afirmou que o problema "é de gestão administrativa". Os agentes de polícia estão sendo retirados da atividade fim e sendo encaminhados para a atividade méio, fazendo serviços administrativos. "Quando a Polícia Civil adquiriu autonomia administrativa e financeira no início do ano, não se ateuve aos reflexos que isso traria, como a falta de pessoal para fazer a 'máquina' funcionar. Tem agente de polícia fazendo serviços burocráticos, como de recursos humanos, tomando a instituição vulnerável!", declarou.

No sábado passado, 12, segundo ele, havia apenas um agente de plantão no recém-inaugurado 5º Distrito Policial, localizado no Distrito Industrial, que atende a 11 bairros. "O agente tava mais para vigia do prédio", ironizou.

A saída momentânea encontrada pelas autoridades tem sido sobrecarregar os policiais. Para exemplificar a questão, o sindicalista apresentou à Folha um memorando encaminhado pelo diretor do Dopes, Juseilton Costa e Silva, ao delegado titular da Delegacia-Geral de Homicídios, Juraci Ribeiro da Rocha, no dia 16, onde Silva "determina, até contra-ordem, que os agentes plantonistas dessa especializada [Delegacia de Homicídios] atendam, também, ao plantão permanente do 5º Distrito Policial, até a efetiva relocação de servidores", diz textualmente o documento.

Ocorre que a estrutura da Delegacia de Homicídios está funcionando no prédio do 5º DP e os agentes de polícia que atuam lá também devem realizar as atividades internas pertinentes ao distrito, por falta de servidores. "Estão sobrecarregando os policiais que já estão sobrecarregados, que já trabalham insatisfeitos com a falta de tratamento isonômico por parte da cúpula da Polícia Civil, que ainda quer reduzir nossa remuneração", frisou.

CAMPANHA - Em duas semanas o Sindpol vai lançar a campanha "Cumpra-se a lei", para "conscientizar agentes e escrivães a cumprirem a risca o que determina a discricionariedade de seus cargos". "Existem procedimentos que são de competência exclusiva dos delegados, como oitivas, e muitas vezes são os escrivães que fazem. Até exame pericial eles chegam a solicitar, porque os delegados muitas vezes estão em casa, ao invés de estarem no plantão", polemizou José Nilton Pereira.

Ele afirmou que vai buscar apoio da Ordem dos Advogados do Brasil em Roraima (OAB), solicitando aos advogados que não aceitem que seus clientes sejam ouvidos por escrivães, apenas pelos delegados.

A problemática descrita pelo sindicato é corroborada pelo internauta Paulo Pereira, que enviou e-mail para a Folha reclamando do atendimento da Polícia Civil, considerado por ele como insatisfatório.

"Mais uma vez a população será prejudicada, pois o atendimento que já é deficiente, devido à baixa quantidade de servidores, ficará muito pior nas delegacias da cidade, pois os gestores da Polícia Civil estão promovendo várias mudanças, dentre as quais reduzindo o efetivo de delegacias que já estão defasadas", relatou.

Delegada-geral argumenta que houve 'otimização de recursos' na polícia

Delegado-geral da Polícia Civil, Fernando Olegário: "Não é necessário novo concurso"

O delegado-geral da Polícia Civil, Fernando Olegário, negou que os policiais civis estejam em desvio de função e que as delegacias estejam abandonadas. Ao contrário, assegura que em sua gestão "houve na verdade uma otimização dos recursos humanos, inclusive com a contratação de servidores terceirizados para a execução de serviços administrativos".

Ele explicou que dividiu as delegacias por grupo de operacionalidades, para evitar que unidades que tenham maior demanda fiquem com menor número de profissionais. "Com esse remanejamento também acabamos com os 'moitas', que são os policiais que escolhiam delegacias que não tinha muito serviço e ficavam lá encostados, prejudicando o atendimento que é prestado à população", disse.

A relocação dos servidores, conforme Olegário, reforçará as delegacias com maior demanda na Capital e nos municípios de Mucajal, Normandia, Caracará e São João da Baliza, onde estatisticamente ficou comprovado aumento de criminalidade.

O delegado-geral disse não ser necessário realizar concurso público para a contratação de mais policiais, porque quando os agentes carcerários que estão cedidos para a Secretaria de Justiça e Cidadania retornarem para a estrutura da Polícia Civil, a carência de efetivo será suprida. O único certame foi realizado em 2004.

Os agentes carcerários serão lotados nas delegacias e assumirão as atividades de registro de ocorrência policial nos plantões, farão o recebimento de presos e custódia temporária nas celas de contenção, enquanto o procedimento policial é instaurado. Também vão levar os detentos para exame de corpo de delito no Instituto de Medicina Legal e, em seguida, os conduzirão até o presídio.

Com isso, segundo ele, os agentes de polícia terão condições de fazer mais investigações, justamente sua atividade fim. "Quem está reclamando é porque não era acostumado a trabalhar", frisou o delegado-geral Fernando Olegário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Passamos, de imediato, a palavra à Senadora Ana Amélia, que falará no horário da Liderança do PP.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente, Senador Paulo Paim, Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, neste momento, o Congresso Nacional está discutindo a distribuição dos **royalties** do petróleo e também uma matéria da maior relevância que teve um capítulo muito importante, hoje pela manhã, na Comissão de Meio Ambiente, que é o debate sobre a moldura do que podemos chamar marco regulatório para a legislação ambiental brasileira, mais conhecida como Código Florestal. Na verdade, é uma lei não só para os agricultores, mas para o País, para as cidades, para a área de fronteira, para os nossos limites marítimos e também para a área fluvial.

Enquanto acontecem esses dois debates importantíssimos em relação à questão ambiental e em relação aos **royalties** do petróleo, o vazamento ocorrido na Bacia de Campos nos alerta para o fato relevante de que estamos debatendo a repartição dos resultados sem que o País esteja preparado para enfrentar os riscos à segurança ambiental que a exploração de recursos naturais impõe.

Precisamos estar atentos, pois a expectativa de aumento de receita com a exploração do pré-sal e o aumento da produção de petróleo virão acompanhados do aumento da probabilidade de ocorrência de acidentes ambientais, como o que aconteceu na Bacia de Campos. E o mais inacreditável, a mesma empresa também foi responsável pelo vazamento que aconteceu no Golfo do México, fato que ganhou repercussão internacional, o mesmo acontecendo agora, em nosso litoral brasileiro.

Quanto maior for a atividade extrativista na costa brasileira, maiores serão os riscos ao ecossistema. O acidente que aconteceu no Campo do Frade, sob a responsabilidade da empresa americana Chevron, demonstra que ainda há muito a avançar na legislação ambiental brasileira, a exemplo do que estamos fazendo, como disse, com o Código Florestal.

A Lei nº 9.996, por exemplo, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em áreas sob jurisdição nacional, prevê, desde que foi sancionada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso em 28 de abril de 2000, a consolidação do Plano Nacional de Contingência pelos órgãos ambientais competentes. No entanto, já

se passaram doze anos, e o Plano Nacional de Contingência ainda não foi elaborado, Senador Ricardo Ferraço. Ou seja, as autoridades brasileiras e as empresas exploradoras de petróleo não têm um plano de emergência para conter tais vazamentos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, a ausência de regras e procedimentos bem definidos para o caso de emergências ambientais como essa dificulta a responsabilização dos agentes e expõe a insegurança da exploração de petróleo no mar territorial brasileiro. As poucas notícias de que dispomos sobre o acontecimento dão conta de que a Chevron, empresa autorizada a explorar o petróleo no Campo do Frade, só percebeu o vazamento depois que foi avisada pela Petrobras, que ainda teve de fornecer equipamentos e funcionários para que o vazamento fosse avaliado e para que as primeiras providências fossem tomadas.

Desde então, a solução que vem sendo adotada pela empresa americana é ineficaz, de acordo com a opinião de ambientalistas. A Chevron combate o vazamento com o lançamento de areia, para que o óleo desça ao fundo do oceano. Isso não é suficiente. O óleo precisa ser retirado do mar e transportado para locais onde possa ter a destinação correta. O petróleo não pode permanecer no oceano, destruindo a fauna e a flora marítimas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, diante desse cenário de completo despreparo, demonstrado tanto pela empresa exploradora quanto pelas autoridades brasileiras, é evidente a falta de transparência nas informações, logo agora que aprovamos uma lei de acesso à informação pública. E isso é de interesse público.

Os brasileiros assistem aos acontecimentos pelo noticiário sem noção das verdadeiras proporções desse gravíssimo acidente. As informações sobre a extensão do vazamento vão de 12 a 160 quilômetros quadrados. Quantos barris vazaram? De acordo com a empresa, foram 450 barris, mas estima-se que pode ter chegado a 15 mil barris. O vazamento foi estancado ou o petróleo continua a jorrar sem controle? A Chevron afirma que já conteve o vazamento, mas o Secretário do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, o ex-Ministro Carlos Minc, diz ter visto sinais que indicam que o problema continuar a se agravar.

Por que ocorreu esse vazamento? Foi uma falha técnica? Algo que poderia ter sido evitado ou uma simples fatalidade?

São muitas perguntas que ainda não têm resposta, e a escassez de informações levanta muitas suspeitas sobre a atuação da empresa Chevron na costa brasileira.

Há também suspeitas de que essa empresa estivesse perfurando além dos limites permitidos pela Agência Nacional do Petróleo em busca do óleo que está na região do pré-sal.

E, durante o fim de semana, surgiram denúncias de que a empresa utilizaria funcionários estrangeiros sem autorização legal para trabalhar.

Precisamos aprender com os equívocos que levaram a esse acidente ambiental, gravíssimo por sinal. Precisamos discutir os papéis dos envolvidos no processo, para que seja possível promover as alterações legislativas necessárias e melhorar o ambiente regulatório da exploração do petróleo.

Por esses motivos, hoje apresentei requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos, para que seja debatido o despreparo do Brasil para evitar e conter vazamentos de petróleo e os impactos ambientais e econômicos decorrentes do vazamento que ocorreu no campo do Frade, na Bacia de Campos.

E, como convidados para esta audiência, estou sugerindo o Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Haroldo Lima; o Sr. Carlos Minc, Secretário do Meio Ambiente do Rio de Janeiro; o representante do Comando da Marinha do Brasil; o Sr. George Buck, presidente da petrolífera americana Chevron do Brasil; e o Sr. Aristides Soffiati, do Núcleo de Estudos Socioambientais da Universidade Federal Fluminense, a UFF de Campos.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Senadora Ana Amélia, V. Ex^a não apenas traz o assunto para debate, mas toma uma importante iniciativa, qual seja incorporar o Senado da República, para que juntos possamos, muito mais do que refletir e debater, ter iniciativas para efetivamente regulamentar todas essas lacunas que precisam ser preenchidas de forma inadiável, até por conta desta que é uma nova fronteira para a exploração de petróleo e gás no Brasil, a chamada camada pré-sal, com perspectiva de nossa produção evoluir da média dos dois milhões de barris por dia, para quatro, cinco ou seis milhões de barris por dia. Observe-se que o assunto tem uma complexidade ainda maior. Países que convivem com esse volume de produção, como é o caso dos Estados Unidos da América, recentemente viveram uma complexidade muito grande no Golfo do México. E o que fez o Presidente Barack Obama? Simplesmente estabeleceu uma moratória na expansão ou aumento de produção naquela região, que produz pelo menos 50% da produção de petróleo e gás dos Estados Unidos da América. Acho que poderíamos incorporar a essa audiência pública uma integração da Comissão de Assuntos Econômi-

cos com a Comissão de Minas e Energia, para que pudéssemos, ao final desse debate, dessa audiência pública, nos aprofundar e, aí, sim, o Senado tomar a iniciativa. Temos percebido, nos últimos anos, uma frequente ampliação da judicialização da política brasileira, exatamente na ausência de iniciativas, porque o Senado pode e deve priorizar uma pauta que seja de interesse estratégico do País. Imaginem: nós saímos agora de um debate muito desgastante aqui no Senado. Eu venho de um Estado que é produtor de petróleo e, com muito sofrimento, vi o Senado da República não compreender a necessidade de os Estados produtores terem, sim, prioridade nesses recursos, para que nos prepararemos. Nós, de certa forma, socializamos os **royalties**, mas não socializamos os impactos que a exploração do petróleo e do gás produzem em território brasileiro. E não apenas do petróleo, mas também do minério, porque a extração do minério no Pará e a extração do minério em Minas Gerais produzem impactos ambientais. Produzem e geram demandas no campo da infraestrutura, no campo das políticas sociais. Por isso mesmo, neste momento em que a Câmara dos Deputados está constituindo comissão para estudar como o Congresso Nacional vai se posicionar finalmente em relação a essa tese, chamo a atenção para o art. 20, § 1º da Constituição Federal, que prevê serem devidos **royalties** aos Estados produtores como compensação para mitigação desses efeitos e desses impactos. Mas eu quero cumprimentar V. Ex^a pela tempestividade, pela oportunidade do tema que V. Ex^a traz ao plenário do Senado. Muito obrigado.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu agradeço imensamente a valiosa colaboração, Senador Ricardo Ferraço, e aqui acompanhei, mesmo em lado oposto ao de V. Ex^a, à repartição dos **royalties** do pré-sal, respeitando-o pela garra, pela coragem com que defendeu o seu Estado. E, aliás, essa é a responsabilidade maior de um Senador aqui, representando a Casa da República. Por isso, somos três Senadores de cada Estado e temos o dever de defender esses interesses.

Então V. Ex^a, junto com os Senadores do Rio de Janeiro, foram verdadeiros guerreiros, combatendo o bom combate em relação aos **royalties** do pré-sal.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Eu só lamento que tenhamos estado em lado oposto, porque o meu desejo é que nós pudéssemos, como em tantas outras matérias, ter caminhado convergentemente.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Um dia nós chegaremos lá, Senador Ricardo Ferraço, mas, diante dessa questão dos **royalties**, realmente ficou

dividido o Brasil entre os Estados não produtores ou não confrontantes com os Estados confrontantes.

E eu queria dizer a V. Ex^a que o Congresso Nacional... Eu não estava aqui, nem V. Ex^a estava nesta Casa, quando foi sancionado este Plano Nacional de Contingência, que foi de 2000. A Lei 9.996, de 2000, e que não foi ainda implementada, dispõe exatamente sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas e perigosas em águas sob jurisdição nacional.

Então, é dessa maneira que nós temos que agora... E eu acolho como muito bem-vinda a sua sugestão ao debate para incluir também a Comissão de Minas e Energia.

E eu fui também informada de que a Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, aprovou na manhã de hoje, antes do início da leitura do relatório do Senador Jorge Viana, exatamente uma solicitação de audiência pública sobre esse tema. E eu até já conversei pessoalmente com o Senador Rodrigo Rollemberg, para fazermos isso em conjunto, porque existem aspectos econômicos sérios, existem aspectos da área de energia igualmente muito sérios no âmbito do pré-sal. E existem problemas ambientais, da mesma envergadura, importantes.

Então, penso que podemos reunir as três comissões, como V. Ex^a sugere, Minas e Energia... Até sugiro a V. Ex^a apresentar o requerimento com esta recomendação de as três comissões trabalharem em conjunto. Penso que, dessa maneira, daremos maior visibilidade e maior produtividade ao trabalho que realizaremos sobre um tema que não é de interesse apenas do Rio de Janeiro, a Bacia de Campos, do seu Estado, o Espírito Santo, que são Estados confrontantes, mas de todo o Brasil, porque esse é um patrimônio brasileiro. E o meio ambiente é de todos nós. A Constituição garante a defesa dele. Por isso, estamos querendo também que a votação do Código, nesta semana, na Comissão de Meio Ambiente, seja em clima de entendimento e concórdia.

Muito obrigada, Senador Ricardo Ferraço. Muito obrigada, Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Senadora Ana Amélia, que, mais uma vez, discorreu sobre a importância de caminharmos no combate a todo tipo de poluição. E lembra agora a questão do petróleo, que aconteceu no Rio de Janeiro.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Geovani.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Se ainda tiver vaga, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está inscrito, a partir deste momento, para uma comunicação inadiável.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Posso usar a tribuna?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento não, porque a Senadora Ana Amélia falou como Líder, e agora é um orador inscrito.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela lista aqui: Fernando Collor, Pedro Simon – Mozarildo Cavalcanti já falou. Cristovam Buarque não se encontra, Anibal Diniz não se encontra.

Com a palavra José Pimentel.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Sou o próximo orador. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a falará na sequência entre um orador e um inscrito. O Senador José Pimentel tem a palavra como orador inscrito. E V. Ex^a, na sequência, para uma comunicação inadiável.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o empresário Josué Gomes da Silva...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Pimentel, permita-me, porque eu me esqueço sempre e eles me cobram. São só quatro linhas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pois não. Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência informa aos Senadores e Senadoras que a sessão do Senado dos dias 25 e 28 de novembro, sexta-feira e segunda-feira, respectivamente, serão deliberativas ordinárias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desculpe, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nosso Presidente, a forma como V. Ex^a tem conduzido os trabalhos da Comissão de Desenvolvimento Humano e quando está na presidência dos trabalhos do Senado Federal, sempre V. Ex^a terá crédito com todos nós pela forma como tem trabalhado nesta Casa ao longo do seu mandato, inicialmente como Deputado Federal, quando tive a oportunidade de, chegando ali em 1995, e encontrá-lo na nossa Câmara Federal. Agora, chegando ao Senado Federal mais uma vez o encontro aqui, e sempre brilhante nos seus trabalhos.

Portanto, parabéns, Paulo Paim, pela forma como você tem conduzido – vou chamá-lo de você em face da liberdade que a gente tem – os trabalhos no Congresso Nacional e os interesses da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Líder Pimentel pelas palavras em relação ao nosso trabalho.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Como eu estava iniciando, o empresário Josué Gomes da Silva publicou ontem mais um artigo na **Folha de S.Paulo**, onde ele é articulista. E faz toda uma análise do Censo de 2010, dos vários ramos de atividades no Brasil. Começa afirmando que a grande conquista para tudo isso é exatamente o Estado democrático de direito. Ele diz que os novos recortes do Censo 2010 divulgados pelo IBGE mostram as transformações positivas no País nos últimos 30 anos.

Os dados confirmam benefícios da democracia para a sociedade, que a conquistou com civismo, ordem e exercício político em movimento histórico simbolizado pela campanha das Diretas Já, por volta de 1983, e particularmente em 1984. E isso é um fato.

Se observarmos os períodos em que tivemos crescimento econômico com inclusão social e distribuição de renda no nosso País, são exatamente os períodos democráticos. Se analisarmos de 1946 a 1964, um longo período da nossa democracia, tivemos ali um grande projeto de nação sendo desenvolvido com significativa mudança na nossa economia, passando a ter um processo industrial crescente e, ao lado disso, a urbanização da nossa sociedade, com um conjunto de instituições sendo instaladas, fortalecendo as universidades, o sistema de investimento, a criação de um conjunto de organismos, a exemplo da Petrobras, do Banco do Nordeste do Brasil, da Sudene e de tantos outros órgãos importantíssimos para o Nordeste e para o Brasil.

A partir de 1988, com a nossa Constituição, com o processo de redemocratização, também temos assistido um novo ciclo de crescimento econômico com inclusão social e distribuição de renda e o fortalecimento das nossas instituições. Este ciclo está retratado no Censo de 2010.

Diz o Sr. Josué Gomes da Silva:

Um dos indicadores dos avanços é a expressiva redução da taxa de fecundidade próxima das verificadas em nações mais desenvolvidas – ênfase para a diminuição da gravidez na adolescência. Importante frisar que essas conquistas decorrem de campanhas educativas e do planejamento familiar e não de anacrônicas e autoritárias práticas de controle de natalidade.

Se nos voltarmos à década de 60, tínhamos, em média, 6,2 crianças por mulher. Agora, em 2010, houve uma redução para 1,8 crianças por mulher. Essa taxa de natalidade não repõe nem mais a população que hoje temos no Brasil. A partir de 2035, por volta de 2040, o Brasil passará a diminuir a sua população. Nesse período seremos extremamente beneficiados pelo que nós chamamos de bônus demográfico. O que é isso? Ao diminuir o tamanho da família, a renda familiar aumenta significativamente. Ter um aumento da renda familiar, aumenta a qualidade de vida da nossa população e de nossas famílias. Isso retornará por meio de investimento crescente na saúde, na educação, na cultura, na melhoria da qualidade de vida, no investimento em bens duráveis. É o que nós chamamos sempre na economia de bônus demográfico.

Esse sistema começou a ter presença na sociedade da família brasileira a partir de 2006. E a previsão é a de que deverá perdurar por algo em torno de 30 anos. Essa é uma janela de oportunidades que o Estado nacional, o pacto federativo e a sociedade brasileira precisam aproveitar para evitar o que aconteceu nas economias centrais, que passaram a ser beneficiadas pelo bônus demográfico a partir de 1950, particularmente os Estados Unidos, os países europeus, a Alemanha, após a sua reconstrução, a Espanha, a França, a Inglaterra e o Canadá. Esses países todos também foram beneficiados pelo bônus demográfico a partir de 1950, mas não tiveram o cuidado de ter um planejamento mais estratégico. Hoje, são vítimas de uma grande crise econômica que está atingindo, exatamente, as economias centrais em face do não planejamento do Estado para essa janela de oportunidades.

O Brasil, que assistiu a essa situação das economias centrais, precisa, agora, ter cuidado para que, daqui a 30 a 40 anos, nossa economia continue cada vez mais estável, crescente e, acima de tudo, dando conta dos novos desafios que vão surgir com o envelhecimento da nossa população, com a longevidade das nossas famílias e, particularmente, com a questão previdenciária. Isso passa a ter um outro impacto na nossa economia.

Diz o articulista:

Reduzimos o número de nascimentos e aumentamos o contingente de estudantes e o nível do ensino. Em 2000, 5,5% das crianças de 7 a 14 anos não estavam na escola. O índice caiu para 3,1%, em 2010. Na faixa etária entre 15 e 17 anos, 22,3% estavam fora da sala de aula no ano de 2000; em 2010, o índice foi de 16,7%.

Mas aqui temos também um grande desafio: colocar 100% das crianças na sala de aula, e de qualidade. Para isso, uma parte deste público, de 7 a 14 anos, são aqueles portadores de algum tipo de limitação, ou seja, as pessoas com algum tipo de deficiência, por conta da sua realidade, sejam elas vítimas dos vários programas que alcançam esse setor da sociedade, portadores de algum tipo de limitação. Exatamente a grande dificuldade aqui é exatamente a não preparação da sala de aula para receber as pessoas portadoras da Síndrome de Down e uma série de outras limitações.

Sabemos que, nesse item, que aprendemos a chamar de ONGs, as organizações não governamentais, a exemplo das Apaes, avançaram muito nesse item, mas é preciso que o pacto federativo, os governos municipais, os governos estaduais e o Governo Federal também tenham a sua colaboração.

A nossa Presidente Dilma, na semana passada, lançou um grande programa, articulado com o terceiro setor da sociedade civil, articulado com o pacto federativo, para dar conta exatamente das mudanças que precisamos ter no transporte escolar, para que essas crianças possam chegar à sala de aula; na adaptação do espaço físico dessas salas de aulas; na questão da qualificação e capacitação dos nossos professores e professoras para ter uma atenção diferenciada para esse segmento estudantil que está fora de aula.

Temos também outro segmento, a partir de 17 anos de idade, que abandonou a sala de aula – e parte deles continua ainda fora das salas de aula –: as vítimas das drogas, em especial do *crack*. Precisamos tratar a questão como uma epidemia, uma questão de saúde pública, para recuperar a nossa juventude e também uma boa parcela daqueles que chegaram à terceira idade.

Para isso, também está sendo desenvolvido um conjunto de ações, envolvendo o chamado terceiro setor da sociedade civil e vários setores da sociedade, para que possamos superar essa grande tragédia nacional, que é a questão das drogas e do *crack*.

Se a gente voltar há 10, 15 anos, basicamente isso estava centralizado nos grandes centros urbanos, mas, hoje, infelizmente, as pequenas e as médias cidades também já estão sendo vítimas do *crack* e de outras mazelas que terminam tirando a esperança e a perspectiva de vida da nossa juventude.

E aqui nós precisamos enfrentar essa questão; uma delas, o nosso Senador Paulo Paim, acompanha de perto, que é a qualificação, a profissionalização e o ensino médio para essa juventude, para devolver a expectativa de futuro, para devolver a sua esperança, e os Institutos Federais de Tecnologias, as antigas escolas técnicas, são um forte instrumento para isso.

Nesse 2012, o esforço do pacto federativo, onde os Estados, em especial, e a União, juntamente com o Sistema S, quer ter, no mínimo, um milhão de jovens a partir dos seus 14 anos de idade, fazendo o ensino médio e também tendo uma especialização na parte profissionalizante. Ainda é pouco para um País que tem algo em torno de quatro milhões de jovens todo ano chegando aos 14 anos de idade, mas é um bom início se nós voltarmos aos anos 70, aos anos 80, aos anos 90, em que, basicamente, a oferta da qualificação de mão de obra estava limitada ao Sistema S, e esse sistema, por mais que fizesse, era insuficiente para dar conta da demanda que a sociedade brasileira estava exigindo.

A gente espera que, com a construção dos 280 Institutos Federais de Tecnologia, que estamos concluindo neste 2010 – e queremos que todos eles estejam em funcionamento agora em março de 2011, com o Pronatec, que tem toda uma ação voltada para fortalecer, com o Sistema S, a oferta dessas vagas. Com as escolas profissionalizantes de ensino médio que os 26 Estados e o Distrito Federal estão desenvolvendo e construindo, a gente quer chegar a esta meta de um milhão de jovens no ensino médio brasileiro com tempo integral, para que eles possam ter uma nova profissão e uma nova expectativa, e, querendo ir para universidade, também não tenham qualquer dificuldade.

O Enem tem tido um avanço muito forte sobre isso, essa nova forma da porta de chegada às nossas universidades. Se a gente voltar a 2011, nós tivemos mais de 5 milhões de jovens se escrevendo no Enem e algo em torno de 3,6 milhões que vão para as universidades, pois é a quantidade de vagas que estaremos ofertando agora, a partir de março de 2012, seja na rede pública ou na rede privada, na rede particular universitária brasileira.

Nós temos clareza que no Brasil tanto é importante a universidade pública como também a particular, pois elas fazem parte de uma mesma árvore que é formar bem a nossa juventude e dar melhor qualidade de vida a nossa população.

Diz também, Sr. Presidente, o articulista: “Mais alunos, menos analfabetismo, cuja taxa entre a população com 15 anos ou mais diminuiu quatro pontos percentuais na década. Mas ainda temos significativo analfabetismo funcional a vencer.”

Exatamente a necessidade de nós fortalecermos a parte profissionalizante e o Pronatec vem para isso.

Diz ainda: “A qualidade de vida também melhorou. Hoje, mais de 80% dos domicílios brasileiros são atendidos por rede de abastecimento de água e 97,8% contam com energia elétrica.”

Aqui, se nós analisarmos o Programa Energia para Todos, que tem permitido a universalização da energia nos mais variados segmentos do Estado nacional, precisamos ter um olhar diferenciado para a região Norte, dada à distância entre as moradias e as dificuldades muitas vezes de levar a energia convencional, que é o sistema de transmissão e de fornecimento de energia.

Aqui, as novas alternativas de energia em que o Brasil está pesquisando, nas quase a iniciativa privada está fazendo um investimento, podemos chegar a universalização da energia num curto espaço de tempo.

Agora mesmo, neste 2011, a nossa Presidente Dilma lançou o Programa Água para Todos, que para nós da região Nordeste é decisiva, porque precisamos aposentar a velha lata d'água que, lamentavelmente, ainda existe em nossa região e ter água encanada onde for possível e, nas casas isoladas, nas casas mais distantes a cisterna caseira que é uma experiência bem sucedida na nossa região.

As outras regiões do Brasil também estão fazendo todo esforço voltado para isso, sem esquecer que nós temos região que tem água, mas não temos água tratada e não temos água encanada como acontece com as populações ribeirinhas da região Norte e também aquelas que moram as margens dos rios, que precisamos ter um olhar todo especial para resolver o quanto antes esse problema social.

Diz o articulista: "Tal insumo tem sido utilizado de modo construtivo, pois o computador, que significa mais acesso à informação e cultura, foi o bem durável cuja presença mais cresceu nos lares. Em 2000, aparecia em 10,6% dos domicílios, ante 38,3% no ano passado."

Aqui fica muito claro que todas as vezes em que as nossas famílias aumentam o seu poder aquisitivo, uma das primeiras grandes preocupações é investir no conhecimento, é oferecer melhor acesso aos filhos e filhas nesse segmento, e, aqui, no acesso à Internet, no acesso ao computador e às novas tecnologias, é a melhor demonstração deste item. É por isso que o Brasil precisa andar muito rápido com o que nós chamamos de banda larga, para que, efetivamente, as comunidades mais distantes possam ter acesso a esse insumo fundamental do conhecimento.

Nós, lá no Estado do Ceará, já conseguimos montar uma rede de transmissão de dados pública, que nós chamamos o cinturão digital do Estado do Ceará. Inauguramos, agora no mês de novembro, essa grande rede utilizando todas as fibras óticas que já tínhamos instaladas pelas nossas fornecedoras de energia, através dos chamados linhões, e agora estamos fazendo as interligações com aqueles Municípios que não estavam próximos desse sistema público já

construído nos anos 70, nos anos 80, nos anos 90. O que fizemos ali foi exatamente nos apropriarmos dessa rede pública interligando-a e hoje fornecendo a toda rede de ensino público e privado, a toda rede de hospitais, de clínicas e de postos de saúde essa integração. Estamos, agora, integrando também com o setor produtivo e com o setor de serviços.

Diz o articulista:

A televisão, produto de alto consumo, existe em 95% das casas contra 87,2% há dez anos. O carro contemplava 32,7% das famílias, avançando para 39,5%. Além disso, 87,9% dos domicílios brasileiros hoje têm linha telefônica. Melhor estrutura urbana, saneamento, conforto e salubridade residencial refletem-se no mais elevado indicador. Apenas 3,4% de todas as mortes no País, em 2010, ocorreram antes do primeiro ano de vida. O índice era de 23,3%, em 1980; ou seja, o declínio da mortalidade infantil foi de 85,4%.

E é por isso que a Presidenta Dilma sempre diz: "País rico é país sem miséria", e o país sem miséria é um país que cuida bem das suas famílias, do seu povo, dos indicadores sociais. E aqui, na mortalidade infantil, é exatamente a melhor demonstração de que através do Estado democrático de direito, que fortalece suas instituições, que discute seus problemas, tivemos o maior avanço nos indicadores sociais dos últimos 30 anos, ou seja, da Constituinte de 1988 para cá.

Temos muito a comemorar, mas com a consciência de que ainda há muito a ser feito. Não podemos ter nenhuma criança fora da escola nem sequer um analfabeto, além de proporcionar excelência no ensino público.

É por isso que nós aprovamos, aqui no Congresso Nacional, a criação do Fundeb, que envolve todo ensino infantil, fundamental e o ensino básico e, junto com ele, o Piso Nacional dos Professores. Tivemos algumas unidades da federação que foram ao Supremo Tribunal Federal dizendo que o Congresso Nacional não poderia ter legislado sobre aquela matéria, determinando que o Presidente da República não deveria ter sancionado aquela lei. Mas, felizmente, o Supremo Tribunal Federal, compreendendo o alcance dessa legislação, declarou constitucional e, neste 2011, os 26 Estados e o Distrito Federal estão todos dialogando com as entidades representativas dos professores para fazer cumprir a lei federal e, com isso, melhorar a qualidade do ensino público.

Por fim, é preciso garantir saúde, segurança e oportunidades iguais para todos. Por isso, devemos zelar por nossa democracia, aprimorando-a sempre,

pois a liberdade política leva ao crescimento com justiça social, o verdadeiro desenvolvimento. As eleições de 2012 serão mais uma boa oportunidade para isso.

Este é o artigo que o Sr. Josué Gomes da Silva escreve na **Folha de S. Paulo**, de ontem, e que eu entendo representar o pensamento médio da sociedade brasileira, e que aponta os avanços que o Brasil teve no processo democrático, mas, ao mesmo tempo, destaca a necessidade que nós temos de continuar construindo uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais humana.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero dar como lido este artigo do Sr. Josué Gomes da Silva e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo pela maneira lúcida em que analisa o Censo de 2010 e vincula isso ao Estado democrático de direito como instrumento de fortalecimento do Estado nacional.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

RETRATO DE UM NOVO PAÍS

Josué Gomes da Silva

Os novos recortes do Censo 2010, divulgados pelo IBGE, mostram as transformações positivas no País nos últimos 30 anos. Os dados confirmam benefícios da democracia para a sociedade, que a conquistou com civismo, ordem e exercício político em movimento histórico simbolizado pela campanha Diretas-já (1984).

Um dos indicadores dos avanços é a expressiva redução da taxa de fecundidade, próxima das verificadas em nações mais desenvolvidas. Ênfase para a diminuição da gravidez na adolescência. Importante frisar que essas conquistas decorrem de campanhas educativas e do planejamento familiar, e não de anacrônicas e autoritárias práticas de controle de natalidade.

Reduzimos o número de nascimentos e aumentamos o contingente de estudantes e o nível do ensino. Em 2000, 5,5% das crianças de 7 a 14 anos não estavam na escola. O índice caiu para 3,1% em 2010. Na faixa etária entre 15 e 17 anos, 22,3% estavam fora das salas de aula no ano 2000. Em 2010, foram 16,7%.

Mais alunos, menos analfabetismo, cuja taxa entre a população com 15 anos ou mais diminuiu quatro pontos percentuais na década. Mas ainda temos significativo analfabetismo funcional a vencer.

A qualidade de vida também melhorou. Hoje, mais de 80% dos domicílios brasileiros são atendidos

por rede de abastecimento de água e 97,8% contam com energia elétrica.

Tal insumo tem sido utilizado de modo construtivo, pois o computador, que significa mais acesso a informação e cultura, foi o bem durável cuja presença mais cresceu nos lares. Em 2000, aparecia em 10,6% dos domicílios, ante 38,3% no ano passado.

A televisão produto de alto consumo, existe em 95% das casas, contra 87,2% há dez anos. O carro contemplava 32,7% das famílias, avançando para 39,5%. Além disso, 87,9% dos domicílios brasileiros hoje têm linha telefônica.

Melhor estrutura urbana, saneamento, conforto e salubridade residencial refletem-se no mais relevante indicador: apenas 3,4% de todas as mortes no País em 2010 ocorreram antes do primeiro ano de vida. O índice era de 23,3% em 1980. Ou seja, o declínio da mortalidade infantil foi de 85,4%.

Temos muito a comemorar, mas com a consciência de que também ainda há muito a ser feito. Não podemos ter nenhuma criança fora da escola ou sequer um analfabeto, além de proporcionar excelência no ensino público.

É preciso garantir saúde, segurança e oportunidades iguais para todos. Por isso, devemos zelar por nossa democracia aprimorando-a sempre, pois a liberdade política leva ao crescimento com justiça social, o verdadeiro desenvolvimento. As eleições de 2012 serão mais uma boa oportunidade para isso.

Josué Gomes Da Silva, escreve aos domingos nesta coluna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador José Pimentel, pela forma como discorreu o tema, inclusive acerca do piso dos professores que, em meu Estado, também tem gerado polêmica. Mas a linha é esta: dialogar com as entidades. E elas vão ter de atender, todos os Estados vão ter de atender. A conversa será essa.

E alguém disse – permita que eu diga isso: “Ah, mas tem alguém que, de forma demagógica, fica falando do piso”.

Demagogia coisa nenhum! Eu estou na linha de V. Ex^a, que é o Líder do nosso Governo da União. O piso tem de ser cumprido. Vamos dialogar, mas vamos achar caminhos de cumprir o piso. Falei lá numa emissora e estou repetindo aqui, somando-me à posição de V. Ex^a.

Neste momento, está inscrito o Senador Geovani Borges, como comunicação parlamentar e, em seguida, o Senador Pedro Taques, como orador inscrito.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alguns

temas tornam-se recorrentes nesta tribuna. E se assim acontece é porque o público ou o setor a que se atinam permanecem à deriva, sem solução, sem uma decisão reparadora de justiça. É sobre um desses temas recorrentes, como eu disse, que volto a falar nesta Casa, destinando, mais uma vez, meus apelos em favor da incorporação aos quadros da União dos servidores dos extintos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima.

Tantos anos já se passaram e a respeito deles tanto já se falou nesta Casa que, ao citá-los mais uma vez, ocorre-nos a sensação de que esses servidores são como náufragos, num barco à deriva, sem porto seguro onde atracar.

Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, a novela é toda recheada de capítulos incertos. A cada hora uma proposição e nunca uma solução. Com o objetivo de solucionar definitivamente as pendências que impedem a incorporação de servidores aos quadros dos extintos ex-Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, tivemos recentemente a iniciativa de lançar também nossa coordenadora de bancada, Deputada Dalva Figueiredo, que apresentou na última sexta-feira a Proposta de Emenda à Constituição nº 111/2011, que beneficia servidores civis e policiais militares admitidos nesses Estados no período de 1988 a 1993.

E aqui no Senado Federal apresentamos a PEC nº 55, de 2011. Está prevista sua entrada em pauta na Comissão de Constituição e Justiça, em caráter terminativo, tendo como Relator o nosso preclaro companheiro, Senador Randolfe Rodrigues, o qual, tenho certeza, sensibilizado, está priorizando esse assunto na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

A proposta dos parlamentares contempla, ainda, os servidores admitidos nas prefeituras até outubro de 1988 e aposentados e pensionistas cujos benefícios foram concedidos no período da instalação do Amapá e de Roraima.

De fato, as PECs, tanto a de nossa autoria, no Senado Federal, como a da Câmara, são abrangentes e buscam inspiração nas normas aplicadas ao Estado de Rondônia, já beneficiado.

Em Rondônia, mesmo com algumas pendências, a longa espera de incertezas e derivas chegou ao fim e os servidores foram contemplados com a correta interpretação da Constituição Federal no que se refere ao tempo considerado ideal para a criação e manutenção de quadro próprio dos ex-Territórios, ou seja, cinco anos. Mas o Amapá e Roraima permanecem injustiçados nessa batalha. São servidores com os mesmos direitos, que passaram por idênticos processos de admissão no serviço público, mas que ainda amargam

mais de vinte anos de espera por uma solução que os contemple na integridade dos seus direitos.

Como eu disse, muitas outras vezes se ergueram em favor da causa ao longo desses mais de vinte anos.

Vejam os senhores que, entre outras peças reparadoras, já tramita no Congresso Nacional a PEC nº 213, de 2007, de autoria do Deputado Federal Sebastião Bala Rocha, ex-Senador. No Senado Federal, como todos têm conhecimento, o meu Estado do Amapá, o Estado de Roraima e o Estado de Rondônia vêm acompanhando a PEC de nossa autoria, a nº 55, de 2011.

Nos mesmos termos da proposta da emenda constitucional de Dalva Figueiredo, também a proposição do colega Bala busca beneficiar esses servidores.

São claras as reivindicações: transferência desses servidores do Município para a União, equiparação salarial dos militares e bombeiros aos do Distrito Federal, plano de carreira para os servidores civis e solução para os grupos 992 e 1.050, igualmente pendentes.

É, portanto, uma mobilização em busca de um ideal comum.

Já perdi as contas de quantas vezes fomos procurados: eu, ou o meu irmão, o Senador Gilvam Borges, o Presidente desta Casa, Senador José Serney, por representantes militares vindos do Amapá, entre eles o Comandante Raimundo Américo, do nosso Corpo de Bombeiros. Os servidores se sentem e são de fato discriminados. Quando, afinal, vamos mudar isso?

Faço, portanto, hoje, insistentemente, mais um apelo para que se vire essa página da história, para que se corrija essa grave injustiça, sempre lembrando que a passagem desses servidores para o quadro da União representará substancial economia aos cofres dos Estados e Municípios, que poderão, com recurso excedente, investir na qualidade de vida melhor e remuneração dos demais servidores estaduais.

Ouçó, com muita honra, com muito prazer, o Senador Mozarildo Cavalcanti, que tem sido um dos ardorosos defensores também dessa tese da implantação daquilo que prevê a nossa Constituição. Concedo a palavra a V. Ex^a

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geovani, V. Ex^a tem toda razão quando fala que esse tema já vem se arrastando há muito tempo. Desde, portanto, a promulgação da Constituição de 1988, alguns já foram, digamos, de alguma forma, beneficiados. Mas mesmo assim, esses que pertencem ao quadro da União, estão defasados no que tange às suas remunerações e às suas progressões funcionais. E aqueles outros que não foram, existe uma meia dúzia de emendas constitucionais tramitando. A sua, aqui no Senado, eu a considero uma emenda perfeita, e há outras que estão na Câmara há vários anos.

E espero que, realmente, cheguemos a um finalmente. Fico preocupado, principalmente porque as coisas avançam e, de repente, em determinado momento param, seja porque a conjuntura econômica não permite, seja porque a interpretação tecnocrática da questão funcional atrapalha. Mas o certo é que temos de ver, como está inclusive dito na lei, que o quadro de funcionários dos ex-Territórios é um quadro em extinção, em que ninguém mais pode entrar. É um quadro que só vai sendo eliminado à medida que as pessoas se aposentam, à medida que as pessoas morrem. Portanto, é um quadro em que a União perfeitamente pode e deve, com urgência, já é uma urgência tardia até, resolver. Porque quem criou os Territórios Federais? Foi a União. Foi o Governo Federal. Então, a transição de Território Federal para Estado foi uma decisão da Constituinte, portanto, uma decisão de toda a sociedade brasileira ali representada por uma Assembleia Nacional Constituinte. Então, acho que é chegado o momento realmente de se resolver essa questão. Eu espero que a Presidente Dilma lance um olhar sobre essa questão, pois tem primado o seu governo pelo combate às injustiças e a todas as formas, como ela diz, de malfeitos na administração. E que possa, de uma vez por todas, premiar, se posso dizer assim, ou pelo menos fazer justiça a esses servidores dos Estados do Amapá e de Roraima.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti. Tive a honra de ser seu colega na Assembleia Nacional Constituinte. Na condição de ex-constituente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Já vou concluir, Sr. Presidente.

Na condição também de ex-constituente V. Ex^a, que foi também uma das pessoas que levantaram essa bandeira – tanto a bancada de Roraima quanto a do Amapá e do Tocantins conseguimos êxito –, é que as regras foram pré-estabelecidas.

Quero encerrar meu pronunciamento com o aparte que V. Ex^a, com muita propriedade, colocou neste momento e fazer este apelo para que seja mais uma etapa longa dessa novela que chega a um final feliz.

Agradeço a V. Ex^a e concluo fazendo nossas as suas palavras na tarde hoje.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT

– CE) – Com a palavra o Senador Pedro Taques, pelo prazo regimental.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou falar muito rápido, apenas para que façamos juntos uma reflexão a respeito do chamado presidencialismo de coalizão. Independente de quem seja Presidente ou do sexo daquele que exercerá ou exerceu a chefia de Estado, a chefia de governo, independente de partido político, esta reflexão se faz necessária, porque penso que, no Brasil, esse presidencialismo de coalizão, que existe pós 1988, quem sabe até um pouco antes, 1985, com a chamada Nova República, não tem passado de presidencialismo de cooptação – cooptação de partidos, cooptação de parlamentares.

Veja, Sr. Presidente, que não quero aqui ser injusto. Retrocedi no tempo: 1985. Após a derrota da Emenda das Diretas – aqui faço uma homenagem a um grande mato-grossense, Dante de Oliveira –, os partidos políticos passaram a fazer parte deste presidencialismo que aqui estou a denominar de cooptação.

Muito bem. A diferença conceitual entre presidencialismo e parlamentarismo se finca exatamente na participação dos parlamentares e dos partidos políticos na administração, ou seja, no exercício do Poder Executivo.

Se formos voltar a priscas eras, no nascimento do parlamentarismo, a diferença no parlamentarismo é que existe uma dependência do Executivo em relação ao Legislativo. No parlamentarismo, essa dependência se faz necessária para a manutenção do chamado gabinete, diversamente do que ocorre no sistema ou regime de governo presidencialista, em que existe uma total independência do Legislativo em relação ao Executivo. E por que isso, Srs. Senadores? Isso em razão de um motivo histórico. Os parlamentos europeus anteriores à Revolução Francesa, em 1789, tinham a função de fiscalizar o chamado Poder Executivo. Isso até a Revolução Francesa, em 1789. Com a Revolução Francesa, no nascimento do denominado Estado liberal ou Estado garantidor, nós passamos a precisar de leis. E aí surge esta segunda função típica do Poder Legislativo, que é inovar a ordem jurídica por meio daquilo que chamamos, de forma genérica, de lei.

Muito bem. Hoje, no Brasil, este presidencialismo de coalizão, com o número de partidos políticos que temos, penso que seja uma distorção. Nós aqui nesta Casa, independentemente de partidos políticos, independentemente de quem seja a Presidente ou o Presidente, independentemente do governo que se encontra de plantão, temos que pensar no Estado. E o Estado brasileiro não mais aguenta essa coalizão, que não passa de cooptação.

Muito bem. De que forma se dá essa cooptação, Senador Pedro Simon? De um lado, pelo aparelhamento do Estado. Nós dividimos partidos políticos e dividimos o governo em capitânicas hereditárias: “Este Ministério pertence ao partido ‘x’; este Ministério pertence ao partido ‘y’”; capitânicas hereditárias mesmo, porque temos donatários, temos donos de Ministérios, quando os Ministérios deveriam ser da República, quando os Ministérios deveriam ser do Estado da República Federativa do Brasil. E aqui esse aparelhamento do Estado não é conveniente, não é adequado à República.

E por que não seria conveniente, não seria adequado à República, Senador Ferraço? Porque a República não é temporal como o governo, ela é espacial, ela não tem um tempo determinado. E de que maneira teríamos uma administração pública eficiente se cada governo aparelha o Estado através de seus apadrinhados e seus apaniguados, notadamente via ou veículo chamado partido político?

Partido político é muito importante. Penso que não há democracia consciente sem partidos políticos que sejam fortes. Mas democracia não pode se resumir a partidos políticos. A democracia é muito maior do que partido político. A Constituição de 1988 deu importância ao partido político. Ela valorizou o partido político ao estabelecer como condição de elegibilidade a necessidade de filiação partidária. Mas não podemos equiparar democracia com partido político. Democracia é muito mais do que isso. Democracia respeita a liberdade. Liberdade inclusive de assunção a cargos públicos.

Por isso, defendo a necessidade de que tenhamos uma administração pública que seja profissional. Não é razoável a cada governo nós mudarmos quase que totalmente a administração pública. Isso não é razoável. Não é razoável que a cada governo aquele partido que faça parte da chamada coligação na eleição e coalizão que sustenta o Chefe do Poder Executivo possa indicar, de porteira fechada, dentro de determinado Ministério, seus filiados. Isso não é republicano.

Quero trazer esta reflexão na atual quadra por que passa a República Federativa do Brasil, uma quadra preocupante. Por que preocupante? Porque nós estamos, em razão desses fatos, trazendo para partidos políticos que são históricos, partidos políticos que vêm de longe, partidos políticos que são programáticos, que são ideológicos, estamos trazendo para esses partidos políticos o símbolo de partidos políticos não comprometidos com os princípios da República, mas comprometidos com princípios que não são republicanos, princípios não republicanos, que são temporais, não são espaciais.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do Estado de Roraima.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Taques, V. Ex^a tem toda razão na análise que faz sobre a questão republicana, sobre a questão democrática e sobre a chamada coalizão tupiniquim que temos no Brasil. Teoricamente, se houvesse uma forma brasileira de fazer esse presidencialismo, mas que fosse a Presidente a escolher, nos quadros do partido “a”, nos quadros do partido “b” ou “c”, políticos até com perfil técnico, como é o caso do nosso Senador Pimentel, que já ocupou um ministério com muita competência, não haveria nada de mais. Não vejo nada de mais se fosse dessa forma, mas o que não se pode admitir, como disse V. Ex^a, é a transformação de ministérios em capitânicas hereditárias de determinados partidos. Com isso, em vez de o partido “a”, “b” ou “c” defender o programa de governo que, teoricamente, está explicitado pelo candidato que vence as eleições, seja ele quem for, o que se defende é uma tal de governabilidade. E o que significa essa governabilidade? É darmos um jeito de aprovar tudo o que o Presidente de plantão quiser – digo nós porque estamos aqui, hoje, no Congresso. Então, entendo que precisamos realmente aperfeiçoar esse modelo. Acho que a Presidente Dilma está tendo uma oportunidade de ouro para mudar isso, mesmo sabendo das dificuldades que terá em função do atual pensamento que predomina nos partidos políticos de modo geral. É bom que os partidos políticos e, portanto, seus membros entendam que a sociedade brasileira já está cansada disso, está de fato cansada, inclusive da desfaçatez com que certos atores dessa trama se comportam quando são, vamos dizer assim, pegos com a boca na botija. Por exemplo, acho um absurdo, no Brasil, nós termos quase 40 ministérios – talvez até mais do que isso – e 23 mil cargos comissionados. Isso realmente não condiz com uma república, não condiz com um país que quer acabar com a miséria. Acho que nós precisamos realmente passar isso a limpo. E repito: confio muito nos propósitos da Presidente Dilma e na capacidade que ela tem, mas é preciso que haja também consciência por parte daqueles que hoje compõem o Congresso, por parte daqueles que não se preocupam com a governabilidade, isto é, aprovam tudo o que o Governo quer, se houver isso ou aquilo; ou não aprovam se isso ou aquilo não for atendido. Então, isso realmente tem que acabar. Precisamos evoluir para uma democracia de fato, por inteiro, e não para uma democracia adjetivada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. A sua fala, tenha absoluta certeza, enriquece o meu humilde pronunciamento.

Eu concordo inteiramente com V. Ex^a. Essa tal governabilidade me parece uma panaceia. Parece-me uma pomada que serve para curar unha encravada, dor no estômago, câncer, até os piores males, que V. Ex^a, como médico, muito bem conhece. Governabilidade não é isso; governabilidade surge na Inglaterra, no período da Segunda Guerra Mundial, com a necessidade de os ingleses criarem um governo que pudesse pensar em objetivos para aquele Estado. Recentemente, ontem, foi eleito um novo partido na Espanha, em que o primeiro-ministro está pensando no futuro. Isso é governabilidade.

Infelizmente, no Brasil, essa palavra resta esvaziada do seu sentido. Governabilidade aqui é regada, governabilidade aqui se fundamenta, governabilidade aqui se estriba, tem-se como espeque, a governabilidade aqui tem como base divisão de cargos, esses cargos a que V. Ex^a fez referência, e também a chamada divisão ou rateio das emendas parlamentares individuais. Isso é governabilidade aqui no Brasil. Infelizmente, isso deixa esta Casa, deixa o Poder Legislativo muito mais fraco, deixa o Poder Legislativo quase que submisso ao Poder Executivo. Isso não é governabilidade no sentido que se dá a esse termo em outros Estados, mas não no nosso.

Com muita honra, ouço o Senador Ferraço, digno representante do Espírito Santo.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Senador Pedro Taques, assim como V. Ex^a, já tive oportunidade, lá pela segunda ou terceira crise institucional, de vivenciar, no exercício deste ano, situações em que ministros são desalojados de suas tarefas e de suas funções. À época, o segundo ou terceiro, mas já estamos no sexto ou no sétimo. Na verdade, o que me parece é que, no núcleo de todo esse problema, está de fato o método com que se cunhou em nosso País o chamado presidencialismo de coalizão, que, no tempo, deteriorou-se e se transformou num presidencialismo de conveniência para todos os poderes constituídos; conveniência para este Poder, que não se tem colocado à altura de maneira soberana, para que possa justificar sua existência constitucional e suas prerrogativas legislativas.

O problema não está na governabilidade. Ao longo do séc. XX, vivemos problemas paralisantes entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Mas a governabilidade, na sua essência, deve-se dar em torno de um projeto comum de nação, de Estado e não de governo. Na verdade, o que se vê é uma conveniência em torno de objetivos muito comuns que têm como propósito específico o aparelhamento do Estado brasileiro; eu diria mais: a privatização do Estado brasileiro em torno desses eventuais partidos políticos

– e incluo o meu – na ausência desse projeto maior, desse ponto de convergência que pudesse nos levar à superação de tantos problemas, de tantas crises institucionais que levam à descontinuidade das políticas públicas. De modo que V. Ex^a traz um tema para o plenário desta Casa que deveria merecer a reflexão de todos nós. Chegou o momento de substituirmos esse presidencialismo de coalizão ou de conveniência por um presidencialismo que nos trouxesse a coesão em torno de um projeto de nação, de um projeto de país, para que a governabilidade não seja alcançada, desejada ou conquistada a todo e qualquer custo, porque a todo e qualquer custo me parece que nada é bom nesta vida. Mas cumprimento V. Ex^a pela oportunidade e pela riqueza do debate que traz ao plenário desta Casa, nesta segunda-feira. Muito obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Ferraço. É uma honra ouvi-lo, porque o senhor, nesta Casa, tem sido um defensor desses temas que são importantes para o Estado, independentemente de partido político.

Eu penso, na esteira do que foi falado por V. Ex^a, que temos que pensar um projeto de Estado. Infelizmente, no Brasil, ficamos, Sr. Presidente, naquele maniqueísmo: quem foi melhor, Fernando Henrique Cardoso ou Lula? Qual o projeto de Estado é melhor, o do Fernando Henrique ou o do Lula?

Se analisarmos os temas debatidos no Congresso durante o Governo Fernando Henrique e analisarmos os temas debatidos nesta Casa durante o Governo Lula, veremos que estamos diante do que se denomina de efeito “x” da hipocrisia política. Nós não pensamos um projeto estratégico para a República Federativa do Brasil que possa superar essa dicotomia entre dois grandes partidos, que são o PSDB e o PT. Temos que superar isso e pensar esse projeto estratégico. Pensar o Brasil para frente, e não pensar o Brasil de olho no retrovisor.

Esse projeto estratégico é tampado, como um eclipse, por essa hipocrisia política trazida nesses debates, na chamada governabilidade.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon, o senhor levantou o microfone?

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a traz ao debate um assunto realmente da maior importância e com muita competência V. Ex^a o apresenta. É claro que nós não temos nenhuma dúvida em dizer que o sistema partidário no Brasil é anárquico. Aliás, eu diria, e venho insistindo nisso, que, se há algo que no Brasil nunca funcionou foi o sistema partidário, desde o início. Na época do Império era de mentirinha; na época da República Velha, na verdade, quem manda-

va era a política dos governadores. Em 1945, quando Getúlio fundou o PTB – fundou não, abriu o quadro; a Constituinte abriu o quadro –, criaram-se partidos. Foram PTB e PSD a favor de Getúlio, e UDN contra. Quando esses partidos começaram a ter conteúdo político, foram extintos, MDB e Arena, um contra e outro a favor do governo. Em rigor foram criados para serem os dois a favor do governo. A Arena dizia “sim, senhor”, e o MDB, com mais independência, só dizia “sim”; negava-se a dizer “sim, senhor”. O MDB foi-se formando, foi-se criando, e extinguiram-se os partidos. Eu era da tese de que não devíamos extinguir. Por isso briguei com o Brizola; não fiquei com ele. Nós não devíamos extinguir os partidos políticos. Nós devíamos convocar a Assembleia Nacional Constituinte; convocada a Assembleia Nacional Constituinte, extinguir os partidos e, dentro da Assembleia Nacional Constituinte, organizar-se-iam os blocos que se identificassem, e, depois de publicada a Constituinte, haveria um ano para se escolher os partidos. Continuou essa anarquia não tão pior como agora. V. Ex^a tem razão, à margem de toda essa anarquia partidária, o que está acontecendo aqui é mais grave. Governabilidade é um termo bonito. Quando, lá na Inglaterra, Chamberlain veio de uma conversa com Hitler, dizendo que estava conseguindo a paz por uma geração, e é recebido como herói, pouco depois Hitler entra na Áustria; Chamberlain cai e entra Churchill. Foi feita a governabilidade. Acertaram-se todos para irem adiante.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Agora, no Brasil, a governabilidade é símbolo de vigarice. Estão envergonhando o termo. E nunca aconteceu o que está acontecendo hoje. Disso a Dona Dilma, Presidente da República, tem que tomar conhecimento. As capitâneas hereditárias, o ministério ser fechado na mão de um nome só, eu só digo para a Presidente Dilma que vá ler, no relatório da CPI do Mensalão, o depoimento do Presidente do PTB, na época, a declaração que ele deu.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Roberto Jefferson.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu até o elogiei. Eu disse: “V. Ex^a tem coragem de dizer o que está dizendo e está prestando um grande papel fazendo o que está fazendo. V. Ex^a está se acusando, mas está dizendo todo o fato”. Ele disse: “Vamos ser claros, nós dividimos os partidos. Esse é meu, do meu partido, aquele é teu, aquele é teu e aquele é teu. E todos os cargos são dele para, com aquele ministério, com aqueles cargos, manter o partido”. É isso que está acontecendo. Na verdade, na verdade, o partido é por-teira fechada para colocar gente. Para quê? Para fazer

dinheiro para o partido. Isso não pode continuar. E a Presidente da República é refém dos partidos políticos. Então, V. Ex^a tem toda razão quando diz que democracia vai além dos partidos políticos, principalmente no Brasil. Mas nem esse mínimo necessário existe no Brasil. Concordo que a Presidente está numa posição difícil. Vamos falar cá entre nós: lembrem-se que nós, lá atrás, reunimo-nos para discutir que tínhamos que dar cobertura para a Presidente, quando falava em fazer uma limpeza, porque se falava aqui em derrubar a Presidente. Falava-se em não dar cobertura, falava-se em tirar a maioria da Presidente e se criar uma confusão. Então, sabemos que a posição dela é difícil. O incidente que houve na reunião de sexta-feira por um simples fala não fala o orador mostra como estamos caminhando numa situação delicada. Uma coisa daquela, um negócio vulgar, no entanto, criou-se um incidente que quase se transforma num problema mais sério. Então, falo com toda sinceridade, quando vejo agora, por exemplo, o ilustre diretor da companhia geral de investigações falar em criar uma espécie de sinalização dos novos membros que virão para o governo, que eles também tenham ficha limpa, quer dizer, as nomeações a serem indicadas lá no Governo – se, para ser Senador, Deputado e Governador, o cidadão tem que ter ficha limpa, eles também têm que ter –, isso é muito bonito. Eu nunca ouvi falar isso aqui no Congresso, nunca ouvi falar isso no Legislativo, quer dizer, nasceu de um ilustre membro do Governo. Ele é quem está lançando a tese, está fazendo a proposta, e acho altamente positivo. Porque isso vem no sentido inverso. É como diz o Presidente da OAB: “Está certo que os partidos indiquem, mas pelo menos indiquem gente séria”. V. Ex^a está abordando um problema muito delicado. V. Ex^a, com muita elegância e como um grande jurista, está-se focando na tese geral do contexto, que é profundo. E faz bem fica ali, porque, se nós nos aprofundarmos, fica difícil.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, mas não vou fugir, não vou correr da profundidade de verticalizarmos esse tema. Quero assumir o compromisso de que possamos trazer novamente esse tema à baila. Por hora, falamos da teoria. Agora, a teoria não existe sem o chamado doutor fato. O doutor fato é que hoje, no Brasil, essa governabilidade não passa de balela.

Com muita honra, ouço o Senador Aloysio Nunes.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Caro Senador Pedro Taques, vou na linha do Senador Pedro Simon e dos outros oradores que o apartearam, no sentido do que V. Ex^a procura demonstrar, que a força do presidencialismo de coalizão, tal como é praticado hoje, na verdade, é fraqueza; é fraqueza porque fere

a autoridade da Presidência da República e fere também a autoridade do Congresso Nacional. Portanto, é fraqueza institucional; e fraqueza institucional é pouca governabilidade, ou seja, capacidade de transformar ideias em ação, capacidade de tirar projetos do papel, capacidade de fazer as reformas de que o Brasil precisa. De modo que o que aparentemente é força política, que vai ali para criar-se a governabilidade, nos termos em que as coalizões são feitas, gera exatamente o contrário; gera perda de governabilidade e perda de eficácia pela corrosão da autoridade. É evidente que existe a necessidade de composição política para se ter a maioria parlamentar. Isso é assim no parlamentarismo e é assim também no presidencialismo, especialmente na vigência de regras eleitorais, que, a não ser por um milagre, a maioria expressa na eleição do presidente muito raramente se expressará também na composição das Casas Legislativas. É preciso compor e compor, claro, inicialmente, com os partidos que estão engajados no mesmo projeto. O problema é que, no presidencialismo, a forma de fazer alianças foi desvirtuada. Getúlio fez coalizões, Juscelino fez coalizões, Jango fez coalizões. Temos aqui governadores. Foram governadores Pedro Simon, Ricardo Ferraço. Montaram suas maiorias nas assembleias legislativas, mas nunca se ouviu falar em escândalo no Governo Pedro Simon ou no Governo Ricardo Ferraço. Por quê? Porque havia um mínimo de coerência programática na composição e havia, sobretudo, o zelo daquele que exerce o cargo majoritário em preservar a sua autoridade. Ou seja, aquelas pessoas nomeadas dependem de quem os nomeia, que é o presidente da república, o governador ou o prefeito. Não é possível entregar à porteira fechada: “Nomeiem quem quiser, façam o que quiserem”. Nesse mecanismo, partidos são criados especialmente para virem a ocupar o poder e, a partir daí, ocupando nichos do poder, reproduzirem as condições de existência de seus mandatos e das suas legendas. É um pouco como se fazia. O Senador Pedro Simon foi ao Império. Também vou. Diz um célebre discurso do Conselheiro Nabuco de Araújo: “O imperador faz o ministério, o ministério faz as eleições, as eleições fazem a maioria”. Quer dizer, partidos são formados para irem ao Governo, estarem no Governo, apropriarem-se dos recursos públicos para fins particulares – que são os fins partidários, quando não coisa pior –, para, assim então, fazerem bancadas e aumentarem seu ciclo de influência. É preciso romper com isso, é preciso romper com isso. Creio que a voz de V. Ex^a, que corresponde, que expressa um sentimento que vai muito além do seu Partido, de Parlamentares do seu Partido, mas que abarca um número muito grande de políticos, de Parlamentares,

tem uma profunda ressonância na opinião pública e corresponde, exatamente, estritamente, ao interesse do nosso País. Muito obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Aloysio.

É interessante se formos buscar na história imperial brasileira, a partir de 1848: D. Pedro II tinha o dom, tendo em conta o seu cabedal de conhecimento, como se falava à época, de nortear essa governabilidade entre os conservadores e os liberais em cada um desses gabinetes. Só que hoje, infelizmente, não temos um estadista como aquele.

Agora, a responsabilidade – já encerro, Sr. Presidente – não é só do Chefe do Executivo; a responsabilidade também é nossa, porque nós estamos aqui não como Senadores eleitos de forma avulsa, de forma independente. Fomos eleitos por partidos políticos. Então, cada um de nós tem a responsabilidade dentro da sua agremiação partidária. A culpa é de todos nós.

Não basta procurarmos os culpados. Precisamos buscar soluções. Esses temas precisam ser debatidos nesta Casa, ao menos debatidos, e em determinado momento, em razão da impaciência dos cidadãos, deverão ser concretizados.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência a contento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, se há uma matéria que me tem chamado muito a atenção são as manifestações do Controlador-Geral da União, que está às vésperas de conseguir que o Governo edite um decreto, ou coisa parecida, que exija adequação à lei, endurecendo regras, para ocupação de cargos DAS na Esplanada.

Fico muito feliz, porque não vi essa matéria – pode até me ter escapado – em debate nem nesta Casa nem na Câmara dos Deputados nem na imprensa. Debate-se muito a Ficha Limpa, projeto de iniciativa popular de grande repercussão aprovado por unanimidade neste Senado, que visa às questões referentes ao Congresso Nacional, ao Poder Legislativo, à classe política, mas sobre as nomeações no Executivo foi o Sr. Procurador Jorge Hage que tomou a iniciativa. E ele diz mais: pretende que a proibição se estenda a sócios de empresa considerados inidôneos. Repare como o Sr. Jorge Hage está colocando o dedo na ferida, está fazendo algo que realmente é o mais importante que eu vejo nesta matéria no Poder Executivo. Meus cumprimentos a S. Ex^a.

Falamos pessoalmente, o ilustre Senador Pedro Taques e eu, a respeito dessa matéria e ambos reconhecemos a importância da iniciativa de S. Ex^a, ambos reconhecemos o significado da iniciativa de S. Ex^a. Ele, na Consultoria-Geral da União, está reunindo sua equipe para esquematizar que, para a Presidenta nomear ministro, para nomear cargos de confiança desses ministros, para nomear as funções, quaisquer delas, dentro do Poder Executivo, tem que haver a chamada ficha limpa.

Aliás, nessa matéria se argumenta que a Presidência da República, antes até do Consultor, já tinha tomado duas determinações na indicação de dois ministros para ocuparem cargos, os dois que tinham ficha não limpa, a Presidente não aceitou. Já por conta dela, a Presidenta não aceitou. Logo, o Ministro Jorge Hage, parece-me, está caminhando na linha do que pensa a Presidenta da República. E isso é muito importante.

Eu diria que, às vésperas de uma decisão que nos parece certa no Supremo Tribunal, em que a ficha limpa vai valer para a eleição do ano que vem, e com essa decisão da Controladoria-Geral, que diz que está aprontando o projeto para levar ao Ministério da Justiça, para levar à Casa Civil e à Presidência, creio que estamos às vésperas de vivermos uma nova realidade. Como é importante a decisão que o Supremo vai tomar! E agora ela duplica de valor, porque é uma decisão para nós do Congresso, para nós da classe política e lá para o Executivo.

Sr. Presidente, poderia até parecer, cá entre nós, uma coisa meio óbvia exigir que eu, governador, prefeito ou seja lá o quê, para nomear alguém, ele tenha que ter ficha limpa, tenha que ter nome correto, seja necessário que não haja nenhuma dúvida sobre ele. Parece ser o óbvio, mas às vezes o óbvio precisa, no Brasil, principalmente, ter uma determinação. É o racional. Como é que a Presidente vai indicar o ministro que foi processado, condenado pelo juiz, recorreu e foi condenado em segunda instância por um juiz colegiado? Mas pode; até hoje tem acontecido. Pois o Ministro Jorge Hage está tomando essa providência. Eu acho altamente positivo.

O Senador Pedro Taques analisou dessa tribuna aspectos da vida partidária deste País. Tenho mais do dobro da sua idade e posso dizer que, na verdade, uma das tristezas do nosso País é a vida partidária. Aqui é interessante, porque é ao contrário de tudo o mais. Na Argentina, a vida partidária tem uma tradição enorme. No Uruguai, a vida partidária é igual à da Europa. Os Blancos e os Colorados, desde a independência, estão lá. No Paraguai, com uma ditadura de trinta anos, lá estava o Partido Colorado.

Essa falta de vida político-partidária no Brasil vem desde a sua origem, ruim, muito ruim, negativa, muito negativa, sem nenhum significado, sem nenhum conteúdo, alguns esforços. O PDC, no auge da democracia cristã na Europa, se criou no Brasil e parecia que seria um grande partido. Até pela direita, o PRP, na hora do nazismo e do fascismo, se criou numa paixão com Sr. Plínio Salgado que parecia que iam preferir um partido radical, mas de posições firmes. A UDN, quando foi iniciada, era o partido da democracia, da liberdade e revelou-se um partido golpista de terceira categoria. O PTB nasceu para ser o partido dos trabalhadores. É verdade que, quando o PTB nasceu, a rigor, não tinham trabalhadores nas indústrias; tinham os trabalhadores rurais e algumas fábricas aqui e acolá, mas nunca chegou a se consolidar um partido de ideias em nosso País.

Eu vi com esperança o PT, porque foi um partido que surgiu não contra a, nem contra b, nem contra o Getúlio, nem a favor do Getúlio, nem contra a ditadura, nem a favor da ditadura. Nasceu de trabalhadores, por trabalhadores, para ser um partido social de esquerda dirigido por trabalhadores, e olha que o PT, na oposição, foi isso. O PT, na oposição, foi um partido realmente em torno de ideias, às vezes – tenho dito desta tribuna –, até meio radicais. Na ânsia de buscar o poder, valeu deixar que o Tancredo perdesse e o Maluf ganhasse, valeu deixar que a Constituinte não tivesse Constituição porque eles não compareceram na hora de votá-la, mas eles lutavam, eles tinham ideias, tinham conteúdo até chegar no poder. Eu digo mais uma vez: o pessoal do PT que foi para o governo lá no Rio Grande, que eu conhecia, era uma gente séria, gente que andava de chinelo, de pé descalço, lutava por ideias, ganhava sanduíche, depois ficava até madrugada trabalhando. Eu digo que quem corrompeu o PT foi o governo. Foi o governo do PT que pegou o rapazinho que ganhava R\$700,00 – e passaria a vida inteira trabalhando – e deu uma função de R\$7 mil, R\$8 mil, R\$10 mil para não fazer nada.

Quer dizer, se o PT, que não tinha compromisso com ninguém, na hora em que foi para o Governo tivesse tido a seriedade, a frieza e a firmeza de ser, como o era na oposição, quando o Deputado tinha de dar 30% ou 40% do seu salário... Trinta ou quarenta por cento de seu salário ele tinha de dar ao partido. Hoje, não! Hoje é aquilo que eu digo, deputado vai embora na quinta, volta na segunda ou na terça. Com a equipe do PT que está no Governo é a mesma coisa. A do PT e a de todos os partidos! Está no Ministério, quinta-feira pega o avião, vai para seu Estado; terça-feira volta. Mora em hotel, pago por não sei quem,

mais um cartão corporativo... Então, não foi o PT; o grupo do PT é que foi levado a isso.

Então, nessa altura em que a gente vê uma Presidente tentando acertar e quando a gente vê a coação e a pressão em cima dela para não o fazer, a gente vê que a situação realmente é muito difícil.

Foi bonito sexta-feira. V. Ex^a e eu, que há muito tempo não íamos ao Palácio – eu há muito tempo, e V. Ex^a acho que nunca foi. Eu digo há muito tempo. E V. Ex^a, pelo que eu sei, nunca tinha ido – fomos. Mas foi uma sessão bonita. Bonita porque, podemos dizer, se consolidou a luta que começou com a ditadura e que terminou sexta-feira. Precisava... Eu sou a favor da Comissão da Verdade. Acho que nós erramos, nós podíamos ter feito as coisas diferentes: podia ter mais de sete membros. Não precisava deixar para a Presidente a responsabilidade de ela indicar quem quer. Parece que é uma grande coisa, mas não o é. Nós tínhamos de ter feito uma coisa democrática, aberta, em que as instituições indicassem nomes e, desses nomes, ela fizesse a seleção. Mas foi um grande dia!

Deliberadamente, naquela noite de quinta para sexta, eu reli pela terceira vez o Mandela e a comissão dele lá na África do Sul. Vai bem a Presidente, mas não vai bem, junto à opinião pública, a preocupação de muita gente neste Congresso ao pressionar a Presidente. Essa porteira fechada é uma maldição, é símbolo do que de mais ridículo existe na política no mundo. Viva o Professor e Ministro Jorge Hage! Como diz o extraordinário Presidente da OAB, Ophir Cavalcante, está aqui no **Correio Braziliense**, se não há como impedir indicações políticas do País, podemos forçar os partidos a fazerem indicações com mais critério. Em outras palavras, é isso que quer o Ministro Jorge Hage e é isso que nós queremos, é isso que está em vésperas de ser feito.

Ministro, leve isso adiante. Mas, pelo amor de Deus, a Comissão de Ética que o Governo criou para apurar os casos de corrupção no Governo não foi muito bem-intencionada. A nota que dou para ela é zero multiplicado por zero. E olha que tem como Presidente uma das figuras mais dignas e que eu mais respeito, que foi Procurador-Geral da República indicado por Tancredo Neves, que foi Presidente do Supremo Tribunal, o Ministro Pertence, e que tem nomes por quem tenho o maior carinho na Comissão, mas na prática, zero. Porque ela é de mentirinha, foi feita para não valer.

No tempo do Itamar, nós tínhamos uma Comissão feita para valer. Nomearam-se sete pessoas notáveis, de total integridade moral, quatro que não gostavam do Governo, não gostavam do Itamar, mas estavam ali, ligadas diretamente ao Presidente, com autonomia total para chamar ministro ou quem quer que seja

a qualquer momento. E a Comissão funcionou muito bem, obrigado. O Fernando Henrique a extinguiu. Eu, à época ali do Fernando Henrique, estávamos iniciando o Governo, falei com ele. “Mas eu extingui? Como foi que eu extingui? Que barbaridade! Me trouxeram aqui e não assinei? Eu não vi o que tinha assinado! Pode deixar que vou votar de novo”. Eu votei? Ele também não. Aí, entrei com um projeto de lei criando pelo Congresso. Ele não deixou votar. E no governo dele não teve coisa nenhuma em relação a essa matéria.

Agora, criaram – o Lula –, mas criaram essa piada. Cá entre nós, é uma piada. Inclusive, os casos desses ministros, que caíram de vergonha, eles mandaram arquivar tudo porque não tinha nada. Não tinha nada para ver! Não é que não tivesse. Não olharam. Não, não tinha nada para ver e não teve o que fazer! Não teve nada o que fazer. Por isso, o Ministro Jorge Hage está firme na sua ideia, mas para valer, porque, daqui a pouco, ele passa para trás. Quando se vai ver, cria-se uma comissão de mentirinha.

Eu não sei. Muita gente tem dito: “Simon, tu estás no final do teu mandato. Tu tens de defender algumas teses, algumas bandeiras que marquem posição. Esse negócio de corrupção, de ética, em primeiro lugar, nunca vai acabar. Em segundo lugar, tu devias passar para outro assunto”. Mas tem uma coisa que me diz: eu acho que nós chegamos ao fundo do poço e, por isso, está na hora de dar a volta. Eu sinto que está na hora de dar a volta. É um complexo inteiro. Eu diria que começa lá na família, que, hoje, está se desintegrando. Eu diria que começa lá no colégio, que, hoje, pode até ensinar alguma coisa, mas não educa.

Eu creio, Sr. Presidente, que há um movimento profundo no sentido de que essas coisas devem mudar. Estamos no auge. Daqui a pouco, vou ter de pedir licença porque eu sou heterossexual. Eu vou ter de pedir licença se tenho uma mulher só, porque a coisa está tão complicada que fica difícil analisar. Mas acho, por isso mesmo, que nós estamos no limite e a sociedade está dando demonstração de que quer mudar. E vai mudar. E vai mudar.

É nesse sentido, Ministro Jorge Hage, que o seu projeto é muito importante. Ele dá força para a Presidente da República: “Olha, eu sou Ministro da Agricultura e indico o Pedro Simon para a Conab”. “Mas o Pedro Simon tem três processos, é um vigarista, tem mais isso, tem mais aquilo. Não pode.” Pronto, não pode, não tem o que discutir! Isso deveria caber ao partido político. O partido político deveria ter vergonha!

Eu tenho um projeto que não anda, que diz que o partido político é responsável e tem de analisar, debater, votar a ser responsável pela indicação. Não passa. Mas já que o partido não faz, que faça a Presidente.

Recebeu a indicação? Recebeu a indicação. A coisa é muito singela. Está aqui a indicação. “Mas esse Pedro Simon é vigarista. Está aqui provado. Olha aqui a condenação dele. Como ele vai ser nomeado?”. Isso que é óbvio, isso que é simples, isso que é racional no Brasil não é assim. Por isso, o projeto é importante.

Por isso, acho que o Senado poderia fazer uma moção de confiança ao Ministro, pedindo que expeça a dele. Até podia ser lei, mas lei, vindo para cá, a gente não sabe como termina. O melhor é que ele faça da maneira que está fazendo. Cuidado! Que não aconteça que nem o meu querido amigo Pertence, que é Presidente de um órgão que hoje absolutamente não funciona.

Vamos adiante, Sr. Presidente.

Acho que, em meio a toda essa crise, há fato positivo. E peço, com profundo respeito, que Deus inspire a Presidente ao escolher os membros. Que Deus a inspire a escolher aqueles membros da Comissão da Verdade que possam realmente fazer aquilo que deveria ser feito.

Vejo V. Ex^a, ilustre Relator, eu e o Pedro Taques estávamos ali, os únicos Senadores, nós dois perguntávamos por V. Ex^a: “Então, o Relator não vem?” Cadê o Relator?”. O trabalho de V. Ex^a foi de muita grandeza. V. Ex^a, que foi um homem da luta, que lutou, que sofreu, que esteve na questão, V. Ex^a deu uma demonstração emocionante de espírito público como Relator.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...e o seu voto foi nesse sentido.

Olha, eu tenho visto as referências mais elogiosas, mais carinhosas, a respeito de V. Ex^a exatamente sobre isso. Eu, com toda a sinceridade, antes de dar o aparte, com muito prazer, a V. Ex^a, acho que alguém errou nesse negócio todo, porque não pode ter outra explicação. É alguma coisa muito engraçada, mas V. Ex^a devia estar lá.

Pois não.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Senador Pedro Simon, ouvi o discurso de V. Ex^a com o fascínio que V. Ex^a sempre me inspira e apenas peço esse pequeno aparte, esta nota de rodapé, para dizer que o aparte que V. Ex^a me concedeu na noite em que foi votado o parecer da Comissão da Verdade vale mais do que qualquer convite, qualquer celebração. É um aparte que eu vou colocar no meu *curriculum vi-*

tae e que está na minha memória e no meu coração. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu que agradeço a gentileza de V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu só repito: V. Ex^a fica bem na Presidência.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Está inscrito o Senador Aloysio Nunes, a quem concedo a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há 14 dias vem vazando petróleo no poço, na plataforma do Campo do Frade e espalha-se pela faixa litorânea do litoral fluminense uma mancha de petróleo cuja dimensão até hoje ninguém sabe determinar com exatidão. São duas semanas.

Qual é a extensão do desastre? Várias fontes se pronunciaram. A primeira fonte é a própria companhia responsável pela exploração do poço do Campo do Frade. Estima a Chevron – empresa petrolífera norte-americana – que vazaram 852 barris, o equivalente a mais ou menos 14 caminhões-pipas. Mas imagens de satélites que foram estudadas por quem entende do assunto avaliam que a mancha tem uma extensão muito maior, chegando a dez vezes essa dimensão, naturalmente subavaliada pela companhia responsável.

A Agência Nacional do Petróleo não afirma com nenhuma segurança, mas diz que já vazaram de 1.400 a 2.300 barris, quase quatro vezes a estimativa da companhia responsável. Ou seja, ninguém sabe exatamente qual a extensão do desastre. O que se sabe é que é um grande desastre. E o que se sabe também é o acidente revela, de uma forma inequívoca, que não dá margem a outra interpretação, o despreparo do Governo brasileiro para fazer frente a esse tipo de acidente, um tipo de acidente, aliás, que vem se tornando constante, triste rotina. Desde 2008, o número de acidentes ocorridos nas plataformas de petróleo de exploração no mar foi multiplicado por três. Somente neste ano foram 20 notificações. E nós nem começamos a exploração para valer da camada do pré-sal.

O despreparo é evidente e começa pelo anacronismo da legislação e do arcabouço institucional para fazer face a esse tipo de problema. A rigor, a responsabilidade recai sobre a empresa que ocasionou o vazamento, mas não existe nenhum tipo de coordenação efetiva, sequer a previsão dessa coordenação,

entre as empresas, a Marinha, o Governo Federal, os governos estaduais, a Agência Nacional do Petróleo, os Municípios. O que se vê é as pessoas batendo cabeça umas com as outras. Por quê? Porque o plano de contingência para tipo de situação, previsto em uma legislação há 11 anos, uma legislação do ano 2000, até hoje não foi implantado. Ah, sim, depois do acidente do Golfo do México, provocado pela British Petroleum, houve um corre-corre no Governo brasileiro, reuniram-se câmaras técnicas envolvendo um sem número de Ministérios e de órgãos públicos para produzir finalmente esse plano, um plano previsto na legislação do ano 2000.

Depois de passado algum tempo, as coisas caíram na rotina e a rotina é deixar passar o tempo, deixar como está para ver como é que fica.

Agora, a Ministra do Meio Ambiente, que é uma pessoa séria e correta, disse que o plano está prestes a ser anunciado. Aliás, hoje, na Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, momentos antes de tomarmos conhecimento do relatório do Senador Jorge Viana sobre o Código Florestal, aprovamos um requerimento convidando algumas autoridades do Governo Federal e do governo do Rio de Janeiro para virem ao Senado explicar o que estão fazendo ou o que não estão fazendo.

Esse requerimento que, inicialmente, envolvia apenas pessoas no nível de segundo e terceiro escalão foi aditado por minha iniciativa para que venham também o próprio Ministro de Minas e Energia e a Ministra de Meio Ambiente dizer o que o Governo está fazendo.

Enfim, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante ressaltar que além da legislação não estar sendo cumprida, pois o plano que ela prevê não foi ainda sequer formulado, a legislação é visivelmente defasada. Vejam V. Ex^{as}, por exemplo, o valor da multa que estaria sujeita a empresa Chevron: R\$50 milhões. Cinquenta milhões de reais não faz nem cócegas no bolso de uma empresa desse porte. Apenas como referência menciono o fato de que a Petrobras foi multada por um dano ambiental causado por ela na refinaria de Duque de Caxias há 11 anos. A multa era esta: R\$50 milhões. Atualizado para hoje daria R\$116 milhões. Se o Governo resolvesse multar a Chevron, multaria em R\$50 milhões. Ou seja, é uma multa que, para uma empresa desse porte, não faz a menor diferença.

Então, tudo nos leva a crer que o Governo precisa agir e o Congresso também na atualização dessas multas, embora saibamos que, quando as coisas não estão nas primeiras páginas dos jornais, quando a casa ainda não está pegando fogo, este Governo raramente toma a iniciativa de movimentar as alavancas que co-

mandam a sua maioria parlamentar para aprovar leis de interesse mais geral.

Um exemplo disso é a legislação que cria o sistema de proteção e de coordenação das ações de todos os órgãos públicos, dos diferentes níveis da Federação, com os trabalhadores das usinas atômicas e com a população das áreas afetadas. Esse projeto ficou na Câmara dos Deputados de 2004 até 2010, e a sua tramitação só foi ultimada graças à pressão da Comissão de Meio Ambiente do Senado, que promoveu audiências públicas, foi a Angra dos Reis, ouviu a opinião dos técnicos, dos trabalhadores e das populações. Aí o projeto andou, mas, se dependesse da ação do Governo, o projeto estaria até hoje dormindo na gaveta de alguma comissão da Câmara dos Deputados.

Na ação do Congresso um mínimo de realismo e um pouco menos de triunfalismo não fariam mal. Muito se ouviu a respeito do pré-sal, o novo eldorado. Tudo vai ser resolvido com o pré-sal. Falta segurança pública? O pré-sal resolve. Precisamos construir creches no Brasil? O pré-sal resolve. Precisamos criar um programa para a recuperação de dependentes de drogas? O pré-sal resolve. Precisamos de infraestrutura? Há dinheiro para isso com o pré-sal. E aqui mesmo se viu, no Senado, uma verdadeira guerra para a apropriação dos recursos do pré-sal, a miragem dessa riqueza submarina.

Ora, a realidade é que a Agência Nacional do Petróleo, até agora, não está promovendo leilões para a exploração do pré-sal. Por quê? Porque a Petrobras, que é obrigada a participar, que tem o direito e a obrigação de participar de todas as novas explorações pelo regime de partilha, está sem dinheiro, está sem caixa. Tanto é assim que o volume de investimentos neste último trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano passado diminuiu em 30%. E seguramente o plano de investimento deste ano não será cumprido.

Portanto, Srs. Senadores, cautela, pé no chão, realismo.

Ouçõ o aparte do nobre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador, fico feliz de ver que o assunto chegou ao Senado na sua palavra, até porque, aqui, o senhor tem mais credibilidade por causa da luta que temos travado para usar os **royalties** da maneira correta. Além disso, o senhor concluiu há pouco, falando que é preciso pé no chão e cautela. Não é o que a gente vê no que se refere à exploração do pré-sal. A sensação que nos é passada é de ansiedade muito grande para se tirar esse petróleo lá de baixo e trazê-lo aqui para cima, sem o rigor e o cuidado necessários para que isso não gere problemas ambientais. Então, esse

é o primeiro ponto da cautela. Não podemos tentar procurar petróleo a mais de cinco mil metros abaixo do nível do mar, incluindo aí a parte de terra, sem cuidados muitos especiais. Esses cuidados vão elevar os custos, podem fazer até inviável a comercialização do petróleo, inclusive porque não sabemos o preço que vai estar o barril do petróleo naquele momento, nem as restrições ao uso de combustível fóssil que poderão surgir no mundo nas próximas duas décadas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E, no entanto, esses cuidados são absolutamente indispensáveis e estão sendo negligenciados.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – São absolutamente indispensáveis. Se o preço do petróleo for incapaz de cobrir os gastos operacionais com todo o rigor, será melhor não usar esse dinheiro do que usá-lo e, depois, sofrer com desastres que não sabemos como recuperar. Então, este é o primeiro ponto: muita cautela. É preciso uma fiscalização muito grande. É preciso um conselho que fiscalize isso. É preciso criar um tribunal. A gente só pensa em exploração do petróleo, não pensa em um tribunal de fiscalização de como vai ser feita essa exploração. O segundo ponto tem a ver com nós dois por causa do nosso projeto de uso do **royalty** para educação. Nesses dias, na mídia eletrônica, que acompanho muito, sobretudo no Twitter, houve muita crítica por parte de cariocas no sentido de que eles precisam dos **royalties** para cobrir o gasto dos desastres ecológicos. Isso é um absurdo! Isso é um crime! Os desastres ecológicos têm de ser pagos pela empresa que provocou o crime, não pelo povo do Rio de Janeiro com os seus **royalties**. Aí eles dizem que essa é a prova de que os **royalties** têm de ficar no Rio, para ser usado para cobrir os malfeitos e os crimes das empresas que exploram irresponsavelmente o petróleo. E tive de explicar que **royalty** não pode ser usado para cobrir crimes e irresponsabilidades de empresas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É responsabilidade civil. É outro capítulo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – É outro capítulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o Código Civil que se aplica a isso.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Ao mesmo tempo, eu disse: o **royalty** tem de ser usado corretamente. Se ele fosse usado corretamente, como a gente acha, para a educação, o Rio de Janeiro seria o Estado mais beneficiado de todos, salvo São Paulo, pela população. Mas a gente não beneficiaria o Rio nem São Paulo, mas, sim, o Brasil com crianças em boas escolas. Então, é preciso tirar lições disso, e a primeira é que **royalty** não serve para cobrir crimes

ambientais praticados por empresas irresponsáveis na exploração de petróleo, sejam privadas, como a Chevron, sejam estatais, como a Petrobras. Segundo, o uso correto é outra discussão. E continuamos defendendo que deveria ir esse dinheiro todo para a educação, não para a limpeza de praias, porque isso quem deve pagar é a Chevron, como a Exxon pagou no Alasca, como a British Petroleum pagou no Golfo do México. Não é possível que o Brasil seja um País tão leviano, que a gente cubra com o dinheiro do povo os crimes das empresas exploradoras de petróleo!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

Eu acho que essa nossa pregação não é tão solitária assim. Veja tantos colegas, como a Senadora Ana Amélia, que já me pede o aparte, também com este objetivo de usar os recursos do petróleo, recursos finitos, para criarmos uma base sólida que está na inteligência das pessoas para o desenvolvimento do nosso País.

Mas eu tenho esperança agora, porque vi nos jornais que a Presidente Dilma resolveu dar mais de tempo para apurar com mais rigor os dados sobre os quais se baseou a decisão do Senado, que foram, na ocasião, contestados pelo Senador Ricardo Ferraço, dentre outros, para que nós possamos, nesse período que vai de hoje até a votação no ano que vem, olhar essa questão com mais cuidado e cautela.

Queria registrar, Senador Cristovam Buarque, que quem levantou pela primeira vez o tema na sessão de hoje foi a nossa querida amiga Senadora pelo Rio Grande do Sul, o tema do desastre ambiental que estamos vivendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou conceder-lhe mais dois minutos, para que V. Ex^a conclua. É que há outros oradores inscritos, que ficam me olhando, como se estivessem dizendo: “E aí, Presidente?”.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Prometo, meu caro Presidente Waldemir Moka, que serei breve. Apenas volto ao início da sua exposição na tribuna, Senador Aloysio Nunes Ferreira, a respeito desse vazamento. A Lei nº 9.996 dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada no lançamento de óleo e de outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional. Essa Lei foi sancionada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2000, criando e consolidando um Plano Nacional de Contingência pelos órgãos ambientais. Estamos em 2011. É exatamente esse o ponto que eu queria lembrar, para dizer que estamos

sem esse plano, que não foi implementado, e, agora, vamos chorar o leite derramado, o óleo derramado.

O SR. ALOYSIO NUNDES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O óleo derramado.

Espero que desta vez o plano saia, nobre colega, Senadora Ana Amélia, porque, quando houve o desastre no Golfo do México, o Governo se mexeu, reuniu gente, estudou, formou comissões, grupos de estudo. Parecia que o plano, finalmente, iria sair do papel. Depois, a rotina e a inércia foram mais forte.

Espero que agora o Governo cumpra a sua missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Inscrito para fazer uso da palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, nesta tarde, para dar divulgação a uma correspondência pessoal que fiz a Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Rousseff, no último dia 16 de novembro.

Senhora Presidenta, com a representação do Estado do Espírito Santo, a mim conferida pelo povo capixaba, por meio do mandato de Senador da República, venho à presença de Vossa Excelência para apresentar algumas considerações acerca da discussão envolvendo a redistribuição dos **royalties** de petróleo e gás natural entre os entes federados brasileiros, tendo em vista a preservação do pacto federativo e a justiça com as regiões produtoras, analisando em especial a situação do meu Estado.

As lideranças políticas capixabas são a favor de que todos os Estados e Municípios brasileiros sejam alcançados pela riqueza gerada com extração de petróleo e gás natural na camada do pré-sal, pois isto reforça os laços de solidariedade do pacto federativo. Contudo, não podem admitir que, afrontando-se a Constituição Brasileira, se adote medida de natureza retroativa, atingindo contratos já em andamento e, com isso, se venha a redistribuir recursos que são legalmente pertencentes aos entes federados produtores.

É importante lembrar, Senhora Presidenta, que a Constituição de 1988 no § 1º do art. 20 previu como receita originária dos Estados e Municípios participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural (...) **ou compensação financeira por esta explo-**

ração. Por outro lado, na alínea b, do inciso X, do art. 155 ficou estabelecido que o ICMS não incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados (...), ou seja, aos Estados produtores cabe a receita de participação nos resultados da exploração e compensação financeira (**royalties**) e aos Estados não produtores o ICMS, que deixou de incidir na origem da produção e passou a incidir no destino, nos Estados consumidores.

Para além de a situação colocada na atualidade ser uma afronta à constitucionalidade e, na prática, prever a dissolução do pacto que nos mantém como nação federada, o que, por si só, bastaria para refutarmos o projeto de lei aprovado no Senado, não poderia deixar de ressaltar junto a Vossa Excelência o quão decepcionante e triste se coloca esse quadro junto aos cidadãos capixabas.

O Estado do Espírito Santo, com o seu povo e com a sua localização geográfica na região central da costa brasileira, sempre teve grande potencial de desenvolvimento, seja por promover a conexão do Brasil Central com o exterior, seja pela disponibilidade de recursos naturais. Contudo, em vários momentos da história, o seu processo de desenvolvimento foi prejudicado pela cobiça de outras regiões e por atos do Poder Central Colonial, Imperial e Republicano.

Recordo alguns fatos históricos para ilustrar o que afirmo acima.

Em fins do século XVII e início do século XVIII, com a descoberta de ouro e diamantes na região de Minas Gerais, a Metrópole Colonial Portuguesa, como forma de garantir o controle sobre as riquezas minerais brasileiras, determinou que não fossem abertas vias de comunicação (estradas) que ligassem o Espírito Santo àquela região. Assim, foram limitadas as possibilidades de desenvolvimento do interior capixaba e todo o impacto positivo que adviria do trânsito dos minerais pelo nosso território foi desviado para o vizinho [e amigo Estado] Rio de Janeiro. Durante todo o século XVIII, o Espírito Santo permaneceu à margem do desenvolvimento nacional.

Ao longo do século XIX e até os anos sessenta do século XX, o Espírito Santo, de forma silenciosa e com muito trabalho dos negros e imigrantes europeus que para cá

vieram, construiu uma sólida e democrática base econômica assentada na cafeicultura. No momento de maior vitalidade da atividade cafeeira, entre 1962 e 1967, devido à crise da cafeicultura brasileira, o Governo Federal, através do IBC, implementou a política de erradicação dos cafezais que exterminou aproximadamente 54% dos cafezais e colocou no desemprego grande número de capixabas. Mas, o Espírito Santo não se abateu, enfrentou as dificuldades e reergueu sua economia em novas bases, desenvolvendo, sobretudo, um parque industrial exportador que muito contribui com a geração de divisas para o desenvolvimento do Brasil.

Recentemente, nos anos noventa, o Espírito Santo foi vítima da ação de maus cidadãos que afundaram o Estado na corrupção e destruíram a autoestima dos capixabas. Mais uma vez, a população reagiu à altura dos desafios daquele momento e, a partir da constituição de um Governo ético e com grande capacidade de gestão, foram reconstruídas as instituições, restaurada a ética e recuperadas as finanças públicas. Assim, tendo feito o que os capixabas denominam o **dever de casa**, preparamos o Estado para dar um salto no seu desenvolvimento, alavancado pela economia do petróleo e gás, que constitui um novo vetor de crescimento ou **uma nova janela de oportunidades**, mas que também requer um grande esforço do poder público para atender as novas demandas da população, especialmente dos mais pobres, que sabemos é a grande preocupação de Vossa Excelência.

As pesquisas petrolíferas no Espírito Santo foram iniciadas em 1957, a primeira descoberta se deu em 1969 e a produção começou em 1973, mas até poucos anos atrás a produção situava-se abaixo de 30 mil barris diários. Só nos últimos cinco anos, com o início da produção nas novas áreas descobertas no litoral capixaba, especialmente na camada do pré-sal, surgiram reais possibilidades de o Estado implementar um vigoroso ciclo de crescimento econômico e desenvolvimento social.

O Espírito Santo, Senhora Presidenta, pode ser referência para o Brasil em termos de políticas de distribuição e aplicação dos recursos de compensação financeira dos **royalties** de petróleo e gás natural. Desde junho de 2006, através de lei estadual, foi implantado o Fundo para a Redução das Desigualdades

Regionais, composto por 30% dos **royalties** recebidos pelo Governo do Estado, que os distribui aos Municípios capixabas não produtores ou que recebam menos de 2% de **royalties** e menos de 10% da quota parte do ICMS. Esta distribuição se faz na razão inversa da participação do Município na quota parte do ICMS e na razão direta do tamanho da população. Esta lei beneficia 68 dos 78 municípios capixabas e estabelece que os recursos do fundo **só podem ser aplicados em investimentos** em áreas que promovam o desenvolvimento econômico e social.

Neste momento, como já aconteceu em outras conjunturas, está em curso mais uma iniciativa que pretende subtrair do Espírito Santo o direito de apropriar-se da riqueza que lhe cabe para promover o seu desenvolvimento, mesmo que com séculos de atraso com relação ao restante dos seus vizinhos.

Diante do exposto, apelo ao senso de compromisso de Vossa Excelência com a Constituição e o Pacto Federativo. Apelo, também, ao vosso senso de justiça perante os capixabas, os das atuais e das futuras gerações.

A emenda Ibsen/Simon, aprovada pela Câmara dos Deputados, recebeu o veto do Presidente Lula por conter vícios de inconstitucionalidade. O novo projeto de lei aprovado pelo Senado Federal, de autoria do Senador Vital do Rêgo, com o objetivo de redistribuir os **royalties** de petróleo, contém os mesmos fundamentos e as mesmas inconstitucionalidades. Além de ferir a Constituição da República, agride o sistema federativo, pois a maioria dos Estados não produtores esmaga a minoria dos estados produtores, subtraindo-lhes direitos líquidos e certos e causando substancial perda de receitas. No Espírito Santo, Estado e Municípios perderão de 2012 a 2015, valor superior a R\$ 3 bilhões.

Apelo, Senhora Presidenta, para que Vossa Excelência, com a autoridade e a responsabilidade do mandato que o povo brasileiro inteligentemente lhe concedeu, **faça a mediação da negociação política no âmbito da Câmara dos Deputados**. Apelo ainda para que, se fracassadas forem estas negociações, **Vossa Excelência aponha um veto ao projeto de lei que venha a ser aprovado [pela Câmara]**.

Aproveito a oportunidade para solicitar a Vossa Excelência audiência coletiva a lideran-

ças do nosso Estado, para que juntos possamos expressar nossa preocupação – fundamentada em dados [reais] concretos – com esse projeto de lei que é uma violência contra o povo capixaba, uma afronta à Constituição Federal e, conseqüentemente, ao Estado democrático de Direito.

Essa é, pois, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a correspondência que enviei a Sua Excelência Presidente da República Dilma Rousseff, solicitando, em resumo, que ela possa coordenar, na Câmara, os entendimentos para que esse projeto possa ser aperfeiçoado, aprimorado e justiça seja feita ao meu Estado, o Espírito Santo. Mas não apenas ao meu Estado. Que também se eliminem os vícios da ilegalidade, os vícios que violam a Constituição Federal e o pacto federativo.

Encerro, solicitando uma audiência a Sua Excelência a Presidente, para que lideranças capixabas possam pessoalmente relatar, com profundidade e detalhes, as preocupações que, neste momento, trazem grandes incertezas à população capixaba.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está inscrito, pela liderança do PDT, o Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a tem, regimentalmente, cinco minutos, Sr. Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, esta semana, além de muitas notícias nos jornais que deveríamos comentar, claro, aconteceram quatro comemorações que, a meu ver, merecem uma reflexão nesta tribuna. No dia 14, foi o Dia da Alfabetização; no dia 15, foi o Dia da República; no dia 19, foi o Dia da Bandeira, e hoje, dia 20 de novembro, é o Dia da Consciência Negra.

Algumas dessas datas coincidiram por razões determinadas; outras foram escolhidas aleatoriamente. Mas, no conjunto, elas casam perfeitamente, para mostrar a fragilidade, o conservadorismo, o elitismo e a vergonha de uma República que é proclamada, mas não é construída.

Vejam, por exemplo, o dia 15 de novembro, o Dia da República, e o dia 14, a véspera, Dia da Alfabetização. Aqueles senhores republicanos que proclamaram a República passaram horas e horas, pode-se dizer até dias, do dia 15 ao dia 19, tentando desenhar a Bandeira brasileira. Discutiram para saber onde colocar cada estrelinha, que, segundo eles, representaria o céu do Brasil no dia 15 de novembro. Passaram horas discutindo colocar um lema na Bandeira. Ficaram em

dúvida se era Ordem e Progresso ou se era Ordem, Progresso e Amor. Decidiram Ordem e Progresso. Pois bem. Esses senhores, nossos pais da pátria republicana, não lembraram que, 6,5 milhões de brasileiros, que naquela época representavam 65%, seriam incapazes de ler o lema Ordem e Progresso. Ou seja, fizeram uma bandeira para 35% da população. Desprezaram, como inexistentes, 6,5 milhões; 65% da população naquela época.

Vejam que República, que nasce sob uma bandeira que tem um texto escrito em um País de uma imensa maioria analfabeta, incapaz de reconhecer a bandeira. Os que não são daltônicos, ou não o eram na época, poderiam até reconhecer o verde e o amarelo, mas não reconheciam o lema Ordem e Progresso. Se misturassem aquelas letras ali, eles continuariam pensando que era a Bandeira brasileira. Se escrevessem Desordem e Atraso, continuariam achando; se escrevessem outro idioma que não fosse chinês, talvez, e árabe, porque talvez percebessem a diferença, eles não saberiam que aquela não era a bandeira deles.

Essa é a nossa República que, 122 anos depois – e temos a mesma bandeira, claro, e devemos defendê-la –, em vez de 6,5 milhões de analfabetos, temos 13 milhões, duas vezes mais em 122 anos de República.

Quarenta e seis, quarenta e oito, não sei decorado o número de Presidentes que tivemos, nenhum foi capaz de se dedicar plenamente à tarefa de fazer com que todos os brasileiros fossem capazes de reconhecer a nossa Bandeira.

E o dia 20? Senador Paim, que aqui está – hoje de manhã fez uma bela sessão, a que eu não pude comparecer –, 122 anos depois da República, precisamos lutar ainda para que os negros deste País tenham o mesmo atendimento dos brancos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Peço um pouquinho de tempo, até porque, Senador, creio que não tenha muita gente mais, talvez.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou conceder cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Cento e vinte e dois anos de República. No dia 15, comemoramos a República; no dia 20, a consciência negra.

Daqueles treze milhões de analfabetos, a maior parte é de negros. A violência cai, sobretudo, sobre os negros brasileiros. A deseducação, a falta de atendimento médico, que República é essa? Que República é essa, que, 122 anos depois, não foi capaz de resolver um problema que a Monarquia começou a resolver ao fazer a Abolição. A República veio logo depois e foram

incapazes de fazer com que neste País a população não se dividisse, mas convivessem brancos e negros.

Nós temos quatro datas que coincidem, quatro datas que servem para mostrar como nós proclamamos a República. Temos um feriado para comemorá-la. No entanto, 122 anos depois, ainda não a construímos. Não a construímos, porque continua um número elevado, duas vezes mais inclusive, de pessoas que não são capazes de ler a Bandeira Republicana, porque o grau de analfabetismo, de mau atendimento, sujeitos à violência, objetos, na verdade, de violência, continua sendo a nossa população negra, que hoje tem o seu dia, o Dia de Zumbi, o Dia da Consciência Negra.

O que isso comprova? É que a proclamação de uma república pode ser feita a partir dos quartéis, como foi o 15 de novembro, mas a construção de uma República se faz a partir das escolas. A proclamação pode ser feita por um marechal; a construção só por professores e nós nos esquecemos disso.

Ao nos esquecermos disso, esquecemos quase tudo que caracteriza uma república, que é o fato de não haver uma linha separando população de um lado e população de outro. República convive com desigualdade, mas não com diferença, não com a imoralidade de ter alguns com atendimento correto e outros sem qualquer atendimento, sejam aqueles que não recebem instrução, sejam aqueles que pela raça que têm não são atendidos igualmente.

É isto, Sr. Presidente, que eu queria deixar registrado aqui: a coincidência de quatro datas, mostrando a fragilidade de uma delas, que é o 15 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Inscrito o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, é com alegria que volto a esta Casa, depois de quatro meses de afastamento para resolver assuntos particulares.

Foi com imensa alegria que fui representado pelo meu primeiro suplente, meu pai, Reditario Cassol, um homem humilde, simples, mas sincero, autêntico e verdadeiro. Soube conquistar todos os parceiros do Senado, especialmente os seus Pares.

Ao retornar, fico feliz em saber que, na semana passada, foi um elogio total a ele, que me educou, que me ensinou a andar e, ao mesmo tempo, sendo o primeiro suplente, nesses quatro meses, soube corresponder com a ansiedade e a necessidade da população do Brasil quanto à questão da criminalidade.

É uma alegria cumprimentar a população, nossos amigos e amigas do nosso Estado de Rondônia e do Brasil afora.

É segunda-feira, dia em que, na Comissão do Meio Ambiente, foi lido pelo relator, Presidente Rodrigo Rollemberg, o relatório que vai definir de uma vez por todas o Código Florestal.

Sugeri, hoje de manhã, na Comissão, que colocássemos o nome de Código Florestal Deputado Sérgio Carvalho, em homenagem ao nosso Deputado Federal de Rondônia, que soube representar, na Câmara dos Deputados, com muita responsabilidade e muita presteza para o Brasil, o nosso Estado.

Ao mesmo tempo, foi com tristeza que assistimos aos últimos acontecimentos em Rondônia na última sexta-feira. E muitos até dizem o seguinte: “Parece que há uma retrospectiva da época em que o Senador Ivo Cassol era Governador”. Mas eu quero dizer aqui que os fatos são diferentes. Naquela época, eu busquei a imprensa, o Fantástico, e passei à extorsão que um Governador de Estado vivia pela maioria dos membros do Poder Legislativo.

E nós conseguimos colocar cara nova. Nós conseguimos moralizar. Depois, foram quatro anos de desenvolvimento e progresso, para o bem da sociedade rondoniense.

Mas, na semana passada, houve uma determinação judicial, em que, ao mesmo tempo, a Justiça e a Polícia Federal, em um trabalho feito pelo Ministério Público do Estado de Rondônia – parabéns ao Ministério Público do Estado de Rondônia –, que agiu, que ouviu a aclamação e corrigiu os fatos.

Diziam que o processo começou em meados do ano passado, mas os fatos só se propagaram, na verdade, no começo deste ano, com o novo governo, com a “nova Rondônia” que prometeram ao nosso povo. Foi empossado o novo governo do Estado de Rondônia. Esse novo governo dizia que em noventa dias ia solucionar o problema da saúde em nosso Estado. Chegou a convidar o Jornal Nacional, o JN no Ar, para mostrar a situação da saúde.

É verdade que renunciei no dia 30 de março de 2010, mas o Governador João Cahulla deu continuidade. Os hospitais viviam superlotados, mas havia atendimento, havia gestão, havia administração, tinha medicamento. Tinha esparadrapo, até papel higiênico tinha nos banheiros. Hoje, quando vivemos na “nova Rondônia”, um dia falta papel higiênico; no outro, falta esparadrapo.

Quero aqui, com imensa alegria, cumprimentar o Prefeito Célio, de Urupá, que está junto com a gente, nas cadeiras da tribuna, participando nesta tarde.

Ao mesmo tempo, verificamos que a superlotação do passado não queria dizer falta de atendimento. Nós tínhamos atendimento. Havia superlotação, mas havia atendimento. A gestão da nova Rondônia é o contrário:

criou-se uma expectativa, colocou-se apadrinhado, e a gestão foi, na verdade, um desastre total.

Mas, não é só isso, não, Srs. Senadores, Sr. Presidente. Logo, no começo do governo, um governo enxuto, um governo que entreguei com equipamentos no DER, com as contas em dia, com a arrecadação em alta. Só nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, o Estado arrecadou R\$223 milhões a mais do que em janeiro e fevereiro do ano passado. Mas, mesmo assim, o Governador do Estado de Rondônia, nessa nova Rondônia, disse aos quatro cantos do Estado que não tinha dinheiro para pagar os fornecedores e prestadores de serviço. E esses fornecedores e prestadores de serviço, no desespero do dia a dia, começaram a procurar um e outro. E aí o que não faltou foi apadrinhado. Ao mesmo tempo, os fornecedores e prestadores de serviço começaram a procurar os políticos, e esses políticos começaram a intermediar. E, quando um recebia, dez corriam atrás, que queriam o resultado do recebimento, melhor dizendo, a propina de compensação; nove levavam a culpa e um só que levava o dinheiro.

Eu, aqui nesta Casa, nesta tribuna, antes de me afastar, Srs. Senadores, denunciei várias vezes o esquema de vender dificuldade para vender facilidade. E aí alguns políticos, vendo a facilidade que havia, e alguns secretários da Pasta, vendo a facilidade que havia, começaram a engendrar um verdadeiro esquema, que veio a lesar muitas pessoas. Muitas dessas pessoas que foram presas, a maioria, aquelas que cometeram erro têm que pagar na forma da lei. Mas, aquelas pessoas inocentes, que porventura tenham sido usadas de alguma maneira, a exemplo dos empresários, comerciantes, fornecedores e prestadores de serviço, aquelas que faziam o serviço no dia a dia, mas que, para receber e pagar, só tinham um caminho, tinham que dar o dinheiro, esses, na verdade, nós temos que dar a mão à palmatória e trazê-los de volta, para que voltem a integrar e a continuar um trabalho firme e forte.

O próprio Governador disse, depois de meses na administração, que errou muito quando disse que achava que ia resolver o problema do João Paulo II, da saúde, em 90 dias. Em 90 dias, ele falou que resolveria o problema. Eu torci para que ele resolvesse, mas não resolveu. E aí as coisas ficam ...

Alguém pode perguntar: “Mas é só na saúde que tem problema lá?” Não, Sr^{as} e Srs. Senadores, em várias pastas. Aqui eu tenho documento à vontade. Vocês vão me pedindo e eu vou mostrando.

O Governador do Estado chegou ao cúmulo de colocar uma nota em seu *blog* dizendo o seguinte: “Aceito também, no cargo desafiador de Secretário de

Saúde, quem puder, com a sua força, oferecer mais do que estamos fazendo. Venha! O cargo é seu!”

Gente, isso é um absurdo! Isso não é um gestor público. Isso prova que ele está mais com fanfarrice do que, na verdade, preocupado em administrar. Um governador tem que ter comando na rédea. É igual àquele que comanda uma charrete. É igual àquele comandante de um avião, de um jumbo com quatrocentos ou quinhentos passageiros a bordo. O comandante não pode simplesmente gritar para os passageiros: “O avião é de quem pegar primeiro para comandar”. E se a maioria não está preparada? E aí as coisas tomaram outro rumo.

Eu, aqui, desta tribuna, várias vezes, denunciei as pessoas que estavam envolvidas. E olhem que, das pessoas que eu denunciei, cujo nome citei, somente uma delas foi para a cadeia. Tem mais alguns soltos lá. Mas, com certeza, o Ministério Público, a Polícia Federal está preparando, para breve, mais operações, em várias áreas.

Nós não podemos admitir isso, de maneira alguma. Sou até suspeito para falar. É verdade, Sr. Presidente, porque sou ex-governador. Mas é meu Estado, Srs. Senadores, é o nosso Estado. Nós não estamos falando aqui de cor partidária, estamos falando de gestão pública, de administração.

Alguém pode pensar: “Ah, mas é só na saúde”. É nada. Olha o que se diz da Sedam (Secretaria Estadual de Meio Ambiente). Está aqui: “Governador recebe denúncia de propinas na Sedam”. E aí ele diz:

Domingo passado, dois cidadãos de Ariquemes, X e Y, me falaram horrores, presentes e passados, Ceprof, Autex, Manejo, propina, favorecimento, lentidão propositada. Ó céus e terra! Tende piedade de nós.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Eu queria contribuir com V. Ex^a com um aparte.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Depois, eu passo para V. Ex^a, Senador Raupp.

E não é só isso. Olha que ele não fez nada, a não ser divulgar o caso no seu **blog**. O Governador disse ainda que não entende nada do que se passa no órgão: “O meu negócio é benzetacil e cesariana”.

Bom, gente, se for cesariana, coitadas das mulheres que deram à luz há poucos dias, pois vão ficar marcadas para o resto da vida, uma vez que o fio para costurar é só o número três. Cadê os outros fios? Foi denúncia do Conselho Federal de Medicina. Falta de medicamentos. Isso está aqui, o governador que diz isso. Mas, aqui também está na Sedam.

Mas, alguém diz: “Mas é só na Sedam?” Não, outros órgãos estaduais também estão com problema.

E o Governador tem de ter pulso para combater, para que novamente o assessor ligado a ele, que dorme na casa dele, não seja preso, como aconteceu.

Outro caso inédito que aconteceu, Senador Raupp. Denunciei aos meios de comunicação, no Estado de Rondônia, que a Diretora Financeira da Seduc (Secretaria Estadual de Educação), Dona Isabel Fátima Luz, recebe – antes, o nosso CDS era 17, R\$4 mil, e, na atual gestão da Nova Rondônia, passaram para 20, quase R\$9 mil –, todo mês, uma média de R\$3 mil de diária. São R\$250, por cada diária. Só não recebu mais, porque é dentro do Estado, mas, se ela pudesse tirar para Guajará-Mirim, ela teria tirado. Eu fiz a denúncia. O Secretário de Educação diz que essa senhora é de sua inteira confiança. O Governador diz que ela trabalhou em Ariquemes, que é conhecida dele e que também é de confiança. Ela disse que tirou as diárias para fiscalizar obra. Diretora Financeira da Seduc trabalha internamente e paga os processos, e não fiscaliza obra. Quem fiscaliza obra são os engenheiros, são os encarregados.

Eu me recordo, Senadores, de quando fui governador. Veio uma denúncia de que alguns assessores meus da Secretaria de Turismo estavam com diárias frias, de que alguns dos meus assessores estavam com o carro encostado na garagem. Olhem o fato que aconteceu comigo, Ivo Cassol, Governador: denúncias de que assessores meus estavam com diárias e estavam amoitados, escondidos.

Eu descobri, Srs. Senadores. Apurei. O carro encostado, eles com diária – era de turismo –, mas, para dar assessoria aos outros que queriam fazer turismo, estavam fazendo turismo à custa do dinheiro do Estado. Eu exonerei todos. Não sobrou um para contar a história. Até o secretário posteriormente exonerei. Todos. Eu os exonerei no final de 2009. É inadmissível uma diretora financeira que tira 15 diárias por mês e fica na sua sala, fica dentro do seu gabinete despachando e tirando.

Mas não é só isso, não, Sr^s e Srs. Senadores. Havia um contrato de vigilância, e fui muito criticado na Secretaria de Educação. Dizia-se, na época, que vigilante e tal... Era um contrato pequeno, só de R\$1,7 milhão por mês, que encerrou no ano passado. Magicamente, esse mesmo contrato de vigilância passou para R\$5 milhões por mês, agora, neste governo. Quero lembrar à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal que são recursos do Fundeb, são recursos ligados ao Governo Federal. O Ministério Público Estadual também pode verificar.

Mas não é só isso, não. Eu ouvi mais ontem, quando cheguei a Porto Velho. Mais denúncias che-

gam a mim. E aí eu deixo ainda em aberto, para que as autoridades possam apurar, para que os Deputados...

Quero lembrar aqui que o que houve na sexta-feira foi uma operação em alguns gabinetes de Deputados – não foi em todo o Poder Legislativo – e em alguns locais do órgão estadual. E quero lembrar que em todos os lugares há gente boa, em todos os lugares há gente séria. A essas pessoas boas e sérias que nós temos que dar condições para que possam produzir mais ainda.

Mas chegou ao meu conhecimento – e eu já sabia lá atrás, porque denunciei nesta Casa – que venderam muitas empresas. Houve quem não recebeu, e passaram para o nome de quem tinha interesse. Olhem o que estou falando aqui. Basta pegar todas essas empresas que venderam, trocaram de dono, e vocês vão verificar muita coisa que está acontecendo. Não sou contra quem tem empresa. Não sou contra quem presta serviço. Não sou contra quem vende. Sou contra quem faz de conta que está fazendo. Sou contra quem faz de conta que tira diária e não trabalha ou tira, recebe e não cumpre. Eu sou contra quem vende e não entrega. Sou contra quem pega para fazer e não faz. O restante...

Quero deixar bem claro que não estou aqui defendendo ninguém. Pode ser amigo meu, mas cada um responde pelo seu CPF, como eu respondo pelo meu. Mas, pelo menos, eu posso dizer a vocês que, nesse tempo todo

Esse tempo todo à frente do Governo do Estado de Rondônia e, agora, no Senado, no que eu puder ajudar ... Não estou aqui querendo manchar o nosso Estado. Ele já foi manchado, e manchado feio. E o governador podia ter tomado providência, porque avisei, dentro do voo, vindo de Porto Velho para Brasília. O governador estava no meio: do lado esquerdo, estava o Lenzi sentado; estava o Presidente da Fier, do lado direito; e estava o Ex-Deputado Garçon, do outro lado. Falei: “Governador, por favor, há um esquema montado, para quebrar as empresas, quebrar as pessoas. Está entrando político no meio. Toma providência.” E ele: “Mas me dá nomes”. E dei vários nomes para ele. Um dos nomes que dei está preso: o Batista, assim como tantos outros que estão lá.

Então, não estou alisando ninguém, mas estou simplesmente trazendo os fatos reais e o que ainda virá. Se vocês estão pensando que vai parar por aí, não vai, não! Só há um caminho a fazer: o Confúcio assumir as rédeas do Estado de Rondônia, colocar ordem na Casa, colocar para correr estes que querem sugar o Estado e aproveitar os que querem trabalhar. Só isso! Independente de cores partidárias, independente de qualquer coisa, o Estado é nosso. O que te-

mos está lá. Não é justo ver o que estamos assistindo constantemente!

Então, portanto, os fatos aconteceram porque venderam facilidade. Primeiro, dificultaram no começo da gestão, dizendo que não tinham dinheiro, e o Tribunal de Contas foi lá e mandou ratificar a gestão nossa do ano passado. Tanto isso é verdade que o aumento de receita, mês após mês, tem consecutivamente acontecido.

Assim, portanto, é lamentável ver o que está acontecendo, mas, ao mesmo tempo, é bom para as coisas se acomodarem. A gestão se ajusta, e Rondônia continua mostrando para o Brasil a sua riqueza, com um povo que acredita e trabalha.

Também, ao mesmo tempo, temos condições de separar o joio do trigo. Para isso, precisamos conhecer quem estamos nomeando, quem está fazendo e quem, na verdade, quer fazer. Dizer que não conhece, que não pode fazer nada na Sedam, porque simplesmente só entende de benzetacil e de cesariana.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Já terminou o tempo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não, hoje é segunda-feira.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Eu queria contribuir.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Faço questão de passar para o Senador Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Eu queria, para contribuir com V. Ex^a,...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu até me esqueci do tempo, Senador.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – ... dizer que, para uma dessas pessoas presas, quero dizer que alertei o Governador antes mesmo de assumir. Antes de assumir, alertei sobre três pessoas. Duas já estão fora; uma ainda continua lá, e não vou declinar o nome. Mas quero aqui defender o Governador Confúcio Moura, homem sério e responsável; foi Deputado Federal por três mandatos – fez um grande trabalho; Prefeito da terceira cidade de Rondônia, avaliado no final da segunda gestão, quando foi reeleito por mais de 74% da população. E assumiu, ganhou legitimamente o Governo do Estado de Rondônia e está se esforçando. Eu queria dizer que essa prática não é de agora. Ela vem de governo anterior ao meu, do meu governo, do seu governo, porque a Sedam, a que V. Ex^a se referiu, com todo o respeito – V. Ex^a está coberto de razão na maioria das questões abordadas –, no governo de V. Ex^a, também foram os computadores todos presos. Só não foi gente presa por muito pouco, mas a coisa estava feia também dentro da Secretaria de Meio Am-

biente. As empresas, os empresários que foram presos nessa última operação, essa prática – não com V. Ex^a ou com o governo de Confúcio ou com outro – com os deputados já vem de muito longe. Essa relação incestuosa de deputados com empresas e servidores públicos, V. Ex^a disse muito bem: cada um tem o seu CPF. E o Governador Confúcio Moura pediu a apuração, está apoiando as apurações, soltou uma nota em apoio ao Ministério Público e à Polícia Federal, porque eu acho que o que ele mais queria era que realmente isso acontecesse para acabar com os vícios. Não é de agora. Um governo com oito, nove meses não vai estar contaminado. Esses vícios vêm de longe, vêm de vários outros governos. Então eu queria contribuir com V. Ex^a nesse sentido, porque não podemos de repente soltar tudo em cima do Governador Confúcio Moura, que quer fazer um bom trabalho. E eu acho que ele vai fazer um bom trabalho, porque o fez por onde passou até agora. Quem sabe ele não está consertando tudo para depois começar? Ele está construindo vários hospitais em várias cidades do interior com projetos inovadores, dentro da capital também tem UPAs sendo construídas, tem um grande pronto-socorro, maior do que o que está lá, que já passou. Vem de governos anteriores ao meu, do meu governo, do governo de V. Ex^a, que não demos conta de resolver. Então não creio que a situação da saúde seja tão diferente agora do que foi em todos os outros governos ou do que está em todo o Brasil, porque o maior problema do Brasil, em qualquer pesquisa que se faça no País, o maior problema é a saúde pública. Depois vem a segurança pública, vem a educação, vêm outros problemas. E eu quero crer, Senador Ivo Cassol, com todo o respeito mais uma vez a V. Ex^a e do que está falando aqui, que o Confúcio Moura vai dar a volta por cima, vai resolver o problema da saúde, que é o maior problema, e sempre foi, do Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Vou precisar só de um tempo para dizer, Senador Raupp, com todo o respeito, que foi prometido uma nova Rondônia. O Hospital São Francisco está pronto, mas está fechado. Tínhamos um convênio de R\$180 mil que o Governo não está repassando. No Hospital Regional de Cacoal tinha sido previsto 30 leitos de UTI, mas só há 10 leitos funcionando, vinte leitos estão fechados. Há 180 leitos de enfermaria, mas 30% estão sendo utilizados.

Falta gestão!

Só estou dizendo que o Confúcio escreve bonito, fala bonito, mas as coisas não acontecem.

Vou dar outro exemplo para o senhor, registrado aqui.

Não. É o contrário. No dia em que fomos diplomados – o senhor estava do meu lado direito, sua espo-

sa do lado esquerdo –, ele falou que em 90 dias não haveria mais nenhum paciente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Ivo Cassol, vou conceder a V. Ex^a mais dois minutos. V. Ex^a terá de concluir.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quando ele falou que em 90 dias resolveria o problema, eu falei para V. Ex^a: em 90 dias, está pior do que no nosso.

Quero dizer mais, Senador Raupp, o Governador Confúcio tem uma pessoa da família dele ao lado dele, o cunhado dele, de nome Assis, que comanda toda a operação por trás. Eu estou dando o nome, como dei do Batista.

Então, o Confúcio deu oportunidade, como Governador. Vou lhe dizer mais: vou fazer o que eu puder para ajudar a liberar recurso, junto com o senhor e os demais Senadores e Deputados Federais. Estou pronto para isso, mas do que o Governador precisa...

Eu sei que o senhor está fazendo o seu papel de defendê-lo, mas ouvi várias vezes de v. Ex^a a reclamação de que eles não estão ouvindo V. Ex^a.

Portanto, Rondônia foi, mais uma vez, manchete. Não é isso que queremos, mas, com certeza, na nossa administração, as coisas andavam, havia comando, rédea, as coisas iam para frente. Hoje vemos que cada secretário age e decide por conta própria.

Vou fazer outra denúncia grave. Os tratores do Promec são abastecidos durante o dia com 150 litros, mas a notinha é de 180, 200 litros de *diesel*. Os operadores já me denunciaram isso.

É isso que estou passando. Não estou passando outra coisa. Só quero contribuir, uma vez que a maioria da população do Estado de Rondônia não tem essa oportunidade e foi para isso que ela me elegeu.

Sr. Presidente, não quero polemizar em nada. Com certeza, não quero polemizar, mas quero me colocar à disposição e ajudar Rondônia, quero ajudar o meu Estado. Não vou aceitar que o Estado de Rondônia continue... A gestão não é minha. Esse cargo não me pertence, mas o Estado é de todos nós.

Que Deus abençoe a todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

Antes, porém...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sobre a mesa, ofício ao Ex^o Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, que indica o Consultor Legislativo Francisco Eugênio Machado Arcanjo em substituição a Márcio Pinto Garcia, como representante do Senado Federal na IX Reunião Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, ENCCLA, no

período de 22 a 25 de novembro de 2011, na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

É o seguinte o Ofício, na íntegra:

OF. Nº 593/2011-PRESID.

Brasília, de novembro de 2011

Senhor Ministro,

Indico a Vossa Excelência o Consultor Legislativo Francisco Eugênio Machado Arcanjo, em substituição a Márcio Pinto Garcia, como representante do Senado Federal na IX Reunião Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), no período de 22 a 25 de novembro de 2011, na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente, Senador **Waldemir Moka**, Segundo Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a tem a palavra, Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, espectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, público na tribuna de honra, eu inicio a minha fala dizendo que, primeiro, hoje, pela manhã, esta Casa realizou uma sessão especial para comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, o Dia de Zumbi dos Palmares, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, os 23 anos da Fundação Cultural Palmares, 1 ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial e homenagear o ex-Senador Abdias do Nascimento.

Em 20 de novembro de 1695, as forças do escravagismo conseguiram assassinar Zumbi, encerrando quase um século de resistência do Quilombo dos Palmares. Sabiam elas, contudo, que mais importante que matar o homem era erradicar o símbolo, pois o exemplo da sua bravura e a semente das ideias libertárias dos quilombolas já haviam se espalhado pelas senzalas do Brasil. Assim, com esse intuito de erradicar definitivamente o símbolo de luta pela liberdade encarnado por Zumbi, decidiu o então Governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, adotar uma providência absurda: determinou que a cabeça do herói fosse colocada em um poste no lugar mais público da cidade para atemorizar os negros que julgavam ser Zumbi imortal.

Hoje, decorridos 316 anos do martírio desse ícone da resistência negra, podemos afirmar que aquela autoridade colonial falhou em seu propósito.

Zumbi vive!

Aquele que foi o poderoso governador de Pernambuco não passa de uma referência desbotada nos livros de História. Já o negro rei, o grande lutador da liberdade, permanece muito vivo como a principal referência no combate ainda inconcluso por um Brasil em que todos sejam efetivamente iguais.

Zumbi é o exemplo no qual se espelham milhões de jovens brasileiros, principalmente os negros, na batalha cotidiana pela afirmação de seus direitos.

A conquista de liberdade formal pelos escravos, em 1888, nem de longe representou a verdadeira emancipação. A chaga representada pela escravidão na história deste País projeta seu legado de iniquidades até os dias de hoje, expressando-se na cruel discriminação, que é não apenas percebida no dia a dia de nossas relações sociais, mas igualmente identificada de modo lastimável nas estatísticas.

Decorridos mais de três séculos da morte de Zumbi, dados levantados pelo Ministério da Justiça no Mapa da Violência de 2011 demonstram que a desigualdade racial ainda caracteriza a sociedade brasileira. A morte de pessoas brancas por homicídio entre 2002 e 2008 caiu 23%. No mesmo período, pessoas negras foram muito mais assassinadas no País, com uma taxa de homicídio que aumentou em 20,2%. Os dados trazem que, para cada branco assassinado em 2008, duas pessoas negras também foram vítimas de homicídio.

E as desigualdades não param por aí. Dados do Ipea demonstram que os negros recebem, em média, 53% do salário dos brancos. Sua escolaridade média é de 5,8 anos, em contraste aos 7,7 anos dos brancos. Cinquenta e cinco por cento do trabalho não remunerado no País e 55,4% daquelas atividades realizadas sem carteira assinada são representadas por negros e negras.

Ora, Sr. Presidente, Sr^a Senadora Ana Amélia, demais Senadores aqui presentes, se isso não é desigualdade neste País, o que será?

A luta de Zumbi ainda é nossa. Até hoje, a história do povo negro no Brasil tem sido de combate à discriminação racial em suas mais diversas manifestações.

Destaco que hoje, no meu Estado, o Espírito Santo, o Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes) promoveu a IV Marcha Estadual contra o Extermínio da Juventude Negra. Foi um protesto e um alerta para o Estado que detém a segunda maior taxa de homicídios do País, com média de 50 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes. As principais vítimas dessa violência são os jovens negros, moradores das comunidades pobres.

É preciso políticas públicas, Sr. Senador, para os negros neste País. É preciso acabar com o preconceito, muitas vezes velado. Não podemos desprezar ou

diminuir uma população que ajudou e contribuiu para o crescimento deste País em todos os sentidos.

O sincretismo é a marca de nossa cultura. Uma cultura com contribuições das mais diversas etnias africanas, trazidas no período da escravidão. Uma cultura que é síntese das contribuições dos muitos povos que escolheram este território para viver ou que para cá foram trazidos como cativos.

Destaco, ainda, Sr^{as} e Srs. Senadores, a mulher negra. Lembro algumas referências, como Dandara, mulher de Zumbi, guerreira valente, que, além de atuar ao lado do companheiro na defesa do Quilombo, trabalhou pela manutenção da cultura de matrizes africanas até sua morte. Anastácia, filha do estupro de uma princesa africana por um comerciante português, que, durante dois anos, foi obrigada a usar uma mordaca de ferro na boca, que era retirada apenas para que se alimentasse. Chica da Silva, mulher com personalidade autêntica, líder feminina, sabia ler e escrever numa época em que quase nenhum negro tinha essa educação. Jamais se resignou com o preconceito.

Entre tantas outras personalidades femininas negras que tivemos e temos na história deste País que precisam ser destacadas, deixo aqui minhas homenagens.

Aproveito a data e o tema para ressaltar que também no dia 20 de novembro iniciaram-se os 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, mas falarei desse tema em outra oportunidade.

Encerro minha fala em alusão ao Dia da Consciência Negra destacando a importância da aprovação da Lei de Cotas Raciais nas universidades públicas, projeto que tramita nesta Casa há muitos anos e de que sou Relatora na Comissão de Constituição e Justiça.

A Lei de Cotas Raciais é uma forma de inclusão definitiva do negro e da negra na sociedade brasileira. Precisamos avançar com medidas como essa, para que possamos mudar a visão sobre o negro que predomina na nossa sociedade. Já é passado o tempo de que as negras e os negros brasileiros sejam vistos como cidadãos, com direitos e deveres como todos os outros.

As ações afirmativas são o caminho a ser trilhado para a valorização da raça negra, assegurando o reconhecimento de seu papel preponderante na construção do Brasil e de nossa identidade cultural, social e religiosa.

Parabenizo os negros e as negras deste País pela data, colocando meu mandato à disposição para as lutas e ações que visem a ajudá-los.

Zumbi vive!

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, aproveito ainda o tempo que me é concedido para

tratar de um episódio terrível ocorrido no último final de semana.

Como muitos dos senhores e das senhoras já devem ter visto, trata-se do ocorrido na cidade de Amambaí, no Mato Grosso do Sul. Refiro-me ao massacre da população indígena guarani kaiowá, do acampamento Tekoha Guaiviry.

A comunidade sofreu, na última sexta-feira, ataque de pistoleiros. Cerca de 40 homens, fortemente armados, ocuparam as comunidades.

O massacre teve como alvo o Cacique Nísio Gomes, de 59 anos, executado com tiros de calibre 12. Depois de morto, o corpo do indígena foi levado pelos pistoleiros, prática vista em outros massacres cometidos contra os kaiowás guaranis.

Faço questão de, como Vice-Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, repudiar tais atos e tamanha brutalidade.

As comunidades indígenas contam com o total apoio do nosso mandato.

Crimes como estes não podem ficar impunes.

É preciso que os assassinos sejam punidos.

A situação em que vive a população indígena no Mato Grosso do Sul e em outras regiões do nosso País não é nada simples.

Os casos de violência são muito frequentes e nos remetem mesmo a uma situação de extermínio étnico.

Destaco que o grupo indígena que sofreu o massacre no Mato Grosso do Sul estava acampado em uma área em litígio e à espera da continuidade do processo de regularização fundiária da terra indígena. O acampamento se localiza na região sul daquele Estado, a menos de 100 quilômetros da fronteira com o Paraguai, fica em uma pequena parte da área de ocupação tradicional chamada Guaiviry. A área está inserida no conjunto de terras indígenas que deverão ser demarcadas.

O processo de identificação destas áreas começou em 2007 e, desde então, vem sido repetidamente interrompido pelos conflitos políticos que o envolve. Enquanto isso, repetidos atos de assassinatos contra grupos indígenas que aguardam pela identificação e demarcação dessas áreas vem ocorrendo.

A situação de insegurança e medo vivido pelas populações indígenas é insustentável. Vemos hoje os direitos humanos serem totalmente desrespeitados.

Senador Paim, que agora preside esta sessão, é um desafio para nós, da Comissão de Direitos Humanos, tratar dessa questão e repudiar esses atos que aconteceram em Mato Grosso do Sul.

As pessoas que praticam tais crimes conhecem as leis, sabem de direitos, sabem como deve ser feita a demarcação da terra indígena, sabem que isso é

feito na justiça. Elas fazem isto porque se consideram acima da lei. Exatamente por isso precisam ser punidas e pagar pelos seus atos.

Quero aproveitar esta oportunidade para informar a todos os Senadores – parece-me que o Senador Eduardo Suplicy já teve oportunidade de fazer uma visita a essas comunidades – que, na próxima sexta-feira, haverá, no Estado de Mato Grosso do Sul, um ato com a participação de diversas entidades da sociedade civil – parlamentares, a CNBB, entre outros – em defesa da demarcação das terras indígenas e em repúdio à violência praticada contra essas comunidades indígenas, localizadas em Mato Grosso do Sul.

Era isso que eu tinha a dizer...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ana Rita, V. Ex^a me permite?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero, primeiro, externar a minha solidariedade à sua manifestação em memória de todos aqueles que, como o Zumbi dos Palmares e tantos outros, batalharam pela igualdade racial. Manifesto meu apoio a V. Ex^a nesse sentido e, segundo, quanto a esse alerta que faz em solidariedade aos índios de Mato Grosso do Sul, tendo em conta esse assassinato totalmente descabido. Conforme salienta V. Ex^a, não é forma de se resolver disputas diárias. É muito importante que haja essa manifestação de solidariedade. Então, cumprimento V. Ex^a, inclusive em nome da Comissão de Direitos Humanos, como Vice-Presidente, e presidindo a sessão está aqui o nosso Presidente Paulo Paim, certamente solidário a essa sua iniciativa. Também quero cumprimentá-la, porque hoje, na Comissão de Meio Ambiente, as emendas que pude ter a oportunidade de assinar com V. Ex^a para a Comissão, seja na Comissão de Constituição e Justiça, na de Agricultura e Reforma Agrária, seja agora, na Comissão de Meio Ambiente, foram em grande parte consideradas pelo Relator Senador Jorge Viana no que diz respeito à importância da agricultura familiar, no projeto do Código Florestal. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy, pelo aparte. Quero dizer que muito me honrou também, porque na emenda que apresentamos na Comissão de Meio Ambiente, tivemos a grata alegria de ter V. Ex^a como signatário, junto comigo. Então, quero agradecer também pelo apoio, pela presença e pelo estímulo que tem nos dado.

Quero também aqui aproveitar a oportunidade, Senador Eduardo Suplicy, para parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento que V. Ex^a fez hoje, pela

manhã, durante a sessão solene em homenagem ao Zumbi dos Palmares.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que essa situação de Mato Grosso do Sul não pode ficar impune, é uma realidade de Mato Grosso do Sul que tem desdobramentos também em outros Estados.

Sabemos que as comunidades indígenas dos mais variados Estados, e aqui quero me referir de modo particular ao Estado do Espírito Santo, têm colocado permanentemente essa pauta com relação à demarcação das terras indígenas como uma pauta extremamente importante. Então, é preciso que tenhamos uma atitude urgente, repudiando esse ato. Não é possível que, numa sociedade democrática, como a nossa, situações como essa continuem acontecendo, porque não atingem apenas as comunidades indígenas, mas atingem a todos os que lutam por justiça e por igualdade neste País.

Era isso o que eu gostaria de dizer.

Muito obrigada pela paciência de nos ouvir.

Obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ana Rita, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senadora Ana Rita.

Minha total solidariedade à Comissão de Direitos Humanos. V. Ex^a, que lá é Vice-Presidente, está inteiramente à disposição para darmos o encaminhamento necessário para ajudar nessa questão.

Passamos a palavra, de imediato, ao nobre Senador Valdir Raupp. Em seguida, ao Senador Renan Calheiros, como Líder.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Amazônia é, ou costumava ser, uma região tradicionalmente carente de oportunidades de trabalho e de emprego, onde o nível de geração de renda não atendia minimamente sequer as premissas básicas do desenvolvimento socioeconômico.

Esse panorama, entretanto, vem sofrendo significativas alterações, a partir, principalmente, do rearranjo das políticas públicas de incentivo fiscal lá adotadas, cujos objetivos vem agregando cada vez mais a dimensão do desenvolvimento humano. Isso, é claro, sem perder o foco da competitividade.

Assim, Sr. Presidente, foram mantidos ou gerados, nos últimos três anos, cerca de 490 mil postos de trabalho, diretos ou indiretos, e atraídos mais de

R\$10 bilhões em razão direta da estrutura de incentivos fiscais.

O volume total de investimentos mantidos ou atraídos situou-se na faixa de R\$35 bilhões. Esses números, em si mesmos espetaculares, vêm acompanhados de outras boas notícias. Uma delas é que o Estado do Amazonas – embora ainda campeão na aprovação de projetos – não exhibe hoje o nível de predominância que apresentou no passado. E, de fato, a quantidade de projetos situados nos Estados menores vem aumentando sistematicamente: dos 800 que foram aprovados pela Sudam desde 2007, 117 têm como destino o Estado do Pará; 86, o do Mato Grosso, e 72, o Estado de Rondônia, ente federativo que tenho a honra de representar no Senado Federal.

Entretanto, essa crescente desconcentração precisa ser ainda mais estimulada, uma vez que, a despeito dos avanços recentemente realizados, o Amazonas ainda retém 59% das novas iniciativas empresariais no âmbito da Sudam.

Parte dessas mudanças no panorama certamente se deve ao melhor grau de conhecimento da estrutura dos incentivos fiscais atualmente disponíveis para aplicação na região. Para isso certamente colaborou o volume intitulado **Marco Regulatório – Incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio**. A publicação é fruto de parceria entre a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), e foi prefeiciada pelo eminente tributarista Ives Gandra Martins.

Também foi importante a atuação dos diversos escritórios de projetos espalhados por toda a Amazônia, e não menos relevante o firme apoio dado pelas Federações das Indústrias dos diversos Estados da região. Dessa forma, projetos que na época da extinta Sudam levavam até dois anos para serem aprovados, hoje o são em cerca de 60 dias. Parabéns, portanto, a todos os profissionais e a todas as instituições envolvidas nesse admirável avanço!

A divulgação, contudo, precisa melhorar ainda mais. Prova disso é que, entre os diversos tipos de incentivo fiscal passíveis de ser adotados na região, sua maior parte, em volume financeiro, é constituída pelas modalidades Redução Fixa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante e Isenção do IOF nas operações realizadas para pagamento de bens importados.

Outras linhas de grande potencial ainda carecem de melhor conhecimento por parte do empresariado. Entre essas, é possível citar o reinvestimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, a Depreciação

Acelerada Incentivada para Cálculo do IRPJ e o Desconto da Contribuição PIS/Cofins na incorporação de imobilizado em projetos situados nas microrregiões menos desenvolvidas.

É crucial, portanto, que o conhecimento sobre os incentivos fiscais aumente cada vez mais, principalmente naqueles Estados que são os menores e os mais carentes, no contexto de toda a região, que, em si mesma, também é menos favorecida se a compararmos com as outras que compõem o País.

Mas, da mesma forma, é crucial saber que ser menor não significa automaticamente apresentar piores perspectivas de futuro. O Estado de Rondônia, por exemplo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, passou recentemente o PIB de Estados antigos como o Piauí e a Paraíba, e somos hoje o 14º Estado da Federação.

Veja, Sr. Presidente, o caso de Rondônia. Com a energia farta e barata que estará à disposição dos empreendedores, com a entrada em operação das hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, no Rio Madeira, o céu é o limite! O Estado passa a habilitar-se, vantajosamente, como sede de atividades as mais diversas que dependam do emprego de eletricidade.

Além da energia, Sr. Presidente, Rondônia hoje dispõe de uma logística importantíssima: a Rodovia do Pacífico, que vai ser inaugurada em breve, já totalmente concluída; a Hidrovia do rio Madeira; a futura Ferrovia Transcontinental, que sai do Mato Grosso, passa por Rondônia, Acre e poderá chegar aos portos do Pacífico, como a nossa Rodovia Bioceânica; o novo porto que deverá ser construído em Porto Velho e já está no PAC; a Zona de Processamento de Exportação, pela qual venho trabalhando já há alguns anos – espero que o Governo do Estado, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio do Governo Federal, possa instalar a Zona de Processamento de Exportação em Porto Velho.

Neste momento, os incentivos governamentais tornam-se ainda mais relevantes, e cabe a nós, que trabalhamos pelo desenvolvimento socioeconômico da Região Norte, fazer com que sejam cada vez mais conhecidos e utilizados. E que, em conjunto com a melhora da infraestrutura regional, façam bem feito o papel para o qual foram criados: trazer prosperidade às brasileiras e aos brasileiros daquela região, daquele lugar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, das Sr^{as} e dos Srs. ouvintes da Rádio Senado e das Sr^{as} e Srs. telespectadores da TV Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Valdir Raupp.

De imediato, passamos a palavra ao Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, hoje, pela manhã, o Senado Federal realizou sessão em justa homenagem ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Infelizmente, não pude comparecer, mas faço questão de dizer algumas palavras sobre essa importante data na sessão ordinária desta tarde.

Registro que, no final de semana, estive em União dos Palmares, onde inauguramos um busto de Zumbi dos Palmares, ali no local onde ele comandou, com muita coragem, a resistência contra a escravatura.

Em 20 de novembro de 1695, combatendo em defesa de seu povo, morria Zumbi, o grande líder negro do Quilombo dos Palmares, símbolo histórico da luta contra a escravidão e pela liberdade de culto, religião e prática da cultura africana.

Em justa homenagem, foi instituído o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, pela Lei nº 12.519/2011, sancionada recentemente pela Presidente Dilma Rousseff, com o propósito de expandir e estimular a reflexão sobre a inserção do negro na sociedade.

Até então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, celebra-se como Dia Nacional da Consciência Negra, a data agrega o nome de Zumbi, fazendo referência expressa ao homenageado, com o destaque de ser editada exatamente no Ano Internacional dos Afrodescendentes.

A celebração, que se prolonga pelo mês de novembro, tem o propósito de lembrar as injustiças e crueldades praticadas ao longo do tempo contra a população negra, além de repudiar essa chaga a ser banida do cenário mundial, que é a discriminação entre os seres humanos.

Muita gente boa deu a vida em nome dessa causa, consolidando valores que devem ser cultivados por todos nós e pelas gerações futuras.

A maldade é irmã da segregação racial.

Em meados do século passado, uma manifestação pacífica na África do Sul contra a lei que obrigava os negros a usar cartões especificando os locais por onde poderiam circular foi dissolvida com violência pelas forças do governo racista, deixando 69 pessoas mortas e quase duzentas feridas. Era 21 de março de 1960, e a data é celebrada, por iniciativa da Organização das Nações Unidas, como o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

No dia 4 de abril de 1968, Martin Luther King, prêmio Nobel da Paz e líder do movimento dos direitos civis dos negros, foi covardemente assassinado nos Estados Unidos. Essa grande personalidade da história

mundial sonhava e lutava por um dia em que as pessoas não seriam julgadas pela cor de sua pele, mas pelo seu caráter, pelo que fizessem. Hoje, na América do Norte, a terceira segunda-feira do mês de janeiro é feriado nacional, em homenagem a Martin Luther King.

Tinha inteira razão Nelson Mandela quando, do alto de sua autoridade, lembrava que “não existe caminho fácil para a liberdade”.

A humanidade tem uma dívida com os negros.

Durante o período colonial e no Império, milhões de africanos subjugados e retirados à força de suas terras foram trazidos para o Brasil como escravos, sofrendo toda sorte de crueldades e humilhações.

Veio a abolição. Uma promessa ainda não plenamente realizada, conforme observou Abdias do Nascimento, um grande brasileiro falecido este ano e que dedicou sua vida à luta contra o racismo.

Certamente é uma das grandes personalidades que honraram o Brasil. É um exemplo para todos nós. Deputado Federal e Senador, Abdias do Nascimento defendeu no Parlamento a causa dos afrodescendentes, expondo suas ideias e propostas. Tive muita honra em ser seu contemporâneo, tanto na Câmara quanto no Senado. No dia 13 de novembro, numa solenidade que contou com a presença de familiares e de lideranças nacionais e internacionais dos movimentos negros, as cinzas desse brasileiro ilustre foram depositadas no solo sagrado do Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em União dos Palmares.

Realmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o fim da escravatura não serviu para a inclusão do negro em um novo cenário social, como deveria ser. A ideologia do branqueamento contaminou o debate sobre a questão racial, e o afrodescendente foi tratado como um ser inferior e submetido às tarefas mais subalternas.

Milton Santos, baiano de Brotas de Macaúbas, o primeiro negro a obter o título de Professor Emérito da Universidade de São Paulo e o mais alto prêmio internacional em geografia, dizia que “a chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predefinido, lá embaixo, para os negros”.

Hoje, passados mais de 120 anos da abolição da escravatura, o negro no Brasil ainda suporta as piores condições de educação, saúde, renda, habitação, mercado de trabalho, violência e expectativa de vida.

É exatamente a população negra que morre mais cedo. São os negros que representam 60% dos pobres e 70% dos indigentes. São eles que compõem 65% da massa carcerária.

No mercado de trabalho, também é trágica a realidade dos negros. Entre os desempregados estão em maior número e, quando empregados, sofrem com a dificuldade de ascensão profissional e com rendi-

mentos bem menores do que a população não negra, conforme registra o mais recente censo populacional divulgado pelo IBGE.

É inaceitável a concentração de negros nas faixas da população de menor escolaridade, do analfabeto até o ensino médio incompleto. Nas universidades, os afrodescendentes não ultrapassam vergonhosos 5% dos estudantes.

No campo da violência, as disparidades são assustadoras. Os homicídios permanecem estáveis entre os brancos, e, na comunidade negra, sobem vertiginosamente.

É a pobreza que faz do negro o alvo preferencial da violência. Nas regiões onde a carência econômica, educacional e material é grande, o fenômeno da criminalidade encontra o ambiente ideal para se instalar.

A partir da atuação firme de movimentos de defesa dos afrodescendentes, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o debate público foi intensificado e as políticas de governo para o combater o racismo e a discriminação ganharam mais força na década de 1980.

A nossa Constituição reza que a República tem como objetivo fundamental promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor e idade e quaisquer outras formas de discriminação. O crime de racismo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi marcado como inafiançável e imprescritível, em norma com **status** de cláusula pétreia.

O destino me concedeu o privilégio de colaborar na Assembleia Nacional Constituinte com a luta dos negros, das populações indígenas e das pessoas deficientes para corrigir as distorções históricas, ainda que minimamente.

Em 2010, vivenciamos um momento significativo com o Estatuto da Igualdade Racial, fruto do importante trabalho do incansável Senador Paulo Paim. Não é por V. Ex^a, coincidentemente, estar agora na Presidência, mas tenho dito e queria, mais uma vez, repetir que nunca é demais ressaltar o papel do Senador Paulo Paim nesta Casa e no País.

O Estatuto, sancionado sem vetos pelo Presidente Lula, completa um ano de vigência e, entre outros pontos não menos importantes, prevê o incentivo de atividades produtivas rurais para a população negra, ao tempo em que proíbe a exigência de aspectos próprios de etnia para postos de empregos.

Além disso, a lei assegura às comunidades quilombolas o direito à preservação dos seus costumes sob a proteção do Estado e o acesso a linhas especiais de financiamento público.

Merece referência o capítulo do Financiamento das Iniciativas de Promoção de Igualdade Racial, que

têm objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a efetiva inclusão social da população negra.

Creio nas ações afirmativas e defendo-as como instrumento de combate ao preconceito. Também estou absolutamente convencido de que o sistema de cotas é fundamental como mecanismo de transição e observo que ele só foi extinto nos Estados Unidos quando a sociedade americana amadureceu para o problema. O debate sobre esse tema precisa, portanto, ser aprofundado.

Em 2003, o Presidente Lula criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com **status** de ministério e vinculada à Presidência da República, dando mais densidade ao enfrentamento da problemática racial.

Peço licença para manifestar de público o meu reconhecimento pelo belo trabalho dos Ministros Edson Santos, Eloi Ferreira e Luiza Bairros, que dedicam os melhores anos de suas vidas lutando contra a triste realidade da população negra no nosso País.

Avançamos, Sr. Presidente. É indiscutível que avançamos. O mundo avançou, mas de uma forma ainda muito tímida. É preciso ousar, se realmente queremos melhorar a qualidade de vida da população negra. Não basta cumprir a lei. Para reduzir a desigualdade racial é indispensável efetivar os programas de integração.

Devemos dar mais atenção às regiões metropolitanas, como forma de reduzir a violência urbana e gerar oportunidades de educação, trabalho e renda para a juventude.

A criação de entidades que gerem políticas públicas para promover a igualdade racial deve ser estimulada. As ações de desenvolvimento e inclusão social, que realmente resultem em melhor qualidade de vida para a população negra, merecem o apoio de todos.

Esse conjunto de ações é essencial quando temos por meta combater toda e qualquer desigualdade e seus piores vícios, que são a discriminação, o preconceito e o racismo.

Estive, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e sempre estarei engajado nessa luta, somando minha energia contra a desigualdade racial e social e toda forma de preconceito.

Nelson Mandela advertiu, com muita sabedoria, que “ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

É este o caminho que todos deveremos seguir: o caminho da solidariedade e do afeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era esse o discurso que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Renan Calheiros, a Presidência agradece a V. Ex^a.

Que ninguém tenha dúvida do depoimento que vou dar. V. Ex^a ajudou no Estatuto da Igualdade Racial, ajudou no Estatuto do Idoso, ajudou no Estatuto da Pessoa com Deficiência, ajudou no fim do fator. Lembro-me de que eu fiz uma declaração nesse sentido, e alguém perguntou: “Paim, você vai mudar?” “Não vou mudar nada. O que eu disse é verdadeiro e pronto!” Estou repetindo aqui.

E V. Ex^a agora dá um depoimento importantíssimo, para que, nem que seja numa política de transição – e eu também entendo assim –, nós aproveemos a política de cotas.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Acir Gurgacz, presidente da nossa Comissão importantíssima da Agricultura e Reforma Agrária, que está aprofundando isso. Inclusive, ele me dizia algumas coisas importantes sobre o Código Florestal.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

O que me traz aqui hoje, Sr. Presidente, é um tema realmente da maior importância para os agricultores brasileiros.

A partir da publicação da Lei nº 10.267, aprovada em 28 de agosto de 2001, todas as propriedades rurais brasileiras precisaram ter suas terras registradas no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), centralizado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e compartilhado com órgãos que tratam da questão fundiária, proporcionando uma ferramenta unificada e qualificada de informação.

Nele, a planta topográfica, uma medição de área que fornecia os limites da propriedade, foi substituída pelo georeferenciamento, que consiste no mapeamento feito pelas coordenadas identificadas por GPS. A partir da efetivação dessa lei, todo desmembramento, parcelamento, remembramento ou qualquer atividade de transferência de imóveis rurais seria permitida caso ela possuísse o memorial descritivo da propriedade, com o georeferenciamento devidamente registrado e a Assinatura de Responsabilidade Técnica (ART), emitida por técnico especializado, como engenheiro civil, agrônomo ou cartográfico.

Dez anos após a edição da Lei nº 10.267, determinando que, até 2005, todas as propriedades deveriam possuir o Cadastro Nacional de Imóvel Rural, apenas 31,5 mil certificados foram emitidos pelo Incra, o que representa menos de 0,03% do total de 5,5 milhões de imóveis rurais existentes em todo o nosso País. O prazo inicial para certificação, que era até 2005, foi prorrogado para até a data de ontem, dia 20 de novembro de 2011, e o resultado alcançado em 10 anos simplesmente não acontece.

Mais uma vez, o Brasil criou uma lei que não conseguiu cumprir.

Isso é uma demonstração de nossa fragilidade institucional, é uma demonstração da ineficiência, do atraso e da demora do Incra em emitir um simples certificado. Essa situação só pode ser resultado da inoperância administrativa dessa instituição, que é responsável pela regularização fundiária do País. Ela reflete o descaso dos sucessivos governos com a reforma agrária e a regularização fundiária no Brasil, em especial na Amazônia. Não sei se o problema é a deficiência de pessoal, de equipamentos, de instalações ou a falta de recursos, mas algum problema grave está acontecendo no Incra para que ele não consiga cumprir os prazos estabelecidos em lei.

Os proprietários de imóveis rurais estão fazendo a sua parte. Os proprietários fizeram o georeferenciamento de suas terras, mas aguardam a liberação do certificado pelo Incra, no qual a tramitação da documentação acaba emperrando.

Não podemos concordar com essa demora. O Incra já foi referência na produção da reforma agrária e colonização no Estado de Rondônia, por exemplo, quando tinha um orçamento maior do que o Governo no escritório de Rondônia. E hoje, infelizmente, está largado à própria sorte, sem investimentos e sem uma política de gestão definida.

O Brasil tem hoje o desafio de estruturar o Incra e os demais órgãos ligados à questão fundiária, de modo que equipes capacitadas aprimorem as vistorias, façam o georeferenciamento dos imóveis e as análises de campo para agilizar e simplificar o processo de regularização.

Esse esforço também envolve a modernização do sistema cartorário brasileiro no que diz respeito a custos e instalação de equipamentos, com a própria participação dos Governos federal, estadual e diretamente do Incra.

O Presidente do Incra, Dr. Celso Lacerda, reconheceu as dificuldades do órgão em audiência pública aqui no Senado, na Comissão de Agricultura. E sinalizou com a determinação de modernizar a gestão e acelerar os processos de certificação dos imóveis rurais, mas essas mudanças também estão muito lentas

e não estão acontecendo, pelo menos a contento dos nossos agricultores.

O prazo para que todos os imóveis rurais tenham cadastro georeferenciado venceu ontem.

O Governo ainda não prorrogou esse prazo, o que significa que, em tese, a partir de hoje, os proprietários rurais não poderão mais realizar alienações de imóveis nem seu parcelamento ou remembramento, acarretando prejuízos e paralisando o comércio de imóveis rurais.

Há pouco, eu conversava com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, o qual me colocou, Senador Maggi, que essa questão está na Casa Civil pronta para a nossa Presidenta assinar e prorrogar esse prazo mais uma vez, com a possibilidade de ser publicada no **Diário Oficial** amanhã ou depois de amanhã, mas, com certeza, esta semana ainda, para que os nossos agricultores possam ficar legais perante a lei, já que esse é um problema do Incra, um problema do próprio Governo, que não resolveu essa questão.

O Incra até propôs novos prazos. E aqui faço um apelo, como fiz ao Ministro Afonso Florence, que me deu esse retorno, também à Presidenta Dilma Rousseff, para que estenda essa data para, pelos menos, mais 5 anos! Mas não basta apenas prorrogar a data: é preciso, também, criar condições para que o Incra possa cumprir esse prazo. Senão, o que não foi feito em 10 anos, não será feito novamente em 5 ou em 15 anos, e o prejuízo será enorme para todos os proprietários rurais de todo o País.

Nessa uma década de atraso no processo de certificação dos imóveis rurais, algumas inovações tecnológicas precisam ser incorporadas. É preciso modificar o procedimento de certificação dos imóveis rurais para um sistema informatizado, em que os proprietários possam fazer o cadastro, inserir todos os dados e gerar o certificado **on line** pela Internet.

A Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI) apresentou, em uma audiência da Comissão de Agricultura, uma ferramenta para a averbação da reserva legal totalmente **on line**, feita com base em imagens de satélites, e creio que o mesmo procedimento é possível para a certificação dos imóveis rurais.

Tenho informações de que o Incra está desenvolvendo um sistema e automatizando todo o procedimento.

Esse é o caminho para que consigamos agilizar a certificação, que, no curto prazo, conseguirá atender à sociedade nesse importante programa de identificação da malha fundiária de nosso País.

Apesar do atraso na certificação georeferenciada das propriedades rurais, destaco que o Governo tem logrado alguns avanços na regularização fundiária do País. O Programa Terra Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e desen-

volvido em parceria com Estados e Municípios, vem respondendo ao desafio da segurança jurídica na regularização das terras públicas na região amazônica.

Para agilizar os processos de regularização que levaram cerca de 10 anos, o processo de titulação foi simplificado e já atendeu mais de 243 mil habitantes da região amazônica com a regularização de terras urbanas. Em áreas rurais de até quatro módulos fiscais, o processo deve ser concluído em 120 dias a partir do cadastramento da posse. O programa atua em áreas rurais e urbanas, em terras da União, com até quinze módulos fiscais.

Ocorre que, mesmo após a regularização fundiária e a emissão do título de posse, o proprietário do imóvel fica ainda aguardando a certidão georeferenciada, que é o documento que lhe dará total direito à terra, podendo, inclusive, negociar, parcelar ou desmembrar o imóvel.

Portanto, reforço aqui o apelo que fiz à Presidenta Dilma Rousseff, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, e ao Presidente do Incra, Carlos Lacerda: que estabeleçam um novo prazo para a emissão da certidão georeferenciada dos imóveis rurais, mas que também reestruturem os órgãos responsáveis por esse procedimento, um procedimento importante. Já se vão 10 anos e ainda o Incra não conseguiu a mobilidade de que o País necessita. As coisas estão acontecendo e o Incra precisa avançar em um sistema que atenda à população rural de todo o nosso País.

Eram essas as nossas colocações, Sr. Presidente, esperando, assim como me disse o Ministro Afonso Florence, há 40 minutos aproximadamente, por telefone, quando ele colocava que está na mesa da Presidenta para que ela possa dar mais esse prazo a fim de que o Incra se organize. Não são os agricultores, os produtores que precisam organizar-se, Sr. Presidente, mas é o próprio Incra, a quem cabe essa responsabilidade de fazer o georeferenciamento em todo o País. Que o Incra possa ter a estrutura necessária para atender os produtores brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT — RS) — Cumprimento mais uma vez o Senador Acir Gurgacz, que, com muita competência, quer garantir que o Incra tenha mais estrutura e, com isso, mais prazo. Agora mesmo, viajando um pouco pela região Sul, eu vi muito isto: a falta de estrutura do Incra. Parabéns, Senador, mais uma vez. V. Ex^a é uma referência para nós todos nessa área.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB, como Líder, pelo tempo que for necessário para o seu pronunciamento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB — DF. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do Orador.) — Muito obrigado Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que é uma honra poder fazer este pronunciamento de registro do Dia Nacional da Consciência Negra tendo V. Ex^a, Senador Paim, presidindo esta sessão, pelo que V. Ex^a representa na luta dos trabalhadores deste País, na luta em defesa de um País mais justo, solidário e generoso.

Ocupo a tribuna, na tarde de hoje, em nome da Liderança do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, porque ontem celebramos o Dia Nacional da Consciência Negra e quero fazer um registro especial a essa questão que considero muito maior do que uma comemoração apenas simbólica diante de uma história de injustiça e descaso com os afrodescendentes no Brasil. Trata-se de um momento oportuno para refletirmos sobre os desafios concretos na busca de superação de um racismo ainda acentuado — em sua dimensão velada ou não — e das consequências de uma enorme dívida social que o Brasil possui para com os negros, excluídos e marginalizados deste País. Portanto, uma data oportuna para pensarmos sob a perspectiva de futuro, ainda que o passado insista em falar mais alto — por razões óbvias — para chegarmos a caminhos efetivos de mudança e conscientização.

Na última semana, foram divulgados pelo IBGE novos dados sobre a situação dos negros no Brasil. Os dados do Censo mostram, pela primeira vez, que negros e pardos são maioria da população do País, somando 97 milhões de brasileiros. No entanto, a pesquisa mostra que negros têm renda mensal equivalente a 54% da média dos brancos e que a parcela dos 10% mais pobres entre os negros chega a ser mais de 57 vezes menor que os 10% mais ricos entre os brancos.

Essa disparidade torna-se ainda mais evidente quando observamos as taxas de analfabetismo associadas à cor. Enquanto a população branca aponta 5,9% de analfabetos, entre os negros essa proporção é de 14,4%.

O dado mais dramático, Sr. Presidente, entretanto, traduz a explícita marca de violência contra negros no Brasil. Segundo o IBGE, a cada três assassinatos que ocorrem no País, dois são de negros.

Como aspecto positivo, o estudo do IBGE mostra o aumento do número de brasileiros que se autodeclararam negros ou pardos no Brasil, que passou de 6,2%, em 2000, para 7,6%, no ano passado.

É indiscutível a influência de políticas afirmativas adotadas pelo País, ao longo da última década, sobre os indicadores do Censo, efeito palpável do processo de valorização da presença afrodescendente na sociedade brasileira, mas esses dados também demonstram um processo de fortalecimento identitário, sinalizam o princípio de uma mudança sociocultural e a conquista de um espaço de reconhecimento.

Nesse sentido, é fundamental se reconhecer, numa data como essa, a profunda necessidade de se

trabalhar a política de valorização dos negros dentro de uma perspectiva universalizante. Que não se atenha ao diálogo restrito de negros para negros, mas que dialogue verdadeiramente o Brasil com sua diversidade. Ou seja, é preciso mostrar a contribuição efetiva dos negros não apenas para a construção de cultura afro-descendente no País, mas para a formação da cultura brasileira, em sua totalidade.

O que seria da economia do País, da cultura brasileira, de nossa música, nossa culinária, nossa dança, nossa arte, nossa ciência, nossos costumes e nossa história se não fossem os negros? Eu pergunto: sem os negros teríamos o samba, a bossa, o *reggae*, o coco, o frevo, a capoeira, o forró, o maracatu, manifestações belíssimas da nossa cultura popular? E pergunto ainda: o que seria o País sem nomes como Grande Otelo, Abdias Nascimento, Milton Santos, Pixinguinha, Cartola, José Antônio da Silva Callado, Moacyr Santos, Pelé, Ruth de Souza, Dona Ivone Lara, Gilberto Gil, Paulinho da Viola, Jorge Ben Jor, e muitos outros, apenas para citar alguns exemplos?

Não há dúvida de que, sem os negros, o Brasil não seria nem um pedaço, nem um pouco, nem um terço do que é hoje.

O Brasil é o que é hoje porque é negro, porque é amarelo, porque é branco, porque é plural. A brasilidade, embora muitos ainda não admitam, é o que é hoje porque é principalmente negra.

Se hoje existe um Brasil sensual, afetivo, sensorial e telúrico é porque a África deixou em nossa pele e alma sua herança, para sempre plasmada em nosso DNA físico e cultural. Os negros fertilizaram a vida e o imaginário de nosso território e estamos ainda descobrindo as cargas semânticas e cosmológicas dessas muitas civilizações que se mesclaram e aqui fundaram nossa cultura.

Por isso, vejo nessa homenagem ao “mundo negro” também uma homenagem à cultura brasileira, uma forma de afirmação generosa de nossas diferenças. Diferenças que são constitutivas de uma cultura, e que não podem ser objeto do apagamento sociocultural.

Também vejo nessa celebração uma homenagem maior ao sentido de liberdade. Pela referência emancipadora de Zumbi dos Palmares, pela liberdade real, vivida no dia a dia, comprometida com o coletivo, que esse grande herói simbolizou. Pela liberdade que se plenifica e não se oprime perante a diferença; a alteridade e a diversidade humana. O Quilombo dos Palmares nos deixa como legado uma bandeira de convivência, diversidade e resistência. Dimensões sempre essenciais na história e no futuro do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esses ideais e exemplos se façam cada vez mais fortes e presentes na construção permanente do Brasil. Que essa data, no futuro, não precise mais simbolizar um

marco em defesa dos negros, mas, sim, um motivo de orgulho nacional, de celebração de conquistas.

Gostaria de finalizar este breve registro com uma citação do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Segundo ele, “devemos lutar pela igualdade toda vez que a diferença nos inferioriza, mas também devemos lutar pela diferença toda vez que a igualdade nos descaracteriza.”

Era essa a mensagem, em nome do Partido Socialista Brasileiro, que gostaria de fazer na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Rodrigo Rollemberg, que também faz o seu pronunciamento lembrando o 20 de novembro e a luta para que o povo negro tenha direitos iguais de oportunidade, como os outros setores da sociedade.

Para mim, é uma alegria ter comparecido pela manhã e ter visto que a sessão da tarde foi quase que uma prorrogação dessa luta para manter direitos iguais para todos: brancos, negros, índios, ciganos, enfim, toda a nossa população.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador Aníbal Diniz, para uma comunicação inadiável. Depois, com certeza, poderá presidir para que eu possa fazer a minha fala.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna neste momento para fazer um registro e parabenizar o relatório apresentado nesta manhã pelo Senador Jorge Viana ao projeto do novo Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente.

Trata-se de um texto que busca preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, preservar a condição do Brasil como um País produtor de alimentos. Esse é, a meu ver, um mérito do esforço do Senador, o companheiro Jorge Viana, digno representante do Estado do Acre neste no Senado Federal, que teve o mérito de construir consensos, de ouvir todos os segmentos interessados, produtores, ambientalistas, comunidade científica, e partiu para a produção de um texto que não é e nem pretende ser o texto ideal, mas é o texto possível diante das situações.

O Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Rodrigo Rollemberg, abriu até amanhã, às 18 horas, prazo para apresentação de emendas. Todos que têm sugestões de aprimoramento a esse projeto devem apresentar suas emendas, mas o fundamental sobre o trabalho do Senador Jorge Viana é que foi um trabalho primoroso e reconhecido por todos os componentes da Comissão de Meio Ambiente na sessão de leitura desse relatório.

Quero aqui manifestar o meu orgulho por ser também Senador pelo Estado do Acre e por ter participado com o Senador Jorge Viana do esforço todo que ele empreendeu nos últimos dias para chegar a esse relatório que foi lido hoje na Comissão de Meio Ambiente.

O texto atual estabelece mecanismos que facilitam e estimulam a busca pela regularização ambiental dos imóveis rurais e urbanos, não permitindo interpretações que admitam e tolerem novos desmatamentos.

Foi muito interessante porque ele dividiu em duas partes: uma cuidando de questões transitórias e outra, de questões permanentes. No que diz respeito às questões transitórias, apresenta todo um arcabouço de propostas no sentido de buscar solução para os passivos acumulados. Uma solução que não seja a simples permissividade do erro ambiental cometido, mas, sim, a busca de recomposição a partir de determinados parâmetros. Outra parte diz respeito aos dispositivos permanentes, que visam fundamentalmente a dar um breque no desmatamento do Brasil.

Ou seja, a partir dessa proposição, que acreditamos será aprovada no Senado com um ou outro reparo dos Srs. Senadores e depois vai passar pela Câmara, se tivermos essa lei sancionada pela Presidente Dilma, teremos um importante instrumento para construir um desenvolvimento sustentável com muita proteção às florestas do nosso País.

O relatório busca o bom senso ao estabelecer, por exemplo, normas para a recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) desmatadas irregularmente, normas para áreas protegidas nas cidades e um capítulo específico sobre agricultura familiar. Permite, por exemplo, que a pequena propriedade ou posse rural familiar possa manter cultivos de outras atividades de baixo impacto ambiental em Áreas de Preservação Permanente e de reserva legal, desde que o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural, o CAR, e que as atividades sejam declaradas ao órgão ambiental.

Essa é uma medida importante para dar tranquilidade aos cultivos mantidos por pequenos produtores ribeirinhos em terras próximas aos rios e era uma das nossas maiores preocupações: garantir que o sustento das famílias não fosse ameaçado. Mas, fundamentalmente, também garantir que o meio ambiente não fosse ameaçado, que as florestas não fossem ameaçadas e que os nossos mananciais hídricos fossem devidamente cuidados com as áreas de proteção.

E, ao prever tratamento diferenciado para a pequena propriedade ou posse rural, o texto estabelece critérios seguros que não permitirão nenhuma manipulação para fraudar a caracterização do imóvel rural, como desmembramentos futuros, por exemplo.

Outra preocupação foi resolvida com a decisão do Relator de estabelecer regras específicas para as propriedades familiares. Propõe, por exemplo, que seja gratuito o registro da reserva legal nas unidades rurais familiares.

O relatório do novo Código Florestal é o resultado de exaustivos debates com a sociedade civil, cientistas, parlamentares, ambientalistas e ruralistas. Deve ser pensado como um avanço para o Brasil e tratado com o respeito que merece, na medida em que sabemos que as regras do código anterior, de 1965, já não contemplam o Brasil de hoje e que precisamos encontrar um ponto de equilíbrio entre a produção e a preservação, para estruturar o Brasil de amanhã. Por isso, temos e queremos contar, defendendo, mais uma vez, o bom senso de todos em reconhecer os avanços possíveis e conseguidos ao longo das negociações.

Há várias diferenças entre a proposta da Câmara e o relatório hoje lido pelo Senador Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente.

Podemos citar, por exemplo, que o texto atual resgata a condição de área de proteção permanente, como o espaço onde a regra é a manutenção da vegetação nativa, admitindo-se a supressão de vegetação como evento excepcional, e mesmo assim já estabelecendo as situações de Utilidade Pública, Interesse Social ou de baixo impacto ambiental, que poderão justificar a referida supressão. Isto é fundamental: ter a proteção das Áreas de Proteção Permanente como regra; qualquer situação que justifique a conversão de uma APP tem que estar enquadrada nessas situações de Utilidade Pública, Interesse Social ou de baixo impacto ambiental.

Também podemos destacar que o novo texto do Código Florestal busca a construção de uma consciência de maior valorização e reconhecimento do papel das florestas na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Para isso, propõe o aperfeiçoamento de instrumentos creditícios para a recomposição de Áreas de Preservação Permanente, reserva legal e expansão das florestas plantadas, a indução de estímulos financeiros para a conservação de vegetação nativa, o apoio à regularização ambiental em propriedades e a definição de regras claras e objetivas para o uso sustentável e racional dos recursos naturais das reservas legais.

Uma inovação foi a reformulação do capítulo que trata dos incentivos econômicos para preservação e recuperação de áreas florestadas, incorporando, entre outras possibilidades, o pagamento por serviços ambientais, como, por exemplo, a conservação da biodiversidade.

E mais. Cuidando das florestas, o relatório não descuidou das áreas urbanas e destinou um artigo es-

pecífico para a proteção de áreas verdes nas cidades. O texto defende, por exemplo, que sejam mantidos pelo menos 20 metros quadrados de área verde por habitantes em novas expansões urbanas.

Srs. Senadores, Sr. Presidente Paulo Paim, são muitos os avanços conseguidos na proposta apresentada hoje, pela manhã, pelo Senador Jorge Viana, mas que é fruto de um conjunto de negociações que vem evoluindo a cada passo dado e que teve a participação especial do Senador Luiz Henrique, que foi relator nas outras três Comissões em que o código foi apreciado: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Ciência e Tecnologia e Comissão de Agricultura.

Então, esse aperfeiçoamento é fruto de um amadurecimento que envolve uma discussão aprofundada, tanto com a comunidade científica, quanto com parlamentares desta Casa, fazendo interlocução direta com representantes também da Câmara dos Deputados e, fundamentalmente, com os segmentos envolvidos, ruralistas e ambientalistas.

É um trabalho primoroso que, certamente, precisa de aprimoramento, mas vale a pena ressaltar que já teve um avanço significativo e, por isso, este meu reconhecimento ao trabalho do Senador Jorge Viana, apresentado hoje, de manhã, na Comissão de Meio Ambiente.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Ouço com atenção o Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz. Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex^a pelo brilhante desempenho do mandato que realiza nesta Casa e, especialmente, pela sua participação assídua nos debates sobre a revisão do Código Florestal no âmbito da Comissão de Meio Ambiente. Quero dizer que hoje me sinto extremamente feliz, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, pelo fato de ter designado Relator da matéria naquela Comissão o Senador Jorge Viana, pela qualidade do relatório apresentado naquela Comissão e pelo ambiente que conseguimos construir até este momento. Lembro-me de que, logo que designei o Senador Jorge Viana como Relator da matéria na Comissão de Meio Ambiente, ao ser questionado pela imprensa sobre os prazos para apreciação da revisão do Código Florestal, eu disse e repito que o prazo é o prazo do entendimento. Entendo que uma questão importante como essa não deveria ser resultado de embates ou de medição de forças entre interesses contrários, legítimos que existem no uso e ocupação do território brasileiro ao longo de sua história, que deveríamos buscar o entendimento que refletisse a média ponderada da opinião do Congresso Nacional,

especialmente neste momento, dos Senadores, dando equilíbrio e bom senso a esse debate, fazendo com que o Senado pudesse cumprir com integridade o seu papel de Casa revisora. Tivemos aí uma contribuição inestimável dos Presidentes de todas as Comissões por onde o projeto tramitou: Senador Eunício Oliveira, Senador Eduardo Braga, Senador Acir Gurgacz, e um trabalho profícuo e profundo, a quatro mãos, dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, Senadores experientes, tarimbados, comprometidos, com alto espírito público, ambos ex-governadores de Estados com realidades completamente diferentes, que construíram uma sinergia muito grande. E até aqui estamos prestes a apresentar efetivamente um texto que seja fruto de entendimento e, sobretudo, um texto que seja bom para o Brasil. Destaco as evoluções em relação ao texto que veio para a Câmara, a definição de critérios claros para a preservação de Áreas de Preservação Permanente. Espero que prevaleça o texto apresentado hoje pelo Senador Jorge Viana, que define os 15 metros como área de recuperação mínima para Áreas de Preservação Permanente de rios de até 10 metros de largura; que define que, para os rios com mais de 10 metros de largura, tenhamos uma recuperação de Área de Preservação Permanente de, no mínimo, 30 metros, indo até 100 metros para os rios mais largos. Saúdo a inclusão de conceitos de preservação de área verde e de efeitos do Código Florestal sobre as cidades e a busca de construção de instrumentos econômicos que incentivem a preservação, apontando para o Governo as diretrizes de um grande projeto de lei, de pagamento por serviços ambientais, de crédito em melhores condições para quem desenvolve atividades produtivas utilizando metodologias corretas de menor impacto ambiental. Quero, mais uma vez, registrar a minha confiança, a minha convicção de que, ao final desta semana, depois de mais entendimentos, ao longo do dia de hoje, do dia de amanhã, a partir da apreciação da matéria na Comissão de Meio Ambiente, a partir de quarta-feira, nós vamos poder, efetivamente, apresentar ao Brasil um texto equilibrado, um texto que não vai refletir isoladamente a opinião de ninguém especificamente, de nenhum setor específico, mas que vai representar a média da opinião do Senado Federal e que vai ser um texto bom para o Brasil, para a atual e para as futuras gerações. Essa é a nossa expectativa. E nós não poderíamos ter, repito, dois Relatores melhores para conduzir essa questão do que o Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana, um representando o Estado de Santa Catarina, que, diga-se de passagem, é o Estado brasileiro que tem o maior percentual de mata atlântica preservada – mais de 40% da sua mata atlântica é preservada –, e o outro, o Estado do Acre, que inovou quando o Governador

Jorge Viana governou aquele Estado, desenvolvendo a compatibilização de políticas de desenvolvimento agrícola com políticas de preservação e de exploração sustentável das florestas do Acre. Quero agradecer, de forma especial, a todos os Senadores da Comissão de Meio Ambiente e das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Infraestrutura e de Agricultura e Reforma Agrária, porque atuamos conjuntamente, ao longo desse período, pelo resultado, que está muito próximo. Eu diria que nós já passamos a fase mais difícil. Estamos próximos de construir, efetivamente, um grande entendimento acerca da revisão do Código Florestal Brasileiro. Eu não poderia deixar de cumprimentar V. Ex^a pela sua contribuição nesse entendimento, pela sua participação efetiva, assídua, profunda nas reuniões da Comissão de Meio Ambiente sobre o tema. Muito obrigado, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg. Quero dizer que o seu aparte, pela qualidade, deve ser incorporado na íntegra. Faço minhas as suas palavras no que diz respeito à felicidade que V. Ex^a teve ao escolher o Senador Jorge Viana para Relator na Comissão de Meio Ambiente, que é a comissão terminativa desse projeto do Código Florestal. Devo dizer também, repetindo o que já disse hoje na Comissão de Meio Ambiente, que o Senador Jorge Viana, com esse relatório, de certa forma já deu uma contribuição tão importante para o Brasil e para o Senado Federal que, por si só, já estaria justificada a qualidade do mandato dele aqui no Senado Federal.

Sr. Presidente, Paulo Paim, Srs. Senadores, são muitos os avanços conseguidos nessa proposta do Código. Não quero dizer, com isso, que atingimos a situação ideal. O ideal é um objetivo a ser perseguido sempre. Nós vamos continuar sempre lutando pelo ideal. O fundamental é conseguir fazer com que os segmentos representativos sejam respeitados na proposta. São avanços que, a meu ver, merecem e devem ser mantidos quando da aprovação do texto pelo Senado e também quando de uma nova avaliação pela Câmara dos Deputados. As modificações feitas aqui vão ao encontro de manifestações de setores produtivos preocupados com o não desmatamento e também da preocupação do Governo, que tem um objetivo importante no sentido de fazer aumentar a produção no Brasil, mas, fundamentalmente, manter o equilíbrio ambiental e a preservação de nossas florestas.

Temos todos um compromisso com o Brasil, e essa é a nossa chance de efetivá-lo. Fica aqui o apelo para que não desperdicemos essa oportunidade e que cumpramos o nosso papel histórico para as atuais e para as futuras gerações, legando-lhes um Código

Florestal do tamanho do Brasil e com a responsabilidade própria deste Parlamento no sentido de oferecer condições ambientais adequadas para a atual geração, mas, fundamentalmente, para as futuras gerações.

Encerro, Senador Paim, fazendo um cumprimento especial a V. Ex^a pelo dia de hoje, quando realizamos aqui uma bonita sessão em homenagem a um grande líder negro brasileiro, escritor, dramaturgo, ex-Deputado e ex-Senador, Abdias do Nascimento e em homenagem também ao Dia de Zumbi dos Palmares e também ao Ano Internacional dos Afrodescendentes, além de termos comemorado o primeiro ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial.

Todos os pronunciamentos feitos aqui desta tribuna refletiram o quanto o Brasil ainda é um País desigual para os afrodescendentes e o quanto de dívida temos para com esses afrodescendentes, que nos ajudaram a ser o que somos.

Os negros, hoje, no Brasil, representam mais de 50%, mas a participação nas esferas de poder, nas esferas de decisão, nos organismos de decisão ainda é mínima. Por isso, temos que mudar essa realidade. O Presidente Lula deu grandes passos; a Presidenta Dilma também está dando importantes passos, mas precisamos continuar avançando nessa luta pela verdadeira igualdade racial e fazer cumprir o Estatuto da Igualdade Racial, para que não haja tanta discriminação e para que o Brasil deixe de ser um País em que o pobre e o negro são a marca do insucesso, da exclusão, das limitações. Precisamos estabelecer condições para que haja verdadeiro respeito às diferenças de raça, de credo e de nível cultural em nosso País.

Eu, da tribuna, fiz um pronunciamento em comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes e quero, Senador Paim, pedir que o senhor registre meu pronunciamento na íntegra nos Anais do Senado, assim como o pronunciamento cumprimentando o Senador Jorge Viana pelo excelente trabalho que ele fez em relação ao Código Florestal.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer um registro e parabenizar o relatório apresentado nesta manhã pelo senador Jorge Viana ao projeto do novo Código Florestal, na Comissão de Meio Ambiente. Trata-se de um texto que busca preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, preservar a condição do Brasil como um grande país produtor de alimentos. Esse é, a meu ver, um mérito do esforço do nobre relator.

O texto atual estabelece mecanismos que facilitam e estimulam a busca pela regularização ambiental dos imóveis rurais e urbanos, não permitindo interpretações que admitam e tolerem novos desmatamentos.

O relatório busca o bom senso ao estabelecer, por exemplo, normas para recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) desmaiadas irregularmente, normas para áreas protegidas nas cidades e um capítulo específico sobre agricultura familiar.

Permite, por exemplo, que a pequena propriedade ou posse rural familiar possa manter cultivos e outras atividades de baixo impacto ambiental em Áreas de Preservação Permanente e de reserva legal, desde que o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural e que as atividades sejam declaradas ao órgão ambiental.

Essa é uma medida importante para dar tranquilidade aos cultivos mantidos por pequenos produtores ribeirinhos em terras próximas aos rios e era uma das nossas maiores preocupações: garantir que o sustento dessas famílias não fosse ameaçado.

E, ao prever tratamento diferenciado para pequena propriedade ou posse rural, o texto estabelece critérios seguros que não permitirão nenhuma “manipulação” para fraudar a caracterização do imóvel rural, como desmembramentos futuros, por exemplo.

Outra preocupação foi resolvida com a decisão o relatório de estabelecer regras específicas para as propriedades familiares. Propõe, por exemplo, que seja gratuito o registro da reserva legal nas unidades rurais familiares.

O relatório do novo Código Florestal é o resultado de exaustivos debates com a sociedade civil, cientistas, parlamentares, ambientalistas e ruralistas. Deve ser pensado como um avanço para o Brasil e tratado com o respeito que merece, na medida em que sabemos que as regras do código anterior, de 1965, já não contemplam o Brasil de hoje e que precisamos encontrar um ponto de equilíbrio entre a produção e a preservação para estruturar o Brasil de amanhã.

Por isso, temos e queremos contar, defendendo mais uma vez, com o bom senso de todos em reconhecer os avanços possíveis e conseguidos ao longo das negociações.

Há várias diferenças entre a proposta da Câmara e a proposta do Senado.

Podemos citar, por exemplo, que o texto atual resgata a condição de APP como espaço onde a regra é a manutenção da vegetação nativa, admitindo-se a supressão de vegetação como evento excepcional, e mesmo assim já estabelecendo as situações de Utilidade Pública, Interesse Social ou de baixo impacto ambiental que poderão justificar a referida supressão. Isso é fundamental.

Também podemos destacar que o novo texto do Código Florestal busca a construção de uma consciência de maior valorização e reconhecimento do papel das florestas na melhoria de qualidade de vida.

Para isso, propõe o aperfeiçoamento de instrumentos creditícios para a recomposição de áreas de preservação permanente, reserva legal e expansão das florestas plantadas, a indução de estímulos financeiros para a conservação de vegetação nativa, o apoio à regularização ambiental de propriedades, e a definição de regras claras e objetivas para o uso sustentável e racional dos recursos naturais da reserva legal.

Uma inovação foi a reformulação do capítulo que trata dos incentivos econômicos para preservação e recuperação de áreas florestadas, incorporando, entre outras possibilidades, o pagamento por serviços ambientais, como por exemplo, a conservação da biodiversidade.

E mais. Cuidando das florestas, o relatório não descuidou das áreas urbanas e destinou um artigo específico para proteção de áreas verdes nas cidades. O texto defende, por exemplo, que sejam mantidos pelo menos 20 metros quadrados de área verde por habitante em novas expansões urbanas.

Srs. Senadores, são muitos os avanços conseguidos na proposta do novo código florestal.

São avanços que, a meu ver merecem e devem ser mantidos quando da aprovação do texto pelo Senado e, também, quando de uma nova avaliação pela Câmara dos Deputados. As modificações feitas aqui vão ao encontro das manifestações de setores produtivos preocupados com o não desmatamento.

Temos todos um compromisso com o Brasil e esta é a nossa chance de efetivá-lo. Fica aqui o apelo para que não desperdicemos esta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Sr^{as} e Srs., sinto-me honrado em participar dessa sessão em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem de um grande líder negro brasileiro, o escritor, dramaturgo, ex-deputado e ex-senador Abdias do Nascimento; em homenagem ao Dia de Zumbi dos Palmares, ao Ano Internacional dos Afrodescendentes e ainda o primeiro ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial.

Quero ainda prestar homenagem à Fundação Palmares, criada a partir de uma reivindicação do Movimento Negro para estimular, no debate político, a necessidade do combate ao racismo e em favor da promoção da igualdade racial.

Considero de extrema importância participar hoje dessa sessão histórica e repleta de significados. É para mim uma grande alegria ter-me associado ao

senador Paulo Paim e à senadora Lídice de Mata na propositura de requerimento para que, nesta ocasião, homenageássemos também o Ano Internacional dos Afrodescendentes.

A Assembleia Geral da ONU proclamou 2011 como o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes com o objetivo de estimular ações concretas para que as populações negras possam usufruir plenamente de direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos. E tivemos eventos determinantes cujos impactos deverão marcar os próximos anos.

Ao instituir o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, a ONU reconheceu que as pessoas de ascendência africana representam um setor da sociedade cujos direitos humanos devem ser promovidos e protegidos.

De fato, as pessoas de ascendência africana são reconhecidas pela comunidade internacional como as que permanecem sofrendo a discriminação como um legado histórico e perverso do comércio transatlântico de escravos. Mesmo aqueles que não são descendentes diretos dos escravos enfrentam ainda hoje o racismo e a discriminação.

Estima-se que 150 milhões de pessoas que se identificam como sendo de ascendência africana vivem na América Latina e no Caribe. De acordo com o Censo nacional brasileiro de 2010, mais da metade do povo brasileiro declara-se negro.

O Brasil é o maior país de negros fora da África: são 90 milhões de afrodescendentes declarados vivendo em nosso território, enriquecendo nossa cultura e contribuindo, com seu trabalho, para o progresso e a grandeza do país.

Mas, embora sejamos um país com cor, sabemos que, mesmo com os importantes avanços alcançados em favor da igualdade racial ainda temos muito mais a fazer na luta contra a discriminação e o preconceito que perduram em nossa sociedade.

As desigualdades ainda são gritantes e os afrodescendentes são os que mais sofrem com a pobreza e o desemprego.

De acordo com o último censo de 2010, por exemplo, os rendimentos médios mensais dos brancos são de R\$ 1.500, aproximando-se do dobro do valor relativo recebido pelos afrodescendentes, de cerca de R\$ 800.

Em relação à Educação, o quadro não é diferente: enquanto entre os negros de 15 anos de idade ou mais a taxa de analfabetismo é de 14,4%, entre os brancos ela é de 5,9%.

Essa é uma realidade que precisamos mudar.

Quero destacar que, nesses últimos dias, como prova que a luta contra a intolerância e o racismo toma cada dia mais relevância, a cidade de Salvador, a cidade que tem a maior população de afrodescendentes fora da África, sediou, durante quatro dias, um monumental

evento que discutiu e celebrou O Afro XXI, o Encontro Ibero-Americano dos Povos Afrodescendentes.

O Afro XXI reuniu 12 chefes de Estado, inclusive a presidente Dilma Rousseff, em debates sobre combate ao racismo, à xenofobia e à discriminação e à intolerância raciais.

Foram reuniões importantes com a presença de gestores públicos, representantes de organizações da sociedade civil, artistas e pesquisadores envolvidos com a questão racial.

Desse encontro entre representantes da sociedade civil ibero-americano, caribenha e africana foram construídas propostas que contribuíram para a assinatura da Carta de Salvador, uma agenda para assegurar a inclusão plena de dezenas de milhões de cidadãos e cidadãs afrodescendentes.

O Afro XXI foi um evento de celebração pela maturidade do movimento social de luta por igualdade, mas também um momento de reflexão sobre o futuro.

No discurso de encerramento do Ano Internacional dos Afrodescendentes, em Salvador, a presidente Dilma Rousseff lembrou que o Brasil faz 123 anos de fim institucional da escravidão, um período cuja herança mais dramática foi a crença de era possível que o país pudesse crescer e se desenvolver como nação próspera sem inclusão social, sem distribuição de renda, sem considerar o conjunto de sua população.

Foi justamente contra esse modelo que tivemos a contribuição importante do ex-presidente Lula ao criar mecanismos de inclusão mantidos e ampliados pelo nosso atual governo.

No Brasil, nos últimos oito anos, conseguimos avanços na inserção socioeconômica da população negra graças à inclusão dos temas da igualdade racial no debate público e na agenda governamental.

Tivemos a criação da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003, com o objetivo de combater o racismo e promover ações afirmativas pela igualdade racial; a obrigatoriedade do ensino da cultura negra e indígena nas escolas; a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial; o programa de atenção à saúde dos negros; e o Programa Universidade para Todos.

Temos ainda as ações voltadas para as comunidades quilombolas e o sistema de cotas das universidades públicas federais do país.

Na base dessas mudanças, temos de destacar as ações permanentes de organizações do movimento negro e os inúmeros agentes da manutenção e recriação de valores culturais que têm garantido a continuidade de ações para a igualdade racial.

Mas sabemos que temos de avançar muito mais: reforçar as políticas públicas de inclusão, as ações de saúde da mulher, o combate à pobreza. E aqui defendo,

em especial, o cuidado com o jovem afrodescendente, esse segmento fundamental da nossa sociedade.

É nesse contexto de defesa do jovem afrodescendente que quero destacar as informações que foram divulgadas na última sexta-feira, em Salvador, num evento paralelo ao Afro XXI.

O UNFPA, o Fundo de População das Nações Unidas, que é uma agência da ONU, lançou em Salvador o relatório sobre a juventude afrodescendente na América Latina.

Esse relatório é o primeiro a apresentar um panorama regional das dinâmicas populacionais dos jovens e das jovens afrodescendentes, tanto em termos demográficos como de distribuição territorial.

E esse documento revela que, infelizmente, os jovens e as jovens afrodescendentes da América Latina e do Caribe são um dos grupos populacionais que enfrentam as maiores desvantagens, exclusão e discriminação.

Apenas na América Latina, a juventude afrodescendente representa mais de 24 milhões de pessoas, de um total estimado em mais de 81 milhões de afrodescendentes.

O relatório do UNFPA mostra que quase metade da juventude brasileira tem ascendência africana, mas a origem desses jovens no continente latino-americano é causa de discriminação e exclusão socioeconômica e resulta em baixos índices de saúde, educação e emprego.

Da América Latina, o Brasil é o país com maior população de jovens afrodescendentes: são mais de 22,5 milhões de pessoas, o que representa 47,3% do nosso total de jovens. Isso nos torna o país que reúne a maior quantidade de jovens afrodescendentes, tanto em termos relativos como absolutos.

Então, precisamos ter um olhar diferenciado para os nossos jovens,

A desigualdade que caracteriza a América Latina se reflete também na juventude afrodescendente, que sofre uma tripla exclusão: étnica/racial (por ser afrodescendente), de classe (por ser pobre) e geracional (por ser jovem).

Os dados do relatório do UNFPA apontam ainda a existência de diferenças na implementação dos direitos de saúde reprodutiva entre as jovens mulheres afrodescendentes, já que a maternidade em idade precoce é tanto ou mais elevada entre elas que para as demais jovens.

Essa é a realidade mundial que temos de mudar. E é também uma realidade que trabalhamos para mudar.

Nos últimos anos, temos a felicidade de contar com maior visibilidade aos anseios e demandas da comunidade afrodescendente graças ao aumento das organizações e das articulações afrodescendentes que defendem seus direitos.

No ano passado, entrou em vigor no Brasil o Estatuto da Igualdade Racial. Esse é um instrumento importantíssimo, Senador Paulo Paim, para erradicarmos todas as formas de discriminação contra os afrodescendentes, e promovermos o respeito à diversidade de nossa herança cultural. Vossa Excelência sabe disso mais do que ninguém, já que trabalhou com afinco, durante anos a fio, para ver implementada essa lei.

Não resta dúvida de que o Estatuto da Igualdade Racial representa um marco na defesa dos direitos dos negros no Brasil.

E essa defesa permanece como marco nossa luta de ontem e de hoje para construir a verdadeira igualdade racial na sociedade brasileira..

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Senador Anibal Diniz. V. Ex^a será atendido na forma regimental para as duas questões, tanto para a análise correta, no meu entendimento, que V. Ex^a faz do Código Florestal, porque penso como V. Ex^a, quanto para a questão da luta dos afrodescendentes para terem direitos e oportunidades iguais.

Vou passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação parlamentar, e convido o Senador Anibal Diniz para assumir a presidência dos trabalhos, já que, logo após o Senador Eduardo Suplicy, eu usarei da palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, V. Ex^a hoje faz algo que, muitas vezes, tem feito, mas que é de tirar o chapéu: desde às 11 horas da manhã, V. Ex^a está presidindo esta sessão – agora, vai sair um pouco para usar da tribuna. V. Ex^a tem honrado muito o mandato que o povo gaúcho lhe conferiu, ainda mais neste dia em que homenageamos Zumbi dos Palmares e todos aqueles que lutam por igualdade racial, como Abdias do Nascimento e tantos outros. V. Ex^a dá um exemplo notável da dedicação que tem aqui, como um Senador exemplar.

Eu quero, nesta tarde, aqui, fazer o registro da entrevista, que considero de muito boa qualidade, dada pelo Presidente do Banco Central, que é Ministro também, Alexandre Tombini, à revista **Veja**, entrevistado que foi, nesta semana, pelo jornalista Giuliano Guandalini. Considero que essa entrevista tem uma alta qualidade didática, daí por que eu gostaria de ler alguns trechos.

Pergunta a revista **Veja**, Giuliano Guandalini:

A Europa está no foco das atenções internacionais. A crise agora se aproxima de algumas das maiores economias do mundo, como a Itália e até mesmo a França. Existe uma saída à vista?

[Responde Alexandre Tombini:] Vivemos a repercussão da crise de 2008 e 2009. Os países empregaram políticas agressivas para dar apoio à economia, tanto no campo fiscal (aumento dos gastos públicos) como na área monetária (diminuição nas taxas de juros). Essa ação contribuiu para dar um piso à crise. Os países emergentes, menos afetados, tiveram uma recuperação rápida e estão, em termos gerais, numa situação confortável. Mas os países desenvolvidos enfrentam o legado de uma deterioração de suas finanças. A dívida pública deles cresceu muito, num curto espaço de tempo. A reversão desse quadro se dará em um processo longo e sujeito a sobressaltos. Conhecemos bem, no Brasil, uma situação dessas. Vivenciamos experiências semelhantes no passado. Nesse ambiente, os agentes do mercado financeiro começam a questionar a capacidade desses países de pagar as suas dívidas. Não se sairá dessa crise da noite para o dia. Levará tempo até que a confiança seja restabelecida. As autoridades europeias estão trabalhando num plano de ação, mas ainda precisamos ver como ele será executado.

Como o Brasil será atingido pelo agravamento da crise europeia? Posso assegurar [disse Tombini] que o Brasil está bem preparado para enfrentar uma piora na economia internacional.

[E aqui ressalto:] Estamos mais preparados do que estávamos em 2008. Cito os motivos para o meu otimismo. Hoje as reservas internacionais em moeda estrangeira são superiores a 350 bilhões de dólares contra 205 bilhões de dólares naquele período. O total de recursos dos depósitos compulsórios, dinheiro do sistema financeiro retido pelo Banco Central, soma 440 bilhões de reais ante os 270 bilhões de reais em 2008. São recursos que podem ser liberados para estimular a economia. O Governo brasileiro já deu mostras de que vai preservar o equilíbrio orçamentário, o que deverá ser um diferencial em um momento no qual os países ricos vivem uma crise fiscal. Contudo, a economia mundial crescerá em ritmo inferior ao que se imaginava. Poderá haver um impacto no comércio exterior, afetando as exportações brasileiras.

A economia brasileira iniciou 2011 em ritmo de crescimento acelerado. Muitos julgavam inclusive que havia uma bolha nela. Os indicadores mais recentes, no entanto, mostram uma freada na atividade econômica. Foi o efeito da crise externa? [Pergunta Giuliano. E daí pondera

Tombini:] Desde o fim de julho, início de agosto, começou a ficar mais evidente a desaceleração da economia brasileira. Sabíamos que as medidas de restrição ao crédito e também o aumento dos juros efetuado entre janeiro e julho, para combater a inflação, teriam um impacto mais forte no segundo semestre do ano, como de fato ocorreu. Ao mesmo tempo, houve um agravamento do quadro internacional. Por isso, além da esperada desaceleração da atividade no Brasil, houve uma perda de ritmo lá fora.

[E aí pergunta outra vez a Veja:] Mesmo com a queda no ritmo de crescimento, a inflação brasileira permanece em um patamar elevado, acima do limite superior da meta de inflação para este ano, que é de 6,5%. Diante desse cenário, não foi uma aposta arriscada ter reduzido a taxa básica de juros, a Selic? [E aqui quero enfatizar que, quando houve a baixa da taxa Selic, eu aqui saudei a decisão do Banco Central, que aqui está muito bem argumentada.] O Banco Central não faz apostas; toma decisões objetivas a partir de suas análises, tendo sempre em vista os cenários interno e externo. Em março, no relatório de inflação publicado trimestralmente, explicitamos que a convergência da inflação para a meta de 4,5% ocorreria em 2012. Naquele momento, o IPCA já acumulava 2,3% em três meses. Seria impraticável atingir o centro da meta de 4,5% em 2011. Sabíamos que haveria um pico da inflação no terceiro trimestre, e depois ela passaria a cair. [Como está acontecendo, aqui pondero. E prossegue Tombini:] No sistema de metas de inflação, as decisões devem ser tomadas olhando para frente. No passado, muitas vezes, decidimos subir a taxa de juros, mesmo quando a inflação aparentemente não trazia preocupações. Agora, ao contrário, decidimos diminuir a Selic porque avaliamos que já estava em curso uma desaceleração da economia. Posso dizer que a inflação está sob controle. A projeção do Banco Central e a expectativa de mercado indicam que a inflação encerrará 2011 dentro do intervalo da meta. O importante, no entanto, é que, depois do pico atingido em setembro, entramos em uma trajetória de declínio, que permitirá uma convergência para o centro da meta, que é de 4,5%, no fim de 2012.

O Banco Central tem meta de Inflação ou de crescimento? [Responde Tombini:] O BC tem duas missões: colocar a inflação na meta estabelecida pelo Governo e preservar a estabilidade do sistema financeiro. Não traba-

lhamos com metas para a taxa de juros nem com metas para o crescimento.

A Presidenta Dilma Rousseff concorda com isso? [É importante aqui registrar, Tombini responde:] A Presidente Dilma tem reiterado que a política monetária está a cargo do Banco Central. Desde que fui convidado para assumir a presidência do Banco Central, em novembro de 2010, recebi dela a determinação de atuar com autonomia na condução da política monetária. Temos autonomia para trabalhar e, como disse a própria Presidente, a meta que o Banco Central tem de perseguir é da inflação.

Na avaliação do Banco Central, qual o ritmo em que a economia brasileira pode crescer sem despertar pressões inflacionárias mais intensas? O Banco Central observa, constantemente, as condições de oferta da economia e analisa qual seria o crescimento da demanda compatível com a meta de estabilidade monetária, ou seja, com a manutenção da inflação dentro da meta. Assim sendo, estimamos que o chamado PIB potencial (taxa de crescimento não inflacionário) para a economia brasileira esteja entre 4,5% e 5%. Em 2010, crescemos 7,5%.

Mas o ritmo, como já disse, vem se moderando. Calculamos que o crescimento será de 3,5% em 2011. A médio prazo, caso não haja nenhum novo choque na economia mundial, acredito que possamos crescer entre 4,5% e 5%.

Por que o Brasil, não sendo o pior país do mundo, possui a maior taxa real de juros? A taxa brasileira tem diminuído. Nos últimos anos, o país avançou em tópicos que permitirão uma convergência para padrões internacionais. A dívida pública brasileira, medida como proporção do PIB, está em queda. O Brasil superou também a restrição da necessidade de financiamento externo e passou a ser credor em moeda estrangeira. A propósito, no meio da crise internacional, o país fez recentemente uma captação externa ao custo mais baixo da sua história. Tenho certeza de que o custo do dinheiro continuará a cair no Brasil, mas é um processo que leva tempo. [É importante aqui saudar que a economia brasileira, o Brasil, na semana passada, teve uma elevação no sentido da qualificação pelas instituições que medem o risco da economia brasileira, ou seja, no sentido de estar mais seguro com a qualificação BBB. Pergunta:]

Uma teoria diz que os juros são altos porque os bancos lucram mais com isso. É verdade? Não. [Responde Tombini.] Os ban-

cos, em geral, lucram concedendo empréstimos. Se ganhassem mais dinheiro com juros maiores, um supermercado ganharia mais com o aumento do preço que paga pelos produtos que revende. Tudo depende da diferença entre o preço cobrado pelo fornecedor e o pago pelo consumidor.

Outra teoria diz que a Selic tem pouco efeito sobre a inflação, por dois motivos. Primeiro, porque boa parte do crédito vem de linhas direcionadas, como as do BNDES, com juros abaixo dos cobrados pelo mercado. Segundo, porque os juros do crediário no comércio são bem mais elevados do que a Selic, e isso independe das decisões do BC. É verdade?

Não. Dois terços do crédito disponível na economia são de empréstimos com taxas de mercado, que sofrem, sim, influência direta da Selic. Quando subimos os juros, o dinheiro fica mais caro para as pessoas e para as empresas, o que contribui para conter a demanda e, assim, controlar a inflação. A política monetária vem aumentando o seu grau de influência. O número de contas de brasileiros no sistema financeiro dobrou na última década.

A meta de inflação no Brasil, de 4,5%, é uma das mais elevadas no mundo. Em outros países, ela costuma ser fixada ao redor de 2%. O Brasil tem condições de ter uma taxa mais baixa? [Responde realisticamente Tombini:] Acredito que não a curto prazo. A inflação global elevou-se nos últimos trimestres. Vários países estão com a inflação acima da meta. Havia muita liquidez nos mercados financeiros, e houve o choque de alta no preço das commodities. Não temos espaço, portanto, para rever a meta brasileira neste momento. Uma decisão dessas dependerá de como vai evoluir a conjuntura brasileira e internacional.

Sr. Presidente, peço que sejam transcritas as três perguntas e respostas restantes, porque quero respeitar a generosidade dos demais Senadores, que aguardam para também falar, Senador Paulo Paim e Senador Eduardo Braga

Quero transmitir como avalio que essa entrevista é altamente didática. Cumprimento o Presidente Alexandre Tombini pela firmeza com que está conduzindo a Presidência do Banco Central e o Copom.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

“A inflação está sob controle”

O presidente do Banco Central afirma que o reajuste dos preços está em trajetória de queda e que o Brasil tem artilharia suficiente para combater os efeitos da crise na Europa

Os presidentes do Banco Central, o BC, estão habituados, no Brasil, a sofrer com o fogo amigo disparado de dentro do governo. É assim porque o BC, na sua missão de combate ao reajuste de preços, precisa muitas vezes elevar a taxa de juros e esfriar o ritmo de crescimento do PIB. Com Alexandre Tombini, que assumiu a presidência da instituição em janeiro, tem sido diferente. As críticas mais incisivas vêm sendo feitas por analistas do mercado financeiro. Eles argumentam que o BC passou a ser mais tolerante com a inflação em favor do desejo do governo de manter a economia em ritmo acelerado. A autonomia de Tombini foi ainda mais questionada depois de o BC ter reduzido a taxa básica de juros, a Selic, mesmo com a inflação acima da meta estipulada pelo governo, que é de 4,5% ao ano, com tolerância até 6,5%. Falando a VEJA na semana passada, em Brasília, Tombini foi assertivo: “O BC tem metas para a inflação, não metas para o crescimento ou para a taxa de juros”. De acordo com o economista, o ritmo na alta de preços está em queda e a inflação ficará em torno de 4,5% em 2012. Funcionário de carreira do BC e prestes a completar 48 anos, Tombini já ocupou diversas diretorias na instituição e trabalhou no Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington. A seguir, a entrevista.

A Europa está no foco das atenções internacionais. A crise agora se aproxima de algumas das maiores economias do mundo, como a Itália e até mesmo a França. Existe uma saída à vista? Vivemos a repercussão da crise de 2008 e 2009. Os países empregaram políticas agressivas para dar apoio à economia, tanto no campo fiscal (*aumento dos gastos públicos*) como na área monetária (*diminuição nas taxas de juros*). Essa ação contribuiu para dar um piso à crise. Os países emergentes, menos afetados, tiveram uma recuperação rá-

pida e estão, em termos gerais, numa situação confortável. Mas os países desenvolvidos enfrentam o legado de uma deterioração de suas finanças. A dívida pública deles cresceu muito, num curto espaço de tempo. A reversão desse quadro se dará em um processo longo e sujeito a sobressaltos. Conhecemos bem, no Brasil, uma situação dessas. Vivenciamos experiências semelhantes no passado. Nesse ambiente, os agentes do mercado financeiro começam a questionar a capacidade desses países de pagar as suas dívidas. Não se sairá dessa crise da noite para o dia. Levará tempo até que a confiança seja restabelecida. As autoridades europeias estão trabalhando num plano de ação, mas ainda precisamos ver como ele será executado.

Como o Brasil será atingido pelo agravamento da crise europeia? Posso assegurar que o Brasil está bem preparado para enfrentar uma piora na economia internacional. Estamos mais preparados do que estávamos em 2008. Cito os motivos para o meu otimismo. Hoje as reservas internacionais em moeda estrangeira são superiores a 350 bilhões de dólares, contra 205 bilhões naquele período. O total de recursos dos depósitos compulsórios, dinheiro do sistema financeiro retido pelo Banco Central, soma 440 bilhões de reais, ante os 270 bilhões em 2008. São recursos que podem ser liberados para estimular a economia. O governo brasileiro também já deu mostras de que vai preservar o equilíbrio orçamentário, o que deverá ser um diferencial em um momento no qual os países ricos vivem uma crise fiscal. Concluído, a economia mundial crescerá em ritmo inferior ao que se imaginava. Poderá haver um impacto no comércio exterior, afetando as exportações brasileiras.

A economia brasileira iniciou 2011 em ritmo de crescimento acelerado. Muitos julgavam inclusive que havia uma bolha nela. Os indicadores mais recentes, no entanto, mostram uma freada na atividade econômica. Foi o efeito da crise

**“O Banco Central
não faz apostas.
Toma decisões objetivas
a partir de suas
análises, tendo sempre
em vista os cenários
interno e externo.
Sabíamos que
haveria um pico da
inflação, e depois ela
passaria a cair”**

externa? Desde o fim de julho e o início de agosto começou a ficar mais evidente a desaceleração da economia brasileira. Sabíamos que as medidas de restrição ao crédito e também o aumento dos juros efetuado entre janeiro e julho, para combater a inflação, teriam um impacto mais forte no segundo semestre do ano, como de fato ocorreu. Ao mesmo tempo, houve um agravamento do quadro internacional. Por isso, além da esperada desaceleração da atividade no Brasil, houve uma perda de ritmo lá fora.

Mesmo com a queda no ritmo de crescimento, a inflação brasileira permanece em um patamar elevado, acima do limite superior da meta de inflação para este ano, que é de 6,5%. Diante desse cenário, não foi uma aposta arriscada ter reduzido a taxa básica de juros, a Selic? O BC não faz apostas. Toma decisões objetivas a partir de suas análises, tendo sempre em vista os cenários interno e externo. Em março, no relatório de inflação publicado trimestralmente, explicitamos que a convergência da inflação para a meta de 4,5% ocorreria em 2012. Naquele momento, o IPCA já acumulava 2,3% em três meses. Seria impraticável atingir o centro da meta

de 4,5% em 2011. Sabíamos que haveria um pico da inflação no terceiro trimestre, e depois ela passaria a cair. No sistema de metas de inflação, as decisões devem ser tomadas olhando para a frente. No passado, muitas vezes decidimos subir a taxa de juros mesmo quando a inflação aparentemente não trazia preocupações. Agora, ao contrário, decidimos diminuir a Selic porque avaliamos que já estava em curso uma desaceleração da economia. Posso dizer que a inflação está sob controle. A projeção do BC e a expectativa do mercado indicam que a inflação encerrará 2011 dentro do intervalo da meta. O importante, no entanto, é que, depois do pico atingido em setembro, entramos em uma trajetória de declínio, que permitirá uma convergência para o centro da meta, que é de 4,5%, no fim de 2012.

O Banco Central tem meta de inflação ou de crescimento? O BC tem duas missões: colocar a inflação na meta estabelecida pelo governo e preservar a estabilidade do sistema financeiro. Não trabalhamos com metas para a taxa de juros nem com metas para o crescimento.

A presidente Dilma Rousseff concorda com isso? A presidente Dilma tem reiterado que a política monetária está a cargo do Banco Central. Desde que fui convidado para assumir a presidência do BC, em novembro de 2010, recebi dela a determinação de atuar com autonomia na condução da política monetária. Temos autonomia para trabalhar e, como disse a própria presidente, a meta que o BC tem de perseguir é a da inflação.

Na avaliação do Banco Central, qual o ritmo em que a economia brasileira pode crescer sem despertar pressões inflacionárias mais intensas? O BC observa, constantemente, as condições de oferta da economia e analisa qual seria o crescimento da demanda compatível com a meta de estabilidade monetária, ou seja, com a manutenção da inflação dentro da meta. Assim sendo, estimamos que o chamado PIB potencial

(taxa de crescimento não inflacionário) para a economia brasileira esteja entre 4,5% e 5%. Em 2010, crescemos 7,5%. Mas o ritmo, como já disse, vem se moderando. Calculamos que o crescimento será de 3,5% em 2011. A médio prazo, caso não haja nenhum novo choque na economia mundial, acredito que possamos crescer entre 4,5% e 5%

Por que o Brasil, não sendo o pior país do mundo, possui a maior taxa real de juros? A taxa brasileira tem diminuído. Nos últimos anos, o país avançou em tópicos que permitirão uma convergência para padrões internacionais. A dívida pública brasileira, medida como proporção do PIB, está em queda. O Brasil superou também a restrição da necessidade de financiamento externo e passou a ser credor em moeda estrangeira. A propósito, no meio da crise internacional, o país fez recentemente uma captação externa ao custo mais baixo da sua história. Tenho certeza de que o custo do dinheiro continuará a cair no Brasil, mas é um processo que leva tempo.

Uma teoria diz que os juros são altos porque os bancos lucram mais com isso. É verdade? Não. Os bancos, em geral, lucram concedendo empréstimos. Se ganhassem mais dinheiro com juros maiores, um supermercado ganharia mais com o aumento do preço que paga pelos produtos que revende. Tudo depende da diferença entre o preço cobrado pelo fornecedor e o pago pelo consumidor.

Outra teoria diz que a Selic tem pouco efeito sobre a inflação, por dois motivos. Primeiro, porque boa parte do crédito vem de linhas direcionadas, como as do BNDES, com juros abaixo dos cobrados pelo mercado. Segundo, porque os juros do crediário no comércio são bem mais elevados do que a Selic, e isso independe das decisões do BC. É verdade? Não. Dois terços do crédito disponível na economia são de empréstimos com taxas de mercado, que sofrem, sim, influência direta da Selic. Quando subimos os juros, o dinheiro fica mais caro

“Temos duas missões: colocar a inflação na meta estabelecida pelo governo e preservar a estabilidade do sistema financeiro. Não trabalhamos com metas para a taxa de juros nem para o crescimento”

para as pessoas e para as empresas, o que contribui para conter a demanda e, assim, controlar a inflação. A política monetária vem aumentando o seu grau de influência. O número de contas de brasileiros no sistema financeiro dobrou na última década.

A meta de inflação no Brasil, de 4,5%, é uma das mais elevadas no mundo. Em outros países, ela costuma ser fixada ao redor de 2%. O Brasil tem condições de ter uma taxa mais baixa? Acredito que não, a curto prazo. A inflação global elevou-se nos últimos trimestres. Vários países estão com a inflação acima da meta. Há muita liquidez nos mercados financeiros, e houve o choque de alta no preço das commodities. Não temos espaço, portanto, para rever a meta brasileira neste momento. Uma decisão dessas dependerá de como vai evoluir a conjuntura brasileira e internacional.

Correm suspeitas, no mercado financeiro, de que certos bancos têm obtido informações privilegiadas com relação às decisões de juros do BC. Essas instituições teriam acesso antecipado às decisões do Comitê de Política Monetária, o Copom, auferindo lucros vultosos. Uma

investigação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apura essas alegações. Existe a possibilidade de as decisões do BC terem vazado? Não há como vazar a nossa decisão. O Copom se reúne a cada seis semanas. São dois dias de deliberações, e a definição da taxa de juros ocorre sempre no fim do segundo dia do encontro da diretoria colegiada. Tão logo haja uma decisão, ela é comunicada simultaneamente a todas as instituições. Existe uma liturgia bastante rígida e bem definida. Se há conjecturas sobre qual será a decisão do BC, são leituras dos agentes do mercado financeiro. Não dizem respeito ao BC.

O senhor participa de diversas reuniões com os presidentes dos principais bancos centrais do mundo. Nessas conversas, quais as lições deixadas pela crise? Existe hoje o consenso de que só a estabilidade monetária, com inflação sob controle e crescimento econômico, não afasta todos os riscos. Até 2008, a economia mundial vivia dias de inflação baixa e crescimento rápido. Criou-se a sensação de que os riscos haviam sido superados. Essa situação acabou dando um grande estímulo ao aumento do endividamento, tanto das pessoas quanto das empresas. O problema é que, quando a percepção de risco aumenta, a economia fica sujeita a uma reversão muito intensa, como ocorreu em 2008. Por essa razão alguns bancos centrais, como o brasileiro, procuram cada vez mais utilizar também medidas prudenciais.

Como funcionam essas medidas?

Aumentar a regulação financeira em momentos de euforia é um exemplo. Fizemos isso no início do ano. A intenção foi desestimular as operações de crédito de prazo longo. O resultado é que as instituições financeiras passaram a ser mais criteriosas na concessão de financiamentos. Constatado isso, decidimos reduzir recentemente as medidas de restrição ao crédito. Mas continuaremos atentos para evitar a formação de bolhas financeiras na economia. ■

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Devo dizer que essa entrevista foi leitura em família no domingo, lá em casa, não só lida como debatida. V. Ex^a tem toda a razão em fazer esse registro da tribuna do Senado porque é uma entrevista muito qualificada, esclarecedora e tranquilizadora para todos os brasileiros.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga, do PMDB do Amazonas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs, Senadores, Srs. Ouvintes da Rádio Senado, Srs. Telespectadores da TV Senado, participantes das redes sociais, gostaria de iniciar dizendo que concordo plenamente com o discurso do Senador Eduardo Suplicy, falando da importância da entrevista do Presidente do Banco Central, Dr. Tombini, nas páginas amarelas, da última semana, da revista *Veja*. Tenho para mim que essa entrevista não só é esclarecedora como também mostra o quanto nós brasileiros podemos estar esperançosos, de um lado, com o que poderá acontecer no nosso desenvolvimento econômico e social no ano que vem, bem como orgulhosos pela responsabilidade com que a Presidenta Dilma, dando sequência ao governo do Presidente Lula, deu importância e atenção especial às questões macroeconômicas no início de seu Governo.

O dever de casa cumprido pelo Governo Federal no ano de 2011 nos possibilita acreditar que 2012, 2013, 2014 serão anos extremamente importantes para o crescimento do PIB, para a melhoria da renda e para o desenvolvimento socioeconômico do povo brasileiro.

É exatamente em cima dos índices divulgados recentemente pelo IBGE, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, que venham hoje à tribuna.

Os resultados preliminares do Censo de 2010, divulgados pelo IBGE, apontam para um País que evoluiu, nos últimos 10 anos, em seus indicadores sociais, embora ainda apresente um quadro deprimente de desigualdades regional, social e de renda.

Poderemos chegar ao final deste ano como a quinta economia mundial, atrás apenas dos Estados Unidos, Japão e Alemanha. E ao mesmo tempo, a taxa de analfabetismo, embora tenha caído nos últimos 10 anos, ainda é maior do que a do africano Zimbábue.

Entre as crianças de 10 a 14 anos, 671 mil ainda não haviam sido alfabetizadas, conforme dados preliminares do Censo, realizado no ano passado. Entre os

de 15 anos ou mais são quase 14 milhões de jovens brasileiros que não sabem ler e escrever.

Quando no Governo do Estado do Amazonas, Sr. Presidente, tive oportunidade de implementar políticas públicas como um programa, reescrevendo o futuro, que, àquela altura, nos deu a felicidade de poder ver saindo do analfabetismo quase 150 mil pessoas de todas as idades, das idades mais avançadas, da juventude, da infância, saindo graças a um grande esforço de política pública. Política pública essa que creio que pode ser a resposta para acelerarmos a melhoria dos nossos índices sociais.

A República, cujos 122 anos comemoramos na semana passada, pressupõe democracia e, felizmente, estamos em pleno Estado Democrático de Direito. Mas República quer dizer também o fim dos desequilíbrios regionais e pessoais de renda. Quer dizer plena oferta de serviços básicos de saúde, educação, saneamento público e segurança, direitos de cidadania assegurados pela Constituição brasileira a todos os brasileiros.

Segundo o IBGE, nas cidades menores, com até cinco mil habitantes, a proporção de domicílios ligados à rede geral de esgotos ou fossas sépticas, abastecidos por rede geral de água e com lixo coletado direta ou indiretamente por serviço de limpeza não passa de 30%, embora seja de mais de 82% nas cidades acima de meio milhão de habitantes.

O Censo Demográfico mostrou também que metade da população tem rendimento **per capita** de até R\$375,00, pouco mais de 50% do salário mínimo. Na zona rural, 21% das pessoas têm um rendimento **per capita** de até R\$70,00; 39% vivem com até a quarta parte de um salário mínimo e 66% com até a metade de um salário mínimo.

Daí a importância de programas, de políticas sociais como a Renda Mínima, como o Bolsa Família, como o Bolsa Floresta, como o Bolsa Verde, que fazem com que impactos de renda possam estabelecer um novo arranjo produtivo e um novo momento de desenvolvimento socioeconômico. A renda continua altamente concentrada nas mãos de uns poucos. A metade mais pobre da população fica com menos de 18% da renda, enquanto os 10% mais ricos embolsam 44%, segundo os Indicadores Sociais do IBGE.

O índice de Gini, que mede o nível de concentração dos rendimentos, foi calculado em 0,526. Ele varia de zero, a igualdade perfeita, até um, o grau máximo de desigualdade.

As mulheres continuam ganhando menos do que os homens, para o mesmo serviço. Os negros e os pardos, embora sejam, desde o ano passado, mais da metade da população brasileira, continuam discrimina-

dos na vida social e nos salários. Ganham menos do que os brancos para fazer o mesmo serviço.

Mas senhor Presidente, também não é republicano persistir nas desigualdades regionais, pois a República contemplou o princípio federativo pregando a igualdade entre todas as regiões do País, o que jamais aconteceu.

Eis aí as desigualdades entre o Nordeste e o Sul, o Norte e o Sudeste, que acrescentaram, ao longo de anos de falta de políticas públicas, as desigualdades sociais e econômicas.

Embora tenha ocorrido alguma melhoria nos últimos dez anos, graças aos esforços de industrialização estimulados pelos incentivos fiscais, o Norte e o Nordeste continuam bastante desiguais em comparação com o Sul e o Sudeste.

Em meu Estado, o Amazonas, a renda média mensal da população não passa de R\$457,00, bem abaixo da renda média do brasileiro, que é de R\$668,00.

Graças à Zona Franca e ao Polo Industrial de Manaus, a renda mensal do habitante da capital amazonense é de R\$641,00, mas é apenas, Sr. Presidente, um terço da renda média dos habitantes das capitais do Sul e do Sudeste.

Enquanto isso, no Amazonas cresce a população e aumenta o fenômeno da urbanização, sinalizando a necessidade de uma expansão acentuada da demanda por serviços de educação, saúde, segurança e saneamento, para ficar apenas nos mais críticos.

Entre os anos 2000 e 2010, a população do Amazonas cresceu 23,85%, chegando a 3 milhões e 483 mil habitantes, contra uma população em expansão populacional de apenas 12,48% no País como um todo, no mesmo período. Portanto, crescemos a população quase duas vezes acima da média nacional.

Em Manaus, o crescimento da população foi ainda maior, alcançando 28,18% entre 2000 e 2010, com um milhão e 802 mil habitantes. Certamente a oferta de serviços essenciais à população está muito aquém dessa expansão. E daí as dificuldades com rede de transporte urbano, dificuldades com redes de abastecimento de água, dificuldades com a coleta de lixo, com o sistema viário, com segurança pública, iluminação e energização das nossas cidades ribeirinhas, das cidades mais próximas e da região metropolitana.

De fato, o mesmo quadro se observa nos Municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus, onde o crescimento populacional nos últimos dez anos, impulsionado pela urbanização, alcançou percentuais elevadíssimos, como 56,23% em Presidente Figueiredo e 52,55% em Novo Airão.

De fato, dos 3 milhões e 802 mil amazonenses recenseados em 2010, apenas 728 mil, pouco mais

de 20%, vivem no meio rural. Sr. Presidente, vivem na floresta. No Amazonas, 728 mil pessoas vivem na classificação e na categoria que chamamos “povos da floresta”. São os caboclos, são os ribeirinhos, são os índios, que vivem da floresta e vivem para a floresta e dependem dos produtos da floresta para poder sobreviver. Não por acaso, a densidade da população é ainda pequena: apenas 4,1 habitantes por quilômetro quadrado na região Norte, contra 23,2 habitantes por quilômetro quadrado no restante do País.

Senhor Presidente, se olharmos a densidade demográfica do Amazonas, excluindo a cidade de Manaus, perceberemos que a nossa densidade chega a um habitante por quilômetro quadrado em todo o interior do Estado. O quadro desenhado pelos resultados preliminares do Censo realizado no ano passado pelo IBGE reforça nossa convicção de que é preciso investir e investir cada vez mais na Amazônia.

Consolidar políticas públicas, como a Zona Franca de Manaus e o Polo Industrial de Manaus e estendê-los aos Municípios da região metropolitana de Manaus, principalmente após a decisão da Presidente Dilma Roussef de prorrogar por mais 50 anos os incentivos fiscais assegurados pela Constituição.

Para tanto, é imprescindível investir maciçamente em infraestrutura, para dotar esses Municípios de uma logística capaz de garantir a competitividade dos produtos por eles produzidos, frente aos fabricados em outras regiões do País e até mesmo do mundo.

Precisamos concluir e fazer avançar a interligação rodoviária ou ferroviária desse polo industrial com o resto do Brasil e o MERCOSUL. Refiro-me à BR-319. Precisamos investir em infraestrutura de transportes, de comunicações e de mobilidade urbana, pensando não apenas na Copa do Mundo de 2014, mas, sobretudo, no legado para o seu povo, para a nossa gente.

Se a notícia da proclamação da República chegou ao Amazonas um ano depois, refletindo todo o nosso isolamento naqueles dez últimos anos do século XIX, hoje devemos propugnar pela implantação de um sistema eficiente de banda larga que garanta a comunicação instantânea das pessoas com o resto do mundo, mesmo que estejam no centro da floresta, no epicentro da floresta amazônica, maior patrimônio do povo brasileiro e maior banco de biodiversidade do Planeta.

Da mesma forma, é indispensável manter a mais severa vigilância política e jurídica, no sentido de impedir que investidas dos adversários contra o único modelo que levou ao Amazonas política e desenvolvimento socioeconômico com conservação ambiental, o polo industrial de Manaus possam por em risco a eficácia dos incentivos fiscais que a Constituição da República

lhes assegura, pela vontade de todos os brasileiros representados pelo Congresso Nacional, concedeu aos produtos fabricados por nossas indústrias, benefícios fiscais que lhes garantiram competitividade, oferta de emprego e renda e política de desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Temos plena consciência de que poderemos diversificar a produção industrial desse polo, agora com o reforço da Região Metropolitana de Manaus. E o faremos assegurando a invejável posição do Amazonas, de manter no centro de sua floresta um dos maiores conglomerados industriais do País, conservando e preservando os seus recursos naturais.

Sr. Presidente, é muito importante entendermos a necessidade para brasileiros da nossa região, da região da Amazônia de políticas de inclusão social, de políticas de desenvolvimento que possam trazer-lhes renda, mas ao mesmo tempo possam lhes trazer cada vez mais perspectivas de uma vida melhor para as futuras gerações.

Enfrentar as dificuldades da educação, da saúde, enfrentar os desafios do saneamento básico, os desafios de uma infraestrutura urbana e de uma infraestrutura nas florestas e nas comunidades na floresta é o desafio para que, nesse novo milênio, possamos incluir quase 24 milhões de brasileiros a uma nova política de desenvolvimento nacional.

Quero, portanto, Sr. Presidente, mais uma vez, deixar aqui um alerta de que o Brasil vem avançando, vem conquistando indicadores sociais cada vez melhores, mas ainda há muito a ser percorrido e nós não temos mais tempo a esperar para incluir aqueles que estavam excluídos e que agora têm uma perspectiva, no Governo da Presidenta Dilma e no governo do Presidente Lula, com as políticas sociais e as políticas de integração nacional de escrever uma nova página para um futuro inteligente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Agora, com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Paulo Paim.

Logo, em seguida, teremos o Senador Arruda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Aníbal Diniz, Senador Eduardo Braga, Senador Inácio Arruda, eu, na semana passada, tive uma série de atividades no meu Estado, em nome da Comissão de Direitos Humanos, porque fui realizar uma audiência na Assembleia Legislativa com cerca de mil quilombolas e agricultores. Depois, fui ao território quilombola Morro Alto e aproveitei, naturalmente, para fazer uma série de palestras também sobre a Previdência e o direito

dos trabalhadores. Inclusive com o Guiomar, que V. Ex^a conhece muito bem, da Federação dos Trabalhadores no Comércio, Senador Inácio Arruda.

Mas, enfim, Sr. Presidente, aproveito este momento para dizer que, por várias vezes, vim a esta tribuna dizendo que, quando vou ao Rio Grande, eu me sinto muito à vontade para percorrer as cidades com o compromisso de falar do nosso trabalho, enfim, da conjuntura nacional, internacional e do que acontece no Senado da República. Eu diria que é uma felicidade única, enorme, e que me enche de orgulho, como quando um filho volta para casa, ou seja, para o acolhimento da família, e reencontra os pais, os irmãos e os amigos, porque é assim que me sinto cada vez que percorro grande parte do solo gaúcho.

Há muitas histórias a serem contadas, novidades que acariciam os ouvidos, o riso que corta a distância do tempo e aproxima os que se gostam. Piso naquelas terras, Sr. Presidente, corto caminhos e geografias, navego naqueles verdes mares, águas de rios, córregos, cascatas. São somente espelhos de mim mesmo, do meu povo e da nossa gente. São, na verdade, peregrinações que a mim foram outorgadas pelo próprio destino.

Aqui eu diria que, quando tenho sede, eu bebo a água da fonte – mais pura impossível. Quando tenho fome, reparto o que está ao alcance das minhas mãos, com a nossa gente.

Não é conselho à minha gente. É conversa ao pé do fogo, é com chimarrão: mantenha o teu tino e acredite que, por trás das pradarias, existe sempre um grande dia, um novo dia.

Como é bom, enfim, andar pelo meu Rio Grande. Lá o gaúcho tem a mania de dizer, muito positiva: “Vem, senta comigo na varanda aqui, Senador! Vamos desamarrear as nossas inquietações. Vamos tomar o nosso chimarrão. Deixa o vento bater à nossa porta, deixa o vento entrar, que a saudade nos olhe de soslaio, em peregrinação, em romaria, em homenagem – por que não dizer? – a Oliveira Silveira, esse poeta que fez do seu canto um canto de todos, um canto de busca, de amor e de liberdade.

Façamos como Oliveira Silveira: vamos encontrar nossas origens em velhos arquivos, livros. Vamos encontrar em malditos objetos, troncos, grilhetas, vamos encontrar as nossas origens. No leste, no mar, em imundos tumbeiros, vamos encontrar, vamos buscar, em doces palavras, cantos, em furiosos tambores, ritos, tudo para lembrar as nossas origens. Na cor da nossa pele, nos lanhos da nossa alma, em nossa gente escura, em nossos heróis altivos, vamos encontrar, encontraremos, nos encontraremos.

Sr. Presidente, com essa introdução, digo que, na semana passada, mais uma vez, cumpri uma extensa agenda no meu Rio Grande: audiências públicas, diligências, palestras, reuniões, visitas, entrevistas.

Fui à feira do livro, em Porto Alegre. Lá acompanhei a obra que foi lançada pelo prefeito da cidade de Canoas, Jairo Jorge, grande liderança do nosso Estado, com o título **Canoas Construindo o Futuro – A Experiência do Congresso e a Estratégia da Cidade 2011/2021**. Foi um belo evento, que contou com a participação não só de autoridades. Havia uma fila enorme, esperando o momento do autógrafo. Fui à fila e, com alegria, fui recebido com muito carinho, não só pelo prefeito, pelo seu assessor direto, Mário, como também pela população. Sr. Presidente, pretendo futuramente vir a esta tribuna e fazer um relato detalhado do significado dessa publicação, como exemplo de administração municipal.

Digo, ainda, Sr. Presidente, que, a convite do Presidente da Associação Gaúcha de Avicultura, Nestor Freiburger, estive reunido com empresários, discutindo a situação do setor, suas perspectivas como a redução da carga tributária que eles querem e a competitividade no mercado. Estava presente nesse encontro inclusive o presidente da Fiergs, Heitor Muller.

Sr. Presidente, logo após, eu fui a um evento na Delegacia Regional do Trabalho, chamado Defesa da CLT e da Organização Sindical, que foi tema de seminário organizado pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores Gaúchos e realizado lá, como dizia, na própria Superintendência Regional do Trabalho.

Expus ali questões sobre o fator previdenciário, com o compromisso de continuar travando aqui o combate até o eliminar. Além de eliminá-lo, queremos também aprofundar o debate sobre a Previdência Social. Falei da importância do salário mínimo, que tiramos de US\$60 e hoje vale US\$ 350. Falei da força do movimento sindical, das centrais nesse sentido e do apoio que tivemos do Presidente Lula.

Fiz um apelo para que o movimento sindical continue nas ruas do nosso País, exigindo a garantia e a manutenção dos direitos trabalhistas e sociais, e o fortalecimento da previdência pública universal, sem fator previdenciário, mas com reajuste também para os aposentados que ganham um pouco mais que um salário mínimo.

Lembro que, nesse evento, estavam lá o Deputado Federal do seu Partido, Senador Inácio Arruda, Assis Mello; o Deputado Estadual Raul Carrion; o Presidente da CTB, Guiomar Vidor; o Presidente da UGT/RS, Paulo Barck; pelo Fórum Sindical, estava lá o amigo Lourenço; Dr^a Ana Maria, pela OAB; Sr. Klein, pela CNTI; João Pires, pela Federação do Vestuário;

Rodrigo, pela CTB Nacional; Sérgio Miranda, pela Fe-tag; Darci Rocha, pela CNTA.

Foi um grande encontro. Um auditório com mais de quinhentas lideranças.

Quero destacar também, Sr. Presidente, que, nesse período, tive a oportunidade de acompanhar o lançamento oficial do projeto da Funasa em Viamão, que vai fornecer água para as famílias quilombolas.

Parabéns!

Claro que as famílias quilombolas querem a titulação das terras; querem saúde, educação, habitação. Mas querem também água, a casa, a luz. Querem, enfim, o direito básico que deve ser assegurado a todo cidadão.

Gustavo Melo, da Funasa, quero cumprimentá-lo pelo belo projeto que, certamente, será um marco na vida do povo quilombola do meu Rio Grande e do Brasil.

Quero também cumprimentar o Deputado Federal Pepe Vargas, que, neste fim de semana, foi lançado pré-candidato a prefeito de Caxias do Sul. Agradeço muito ao presidente do PT, o Tato, pelo convite que me fez para o lançamento dessa grande liderança que é o Pepe Vargas, que deve ser pré-candidato, candidato a prefeito de Caxias do Sul, cidade em que nasci.

Sr. Presidente, quero destacar que estive no Município de Charqueadas, participando de um encontro organizado pela Cobap, com a presença do Pedro Dornelles, militante de causas sociais, que faz um belo trabalho junto aos aposentados e pensionistas, especialmente na associação e em sindicatos voltados para a luta em defesa de aposentados e pensionistas que estão no Regime Geral da Previdência.

Quero também cumprimentar o Carlos Olegário, presidente da Associação dos Aposentados de Canoas, pelo aniversário da associação em um grande ato realizado lá em nossa cidade.

Quero dizer ainda que, aqui da tribuna do Senado, justifico que não pude me fazer presente nas atividades de aniversário da Federação Afro-Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul, que foi lá na Assembléia Legislativa. Sei que o Presidente da entidade, o Caco, ficou um pouco chateado pela minha não presença, mas compreendeu a minha situação. Na agenda, eu não consegui estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Tenho certeza, Caco, que não faltarão oportunidades para eu estar aí. Quem sabe até em um culto ecumênico, como já fizemos, com evangélicos, com católicos, com umbandistas, com setores de toda a sociedade rezando em defesa dos trabalhadores e aposentados, combatendo todo tipo de discriminação.

Quero também cumprimentar o amigo Flexa, lá de Caxias do Sul, que também insistiu muito. Não deu para eu estar lá naquele belo encontro com os amigos

da empresa em que trabalhei, a Metalúrgica Abramo Eberle, de Caxias, onde, na maioria aposentados, tiveram um belo jantar, mas, infelizmente, só ficou o meu abraço. Sei que alguns lamentaram – disse-me o Flexa que alguns até choraram –, mas fiquem tranquilos, porque eu voltarei lá, e nós faremos, sim, um grande encontro dos meus amigos, companheiros da Metalúrgica Abramo Eberle, em grande parte já aposentados.

Sr. Presidente, quero destacar que, no dia 14 de novembro, a Comissão de Direitos Humanos do Senado, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do meu Estado, realizou uma audiência pública no auditório Dante Barone, para tratar e debater questões dos territórios quilombolas. Estavam presentes o Deputado Estadual e presidente da CDH da Assembleia, Deputado Miki Breier, do PSB; representando também a Ministra Luiza de Bairros, da Seppir, esteve lá o Mário Teodoro; esteve também Nilton Luis Godoy Tubino, assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República, representando o Ministro Gilberto Carvalho; Carlos Henrique Kaipper, Procurador-Geral do Estado, representando o Governador Tarso Genro; Julio Cesar Finger, Promotor de Justiça, representando o Ministério Público Estadual; Fernanda Hahn, Defensora Pública Federal; Roberto Liebgott, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Roberto Amaral, Superintendente do Incra; Deputado Federal Marcon; Deputado Estadual Edegar Pretto; Deputado Estadual Raul Carrion, coordenador da Frente Parlamentar Quilombola e autor do Estatuto, lá do meu Estado; Roberto Ortiz, Quilombo de Candiota; Laídes, Quilombo de Mormaça; Manoel Boeira, Quilombo de Limoeiro; Leomar Alves, Quilombo de Palmas; Manoel Conceição, Quilombo Morro Alto; Irmão Cechin, da Pastoral da Ecologia; Reginete Bispo, do Instituto Akanni; Deoclides Kaingang, liderança indígena; Santiago Franco, liderança guarani; Onir Araújo, da Frente Nacional de Apoio aos Quilombolas, advogado desse movimento; Marizar Mansilha de Melo, Secretário-Geral do Sindiserf, que falou em nome do movimento sindical; Ronaldo Franco de Oliveira, Secretário de Desenvolvimento Rural; Nelson José Grasselli, Secretaria de Estado do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas, em representação de Afonso Motta, que é o Secretário; Isabel Genelício, Coordenadora do Conaq-RS; Ubirajara Toledo, do Iacoreq; João Maurício, pela Funai; e Evanir Albarello, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O auditório, lotado com quilombolas, indígenas e pequenos agricultores.

Esse movimento exigiu nessa audiência o cumprimento de leis federais para garantir a titulação da terra dos quilombolas.

Lá foi pedido também que a gente garanta, como aqui foi pedido pelo Senador Acir, mais estrutura para o Incra, para que ele possa fazer a devida demarcação para garantir a titulação da terra dos quilombolas. A mesma coisa foi pedida à Defensoria Pública, de modo a reforçar o número de funcionários encarregados tanto das questões quilombolas, quanto das indígenas. Foi pedido também que se apressasse o andamento da titulação da terra dos quilombolas.

Enfim, Sr. Presidente, foi um momento forte, em que os quilombolas pediram que se acompanhasse, no Supremo Tribunal, a Adin que questiona o decreto do Presidente Lula em relação às terras dos quilombolas, de forma a que essa Adin seja rejeitada.

Sr. Presidente, quero ainda dizer que essa audiência teve prosseguimento num segundo momento lá na terra dos quilombolas, no Morro Alto, no dia 16, no Município de Maquiné. Foi um grande evento com a participação tanto de agricultores, quanto de quilombolas, quando demonstrei a eles que é importante nós caminharmos na linha do entendimento, da conciliação, porque, como dizia hoje de manhã, eu só acredito que o Brasil será um país do Primeiro Mundo quando negros, índios, ciganos, brancos, mulatos, todos caminharem juntos, irmanados, para construção de um mundo igual para todos.

Ainda no dia 15, Sr. Presidente, eu estive reunido em Capão da Canoa e em Xangri-Lá com pequenos agricultores de Maquiné, Aguapé e Morro Alto, tendo em vista que eles querem também saber como fica a situação deles. Lembro que lá esteve o Sr. Ricardo de Souza, líder dos agricultores; o Prof. Denilson, presidente da Câmara dos Vereadores de Osório, município também do Litoral Norte.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me der mais cinco minutos, gostaria de destacar que estivemos também na sede do Quilombo do Morro Alto.

A Mesa foi composta por Nilton Luis Godoy Tubino, assessor da Secretaria da Presidência da República; Ivonete Carvalho, da Seppir; Wilson Marques; Ricardo de Souza; Marcelo Porciúncula, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul. Estava lá o Manoel Francisco Conceição, presidente de honra do Quilombo Morro Alto; o Vereador e Prof. Denilson.

Enfim, o nosso norte foi a busca do entendimento pela garantia dos quilombolas, mas também pela indenização dos agricultores. Foi um belo evento.

No fim, Sr. Presidente, nós assistimos a brancos e negros de pé, batendo palmas para uma saída negociada entre todos.

Sr. Presidente, além das demandas naturais que foram lá apresentadas, quero destacar que os homens e mulheres que estavam ali, todos, brancos e negros,

fizeram um apelo para que o Governo Federal, o Governo Estadual e para que nós, aqui no Congresso, todos façamos nossa parte na busca do entendimento, para garantir, sim, a titularidade dos quilombolas, mas também para garantir a indenização daqueles que investiram naquela área e estão até hoje esperando serem ressarcidos.

Sr. Presidente, quero destacar ainda que fizemos um evento no Rio Grande do Sul para discutir o Estatuto do Motorista, lá no Setcegs. Foi um belo evento, visando a construir o entendimento para que a gente possa, ainda este ano, regulamentar a profissão do motorista e também o Estatuto do Motorista.

Saindo de lá, Sr. Presidente, eu continuei minha jornada e fui até Florianópolis, para participar de uma palestra para os trabalhadores da UGT. Estavam lá o Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, e o Waldemar Júnior, o Mazinho, presidente estadual, a quem agradeço o convite. Foi um belíssimo evento, de que participei fazendo uma exposição sobre os direitos dos trabalhadores e a Previdência aqui no Congresso Nacional.

Quero dizer também que, depois disso, ainda voltei a Porto Alegre e participei de um evento da Força Sindical, a convite do Cláudio Janta, do Diretor de Comunicação, Cláudio Corrêa, do debate A Força do Pensamento – Preparando a Aposentadoria.

A minha palestra foi centrada na questão do fim do fator previdenciário, previdência social pública e universal, desaposentadoria, que eu quero assegurar para todos, da área pública e da área privada, porque tem na área pública, mas não tem na área privada, fim do voto secreto, combate à impunidade.

Entre as muitas afirmações que fiz, está a de que entendo que a Previdência, em seu regime geral, é superavitária, e que, por isso, não há motivo algum para não garantirmos o reajuste para os aposentados.

Eu disse mais. Disse que o Brasil é o país que mais paga à Previdência, na sua composição empregado, empregador e sociedade. Se compararmos à França e aos Estados Unidos, pagamos para a Previdência mais do que esses dois países.

Destaco, por fim, e aí vou terminar, a participação do Dr. José Pinto, consultor do Senado e grande advogado na área da Previdência, e também do advogado Daílson Portanova.

Por fim, Sr. Presidente, uma das minhas últimas atividades no Rio Grande do Sul foi uma visita ao Projeto Pescar, onde fui recebido pelo Presidente, Cristiano Renner, por Ézio Rezende, diretor executivo, e por José Francisco da Cunha, gerente geral administrativo.

Tive oportunidade de conhecer o impacto social e econômico que o programa Jovem Aprendiz Pescar

proporciona na vida dos adolescentes atendidos por empresas e organizações de diferentes Municípios do Brasil que aderiram ao projeto Pescar. Eu fui convidado a ir ao projeto Pescar, Sr. Presidente, porque, segundo eles, é um projeto que dá formação profissional para a juventude. Só que é dentro da empresa: há um prédio dentro da empresa, com a estrutura dos mestres que dão aula para os alunos. Eu vi algo semelhante, por exemplo, na Marcopolo, em Caxias, embora seja outro projeto. Não há motivo para que, agora, haja uma portaria tentando proibir que o projeto Pescar continue dando formação para a nossa juventude. Por isso, estou pedindo uma audiência com o Ministro do Trabalho, para ver onde está o mal-entendido. Eu conheço o projeto. É um belíssimo projeto, que já formou milhares de jovens.

Enfim, Sr. Presidente, quero terminar agora – enfim mesmo, Senador Inácio Arruda -, dizendo que, ainda em Porto Alegre, foi com muita alegria que fiz a gravação de um vídeo que vai passar amanhã em Alvorada, no aniversário da minha querida amiga Deputada Stela Farias, que já foi prefeita de Alvorada. Vida longa, minha querida Stela Farias, a você e às ideias que você defende. Eu disse lá e repito aqui que tenho muito orgulho de ser seu amigo e parceiro em tudo aquilo que você defende.

Sr. Presidente, era isso.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Considere-o na íntegra e considere também na íntegra este que é apenas sobre um documento que o Senador Suplicy já leu e que a viúva do nosso Abdias remeteu a ele e a nós também. Já que ficou na reunião da manhã, que fique registrado também nos Anais da Casa. O documento foi remetido pela Elisa Larkin Nascimento, viúva de Abdias do Nascimento, Diretora do Ipeafro.

Era isso.

Obrigado, Presidente, principalmente pela tolerância de V. Ex^a.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por várias vezes já disse aqui desta tribuna que me sinto muito a vontade quando tenho compromissos no meu Rio Grande do Sul.

É uma felicidade única, enorme e que me enche de orgulho como que um filho quando volta ao aconchego da família e reencontra os pais, os irmãos e os amigos.

Há muitas histórias a serem contadas, novidades que acariciam os ouvidos, o riso que corta a distância do tempo e aproxima os que se gostam.

Piso naquelas terras, corto caminhos e geografias, navego naqueles verdes mares... águas de rios, córregos e cascatas são espelho de mim mesmo.

São peregrinações que a mim foi outorgado pelo destino. Quando tenho sede, as bebo; Quando tenho fome, reparto o que está ao alcance de minhas mãos.

Não é conselho a minha gente... é conversa ao pé do fogo: mantenha o teu tino e acredite que atrás das pradarias existe um grande dia.

Vem, senta comigo na varanda, vamos desamarrar as nossas inquietações... Deixa o vento bater a nossa porta, deixa o vento entrar, que a saudade nos olhe de soslaio em peregrinação, em romaria, em homenagem a Oliveira Silveira, este poeta negro que fez do seu canto um canto de todos... um canto de busca, de amor e de liberdade.

Façamos como Oliveira Silveira: Vamos encontrar nossas origens, em velhos arquivos, livros, vamos encontrar, em malditos objetos, troncos e guilhetas, vamos encontrar nossas origens, no leste, no mar em imundos tumbeiros, encontrar, vamos buscar, em doces palavras, cantos, em furiosos tambores, ritos, vamos buscar nossas origens, na cor da nossa pele, nos lanhos da nossa alma, em nós, em nossa gente escura, em nossos heróis ativos, vamos encontrar, encontraremos, nos encontraremos.

Sr. Presidente, na semana passada, mais uma vez, cumpri uma extensa agenda no Rio Grande do Sul: audiências públicas, diligências, palestras, reuniões, visitas, entrevistas...

Estive na feira do livro de Porto Alegre prestigiando o lançamento da obra **“Canoas Construindo o Futuro” – A Experiência do Congresso e a Estratégia da Cidade 2011/2021**, de autoria do prefeito municipal Jairo Jorge da Silva. Foi um belo evento que contou com a participação não só de autoridade, mas também da população.

Pretendo futuramente vir a esta tribuna e fazer um relato detalhado e o significado desta publicação como exemplo de administração municipal.

A convite do presidente da Associação Gaúcha de Avicultura (ASGAV), Nestor Freiburger, estive reunido com empresários onde discutimos a situação do setor e suas perspectivas como a redução da carga tributária e competitividade no mercado. Estava presente neste encontro o presidente da FIERGS, Heitor Muller.

Defesa da CLT e da Organização Sindical foi tema de seminário organizado pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores Gaúchos e realizado no auditório da Superintendência Regional do Trabalho. Expus aí

questões sobre o fator previdenciário, salário mínimo, previdência social, entre outros.

Fiz um apelo para que o movimento sindical saia as ruas do nosso país e exija a garantia e a manutenção dos seus direitos trabalhistas e sociais.

Lembrando alguns nomes que estavam neste encontro: deputado federal Assis Mello, deputado estadual Raul Carrion, presidente da CTB, Guiomar Vidor, presidente da UGT/RS, Paulo Barck, pelo Fórum Sindical, o amigo Lourenço, Dra. Ana Maria pela OAB, Sr. Klein pela CNTI, João Pires pela Federação do Vestuário, Rodrigo pela CTB Nacional, Sergio Miranda pela FE-TAG, Darci Rocha pela CNTA. Foi um produtivo encontro. Um auditório com mais de quinhentas lideranças.

Importante destacar o lançamento oficial de projeto da FUNASA, em Viamão, que fornecerá água para famílias quilombolas. Parabéns ao Gustavo Melo da FUNASA pelo belo projeto, que certamente será um marco na vida do povo quilombola do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Sr. Presidente, estive no município de Charqueadas, participando de um encontro, organizado pelo advogado Pedro Dornelles, com advogados militantes das causas sociais e que fazem um belo trabalho junto aos aposentados e pensionistas, em especial nas associações e sindicatos.

Não pude me fazer presente nas atividades de aniversário da Federação Afro Umbandista e Espiritualista do RS, na Assembléia Legislativa. Sei que o presidente da entidade, srº Caco, compreendeu a situação. Tenho certeza que não faltarão outras oportunidade para nos encontrarmos.

Srªs e Srs. Senadores. no dia 14 de novembro, a Comissão de Direitos Humanos do Senado, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, realizou uma audiência pública no auditório Dante Barone daquela casa, para tratar e debater questões dos territórios quilombolas.

Presentes o deputado estadual e presidente da CDH/AL, Mike Breier, representando a ministra Luiza de Bairros da SEPPIR, o srº Mário Teodoro, Nilton Luis Godoy Tubino, Assessor da Secretaria Geral da Presidência da República e representando o Ministro Gilberto Carvalho, Carlos Henrique Kaiper, Procurador Geral do Estado do RS, representando o governador Tarso Genro, Júlio César Finger, Promotor de Justiça representando o Ministério Público Estadual, Fernanda Hahn Defensora Pública Federal, Roberto Libgott do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Roberto Amaral – Superintendente do INCRA, Deputado Estadual Edegar Pretto, Deputado Raul Carrion, Coordenador da Frente Parlamentar Quilombola da ALERGS, Roberto Ortiz – Quilombo de Candiota, Laídes – Quilombo

de Mormaça, Manoel Boeira – Quilombo de Limoeiro, Leomar Alves – Quilombo de Palmas, Manoel Conceição – Quilombo Morro Alto, Irmão Cechin, da Pastoral Ecológica, Reginete Bispo do Instituto AKNNI, Deoclides Kaigangui, Santiago Franco, Guarani, Onir Araújo da Frente Nacional de Apoio aos Quilombolas, Marizar Mansilha de Melo, Secretário Geral SINDSERF, Ronaldo Franco de Oliveira, Secretário de Desenvolvimento Rural, Nelson José Grasselli, Secretaria de Estado do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas, em representação de Afonso Mota, Isabel Genelício – Coordenadora do CONAQ-RS, Ubirajara Toledo – IACOREQ, João Maurício pela FUNAI e Evanir Albarelo da Comissão Pastoral da Terra-CPT. O auditório está lotado com quilombolas, indígenas e pequenos agricultores.

Este movimento exigiu nesta audiência o cumprimento das leis federais por parte das instituições do Estado brasileiro. Como encaminhamento tiramos:

- Ações para garantir infraestrutura do INCRA e da Defensoria Pública Federal, de modo a reforçar o número de profissionais encarregados das questões quilombolas e indígenas;
- Verificação do andamento das titulações quilombolas no estado do RS;
- Verificação das pendências jurídicas desfavoráveis aos quilombolas para analisar se há alterações legislativas a serem feitas de maneira a evidenciar os direitos das comunidades;
- Acompanhamento no STF da votação da ADIN que questiona o decreto atinente à titulação das terras quilombolas;
- Viabilização de dotações orçamentárias destinadas ao processo de reconhecimento das terras quilombolas;
- Levantamento de projetos em tramitação que tratem do assunto para discutir sua repercussão no que se refere aos direitos constitucionais garantidos aos quilombolas e aos indígenas;
- Gestões para garantir a participação representativa dos quilombolas na gestão dos assuntos relacionados às comunidades, seja nos órgãos estaduais, seja nos órgãos federais;
- Verificação de ações relacionadas à prestação de serviços essenciais e implementadas nas comunidades quilombolas, tais como escolas, postos de saúde, água, energia elétrica, entre outras.

Esta audiência teve prosseguimento no dia 16, na localidade de Morro Alto, município de Maquiné.

Mas, antes, no dia 15, eu estive reunido em Capão da Canoa e Xangri-lá com pequenos agricultores de Maquiné, Aguapé e Morro Alto, tendo em vista que são muitas as demandas desses agricultores, preo-

cupados com a titulação das terras quilombolas onde estavam regularmente trabalhando há muitos anos.

Esta reunião foi organizada pelo Sr. Edson Ricardo de Souza líder dos agricultores e o Prof. Denilson, presidente da Câmara de vereadores de Osório, município também do Litoral Norte.

Senhor Presidente, prosseguimos. Então no dia 16 estivemos na sede do Quilombo do Morro Alto. A mesa assim foi composta: Nilton Luiz Godoy Tubino, assessor da Secretaria Geral da Presidência da República, Ivonete Carvalho da SEPPPIR, Wilson Marques da Rosa – Presidente da Associação do Quilombo do Morro Alto, Marcelo Porciúncula – Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, Edson Ricardo de Souza, Secretário da Associação dos Trabalhadores Rurais de Osório, Manoel Francisco Conceição – Presidente de Honra do Quilombo do Morro Alto, Vereador Professor Denilson – Presidente da Câmara do Município de Osório.

O nosso norte foi a busca do entendimento: Pela Garantia dos Direitos Quilombolas, que defende a efetivação do direito à titulação das terras, bem como o provimento de serviços públicos essenciais ao atendimento das necessidades básicas dessa população, nos termos reivindicados pelas lideranças comunitárias.

Encaminhamentos deste encontro foram:

A notificação imediata aos habitantes das terras do Quilombo Morro Alto do processo de demarcação das terras quilombolas, conforme relatório produzido pelo INCRA, e conseqüente aceleração dos trabalhos necessários à titulação das terras pertencentes aos descendentes de negros escravizados que habitaram a localidade;

Que sejam providas de energia elétrica as cerca de 20 residências que vivem sem luz nas comunidades quilombolas de Rincão do Louro, Rincão da Faxina, Colônia São Manoel, Fazenda Cachoeirinha e Rincão do Quilombo;

A imediata instalação nos territórios quilombolas dos serviços públicos essenciais ao atendimento das necessidades básicas da população, especialmente de postos de saúde, escola e instalações de rede de água e esgoto;

Da mesma maneira, que sejam instalados equipamentos públicos que estimulem a prática esportiva nos territórios quilombolas, na forma de centros olímpicos; com a imediata aprovação do PLS 113/2008.

O cumprimento efetivo do processo de regulamentação das terras quilombolas da forma em que está consignado no Decreto nº 4.887, de 2003;

A alteração urgente da Portaria interministerial nº 419, de 2011, a fim de que sejam retiradas quaisquer

referências à paralisação dos processos de demarcação de terras quilombolas ou indígenas;

A rejeição da ADIN 3.239, impetrada pelo partido DEM, antigo PFL, que enseja derrubar o Decreto nº 4.887, de 2003, e desconhecer os direitos à terra dos remanescentes dos quilombolas;

A rejeição do PL 3.654, de 2008, de autoria do Deputado Valdir Collato, que revoga o conteúdo do citado decreto;

Providências no sentido de que sejam alocados e devidamente executados os recursos orçamentários necessários ao cumprimento dos deveres do Poder Executivo em relação à demarcação de terras e garantia do atendimento das necessidades básicas das populações quilombolas e indígenas;

O fortalecimento da infraestrutura do INCRA, com a contratação de profissionais e provimento de condições técnicas para o cumprimento efetivo de suas responsabilidades;

Reforço do número de defensores públicos federais para o atendimento da nossa população quilombola, que é notadamente pobre, sem recursos para bancar o custo da advocacia privada na defesa de seus direitos;

Realização no Rio Grande do Sul de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado para discutir a questão das terras indígenas.

Sr. Presidente, esta minha presença no Rio Grande do Sul foi uma das mais longas deste ano, e, sem dúvida, uma das mais produtivas.

Fizemos outro grande encontro na sede do Sindicato do Transporte (SETCERGS) para discutir o projeto de lei de nossa autoria que cria o Estatuto do Motorista Profissional.

Presenças de: Luiz Mincarone, do SETCERGS, Plínio Dias, do SINDITAC, Jair Schimidt, da SETRACAJÓ, Francisco Cardoso, do SETCERGS, Bernard Rocha, do SINDICARGA, Marcelo Restano, do SETCERGS, Eurico Divon Galhardi, da NTU, Luis Antonio Festino, da CNTTT, Pedro Imperiano Costa, do Sindicato Rodoviário do RS e UGT, Júlio Tupinambá, dos Rodoviários AMUR e SETRACATO, Tigrão do SINDITAC, Jorge Luis Frizzo, do SINDIMERCOSUL e Paulo Molinari também do Sindimercosul.

Esse grupo entende que é fundamental a busca do consenso para o texto final do estatuto, entre patrões, trabalhadores e autônomos.

Lembro que no dia 21 de novembro vamos realizar aqui em Brasília um reunião preparatória para a audiência prevista para o dia 22 na CDH.

Estive também em Torres, reunido com companheiros de partido, Márcio Espíndola, Davino Lopes,

Nilvia Pinto Pereira, Sandro Coelho, vereadora Maria de Lourdes Fippian dos Santos,...

Também encontrei-me com amigos de outros partidos: vereador Idelfonso Brocca (PP), vereador Rogerinho Jacob (PP), André Pozzi (presidente do PDT), e Kennedy Seggel (Presidente do PSB).

Tratamos vários assuntos de interesse da região como o asfaltamento da Estrada dos Cunhas, que liga Torres aos municípios vizinhos e ao aeroporto regional.

Questão “das águas doce”, das lagoas do Litoral Norte, para que possam ser exploradas pelos municípios no cultivo de espécies nativas de peixes, para fornecer à merenda escolar.

A convite da Força Sindical, do seu presidente Cláudio Janta, do diretor de comunicação, Cláudio Correa, participei de um seminário, em Porto Alegre, “A força do pensamento” – Preparando a Aposentadoria.

A minha palestra foi centrada na questão do fim do fator previdenciário, previdência social pública e universal, desapentadoria, aumento para os aposentados, fim do voto secreto, combate a impunidade, entre outros assuntos.

Entre as muitas afirmações que fiz está uma que gostaria de fazer aqui: A Previdência, em seu regime geral, é superavitária e se for bem administrada poderá ser exemplo para o mundo. O Brasil fez o papel de casa, se comparado a França e Estados Unidos, considerando a contribuição do povo brasileiro ao INSS.

Quero destacar a presença no evento da Força Sindical do advogado e consultor do Senado Federal, José Pinto, e do advogado Dailson Portanova.

Uma das minhas últimas atividades no Rio Grande do Sul foi uma visita ao Projeto Pescar, onde fui recebido pelo presidente, srº Cristiano Renner, Ézio Rezende – diretor executivo, e José Francisco da Cunha – gerente geral administrativo. Tive a oportunidade de conhecer o impacto social e econômico que o Jovem Aprendiz Pescar proporciona na vida dos adolescentes atendidos por empresas e organizações, de diferentes municípios do Brasil, que aderem ao Projeto Pescar.

Sr. Presidente, para finalizar.

No dia 17, participei da abertura do 2º Congresso Estadual da UGT (União Geral dos Trabalhadores), em Florianópolis, Santa Catarina.

Presença de lideranças de todo o país, e, é claro, do presidente da UGT nacional, Ricardo Patah. Agradeço o convite do presidente estadual Waldemar Junior.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de compartilhar com todos aqui presentes, a mensagem enviada pela viúva Elisa Nas-

cimento, que foi casada com nosso saudoso senador Abdias do nascimento.

“Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2011.

Ao senador Paulo Paim,

Ao senador Eduardo Suplicy

A todas e a todos reunidos na Sessão Plenária

Neste dia em que o Senado Federal realiza homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra e lembra o senador Abdias Nascimento, meu recém-falecido marido, eu quero saudá-los em nome da família e do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, instituição criada por Abdias com minha ajuda e que hoje tenho a honra de dirigir.

Nossa convicção é que a melhor maneira de homenagear a memória de Abdias Nascimento é continuar a sua luta por um mundo melhor para todas as pessoas e por um Brasil melhor para todos os cidadãos. Por isso, o IPEAFRO realiza a exposição África-Brasil, Ancestralidade e Expressões Contemporâneas e o Fórum Educação Afirmativa Sankofa e a Oficina Matriz Africana e Ação Educativa em vários municípios do Rio de Janeiro, contribuindo à implantação da política nacional de ensino da história e da cultura negras e africanas e das relações étnico-raciais.

Neste Ano Internacional dos Afrodescendentes, nós finalmente assistimos a sanção presidencial à lei que institui oficialmente o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, momento em que se torna importante lembrar todas e todos os ativistas que trabalharam desde a década dos 1970 para tornar realidade essa proposta, idealizada pelo saudoso poeta Oliveira Silveira e o Grupo Palmares do Rio Grande do Sul. A proposta foi assumida pelo conjunto do movimento negro do Brasil, reunido no Memorial Zumbi. Essa organização iniciou em 1980 a peregrinação ao alto da Serra da Barriga no dia 20 de novembro. Naquele momento, Abdias Nascimento subiu a pé conduzindo a Mãe Hilda do Ilê Axé Ogun, mãe do Vovô, fundador do Ilê-Aiyê. Ela seguiu em lombo de jegue. Essa visita às terras de Zumbi dos Palmares, com a participação de ativistas de dezenas de entidades do movimento negro, inclusive o MNU, marcou uma nova etapa de luta do povo negro brasileiro contra o racismo.

No dia 13 passado, eu e a família – a atriz Léa Garcia e seus dois filhos Henrique Cristó-

vão e Abdias do Nascimento Filho, o Bida; a bisneta Luíza Guzman do Nascimento e meu filho Osiris Larkin Nascimento – realizamos a deposição das cinzas de Abdias no alto da Serra da Barriga, com o apoio e a participação do conjunto do movimento negro nacional. Plantamos um pé de gameleira branca, árvore que abriga o Iroco, espírito dos ancestrais. Enterramos as cinzas no espaço de plantio de um pé de baobá, árvore considerada sagrada, que vive três a seis mil anos e que simboliza a presença dos ancestrais em nossas vidas.

A plenitude desse momento se complementa com a sanção do Dia Nacional da Consciência Negra, data já comemorada oficialmente em vários Estados e Municípios. A campanha do governo federal Igualdade Racial é pra Valer, liderada pela SEPPIR, dá continuidade à política mais efetiva de combate à pobreza no Brasil: a de “mobilizar agentes econômicos e sociais para vencer o núcleo mais resistente de nossas desigualdades: a desigualdade racial”, nas palavras da ministra Luíza Bairros.

Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Suplicy, e todos os senadores da República hoje reunidos: não há dúvida de que o recorte racial foi a inovação e o diferencial das políticas recentes que apresentaram resultados positivos no combate à pobreza. Por isso, em nome da memória de Abdias Nascimento, o IPEAFRO comemora a oficialização do Dia Nacional da Consciência Negra conclamando a sociedade brasileira e o Governo Dilma Rousseff a continuar e consolidar cada vez mais a implantação de políticas específicas de combate ao racismo. Essas políticas estão articuladas em vários programas de governo que precisam dos meios e do compromisso político efetivo para serem efetivamente executadas.

Abdias Nascimento propôs à sociedade brasileira o Quilombismo como modelo de organização política baseada na experiência histórica brasileira dos quilombos. A efetiva implantação de políticas de reparação e de combate às desigualdades raciais seria a melhor maneira de homenagear a sua memória.

Saudações quilombistas,
Elisa Larkin Nascimento
Viúva de Abdias Nascimento
Diretora do IPEAFRO”

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Paim. V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero já prevenir a V. Ex^a que, na próxima segunda-feira, vou fazer um relato como esse sobre as minhas atividades no Estado do Ceará e vizinhanças. E acho que o Senador Randolfe deve estar se preparando para um pronunciamento de igual teor, ele que também tem viajado muito pelo Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senador Paim tem direito adquirido.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tem direito. Quanto a isso não há dúvida, pelos méritos do trabalho que desenvolve.

Sr. Presidente, quero fazer o registro de que, no sábado, estivemos presentes na inauguração de mais um veículo de comunicação no nosso Estado. Trata-se da TV Canaã, que foi inaugurada num culto evangélico.

Tive a felicidade de acompanhar essa inauguração, com a presença de mais de dez mil pessoas, ao lado do Senador José Pimentel e do nosso colega Arolde de Oliveira, Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, que estiveram presentes em Fortaleza acompanhando essa importante inauguração. É mais um veículo de comunicação que se associa à Rádio Canaã, com o espírito aberto de que todas as correntes de opinião possam se expressar em sua programação, defendendo, assim, o direito da livre expressão do pensamento, que tem este objetivo de combater esse monopólio gigantesco que não há em nenhum outro lugar do mundo, que é a mídia brasileira nas mãos de três a quatro famílias. A mídia nacional é muito bem estruturada, articulada, com um domínio poderoso, criando esta situação de três ou quatro famílias decidirem o que é verdade e o que não é verdade, o que é mentira e o que não é mentira em nosso País.

Então, louvo a inauguração da TV Canaã, através do Pastor Jessé, que nos convidou para estarmos presentes, mostrando que é possível se criarem novos espaços de comunicação no Brasil. Quero fazer esse registro, porque considero muito importante que mais veículos surjam no nosso País, para que a liberdade de expressão verdadeiramente possa existir.

Mas, Sr. Presidente, quero me concentrar na questão que considero fundamental, que é uma luta pela igualdade no nosso País, uma igualdade que é, ao mesmo tempo, de cor, mas uma igualdade social. É uma luta política que se desenvolve já há um longo período, dos formadores da nacionalidade, daqueles

que construíram em todas as circunstâncias a Pátria brasileira,

Senão, pincemos o exemplo da História nas várias batalhas. Veja a Revolução Praieira. Foi uma batalha de nacionalidade. É bom que se registre que a Coroa, na época, detentora da colônia brasileira, praticamente abandonou uma capitania inteira deste território, que estava sob a responsabilidade da Coroa portuguesa, à própria sorte, nas mãos dos chamados invasores da época, os holandeses. Insurgem-se contra esses invasores os negros, os índios e um branco. E são os três comandantes que vão, digamos, libertar aquele espaço do território, que hoje forma o Brasil, das mãos dos holandeses.

Assim aconteceu em quase todas as invasões, seja no Maranhão, com os franceses, seja no Rio de Janeiro, seja nas várias outras investidas dos holandeses. Lembro a Cabanagem entre, podemos dizer, Belém e Macapá, mas naquela região do nosso território. Um cearense de Canoa Quebrada, conhecido pelo nome de Angelim, enfrentou os invasores num exército de grande desigualdade. Ele chegou a esse ponto, porque os ingleses, que estavam mais acima, num pedaço de território deles, ali nas Guianas, exigiram o hasteamento da bandeira inglesa em Belém. Angelim pediu, então, que eles viessem hastear, porque a bandeira que iria prevalecer seria aquela à qual estávamos ligados na nacionalidade nascente, na formação nascente do povo brasileiro.

Digo isso porque a batalha da igualdade tem esse cunho de cor, mas ela é social, é política. Ela não é apenas a questão da cor. A cor é a discriminação, uma batalha que travamos há muitos e muitos séculos na Humanidade. Há discriminação contra os negros. Há discriminação contra os amarelos, numa cruzada que se mantém até hoje – de séculos, não é uma coisa recente – e, no Brasil, se exacerbou, com uma escravidão brutal, que levou a situações de quando Domingos Jorge Velho foi convocado para enfrentar o Quilombo de Zumbi dos Palmares na Capitania de Pernambuco. Não houve uma atrocidade das mais bárbaras possíveis que deixasse de ser cometida. Entre elas, para fragilizar o forte dos negros no Quilombo de Palmares, que era um forte sofisticado, de tecnologia, de grande capacidade de criação, porque parte dos negros que vieram para o Brasil eram desenvolvidos, conheciam a matemática, conheciam a ciência, conheciam a construção, a engenharia, sabiam que era preciso ter um processo de saneamento, consideravam a necessidade de dragagem, de esgotamento sanitário. Coisa que os europeus desconheciam, não sabiam, eles já dominavam. Então aqueles negros montaram um forte poderoso.

E, sob o comando de Domingos Jorge Velho, famoso, com o nome de Caramuru, chegou-se a retirar crianças dos peitos das negras, espetá-las e colocá-las para assar, porque, segundo a fé vigente, negro não tinha alma. Então, não tinha diferença entre um negro e um animal qualquer. Ele podia ser assado em uma fogueira e consumido pelo bando comandado por Domingos Jorge Velho, mercenários a serviço do governador da Capitania de Pernambuco à época.

Assim foram quebrando a resistência do forte de Palmares e assim conseguiram vencer Zumbi dos Palmares, fragilizando a sua gente, o seu povo, através de um ato bárbaro de terror sem igual. Assim é que foi praticado.

Isso faz parte da cruzada que continua hoje pelo norte da África, pelo Oriente Médio. As cruzadas continuam atacando, matando e falando em nome de Deus.

Registro esse episódio porque ele é muito significativo da batalha que se travou e se trava no Brasil, mas considero assim, nos termos que aqui foi proclamado pelo nosso grande mestre Darcy Ribeiro.

Essa batalha nós vencemos porque, na formação do povo brasileiro, há a presença do branco, do índio e do negro. Esse é o povo brasileiro.

Em uma visita à cidade de Salvador, tive oportunidade de ir a um ensaio do Grupo Timbalada. Lá, uma atriz negra, quando consultada sobre a questão da nacionalidade, se ela era africana, brasileira ou afrodescendente, isso ou aquilo, disse: "Sou brasileira. Sou negra brasileira. Negra brasileira! Sou deste povo. Sou daqui. Eu quero é um Brasil justo! Eu quero é um Brasil desenvolvido! Eu quero é um Brasil inteligente! Eu quero é um Brasil com educação, que erradique o analfabetismo, que erradique a miséria, porque, se erradicar o analfabetismo, se erradicar a miséria, significa mais igualdade entre todos nós!"

Acho que é nesses termos que nós temos trabalhado. E faz sentido o combate à discriminação quando colocamos à frente a causa da nossa formação, da nossa Nação, do nosso povo.

Falo também porque tive oportunidade, como Vereador e como Deputado Estadual, de fazer uma lei com este teor: a criação do Dia estadual da Consciência Negra em nosso Estado, no Ceará.

Hoje, essa consciência negra também se transforma em lei nacional. Agora há pouco, há poucos dias a Presidenta Dilma sancionou a Lei nº 12.519, que institui o Dia de Zumbi e o Dia Nacional da Consciência Negra como sendo o dia 20 de novembro. Isso, Sr. Presidente, tem muita importância nesse processo de integração cada vez mais forte. Na hora do desenvolvimento, do crescimento, temos de estar mais integrados, mais

unidos, combatendo mais as desigualdades de toda sorte, de todo tipo.

Nesse período também recente, lá no nosso Estado, no Ceará, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, a quem mandamos o nosso abraço, o nosso carinho, a nossa solidariedade de que estamos aqui cumprindo, digamos assim, em grande parte os anseios e desejos desse homem simples do povo que dirigiu a nossa Pátria, o nosso País com tanta qualidade, com tanta envergadura, algo de fazer inveja a muitos que não tiveram a capacidade, mesmo com mais formação e mais conhecimento, de conduzir a nossa Nação a bom termo. Então, Lula, um grande abraço! Força total para uma recuperação não só para a sua felicidade, mas também para a felicidade do povo brasileiro.

Quero registrar uma iniciativa de Lula também no campo das coisas extraordinárias feita por gente simples como ele. Ele imaginou, trabalhou e, ao final, garantiu a construção de uma universidade que pudesse resgatar em parte todo esse sofrimento e sacrifício produzidos pela escravidão contra os negros, em particular em nosso País. Construiu a Unilab, uma universidade em uma cidade em que ele fez questão de instalar porque se tratou da primeira unidade do nosso País, o primeiro Município a anunciar a libertação total dos negros no seu território, que foi o Município de Redenção, no Estado do Ceará.

Ali está instalada a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira, que tem muita importância, não só porque vamos contribuir com esses povos, com essas nações, mas porque é um sinal da vontade, do anseio e da luta permanente do povo brasileiro para garantir o fim da discriminação de cor em nosso País e para que prevaleça a nossa Nação, que não haja discriminação e que se garanta a todos a conquista desse direito de se chegar à universidade. Está ali instalada na cidade de Redenção essa universidade de integração, integração de povos e também de combate à discriminação.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço esses registros para mostrar o trabalho, o esforço que nós ainda precisamos empreender na construção da Nação brasileira e nesse fato importantíssimo, que é a integração de todos. Todos! Ainda temos as demarcações quilombolas. Ainda temos as nossas nações indígenas. Ainda temos a pobreza urbana que grassa em nosso País. As grandes metrópoles têm periferias ainda em situações de dificuldades enormes.

E, aí, são negros, brancos e amarelos, todos juntos com dificuldades ainda econômicas, o que exige grande força e unidade do nosso povo para enfrentar essas dificuldades. É batalha de grande monta, porque

significa manter, numa situação em que o mundo está em crise, o nosso País se desenvolvendo, o nosso País crescendo. Se o nosso País não se desenvolve, se o nosso País não cresce, a discriminação aumenta. Se nós conseguimos crescer, se nós avançamos no desenvolvimento, temos melhores condições para combater as desigualdades – e isso tem sido feito.

Assistimos a isso em relação aos negros, mas assistimos também agora, na semana que passou, a um ato excepcional para as pessoas com necessidades especiais, patrocinada pelo Governo da Presidente Dilma. Só é possível com desenvolvimento, só é possível com crescimento econômico combater as desigualdades.

Então, Sr. Presidente, quero fazer esse registro em homenagem à Zumbi dos Palmares, a essa data histórica do nosso povo, de luta pela integração cada vez mais forte de todos nós na defesa de um País mais soberano, mais desenvolvido e menos desigual.

Um abraço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Aníbal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Inácio.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Walter Pinheiro, Senador Inácio Arruda, todos que nos ouvem pela Rádio Senado e nos assistem pela TV Senado em todo o Brasil, quero reportar-me hoje, aqui da tribuna do Senado, a um tema que hoje está afligindo mais de 3 mil cidadãos amapaenses, professores federais, Senador Inácio Arruda, do Estado do Amapá. É um tema que tem relação, Senador Inácio, diretamente com o Ceará, porque é relativo aos 84,32%, o chamado Plano Collor, dos servidores federais do Amapá, que foi conquistado pelos professores do Amapá no mesmo período que os servidores federais, que os professores do Estado do Ceará conquistaram.

Para relatar sobre isso, é bom nós nos reportarmos ao que se refere essa questão. Todos sabemos que, no mês de março de 1990, a inflação brasileira alcançou a maior média dos últimos 30 anos, a média gigantesca de 84,32% ao mês. Logo em seguida, com a posse do Presidente Fernando Collor, foi editado um programa, um plano econômico que não tomou conhecimento dessa perda salarial dos servidores, dos trabalhadores brasileiros, de 84,32%.

Em decorrência disso, à época, os professores do Amapá, do então chamado quadro em extinção do ex-Território Federal do Amapá, solicitaram na Justiça do Trabalho o pagamento da reposição salarial relativa à inflação perdida no mês de março.

Essa reposição foi concedida em 1995 por sentença do então juiz Dr. Carlos Renato Montes Almeida, Juiz do Trabalho, hoje falecido. A União, logo em seguida, obviamente recorreu dessa decisão da Justiça do Trabalho, argumentando que, com o advento da Lei nº 8.112, de 12 de dezembro de 1990, esses professores deixavam a condição de celetistas e passavam a ser estatutários, e a competência para essa causa não pertencia mais à Justiça do Trabalho e, sim, à Justiça Federal.

Esse processo culminou com a decisão contrária aos servidores federais do Amapá, aos professores do Amapá integrantes do quadro do ex-Território Federal do Amapá, que permaneceram, desde 1995, com essa conquista no seu contracheque.

Essa parcela remuneratória – e aqui quero chamar a atenção de todos –, essa conquista dos trabalhadores, dos professores, dos servidores federais do Amapá permaneceu, durante 16 anos, no contracheque dos servidores federais. Durante 16 anos permaneceu no contracheque de professores, muitos dos quais hoje estão ou no final de carreira ou já aposentados.

A União resolveu perseguir a recuperação dessa perda salarial. Essa perda salarial representa, no contracheque de alguns servidores federais, algo que vai entre R\$700,00 a R\$2,7 mil de alguns professores. É um impacto, numa economia pequena como a economia do Estado do Amapá, de quase R\$4,5 milhões por mês!

Veja, em outra economia talvez tenha nenhum ou pouco impacto. Na economia amapaense, o peso dessa conquista salarial dos trabalhadores é fundamental para a mobilização do comércio, para a mobilização da economia amapaense.

De toda a questão, é lógico que a União vai argumentar que essa é uma questão trabalhista, é uma questão de direito, é uma questão de Justiça e não é uma questão política.

Então, por que trazer isso para a tribuna do Senado?

Eu quero divergir exatamente disso e de algumas compreensões que eu tenho ouvido por parte de autoridades da União, de que é um direito da União retomar esses 84,32% e que isso não representará ou não representaria, que nenhum servidor federal, nenhum professor viria a falecer por conta disso.

É exatamente o contrário. Imagine, Senador Walter Pinheiro, um professor que, há 16 anos, recebe uma

gratificação e tem um planejamento salarial com uma gratificação que corresponde a 60% do seu vencimento, e, do dia para a noite, ter usurpada, ter retirada do seu contracheque essa gratificação, que corresponde, em alguns casos, a 60% dos seus vencimentos!

Imagine o que representa alguém que recebe R\$1,4 mil, R\$1,5 mil e, do dia para a noite, perder R\$700,00 do seu contracheque. Ou, ainda, alguém que recebe R\$3 mil, R\$3,5 mil, R\$4 mil ter tirados, do dia para a noite, R\$2,7 mil!

Eu não quero acreditar que a interpretação disso vá ser ou seja, única e exclusivamente, pela letra fria, pelas decisões frias dos tribunais, do Tribunal Regional Federal, a instância judicial que sacou do vencimento dos professores os 84,32%. Não pode ser!

Que falta farão, para a União, esses 84,32%, comparados às despesas, em muitos casos, pouco úteis que a União tem tido? A União não titubeia em aprovar a elevação do superávit primário, o comprometimento de 50% do orçamento da União com os pagamentos da já tão questionada dívida pública. Não titubeia em aprovar, por exemplo, isso no orçamento.

Mas também não tem pena nenhuma de retirar quatro milhões de professores, muitos deles, uma ampla maioria deles, hoje, com mais de 60 anos de vida e que dedicaram a sua vida ao ensino e à educação brasileira.

É um desrespeito para com esses professores e, vou mais além, é um desrespeito para com o Amapá. Não há nenhuma possibilidade, nessa atitude arbitrária por parte da União, de diálogo e sem nenhuma alternativa de prévio aviso a esses professores, a esses cidadãos brasileiros, para que se planejassem em virtude da retirada de mais de 60% dos seus vencimentos.

O mais absurdo de tudo isso não é só a retirada dos 84,33%, não é a retirada de R\$5 milhões da economia amapaense. O mais absurdo de tudo isso é que, além disso, a União, em sua execução contra os professores, está querendo que os professores devolvam os cinco últimos anos que receberam dessa gratificação, como se os professores tivessem conhecimento, na alegação da União, de que eles estariam, nos últimos cinco anos, recebendo essa gratificação de boa ou de má-fé. Como se os professores tivessem conhecimento disso.

Essa é uma ação, querido Senador Walter, que denota a violência com que, às vezes, medidas são tomadas nos gabinetes aqui em Brasília. Medidas como essa são tomadas pelo Ministério do Planejamento, pela Advocacia-Geral da União, são tratadas e enfrentadas na calada dos tribunais sem terem a percepção de que, por trás de uma decisão como essa, há famílias, há cidadãos de carne e osso e, nesse caso concretamente,

por trás de uma decisão como essa, há trabalhadores que dedicaram a sua vida à construção da educação brasileira e que, há 16 anos, tinham uma programação salarial, que, do dia para a noite, foi usurpada.

Estou vindo hoje à tribuna do Senado para fazer um apelo à sensibilidade. Quero acreditar que isso ainda é possível diante das autoridades em seus gabinetes refrigerados aqui em Brasília. Quero acreditar que a sensibilidade ainda é existente. Quero que seja feita uma reflexão por parte daqueles que, em suas casas, tomam as decisões judiciais ou por aqueles que arquitetam decisões contra simples professores federais localizados no Estado do Amapá.

Quero pedir uma reflexão à sensibilidade, pois é sobre isso que quero dialogar. Não pode ser aceito que a economia que a União venha a fazer seja em nome de professores federais localizados no Amapá e professores federais em alguns cantos do País que deram, ao longo de suas vidas, o seu esforço, o seu suor e, em muitos casos, o seu sangue, para a construção da educação brasileira.

Estamos fazendo um conjunto de esforços na bancada federal do Amapá e quero destacar dois companheiros de bancada que têm estado conosco nesta jornada: a coordenadora da bancada, a Prof^a Dalva Figueiredo, e o Deputado Bala Rocha. Temos feito um esforço, e esta semana será decisiva e importante.

Teremos, na quarta-feira, um encontro com o Advogado-Geral da União. Estivemos reunidos, há poucos dias, com o Presidente do Senado, Senador José Sarney. O Senador José Sarney trouxe a idéia, que deve trazer ao Plenário, de que, caso frustrem as negociações com a Advocacia-Geral da União para a suspensão da execução de devolução dos últimos cinco anos por parte da União contra os professores do Amapá, para que seja apresentado ao Senado um projeto de lei de anistia desses professores federais. Então, parece-me que temos alternativas, com as quais quero trabalhar e tratar das alternativas políticas colocadas para impedir que essa injustiça contra os professores federais do Amapá se agrave.

Mas quero ir mais adiante. Não pode ser aceito, admitido, que, em menos de 24 horas, professores que recebiam essa gratificação fiquem sem elas. Estamos tentando uma audiência com o Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Tramita no Supremo Tribunal Federal uma ação em que são parte os professores do Estado do Ceará e que têm relação direta com a questão em que estão envolvidos os professores federais do Amapá.

Ainda hoje eu recebi a Ministra Rosa, que vai ser candidata a uma vaga no Supremo Tribunal Federal. Parece-me que, no dia 30, deveremos fazer a sabatina

com a Ministra Rosa aqui. Eu conversava com a Ministra Rosa hoje e é com essa mesma expressão que eu quero dialogar com o Supremo Tribunal Federal.

A decisão judicial, é lógico, tem todos os fundamentos, todo o processo previsto ou ora no processo penal, no processo civil ou no processo trabalhista brasileiro, tem os princípios do nosso direito ancorados e sustentados na Constituição da República; mas uma decisão judicial não pode nunca deixar de levar em conta que, por trás da decisão judicial, existem sentimentos e pessoas concretas.

Uma decisão judicial pode ocasionar a morte ou a vida, a felicidade ou a infelicidade. Uma decisão judicial não é feita somente de papel, ela é feita de pessoas, de agentes concretos, pelas veias por onde passa, por onde corre sangue e tem sentimento e vidas em jogo. É fundamental que as decisões judiciais levem em consideração isso. É fundamental que a nossa Suprema Corte brasileira tenha isso sempre em conta quando for decidir sobre as causas em litígio. É o caso concreto dessa situação, envolvendo mais de 3.400 servidores federais, professores do Amapá. É inaceitável a continuação da execução por parte da União quanto a esses professores. Quero acreditar que, judicialmente, será possível retomar esse direito dos professores por conta, por obra, de uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Randolfe, parabéns pelo pronunciamento, tempo em que convivo V. Ex^a para assumir a presidência dos trabalhos desta noite.

O Sr. Walter Pinheiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Raldolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Com a palavra o nobre ilustre Senador, digno representante do povo do Estado da Bahia, Senador do Partido dos Trabalhadores, Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Randolfe Rodrigues, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores e telespectadores desse horário, quero primeiro dizer da nossa alegria pelo fato de a Bahia ter sediado o Encontro Ibero-Americano de Discussão de Políticas para os Afrodescendentes. No dia de amanhã, pretendo fazer um pronunciamento sobre essa questão, envolvendo principalmente o nosso Estado, as políticas públicas e as decisões em torno dessa grave questão no Brasil, porque ainda se faz necessário a superação das desigualdades, do preconceito e de toda sorte de perseguição.

Então, no dia de amanhã, farei um pronunciamento sobre esse importante tema, principalmente levando em consideração o dia 20 de novembro, dia da consciência negra no nosso País e que marca também a história desse valoroso lutador Zumbi dos Palmares.

Mas, Sr. Presidente, neste momento, hoje à tarde, o Governo anunciou o valor do novo salário-mínimo, cuja previsão era de R\$ 619,21 para 2012.

Nós tivemos o primeiro embate nessa questão quando o Senador Acir Gurgacz apresentou o seu relatório de reestimativa de receitas para orientar o Orçamento da União e o próprio Plano Plurianual, do qual sou relator, e ali nós já apresentávamos indicativos de que eram necessárias várias mudanças, várias alterações, porque ainda não se tinha o valor efetivo, mais próximo possível, por exemplo, do PIB e muito menos com essa assertiva que nós podemos dizer, a partir de agora, da previsão da inflação.

Como todo mundo sabe Senador Randolfe, o salário-mínimo é calculado por uma nova base. A base que leva em consideração o Produto Interno Bruto do País, algo em torno de 7,5%, e a inflação do período. Portanto, combinando esses fatores de maneira que o salário-mínimo possa ter crescimento, compatível inclusive com a distribuição da riqueza, com a distribuição daquilo que a força de trabalho acumulou no País. É importante chamar essa atenção.

Esse foi o embate.

O Senador Paulo Paim estava aqui, agora pouco, um Senador que, ao longo de toda a sua vida, batalhou por esse assunto, discutindo-o exaustivamente.

Lembro-me, Senador Randolfe, que muita gente, quando se tocava na possibilidade de o salário-mínimo chegar a US\$100, era um verdadeiro caos. Hoje, estamos falando de um salário-mínimo de R\$622,73.

Portanto, é um salário-mínimo que até foi motivo de guerra na campanha. Muitos candidatos apontando para a possibilidade de já colocar o salário-mínimo, na virada, em R\$600,00. Ali a gente já avisava: “Olha, nós vamos chegar aos R\$600,00”. E está agora, na realidade, em mais de R\$600,00s. O salário-mínimo, anunciado neste exato momento pelo Governo, a partir desses parâmetros – a previsão inicial era de que a inflação seria de 5,7%, e, na previsão de hoje, vai para 6,3%.

Então, portanto, com a alteração desses valores, dos percentuais da macroeconomia, necessário se faz a correção desses valores. Então, o Governo acabou de anunciar pelo Ministério do Planejamento. É óbvio que ainda teremos, até o dia 21 de dezembro, meu caro Randolfe, quando aprovarmos o Orçamento e o PPA, a possibilidade de fazermos a correção final, quando efetivamente já teremos aí indicativos mais precisos ou até números muito mais próximos da realidade do

fechamento do ano de 2011 e a inflação, que, até então, ainda é projetada.

Isso dará nesse período, por exemplo, um acréscimo de 14,26% do salário-mínimo, se considerarmos só o período do ano, significaria na realidade um aumento de 6,3%. Um salário-mínimo de R\$545,00 passa agora para R\$622,73. Quero repetir: a matriz inicial, quando ainda também em estimativa, nos apontava um salário-mínimo de R\$619,21 para janeiro de 2012.

Então, essa alteração agora nos coloca diante de uma nova necessidade de readequação de diversos parâmetros da nossa economia, do Orçamento que está na Casa, do Plano Plurianual, até porque teremos de refazer todo o nível de investimento – e quero chamar assim, meu caro Randolfe, porque todo mundo chama de gasto. Todas as vezes que falamos em remunerar a aposentadoria, por exemplo; ter o salário-mínimo como base de referência para a majoração de salários.

Portanto, remunerando os serviços no País, isso não pode ser considerado como algo que... Na escala daqueles que defendem redução dos gastos públicos, esses são os primeiros cortes citados como prioritários. Para nós, isso é investimento: investimento na pessoa humana, investimento em mão de obra, investimento na qualidade do serviço e, principalmente, eu diria, investimento na dignidade, pagando um salário que permita ao trabalhador, ao povo brasileiro desfrutar, ainda que na crise, das benesses desse crescimento econômico e das mudanças socioeconômicas patrocinadas no último período em nosso País.

Era essa a comunicação que eu queria deixar aqui no dia de hoje. É importante esse novo número para orientar, inclusive, os nossos passos. E responde, de forma muito clara, esse novo número àquela batalha que nós travamos aqui na Casa quando da fixação de regras perenes para a correção do salário mínimo, não ao sabor do decreto, da medida provisória ou da vontade dos parlamentares, mas olhando a movimentação da economia, olhando todo o crescimento do PIB, fazendo a distribuição desses resultados para os trabalhadores. Isso se assemelha muito a uma luta que nós sempre travamos, no mundo do trabalho, que ficou muito conhecida como PLR (Participação nos Lucros e Resultados).

Portanto, é importante que a massa de trabalhadores deste País que sobrevive com o salário mínimo possa também ter, no reajuste do salário mínimo, esse PLR, a distribuição da riqueza. Geralmente, o Produto Interno Bruto só é utilizado para os elementos mais importantes, considerados por alguns, da nossa economia, para ver como baliza a indústria, como o PIB pode sinalizar para alterar políticas, no sentido de elevar, por exemplo, o nível de isenção, aumentar os investimen-

tos, aumentar a produção, a capacidade de produção industrial, mas não se tocava nessa questão do PIB para fazer, exatamente, a correção ou o reajuste dos salários neste País, particularmente do salário mínimo.

Era isso que eu queria comunicar, Sr. Presidente.

Encerro também dando outra informação. Acabo de chegar, em conjunto com o Senador Cyro Miranda, de uma missão.

Nós fomos a duas cidades nos Estados Unidos. Inicialmente, participamos de um evento que tratou de investimentos no Brasil, na área de saúde, na cidade de Nova York, onde tivemos oportunidade, como palestrante, de abrir o seminário e colocar a situação da economia no Brasil, as experiências na área de saúde, particularmente a experiência, por exemplo, da PPP envolvendo hospital de subúrbio, a necessidade de adoção de novas tecnologias na área de saúde, permitindo a telemedicina, trabalhando com a bioimagem, a associação desse novo período de investimento em saúde à necessidade de investimento em pesquisa e desenvolvimento na área de biotecnologia, envolvendo, por exemplo, a área de terapia celular.

Os baianos, recentemente, anunciaram, através das pesquisas desenvolvidas no nosso Hospital São Rafael – temos pesquisas envolvendo o Hospital das Clínicas – o primeiro baiano a dar os primeiros passos foi um policial militar que, em virtude de uma queda em sua casa, acabou perdendo a mobilidade. Ele deu os primeiros passos com essa experiência.

Discutimos isso na cidade de Nova York, com diversos representantes de empresas, de laboratórios. Apresentamos também o cenário nessa economia, esse novo cenário principalmente na área de medicamentos. Portanto, há necessidade também de estimularmos a produção de medicamentos aqui no Brasil – vacinas, medicamentos, instalação de polos de fármacos pelo País, aproveitando a boa estrutura, por exemplo, de unidades dos polos petroquímicos. Nós temos três grandes polos no Brasil: o Polo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul; o Polo Petroquímico do Rio de Janeiro e o Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. Então, é inaceitável que, com essa estrutura de química, não consigamos chegar à química fina na área de fármacos.

Então, é um desafio. O Rio de Janeiro tem uma estrutura razoável hoje. Diversas empresas já produzem medicamentos na cidade do Rio de Janeiro. Nós, por exemplo, estamos discutindo com uma das empresas instaladas no Rio de Janeiro, a alemã B. Braun, para que ela possa também deslocar-se para outros Estados do Brasil, deslocar suas unidades de produção, para intensificarmos, na área de saúde, o processo de

desenvolvimento e pesquisas para disponibilizar, por exemplo, a boa técnica da imagem.

Todo mundo sabe que um equipamento de ultrassom é extremamente caro. Um tomógrafo de última geração é mais caro ainda. Então, é importante que a gente não só estabeleça as condições para o atendimento, como também a capacitação de pessoal nessa área.

As oportunidades em saúde no Brasil têm se apresentado, mas é necessário que combinemos a ação da esfera pública com a atuação da iniciativa privada, permitindo a melhoria do atendimento, a utilização de novas tecnologias, a possibilidade de capilarizar o atendimento e melhorar, por meio do uso de ferramentas e de novas tecnologias, o trabalho dos nossos agentes de saúde. E aí me refiro a todos os agentes, não só os agentes de saúde literalmente falando. Aliás, nesse caso específico, meu caro Randolfe, também estamos discutindo a possibilidade de utilização, por parte dos agentes comunitários de combate às endemias, das novas ferramentas, para que esse agente possa transmitir uma situação ou o relatório do seu trabalho usando a nossa rede de telefonia móvel, priorizando, assim, o trabalho desse agente, qualificando-o e ganhando no que diz respeito ao trato da informação.

Eu e o Senador Cyro Miranda participamos desse evento na cidade de Nova York, onde ainda discutimos também a questão dos centros de emergência, que é um programa que estamos apresentando ao Brasil.

O centro de emergência é não só para fazer a leitura das alterações climáticas ou mudança do tempo, mas para que a gente possa congrega em um único centro, em um único número, todos os serviços – polícia, bombeiros, saúde, Samu, Defesa Civil, alterações climáticas, trânsito –, como acontece no mundo inteiro, Senador Randolfe.

Então, como vamos ter oportunidade de fazer o centro de monitoração para a Copa do Mundo nas doze cidades, por que não começamos logo com os centros de emergência? Quando a Copa for embora, o centro de monitoração vira o centro de emergência.

Na semana próxima passada, o Senador Aloizio Mercadante inaugurou uma unidade de alterações climáticas, um centro de medições, de acompanhamento dessas alterações climáticas no Ceará.

Eu dizia a ele: “Aloizio, é necessário que esse centro, além das informações de alterações climáticas, tenha um nível de atendimento para a sociedade, inclusive implantando a cultura de defesa civil no Brasil”.

Nós estamos aqui com um projeto de defesa civil e queremos ampliar esse projeto. Não queremos tratar só da defesa civil ou só do centro de monitoração para a Copa, para cuidar dos deslocamentos das seleções. Temos uma seleção mais importante que é a seleção do povo brasileiro, Randolfe, que se desloca todos os dias em todas as cidades, que enfrentou problemas nas regiões serranas com as chuvas, que enfrentou problemas na região do Vale do Itajaí e que enfrenta problemas com a seca no Norte e no Nordeste. Portanto, tanto para as chuvas quanto para a escassez, é importante que tenhamos políticas de orientação, de prevenção. Então, o centro de emergência também é para isso.

O centro de emergência é para fazer, como vimos na cidade de Nova York, toda a cobertura da área de saúde, com o circular das ambulâncias. No Brasil, ainda temos o que poderíamos chamar de turismo na ambulância. O sujeito sai das cidades do interior, dos lugares mais remotos, buscando hospitais nos grandes centros. Precisamos descentralizar esse atendimento. E, ainda que as ambulâncias tenham de circular, meu caro Randolfe, o pior é elas rodarem as cidades para saber para qual hospital o paciente pode ir, o que chamamos, nessa estrutura de atendimento à saúde, de central de regulação. Portanto, essa central de regulação, esse centro de emergência, orientará e mapeará as ambulâncias e, ao mesmo tempo, dirá para onde levar o paciente, para que ele não fique dando voltas ou procurando local onde entregar aquele que precisa de um atendimento de emergência. Então, é importante esse tipo de serviço, os serviços de trânsito, os serviços de atendimento às pessoas.

Ainda nos Estados Unidos, nós nos deslocamos para ver duas experiências menores, as experiências na região da Flórida, não necessariamente em Miami, que todo mundo tem como referência. Nós fomos à região da Flórida, em um centro que atende à região de Miami, que se chama Miami-Dade. O centro tem uma capacidade de atendimento de uma população de aproximadamente cinco milhões de habitantes, com 32 cidades sob a sua responsabilidade. Esse centro atende a todos esses serviços. Nós visitamos as instalações, conhecemos a sua estrutura.

Estamos discutindo com a Flórida, agora, a possibilidade de uma parceria com o Brasil, para que possamos promover a transferência dessa tecnologia, lembrando que esses centros de emergência, não só nos Estados Unidos, mas também no mundo inteiro, utilizam um número único. No caso americano, utiliza-se o 911 e, na estrutura europeia, utiliza-se o 112. Então, estamos discutindo aqui, com o Governo brasileiro, a

possibilidade já de identificação de um número único, para tirar esse conjunto de números que o cidadão é obrigado a decorar.

Ainda na Flórida, nós visitamos um centro menor, o centro no Condado de **Broward**, que abriga algo em torno de 30 cidades, com 1,7 milhão de habitantes. E chamou-me a atenção uma coisa, Senador Randolfe. A xerife que comandava esse centro de **Broward**, que visitei no sábado, informou-me que, no ano passado, foram registrados 3,5 milhões de atendimentos. Numa região de 1,7 milhão de habitantes, significa dizer que pelo menos cada habitante dessa região chamou o centro de emergência duas vezes por ano.

No momento em que eu estava no centro, pude presenciar diversos níveis de atendimento: do acidente de veículos à necessidade de pessoas que buscavam o centro para obter orientação inclusive de saúde, não era apenas o deslocamento de ambulância. Nos casos específicos de acidentes que requerem a chegada de uma ambulância, o tempo de atendimento não pode ultrapassar os cinco minutos. Portanto, monitora-se, regula-se, por exemplo, a área e também se utiliza a rede de comunicação para fazer avisos à população, com retorno, principalmente, em tornados e em acidentes em áreas que não podem ser transitadas, numa política de defesa civil.

Então, fizemos essa viagem exatamente para consolidar essa proposta aqui no Senado Federal. Espero que, no próximo período, uma equipe, tanto de governo...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Tanto uma equipe de governo, como de técnicos... Foi esse pleito que fizemos originalmente, meu caro Senador Randolfe, mas não foi possível. Nós gostaríamos de ter levado conosco consultores do Senado, porque são essas figuras que vão nos ajudar inclusive na elaboração dos projetos de lei para essas áreas. Mas, lamentavelmente, não foi possível. Então, nós faremos reuniões com os técnicos esta semana, eu e o Senador Cyro Miranda, e também com o Governo, buscando o estabelecimento de caminhos para a consequência dessas ações.

Então, é importante que façamos isso. A expectativa nossa é de que, ainda no período de 6 de dezembro, aproximadamente, uma equipe de técnicos chegue aos Estados Unidos.

No momento em que nós estávamos nos Estados Unidos, meu caro Randolfe, havia uma equipe de técnicos de governos visitando a experiência europeia para utilizar nas 12 cidades que serão sedes da Copa

do Mundo. É importante que no dia 6 a gente consiga dialogar com o governo da Flórida sobre a real possibilidade de parceria, o que reduziria em muito os custos para a implantação desses centros de emergência no Brasil.

Portanto, essa vai ser uma grande batalha para o próximo período, mas espero que a gente consiga sensibilizar o Governo Federal para instituir o programa nacional de centros de emergência, criar esse serviço no Brasil, ampliando a nossa capacidade de lidar com os problemas e tratando de uma vez por todas da cultura de defesa civil neste País, permitindo, assim, um atendimento de qualidade, com monitoração, com serviços, com eficiência para atender ao cidadão brasileiro, já que, nesse novo tempo em que todo mundo fala da utilização da tecnologia, é preciso colocar isso em prática, na condução real.

E volto a insistir: não devemos e, se depender de nós, não ficaremos exclusivamente numa ação pautada para atender à Copa do Mundo.

A Copa do Mundo vai embora, Randolfe! Em Salvador vai haver quantos jogos? Três, quatro, cinco, seis? Acabou! E os 600 mil soteropolitanos? E os 14 milhões de baianos? Vão ficar disputando a copa da vida.

Portanto, o que vai ser investido para a Copa tem que ficar como legado para a população brasileira. Nós fazemos lá eventos de grande porte. O Carnaval bota na rua um milhão de pessoas. O estádio em Salvador, a Arena Fonte Nova, vai abrigar 55 mil! Temos 600 mil baianos se deslocando na cidade de Salvador permanentemente, uma cidade de três milhões de habitantes, 14 milhões no Estado.

Aliás, foi importante a gente ter visitado o Estado da Flórida. É um Estado com 13 milhões de habitantes e 300 condados aproximadamente. A Bahia tem 14 milhões de habitantes e 417 cidades. São Paulo, Minas e Rio são Estados que têm essa característica também. Então, é importante a gente pegar essa experiência e tentar trabalhar para a implantação dos centros.

E por que visitamos centros menores, nesse caso do Condado de Broward, meu caro Randolfe Rodrigues? Para poder também ter oportunidade de enxergar regiões menores. Por que só a Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, só as 12 cidades? Por que não o seu querido Amapá? Por que não um centro em Macapá, para cobrir, inclusive, todo o Estado? Por que não centros espalhados do Centro-Oeste, como dizia o Senador Cyro Miranda?

Então, portanto, queremos instituir uma política de defesa civil e de serviços públicos com bons centros de emergência, com número único e com multisserviços prestados à população.

Era isso que tinha a dizer, Sr^{as} e Srs. Senadores, Presidente Randolfe, caros telespectadores.

Muito obrigado. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento e também aproveitar para cumprimentá-lo pelo belo trabalho que tem feito na relatoria do Plano Plurianual. Sei o quão difícil tem sido a missão de V. Ex^a de percorrer todo este Brasil. Tenho certeza de que o relatório do Plano Plurianual apontará as diretrizes para um desenvolvimento sustentável do Brasil nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF.GSLHEN nº 201/2011

Brasília, 21 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tendo em vista que por um lapso de esquecimento, não foi possível registrar minha presença, no plenário, no último dia 17 de novembro, encareço a Vossa Excelência considerar a minha presença na Casa e para tanto, junto em anexo, cópia da lista de presença da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Ao agradecer antecipadamente a atenção de Vossa Excelência transmito meus cumprimentos.

Atenciosamente, – **Luiz Henrique da Silveira**, Senador da República.

Lista de Presença das Reuniões da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

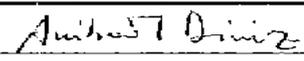
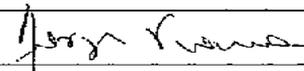
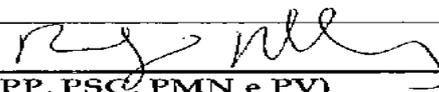
Reunião: 53ª Reunião Extraordinária da CMA

Data: 17 de novembro de 2011.

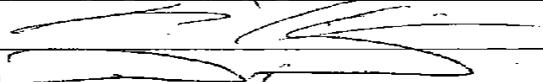
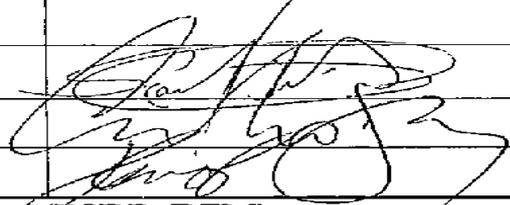
Membros Titulares

Assinaturas

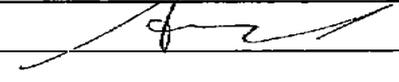
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)

ANÍBAL DINIZ - PT	
ACIR GURGACZ - PDT	
JORGE VIANA - PT	
VICENTINHO ALVES - PR	
PEDRO TAQUES - PDT	
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN e PV)

LUIZ HENRIQUE - PMDB	
WALDEMIR MOKA - PMDB	
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB	
SÉRGIO SOUZA - PMDB	
EDUARDO BRAGA - PMDB	
IVO CASSOL - PP	

Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	
ALVARO DIAS - PSDB	
CLOVIS FECURY-DEM	

PTB

PAULO DAVIM - PV	
------------------	--

PSOL

RANDOLFE RODRIGUES	
--------------------	--

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Os Srs. Senadores Mário Couto e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “O jogo perigoso do BC”, publicado no jornal **Estado de S. Paulo** do dia 30 de setembro de 2011.

O jogo perigoso do BC

Os brasileiros terão de aguentar a inflação acima da meta por mais dois anos, segundo a hipótese mais otimista do Banco Central (BC). Se der tudo certo, o índice oficial baterá no centro do alvo no terceiro trimestre de 2013, com aumento de preços de 4,5% em 12 meses. Nos cenários menos favoráveis, a presidente Dilma Rousseff completará seu terceiro ano de mandato com o custo de vida ainda subindo mais do que o prometido pelas autoridades. São essas, pelo menos, as perspectivas apontadas no relatório trimestral de inflação divulgado nessa quinta-feira.

Apesar disso, o tom do relatório é otimista com relação aos preços. O ciclo de inflação elevada de 12 meses deve ter acabado neste trimestre, segundo o documento, e agora o indicador deve avançar na direção da meta. Levará quanto tempo para chegar lá? Se alguém perguntar se o governo ainda leva a sério o regime de metas, a questão será pertinente.

O presidente do BC, Alexandre Tombini, insiste em reafirmar o compromisso com esse regime. Além disso, ele usou um tom ainda mais otimista que o do relatório. “Trabalhamos com a inflação no centro da meta em 2012”, disse Tombini, ontem cedo, numa palestra para executivos financeiros em Curitiba. Horas antes, no Rio de Janeiro, a Fundação Getúlio Vargas havia publicado o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) de setembro, com for-

tes sinais de repique inflacionário. A variação geral passou de 0,44% em agosto para 0,65% em setembro. O índice de preços ao consumidor, um de seus três grandes componentes, aumentou 0,59%, bem mais do que no mês anterior, quando havia subido 0,12%. O IGP-M é apenas um entre muitos indicadores, mas é sempre prudente levá-lo em conta.

Prudência em relação aos preços parece artigo escasso no BC, ultimamente. O *Relatório de Inflação* aponta a possibilidade de novos cortes de juros, nos próximos meses, e reafirma a argumentação usada pa-

‘Relatório de Inflação’ reafirma confiança na seriedade da política fiscal no próximo ano

ra justificar a mudança.

A alegação mais convincente refere-se ao agravamento da situação internacional. Esse fator, segundo o pessoal do BC, deve eliminar as pressões inflacionárias. Mas esse detalhe continua sujeito à verificação, por causa da demanda chinesa, ainda vigorosa, e das condições incertas de suprimento internacional de produtos agrícolas.

O relatório reafirma também as avaliações sobre a situação interna. Para o BC, a economia perde impulso tanto do lado da oferta – especialmente da produção industrial – quanto da demanda. Um dia antes de sair o *Relatório de Inflação*, porém, o próprio BC divulgou nota mensal sobre a política monetária, confirmando uma nova expan-

O editorial destaca que segundo hipótese otimista do Banco Central, os brasileiros terão que aguentar a inflação acima da meta por mais dois anos.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

são das operações de crédito em agosto. Além disso, ontem mesmo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo revelou uma nova elevação do índice de atividade em agosto, com melhor resultado para o mês desde 2005. Apesar disso, o crescimento acumulado será bem menor que o do ano passado, mas a avaliação do BC é insegura em relação à oferta e ainda mais discutível em relação à demanda de consumo. Este último ponto é reconhecido até no relatório, onde os salários e o crédito são mencionados como fatores de risco.

Enfim, o BC repete a profissão de fé no cumprimento estrito de uma política de consolidação fiscal em 2012, sem redução da meta fiscal fixada pelo Executivo. Nem o projeto de orçamento autoriza essa aposta, nem a perspectiva de um ano de eleições combina com a hipótese de rigorosa disciplina fiscal. Há razões fortes para desconfiar de uma precipitação do BC.

A projeção das contas externas fica restrita a este ano e também é otimista. De fato, o resultado deve ser melhor que o previsto até há pouco tempo, principalmente por causa dos preços dos produtos básicos. Mas é estranho o relatório se deter antes de uma análise das perspectivas de 2012. Se o cenário global for tão ruim quanto o pessoal do BC insinua, e se, além disso, for razoável a previsão de recuo de preços das commodities, o setor externo será uma área de risco, mesmo com o atual volume de reservas. Estranho e preocupante é o aparente descaso em relação a esse ponto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2015 vencem as concessões de geração de 13 empresas (18% de garantia física do país). Também expiram as concessões de transmissão de 09 empresas (80% do nosso sistema de transmissão) e, expiram ainda 39 concessões de distribuidoras (35% do nosso mercado), segundo dados da ANEEL.

O Governo Federal tem sinalizado no sentido de promover a prorrogação dessas concessões. Mas, de acordo com a nossa Carta Magna, essas concessões devem ser outorgadas através de nova licitação. Cabe ressaltar que essas concessões vigentes até 2015 já tiveram prazo prorrogado lá atrás, em 1995, por 20 anos.

Para reforçar o texto Constitucional a Lei 10.848/04 estabeleceu prazo máximo de vigência dos contratos de concessão de 35 anos. O legislador procurou garantir condições competitivas do mercado além de proteger o princípio administrativo da economicidade, pelo qual a administração pública deve sempre buscar a melhor proposta para a coletividade.

O próprio governo reconhece que as licitações de contratação de energia e de construção de linhas de transmissão são uma das principais razões para o êxito do modelo setorial.

Em entrevista recente à revista GreenTech, o Secretário de Desenvolvimento Energético do MME disse que o sucesso na contratação de energia eólica deve-se à “competição, que reduz os preços e aumenta as expectativas de crescimento”.

O Secretário do MME cita ainda que o setor elétrico já tem ampla experiência na organização de “mega leilões”. Essa afirmação derruba a tese do governo de que seria complicado realizar um mega leilão até dezembro de 2012, pois as licitações poderiam não ser bem sucedidas.

A realização de novas licitações traria uma saudável disputa por meio de preços e o consumidor seria o grande beneficiário.

Alguns dizem que o novo certame licitatório acarretaria uma redução de R\$ 90 /MWh para R\$ 60 /MWh, o que justifica a medida.

Por outro lado, empresas do setor estimam que essa redução poderia chegar aos R\$ 30 /MWh. É isso que a sociedade almeja. Redução nos preços dos serviços, assegurando ganhos de eficiência de gestão ao conjunto dos consumidores.

Realizemos os leilões que adotem o critério de menor preço ou tarifa, como é praticado desde 2004, com o único propósito de beneficiar o consumidor.

O Brasil tem o privilégio de possuir uma matriz elétrica predominantemente hidráulica (77% da energia gerada), com custos de produção baixos, ainda que não se reflita na realidade do povo brasileiro, que paga uma tarifa final média de absurdos R\$ 341,51/MWh, chegando a ser uma das mais caras do mundo.

Foi a preocupação com esse panorama que protocolei um Requerimento de Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debatermos esse assunto com autoridades do setor a fim de alcançarmos a saída mais coerente para o País e para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, requeiro que este pronunciamento passe a constar dos Anais do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 541, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2011, que *constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 10 de dezembro de 1999; dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 541, de 2011).*

(Lido no Senado Federal no dia 27-10-2011)

Relator revisor: Senador Magno Malta
(Sobrestando a pauta a partir de: 17-9-2011)

Prazo final prorrogado: 30-11-2011

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 29, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 540, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2011, que

institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – REINTEGRA; dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis nºs 11.774, de 17 de setembro de 2008, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.508, de 20 de julho de 2007, 7.291, de 19 de dezembro de 1984, 11.491, de 20 de junho de 2007, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivo da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 540, de 2011).

Lido no Senado Federal no dia 3-11-2011)

Relator revisor: Senador José Pimentel (Sobrestando a pauta a partir de: 17-9-2011)

Prazo final prorrogado: 30-11-2011

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011 (nº 1.749/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Senhora Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.*

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

(Sobrestando a pauta a partir de 06.11.2011)

(Pendente de:

- emissão de pareceres da CCJ e CE;
- leitura de parecer da CAS)

4

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.*

(Pendente de pareceres da CCJ, CAE e CAS.)

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.087, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2011.*

6

REDAÇÃO FINAL DA EMENDA AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 638, DE 2010

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada como conclusão do Parecer nº 1.110, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Wilson Santiago) do Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2010 (nº 2.438/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970.*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências*.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista*.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos*.

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presiden-

te da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2011 (nº 7.577/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 912, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 196, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2011 (nº 20/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica ente o Governo da República do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009*.

Parecer favorável, sob nº 1.274, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

14

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 235, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2011 (nº 47/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da Fiocruz para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.275, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

15

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

16

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

17

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações*

e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

18

REQUERIMENTO Nº 1.328, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.328, de 2011, do Senador Waldemir Moka, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial).*

19

REQUERIMENTO Nº 1.337, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.337, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 550, de 2011 – Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (piso salarial dos empregados com educação superior).*

20

REQUERIMENTO Nº 1.338, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.338, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (impedimento de repasses de verbas federais a Municípios).*

21

REQUERIMENTO Nº 1.345, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.345, de 2011, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Serviços de Infraestrutura (Aeroporto de Congonhas – Senador Romeu Tuma).*

22

REQUERIMENTO Nº 1.346, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.346, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Serviços

de Infraestrutura (Aeroporto de Congonhas – Senador Romeu Tuma).

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Declaro encerrada esta 211ª sessão não deliberativa do Senado da República.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 43 minutos.)

**PARECER
Nº 61, DE 2011-CN**

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 35, de 2011–CN que “abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00, para o fim que especifica”.

Autor: **PODER EXECUTIVO**

Relator: **Deputado Federal VAZ DE LIMA**

I. RELATÓRIO

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 109, de 2011-CN (nº 448/2011, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 087, de 2009-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00, para o fim que especifica.

A Exposição de Motivos (EM) EM nº 00227/2011/MP, de 28 de setembro de 2011, que acompanha a proposição, informa que o referido crédito visa à inclusão de categoria de programação no orçamento vigente daquele Ministério, com vistas a adequar sua programação à real necessidade de execução.

Esclarece que os recursos serão utilizados para adequar emendas individuais constantes do orçamento, por solicitação dos seus autores, de modo a possibilitar a estruturação da Santa Casa de Misericórdia São Francisco, no Município de Buritama, em São Paulo, conforme quadro abaixo.

R\$ 1,00		
Origem/Destino	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Saúde	300.000	300.000
➤ Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde – Santa Casa de Misericórdia São Francisco – Buritama – SP	-----	100.000
➤ Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde – Santa Casa – Buritama – SP	-----	200.000
➤ Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Santa Casa de Misericórdia São Francisco – Buritama – SP	300.000	
Total do crédito	300.000	300.000

O crédito viabiliza-se mediante Projeto de Lei, por se tratar de inclusão de categoria de programação não contemplada na Lei Orçamentária de 2011 e correrá à conta de anulação total de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Por último, em atendimento do disposto no art. 56, § 12, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011 LDO-2011¹, informa que a alteração decorrente da abertura deste crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se refere a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo, e que não implica alteração do Plano Plurianual 2008-2011², pois se trata de inclusão de subtítulo de ação constante desse Plano, cuja execução não ultrapassará o exercício vigente.

Aberto o prazo regimental, NÃO foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II. ANÁLISE

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e preceitos legais pertinentes à matéria.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, incisos V e VI, que vedam a abertura de crédito especial sem prévia autorização legal e sem indicação dos recursos correspondentes, bem assim a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

Sob a ótica legal, também se encontram plenamente atendidas as disposições do art. 43³ da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as previstas no Plano Plurianual vigente (PPA 2008-2011)⁴.

¹ Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

² Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

³ Lei nº 4.320/1964: "Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acoirrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las."

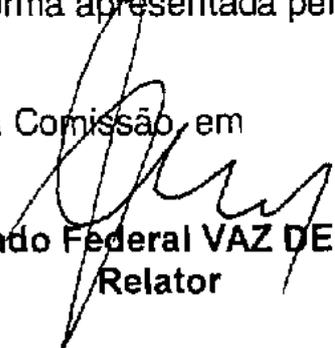
⁴ PPA 2008 – 2011: Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008.

Da mesma forma, há perfeita conformação do projeto com as disposições constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011 (LDO para 2011), encontrando-se atendidas as prescrições do art. 56⁵.

III. VOTO

Diante do exposto, VOTAMOS pela **aprovação do Projeto de Lei nº 35, de 2011-CN**, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão em _____ de _____ de 2011


Deputado Federal VAZ DE LIMA
 Relator

⁵LDO para 2011; 56: "Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é 15 de outubro de 2011. (...)

§ 5º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964. (...)

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei. (...) § 12. As exposições de motivos a que se refere o § 5º deste artigo, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei. (...)."

CONCLUSÃO

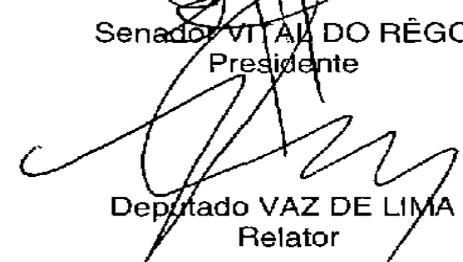
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Segunda Reunião Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2011, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado VAZ DE LIMA, favorável ao **Projeto de Lei nº 35/2011-CN**, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senadores Vital do Rêgo, Presidente, Acir Gurgacz, Deicídio do Amaral, Eduardo Braga, Inácio Arruda, João Vicente Claudino, Lídice da Mata e os Deputados Roberto Britto, Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Alex Canziani, Alexandre Leite, Andre Vargas, Ariindo Chinaglia, Arthur Lira, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Darcísio Perondi, Efraim Filho, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, João Dado, João Magalhães, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Teixeira, Rogério Marinho, Ronaldo Zulke, Rubens Bueno, Rui Costa, Sueli Vidigal, Valtenir Pereira, Vaz de Lima, Weliton Prado, Wellington Roberto e Zé Geraldo.

Sala de Reuniões, em 16 de novembro de 2011.



Senador VITAL DO RÊGO
Presidente



Deputado VAZ DE LIMA
Relator

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
21/11/2011
Segunda-feira

- 19h** **Solenidade comemorativa dos 43 anos da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, FIEMA e entrega do Grande Colar da Ordem do Mérito Industrial ao Presidente José Sarney**
Auditório Alberto Abdalla do Edifício da FIEMA
Av. Jerônimo de Albuquerque, snº - Retorno da Cohama - São Luís - MA

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo** (S)

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,15)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,13)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽³⁾
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindbergh Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** . Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽¹⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,7)

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).

2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).

3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).

4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).

5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal n°s 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

Instalação: 22/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

* Em 31.10.2011, foi lido o Of. n° 031/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 22.02.2011.

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

** . Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹³⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(10,14)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁸⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁷⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Sérgio Souza (PMDB) ^(4,7,16)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(11,12,18,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,15)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (21)	
Clésio Andrade	1. Blairo Maggi
João Ribeiro ⁽¹⁹⁾	2. Vicentinho Alves
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 - Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 - Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 - Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 - Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 - Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 - Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 - Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
 - Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 - Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
 - Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 - Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
 - Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 - Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
 - Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 - Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

*** Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
 3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento nº 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

** Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²²⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁸⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(8,9)
Jorge Viana (PT) ⁽¹¹⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(23,24)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁷⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,16,20,25)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁶⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁷⁾	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²¹⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁰⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. Clésio Andrade ^(28,29)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

11. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011 - GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

21. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

22. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

23. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
25. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
28. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
29. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,14,16)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁷⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹³⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁸⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,21)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,12)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁹⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²²⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(15,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁰⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
João Ribeiro ⁽²³⁾	1. Clésio Andrade
Magno Malta	2. Vicentinho Alves

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 16. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 17. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 18. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 19. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 20. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 21. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
 22. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

* Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(23,24)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,25,27)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jayme Campos (DEM) ^(19,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁹⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,26)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁸⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
 2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
 3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
 5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
 6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
 7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
 8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
 10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
 11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
 12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
 17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
 18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
 20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
 21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
 23. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 289/11-GLPMDB)
 24. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
 25. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
 27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 29. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1,2,6,8,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO (4)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO (8,9)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** . Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
 2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** . Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Anibal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
VAGO ^(2,3,5,6)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO ⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
 2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **.. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(5,7,10)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
VAGO ^(11,12)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
 10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 11. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹²⁾	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(2,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(7,9,17)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,23)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1.
Gim Argello ⁽¹¹⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. Clésio Andrade
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*** Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).

10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. VAGO ⁽¹²⁾
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁵⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
 2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
 6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
 12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,20)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽¹⁹⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoría (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
VAGO ^(4,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
 6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 221/2011-Pres/CDR).
 8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(8,11,12,17)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	4. João Durval (PDT)
VAGO	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(6,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽²²⁾	
	1. Blairo Maggi
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(11,13)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(9,10)	4. Lídice da Mata (PSB) ^(11,13)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,12)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,14,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁵⁾	
João Ribeiro ⁽¹⁷⁾	1. Magno Malta
PSOL	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marinor Brito

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

**** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciró Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
- *****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
 2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 5. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
 6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 9. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
 10. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 116/2011 - GLDBAG).
 11. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
 12. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
 13. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
 14. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 17. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. n° 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.n° 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.n° 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.n° 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.n° 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.n° 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. n° 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾

PP

VAGO ^(15,17)

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

VAGO ^(14,16)

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 11/11/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº s 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
17. Em 14/11/2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 16/11/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaez
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 08.11.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

